

A queda de Roma e o alvorecer da Europa

**Francisco de Oliveira, José Luís Brandão,
Vasco Gil Mantas & Rosa Sanz Serrano
(coords.)**

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

UNIVERSIDAD COMPLUTENSE DE MADRID
COMPLUTENSE UNIVERSITY OF MADRID

(Página deixada propositadamente em branco)

A queda de Roma e o alvorecer da Europa

**Francisco de Oliveira, José Luís Brandão,
Vasco Gil Mantas & Rosa Sanz Serrano
(coords.)**

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

UNIVERSIDAD COMPLUTENSE DE MADRID
COMPLUTENSE UNIVERSITY OF MADRID

TODOS OS VOLUMES DESTA SÉRIE SÃO SUJEITOS A ARBITRAGEM CIENTÍFICA INDEPENDENTE.

TÍTULO • A QUEDA DE ROMA E O ALVORECER DA EUROPA

COORDENADORES • FRANCISCO DE OLIVEIRA, JOSÉ LUÍS BRANDÃO, VASCO GIL MANTAS & ROSA SANZ SERRANO

SÉRIE HUMANITAS SUPPLEMENTVM

COORDENADOR CIENTÍFICO DO PLANO DE EDIÇÃO: Maria do Céu Fialho

CONSELHO EDITORIAL

José Ribeiro Ferreira

Maria de Fátima Silva

Francisco de Oliveira

Nair Castro Soares

DIRECTOR TÉCNICO: Delfim Leão

OBRA REALIZADA NO ÂMBITO DAS ACTIVIDADES DA UI&D
CENTRO DE ESTUDOS CLÁSSICOS E HUMANÍSTICOS

EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

E-mail: imprensauc@ci.uc.pt

Vendas online:

<http://livrariadaimprensa.uc.pt>

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Simões & Linhares

ISBN

978-989-26-0600-2

ISBN DIGITAL

978-989-26-0601-9

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Imprensa da Universidade de Coimbra

DOI

<http://dx.doi.org/>

10.14195/978-989-26-0601-9

CONCEPÇÃO GRÁFICA & PAGINAÇÃO

Rodolfo Lopes, Nelson Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra

DEPÓSITO LEGAL

347006/12

OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE:

1ª EDIÇÃO: IUC • 2013

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia

POCI/2010

© ABRIL 2013.

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

CLASSICA DIGITALIA VNIVERSITATIS CONIMBRIGENSIS (<http://classica.digitalia.uc.pt>)

CENTRO DE ESTUDOS CLÁSSICOS E HUMANÍSTICOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Reservados todos os direitos. Nos termos legais fica expressamente proibida a reprodução total ou parcial por qualquer meio, em papel ou em edição electrónica, sem autorização expressa dos titulares dos direitos. É desde já excepcionada a utilização em circuitos académicos fechados para apoio a leccionação ou extensão cultural por via de *e-learning*.

SUMÁRIO

NOTA INTRODUTÓRIA	7
CRÓNICA DE UMA MORTE ANUNCIADA: A QUEDA DE ROMA Virgínia Soares Pereira	11
ORÁCULOS BÍBLICOS DE FIM PROJECTADOS POR SOBRE O FIM DE ROMA José Augusto Ramos	27
CRISTIANISMO E RESPONSABILIDADE CRISTÃ NA QUEDA DE ROMA Paula Barata Dias	43
BIOGRAFIA E IDEOLOGIA NO FINAL DO SÉCULO IV. A <i>HISTÓRIA AUGUSTA</i> E A FIGURA CONTROVERSA DE ADRIANO José Luís Bandão	65
LA OTRA RUPTURA DEL LIMES EN EL 406: LA PIRATERÍA EN LAS PROVINCIAS OCCIDENTALES DEL IMPERIO David Álvarez Jiménez	83
AS DEFESAS DAS CIDADES ROMANAS DO OCIDENTE Adriaan De Man	103
O MUNDO ROMANO NO DEALBAR DO SÉCULO V Vasco Gil Mantas	117
“DECOLORANDA VRBS”. ARCHAEOLOGICAL ASPECTS OF ROME IN THE FIFTH CENTURY AD Cristina Corsi	153
APPENDIX: THE PHENOMENON OF URBAN BURIALS IN ROME DURING THE FIFTH CENTURY Francesca Carboni	167
UN PAISAJE DE <i>VILLAE FLUVIALES</i> : ECONOMÍA Y SOCIEDAD EN EL TERRITORIO MERIDIONAL DE <i>AVGVSTA EMERITA</i> EN ÉPOCA TARDOANTIGUA Saul Martín González	187
<i>TEMPVS BARBARICVM</i> . LAS MIGRACIONES BÁRBARAS EN LA PENÍNSULA IBÉRICA EN EL SIGLO V D.C. Rosa Sanz Serrano	209
SANTO AGOSTINHO E A QUEDA DE ROMA Carlota Miranda	229
A PROPÓSITO DO <i>DE EXCIDIO</i> DE SANTO AGOSTINHO Francisco de Oliveira	241
ÍNDICE TEMÁTICO	245

(Página deixada propositadamente em branco)

NOTA INTRODUTÓRIA

O saque de Roma em 410 pode não ser dos acontecimentos mais marcantes, do simples ponto de vista prático, militar ou económico, mas teve, pelo seu impacto no mundo romano e, sem dúvida, também para além de um *Limes* em acelerado retrocesso, um efeito devastador. Na verdade demonstrou, para além de todos os malabarismos ideológicos que vão preencher os anos que o Império do Ocidente ainda viveria como estrutura política, enquanto protectorado ou refém deste ou daquele chefe bárbaro, que o inadmissível e o insuportável espreitam regularmente os Estados que não sabem ou não podem precaver-se contra um processo de envelhecimento sem sabedoria, causador do impossível desejo de repouso expresso por Amiano Marcelino.

Tragédia ou prólogo de um mundo novo? Questão de resposta muito simples, quer para os que defendem uma interpretação catastrofista para o acontecimento, quer para aqueles que vêem na queda de Roma um episódio pouco relevante, necessário para que a mudança anunciada se concretizasse mais facilmente. Todavia, apesar da inevitabilidade aparente da situação do Império do Ocidente nos inícios do século V, não foi fácil a aceitação ou a simples compreensão do sucedido, e não apenas pelos Romanos, dado que muitas vezes é evidente a preocupação por parte dos Bárbaros em manter alguma romanidade funcional, pelo menos na aparência. As respostas dos nossos contemporâneos, apesar da aceleração da história e das provas quotidianas de que o considerado impossível espreita permanentemente o fluir ordenado da vida, se não mesmo a essência da civilização, são, como no passado, divergentes.

Por isso mesmo, reflectir sobre o que se passou há 1600 anos e sobre o verdadeiro significado do saque de Roma parece constituir, muito mais que um

simples exercício académico, uma pertinente atitude, nascida da necessidade de reconsiderar o passado, um passado que permanece vivo, de muitas formas, no nosso tempo e nas culturas que dele se consideram herdeiras. Como em todas as grandes crises, o arrastado processo da queda de Roma causou inumeráveis perturbações, umas no âmbito habitual da violência guerreira, outras, talvez mais graves, no campo da vivência psicológica. É certo que a queda do Império não eliminou, antes pelo contrário, um dos factores indiscutíveis da romanização, entendida como processo de aculturação. Referimo-nos, naturalmente, ao legado greco-romano, na parte que sobreviveu, e ao contributo judaico-cristão e germânico, sem o qual a Europa é incompreensível.

Talvez os historiadores tenham sido vítimas de recriações ideais de um mundo irreal, uma espécie de Idade de Ouro histórica, enquanto outros se deixaram arrebatados por pretendidas revoltas de escravos ou pelo imaginário de povos vigorosos em marcha para substituir os que já não tinham força. Embora a verdade, ou aquilo que dela podemos pressentir através dos documentos, se deva procurar considerando que a história da civilização é marcada por um conjunto de crises, capazes de pôr em causa, radicalmente, a boa ordenação conseguida ao longo de séculos, a queda de Roma permanece como um símbolo incómodo, como se todos os que se reconhecem culturalmente no seu legado não tivessem sido capazes de fazer o luto do fim de um mundo, não faltando ao longo dos tempos tentativas de ressuscitação, quantas vezes tragicamente conduzidas e malogradas.

Roma, nos inícios do século V, aproxima-se da duração sugerida não pela promessa de Júpiter na *Eneida*, mas sim da que pesava na visão dos doze abutres avistados por Rómulo aquando do ritual fundador. E assim aconteceu. Acontecimento trágico, sem dúvida, mais pelo seu conteúdo simbólico do que pelas consequências efectivas. A queda de Roma, cidade não aberta mas inerme, foi apenas resultado de um processo que então já cobria o Império com o fumo dos incêndios e com os gritos das vítimas, pouco ouvidos para lá dos pântanos de Ravena, mas que em breve seriam ensurdecedores. Por tudo isto, não faltam historiadores que situam neste momento o fim definitivo do Mundo Antigo e o começo da Idade Média, ainda que alguns considerem a existência de um obscuro período comodamente designado como Antiguidade Tardia. Seja como for, trata-se de um acontecimento charneira entre dois mundos, passando o anterior à situação, definitiva, de história e cultura, enquanto o novo prometia, entre sofrimentos generalizados, a aurora da Europa, como hoje a entendemos.

Recordar este acontecimento da história, numa situação de incertezas globais que se substituíram às ilusões dos finais do século XX, ou sobretudo por isso mesmo, uma vez que a falência de princípios afirmados como dogmas universais, sugere situações semelhantes às que Roma viveu, revela-se muito

oportuno. A análise, segundo vários ângulos, do saque de Roma, que não fez surgir nenhum Fúrio Camilo, e das suas causas e consequências, tão discutidas na época como na actualidade, revela-se um duplo imperativo, científico e político, no bom sentido grego da palavra. Questionando o fim de uma Cidade, eterna mas diferente desde então, investiga-se a construção de outra, lugar comum de muitos até hoje, alguns dos quais tiveram a força e a ousadia de transformar a Romanidade em Latinidade universal.

Os homens são chamados a viver em períodos históricos bons ou maus, sem opção e sem que essa condição seja, na maioria dos casos, resultado directo e exclusivo dos actos praticados pela sua geração. Nas grandes crises podem surgir homens providenciais, como aconteceu em Roma tantas vezes, mas a evolução da sociedade romana, implicando transformações irreversíveis, reduziu significativamente essa possibilidade. Os anos do século V romano serão anos de desespero para muitos, mas para outros serão anos de triunfo e de exaltação. Para nós, considerando-os a partir do século XXI, foram anos de transição acelerada, nos quais a data de 410 marca o início de uma nova verdade: o fim do tempo histórico da Roma imperial e o alvorecer da nossa Europa.

O presente volume insere-se num dos propósitos do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos que consiste na promoção do intercâmbio de saberes entre as diversas áreas representadas pelos membros da unidade. Esta obra procura, pois, oferecer um produto do diálogo entre classicistas e especialistas de Arqueologia e História Antiga, de dentro ou de fora do Centro, visando a partilha e divulgação de conhecimentos e produção de material bibliográfico sobre uma época de notáveis transformações na história da Europa. Aqui expressamos os nossos agradecimentos à Direcção do CECH, bem como às equipas directivas e executivas dos Classica Digitalia e da IUC, que não se pouparam a esforços para a edição do livro.

Francisco de Oliveira, José Luís Brandão,
Vasco Gil Mantas & Rosa Sanz Serrano

(Página deixada propositadamente em branco)

CRÓNICA DE UMA MORTE ANUNCIADA: A QUEDA DE ROMA

VIRGÍNIA SOARES PEREIRA
Universidade do Minho

Resumo. A queda de Roma. O acontecimento mais comentado da história da cidade que foi, por muito tempo, *caput mundi*. Sem que seja possível encontrar uma justificação para o que aconteceu. Na verdade, Roma não caiu. Roma transformou-se. Os textos evocados no presente artigo põem em relevo alguns sinais evidentes de mudanças contínuas no orbe romano, resultado ou da decadência da *virtus* ou da inconstância da fortuna.

Palavras-chave: Roma aeterna; Élio Aristides; Amiano Marcelino; Rutilio Namaciano; invasões germânicas.

Abstract. The fall of Rome, the most commented event of the history of the city that was, for an extended period of time, *caput mundi*. Yet, it is impossible to find a reason for that. Indeed, Rome did not fall. Rome transformed itself. The texts evoked in the present article highlight some evident signs of continuous changes in the Roman world, result either of the decadence of *virtus* or of the instability of fortuna.

Key-words: Roma aeterna; Aelius Aristides; Ammianus Marcellinus; Rutilius Namatianus; Germanic invasions.

Quis crederet ut totius orbis exstructa uictoriis Roma corrueret?
(‘Quem poderia crer que Roma, vitoriosa no orbe inteiro, haveria de ruir?’)
São Jerónimo

A queda de Roma. Como foi possível?

Eis a pergunta que sistematicamente nos assalta, quando pensamos no acontecimento mais comentado da história de Roma. E no entanto continua a ser difícil encontrar uma explicação que nos convença. Mesmo quando se perscrutam os sinais dos tempos e se tenta perceber em que tempo falharam os factores que tinham contribuído, outrora, para a grandeza do estado romano, mesmo assim as respostas parecem sempre incompletas e insatisfatórias.

A questão tornou-se, modernamente, recorrente. Num tempo de crises contínuas, que suscitam no mundo perplexidade e inquietude, muitos são os que se interrogam sobre a sustentabilidade da presente ordem mundial e, correlativamente, sobre o fim dos impérios e as suas causas.¹ A complexidade do mundo actual, o sentimento de insegurança que a todos atinge, o declinar de velhas potências e sinais da emergência de novas, a inesperada explosão de conflitos locais ou regionais, tudo traz inevitavelmente à memória o complexo

¹ Veja-se Grimal 1986 1261-1273.

de causas – políticas, económicas, demográficas, sociais, militares, morais ou religiosas –, que conduziram à ruína do Império Romano, isto é, à queda – para muitos impensável e inexplicável – de uma grande cidade imperial que fora, por longos séculos, *caput mundi*.

Segundo informação colhida em Ferrill (1998 21), um estudo datado de 1984, publicado na Alemanha, inventariou cerca de duzentos e dez factores que terão estado na origem da queda do Império. Analisados um a um, parece que todos eles contribuíram em grande medida para o desfecho que se conhece, embora se compreenda que nenhum desses factores teria tido, por si só, força suficiente para pôr termo ao império de Roma. O que aconteceu foi o desenlace de um somatório de causas que, actuando isoladamente, sequencialmente ou em conjunto, vieram a adquirir uma força e um impacto repentinos e catastróficos. Os Romanos acreditaram, ao longo dos tempos, na perenidade do seu império. Será que terão tido consciência, a partir de dado momento, de que o seu mundo mudara irremediavelmente? Também aqui não há respostas taxativas e as opiniões divergem. O mais provável é que a crença ou o desejo de continuidade não tenham tido para eles, dada a diversidade de tempos e circunstâncias, o mesmo significado. Em virtude do largo arco temporal da sua dominação, os Romanos dos séculos II, III, IV ou V, cidadãos ou estrangeiros, pagãos ou cristãos, não terão visto de modo igual os sinais de decadência do império. O mesmo se dirá da possível previsão do seu colapso.

Na primeira linha dos motivos geralmente invocados para explicar o acontecido estão as constantes arremetidas de povos germânicos, que começaram a pressionar o *limes* (os *limites*) do território romano já em meados do século III e que se intensificaram e atingiram o coração do Império – a cidade de Roma – no século V, mais especificamente no dia 24 de Agosto do ano de 410, quando os Visigodos, sob o comando de Alarico, saquearam a cidade. Acontece que, a par dessas arremetidas, surgiam sintomas claros de problemas profundos que atingiam e minavam esse Império: por um lado, assiste-se ao enfraquecimento geral do mundo romano, resultante de crises económicas e financeiras, de lutas de classe, de conflitos religiosos; por outro lado, e em simultâneo, o orbe romano continuava a ser um espaço apetecível para outros povos, que eram atraídos pelos níveis de vida aí alcançados e que, por isso mesmo, forçavam a sua entrada, ao mesmo tempo que fugiam, em sucessivas vagas, da pressão e da ameaça dos nómadas da Ásia.² E assim o mundo romano foi mudando.

² Brown 1972 e Riché 1992 falam na complexidade e multiplicidade de causas do colapso do governo imperial, somando aos motivos de ordem moral os de ordem económica e social. Piganiol 1977 501-522 defende que Roma não morreu de morte natural, foi assassinada; Balsdon 1970 240 e sgs. e Cameron 1993 190-194 advogam a impossibilidade de decidir sobre o que pesou mais no desfecho do Império.

A moderna historiografia tende a privilegiar esta perspectiva de transformação, isto é, a defender a ideia de uma mudança contínua e de uma gradual transição do Império Romano do Ocidente para a chamada Idade Média. Fala-se agora em “modificações inevitáveis, evolução criadora de novidades” (Palanque 1971 6), assim se explicando que, no final desta marcha lenta, o mundo antigo, tal como fora durante a longa *pax romana*, tenha desaparecido ou mudado radicalmente.³

Mas no passado não fora assim. A cidade de Rómulo estava ainda longe do auge do seu poder e já o historiador grego Políbio, no séc. II a.C., reflectia sobre a forma meteórica como a Urbe alcançara tão vasto império, e considerava digno de admiração tal sucesso, pois no espaço de cinquenta e três anos se tornara senhora do mundo então conhecido. O historiador viera para Roma, como refém, na sequência da vitória romana sobre a Macedónia, em Pidna, e, meditando sobre os acontecimentos que presenciara, Políbio não esconde, no início das suas *Histórias*, todo o seu espanto e admiração pela grandeza de Roma:

Na verdade, quem haverá de tão mesquinho ou frívolo que não queira saber de que modo e com que espécie de governo é que quase todo o mundo habitado, conquistado em menos de cinquenta e três anos, caiu sob um poder único, o dos Romanos? Facto ao qual não se encontram antecedentes. [...].⁴

Segundo pensavam uns, tal sucesso dos Romanos acontecera por acção conjunta da sua *virtus* e da sua *fortuna*. Mas Políbio desvalorizava o papel do acaso na história de Roma. Atentando no êxito alcançado no final da primeira guerra púnica, o historiador afirma (em I.63.9) que “não foi com a ajuda da Fortuna, como crêem certos Gregos, ou por acaso” que eles procuraram e alcançaram a hegemonia mundial. Essa hegemonia ficou a dever-se à conjugação de valores cívicos romanos como a coragem, a obstinação tenaz, a dedicação ao interesse comum. Acresce que, como se lê em Guelfucci (2010 141), a par desta *uirtus* romana parece existir, na opinião de Políbio, “uma Razão superior e presciente, *Pronoia*, que ordenaria o mundo e a história em

³ Sobre este tema magno da cultura ocidental e actual, o da *inclinatio* do Império ou o da crise do mundo antigo, vejam-se, entre outros: Ferril 1998 (cap. I), Mazarino 1991, Vogt 1967, Marrou 1979, Courcelle 1964, Banniard 1995, Ward-Perkins 2006, Bauzá 1988; Rémondon 1970 (vasta bibliografia). De acordo com Ward-Perkins (2006 242-244), que é contrário à ideia de transformação gradual, o que aconteceu foi que algo correu subitamente mal no mundo romano e assistiu-se mesmo ao declínio e fim da sua civilização.

⁴ Tradução de Rocha Pereira 2000 269. Para dar o devido realce à supremacia dos Romanos, Políbio (*Hist.* 1.4-6) compara-os com os Persas, os Lacedemónios e os Macedónios, cujos impérios sempre foram inferiores no tempo e no espaço. Segundo o historiador, os Romanos prepararam-se lentamente para alcançar o império e a dominação universais, trazendo consigo a necessária estabilidade (vd. Grimal 1986 1263).

benefício de Roma”. Na verdade, e ultrapassadas que foram as dificuldades de crescimento e afirmação, em luta contra povos tão fortes como os Etruscos, os Gauleses e acima de tudo os Cartagineses, os Romanos passaram a ser vistos como um povo superior, dotado de grandes capacidades de resistência e organização. Políbio acreditou que a cidade estaria destinada a dominar o mundo, embora pareça admitir que o seu império haveria de ter um fim.⁵

O sentimento de que a cidade de Rómulo estivera, desde as suas origens, sob uma especial protecção divina está presente em muitos textos antigos. Recorde-se o conhecido passo do prefácio ao Livro I do *Ab urbe condita*, de Tito Lívio:

E se a algum povo deve ser permitido considerar divinas as suas origens, e atribuir aos deuses a sua autoria, a glória militar do povo romano é tal que, quando afirma que o seu pai e pai do seu fundador é, de preferência a todos os outros, Marte, os povos do mundo aceitam isto com tanta serenidade como aceitam o domínio romano.⁶

Este texto espelha bem a forma como Tito Lívio interpretou, na qualidade de historiador augustano, a mensagem que o *Princeps* quis legar à posteridade.⁷ E é bem sintomático que, ao relatar o desaparecimento de Rómulo, o historiador tenha posto a circular uma lenda segundo a qual um tal Próculo Júlio teria visto em sonhos a figura de Rómulo, que se lhe dirigia nestes termos (1.16.7): *Abi, nuntia* inquit *Romanis caelestes ita uelle ut mea Roma caput orbis terrarum sit*. Isto é: *Vai-te. Anuncia aos Romanos que os deuses celestes querem que a minha Roma seja a cabeça do mundo*.

Outros historiadores evidenciaram admiração semelhante, como o grego Dionísio de Halicarnasso, que foi para Roma em 29 a. C., depois da vitória de Augusto na batalha de *Actium*, e aí se associou à ideologia do principado e ao sentimento de permanência, da *aeternitas imperii*. Nas suas *Antiguidades*

⁵ Políbio sabia que as leis universais (nascimento, crescimento e morte) se aplicavam também a Roma. Por isso lembra (37.22) como Cipião Emiliano chorava perante a destruída (por ele) Cartago, citando as famosas palavras de Heitor quando se despedia de Andrómaca (*Iliada* 6.448-449): “Um dia virá em que ela há-de morrer, a sagrada Ílion, e Príamo e o seu povo...”. Segundo Grimal 1986 1262, em momentos difíceis os Romanos tiveram a angústia do fim, do desaparecimento, de se perder o nome romano (sobretudo durante as guerras contra Aníbal e as guerras civis).

⁶ Alberto 1999 1 *Praef.* 7-8.

⁷ Num outro passo (4.4.4), Tito Lívio referiu-se à cidade como *in aeternum urbe condita*, *in immensum crescente*, por outras palavras, uma cidade sem limites no espaço e no tempo. Segundo observou A. Espírito Santo (in Centeno 1997 256), no século de Augusto, ao ideal estético da sobriedade e harmonia correspondia, na política, o ideal da ordem e da paz, “que se alimentava da propaganda de uma Roma nascida à sombra de uma providência protectora e destinada a permanecer para sempre.”

Romanas não deixará de tentar provar que, nos seus primórdios, Roma fora uma cidade grega, isto é, não bárbara, e que a sua hegemonia foi superior à dos outros povos em importância e duração. Por isso afirma, peremptoriamente, no prefácio (3.3-6), que não há nação que conteste o seu domínio e propõe-se provar, contra a opinião negativa de outros, que Roma não beneficiou injustamente da *fortuna*. E, para que não restem dúvidas, declara nesse prefácio: *O meu propósito é escrever não só sobre uma cidade que é a mais ilustre de todas, mas também sobre factos mais brilhantes do que quaisquer outros. Não sei que mais poderei dizer.*

Se nos voltarmos para os poetas augustanos, é forçoso admitir que todos afinaram pelo diapasão do *Princeps*. Horácio, Propércio, Ovídio proclamaram a superioridade e a perenidade de Roma. Mas é na *Eneida* – obra justamente considerada o poema do Século – que a ideia de uma Roma eterna emerge de forma constante e estruturante. Nas suas míticas origens troianas, a cidade, magnificada como *maxima rerum* (7.602), é aí celebrada como realização futura de uma grande ordem universal, que se projectará, mediante numerosas visões e profecias, na ainda distante época de Augusto. No centro do poema, em palavras de claro pendor político atribuídas a Anquises (6.851-853), Virgílio define para sempre o estatuto do Romano como o de um povo cujo lugar no mundo se deve à sua capacidade de organização e imposição de vontades, como fica patente no famoso hemistíquio do v. 852: *pacique imponere morem*. Ao atribuir a Eneias (prefiguração de Augusto) a missão de civilizar o mundo, Virgílio contribuiu para reforçar a segurança que em si mesmo e no *Princeps* tinham os Romanos, como se pode ler em Zanker (1992 231). A própria ideia de uma cidade que de humildes começos se alcançou ao cume do esplendor – um dos temas recorrentes da propaganda de Augusto e da poesia augustana – contribuiu de igual modo para sustentar o orgulho dos Romanos.⁸

Confiantes na grandeza da cidade, que acreditavam gozar da protecção dos deuses, mas intimamente apreensivos quanto às incertezas do futuro, os Romanos formulavam preces no sentido de que para sempre Roma continuasse a gozar dessa providência divina. Um exemplo absolutamente paradigmático desta atitude é o de Horácio quando, associando-se ao sentimento geral de que uma nova era de felicidade chegara, celebra, em registo hímnico, a cidade de Roma (*Canto Secular* 9-12):

*Alme sol, curru nitido qui diem
promis et celas aliusque et idem
nascereis, possis nihil Roma*

⁸ Sobre o contributo dos poetas para este *topos*, vd. White 1993 182-190 e Fowler 2000 (cap. 9, “The Ruin of Time: Monuments and Survival at Rome”).

uisere maius!

Sol vivificador, que no teu carro refulgente
fazes nascer e encerras o dia, que renasces sempre diferente
e o mesmo, possas tu não contemplar nunca nada tão magnífico
quanto esta cidade de Roma!

Horácio não era o único a colocar Roma e a sua perenidade sob o olhar protector dos deuses. Propércio, Ovídio, Plínio-o-Moço, Veleio Patérculo, entre outros, formularam iguais votos pela *aeternitas imperii*. Mas as apreensões quanto ao futuro adensavam-se. A época de ouro do século de Augusto teria o seu fim. Com o desaparecimento dos grandes vultos que marcaram o século, assistir-se-á ao surgimento de novas formas de ver o mundo e a história. Assim acontece com Pompeio Trogo (séc. I), autor de uma história universal em 44 livros, que “apresenta uma visão da história em que Roma não passa de uma simples potência igual às outras e como elas destinada ao desaparecimento. Era o ataque da província (Trogo era natural da Gália) ao centralismo romano e ao mito providencialista das origens.”, nas palavras de A. Espírito Santo (in Centeno 1997 256). Esta nova atitude está também representada no poeta hispânico Lucano, que, no livro IX do seu *Bellum Ciuile*, a respeito da visita de César a Tróia, retoma o *topos* da contemplação de ruínas de cidades que outrora foram florescentes, o que pode ser, e tem sido, entendido como um sinal e um aviso de que o mesmo poderia acontecer a Roma.⁹

Com a chegada do século II d.C., voltam a surgir manifestações admirativas relativamente ao mundo romano. Plutarco, reconhecido pelo clima geral de pacificação trazido pela *paz romana* e convencido de que um tal império não poderia existir sem dever qualquer coisa aos deuses, afirma sem hesitação que a *fortuna* e a *uirtus* se uniram para fazer o conjunto mais belo das obras humanas, o império romano.¹⁰

Pela mesma época, o retor Élio Aristides (c.117-c.181) compôs, talvez por ocasião da celebração dos novecentos anos da fundação da cidade, em 147 d.C., um *Elogio de Roma*. Este retor grego estava convicto de que o Império Romano não era apenas superior aos seus predecessores – em extensão, duração e organização –, mas era o resultado da obra dos outros, que prepararam a sua grandeza. Comungava, além disso, do dogma oficial da eternidade de Roma, como se deduz do modo como encerra o seu *Elogio de Roma* (§§ 108-109). Em palavras que contêm todos os ingredientes próprios do encómio, diz Aristides:

⁹ Hardie 1994 58-60 lembra que Lucano não foi o primeiro romano a tomar consciência do facto. Já em 146 a. C. Cipião Emiliano, vendo Cartago destruída, “was prompted to muse on the mutability of Fortune and to wonder what the future might hold for Rome”.

¹⁰ Frazier et Froidefond 1990 26.

Mas este feito empreendido desde o início, o de igualar o discurso à grandeza do Império, ultrapassa tudo o mais e necessita quase de um tempo igual ao da duração do Império – isto é, provavelmente, a eternidade. Por isso o melhor será, a exemplo dos poetas de ditirambos e de péans, concluir o meu propósito acrescentando uma oração. Que sejam invocados todos os deuses e os filhos dos deuses, e que concedam a este império e a esta cidade que permaneçam eternamente florescentes e que não tenham fim antes que as massas de ferro flutuem à superfície do mar e que as árvores deixem de florir na primavera.¹¹

Mais tarde, em finais do século II, Tertuliano escreverá:

(...) nós rezamos e sem cessar pedimos a deus que todos os imperadores gozem de uma longa vida, que governem sobre um império seguro (...) Uma outra necessidade, mais elevada, nos obriga a rezar por todos os imperadores e por todo o mundo, pela conservação do império e do poder romano: é que nós sabemos que a terrível catástrofe que ameaça todo o mundo, ou seja, o fim do mundo, que com ela arrasta sofrimentos intoleráveis, está apenas suspensa pelo intervalo acordado ao império romano.¹²

De Horácio até Tertuliano, os tempos tinham mudado. Sentia-se mais débil a solidez do Império. O mundo romano tornara-se uma “extensa teia de aranha cujos fios são as calçadas que de Roma conduzem aos mais longínquos pontos do novo mapa do Império”, o que fez com que começasse a ser difícil sustentar a pressão constante dos povos às portas do império e provocou a chamada “revolução militar”, que, em conjunto com as revoltas de cidadãos que se insurgiam contra o insustentável e frequente aumento de impostos e o alargamento do fosso entre as classes possidentes e os deserdados da sorte, tornaram a situação muito insegura.

Assim sobreveio a crise do século III, que afectou a economia, o exército, a sociedade. As dificuldades enfrentadas por Roma foram incalculáveis, sucederam-se as guerras civis, a anarquia militar, tudo parecia desabar.¹³

¹¹ *Éloges grecs de Rome*, §§ 108-109 (Pernot 1997 119). Em comentário a este passo, Pernot esclarece, na nota 229, que se trata de dois *adynata* célebres, um referido em Heródoto (1.165), outro num texto da *Antologia Palatina* (7.153). Da mesma época é um poema grego atribuído a Melino, poetisa talvez de Lesbos, que saúda Roma como soberana de um império que nem o tempo, “que tudo abate”, destruirá. O poema foi conservado por Estobeu (III, 12, 7) e pode ver-se, traduzido, em Martín García 1994 311-312.

¹² Citado, com a devida vénia, de Paula Barata Dias.

¹³ Foi, nas palavras de Dodds 1965 100, “an age of anxiety”. Fernández Ubiña (1982 17 e sgs.) enumera como motivos da crise: crescente proletarização; escassez de terras; escravização e forte importação de mão-de-obra; opressão social que se abate sobre os agricultores das províncias; crise agrária; recessão económica; aumento dos gastos públicos (com a burocracia e o exército); incapacidade de superar as diferenças de classe; barbarização do estado greco-romano.

Perante o decréscimo dos impostos pagos ao estado, aumenta a pressão fiscal (para sustentar o aumento das despesas militares com a defesa nas fronteiras), aumentam as extorsões extraordinárias, aumenta a injustiça.¹⁴ Segundo Citroni (2006 1041), neste século “já se vislumbram muitos dos factores de desagregação que conduziram à queda do império do Ocidente”.

Não obstante, o século IV voltará a dar sinais de renovação de confiança nos destinos de Roma.¹⁵ Atesta-o a obra de Amiano Marcelino, o último grande historiador do império.¹⁶ O tema da sua obra historiográfica é a história do Império romano visto como um estado universal (porquanto compreendia a maior parte do mundo conhecido) e eterno, que resultava de um pacto firmado para esse fim, não tinha dúvidas, entre *Virtus* e *Fortuna*.¹⁷

Roma era, para Marcelino, a *Vrbs aeterna*, uma *urbs sacratissima*, um *templum totius mundi* e *caput mundi*. E a sua confiança na perenidade de Roma era a tal ponto inabalável que, nas suas palavras, Roma viveria enquanto houvesse homens: *uictura dum erunt homines Roma* (14.6.3).¹⁸ Mas eram palavras de optimismo ditadas pelo coração, como adverte Italo Lana, que chama a atenção para o carácter trágico desta visão da história, pois entram em contradição a fé do historiador na eternidade de Roma e a realidade do que sucede: uma decadência progressiva e inestancável do Império submetido aos assaltos dos bárbaros.¹⁹ Todavia, quando comparava os tempos de agora com o passado, Amiano Marcelino dava-se conta da “degradação moral em que estavam a cair todos os Romanos, desde o senado à plebe”, porquanto velavam pelo seu bem particular e não pelo bem comum.²⁰

Na mesma linha de pensamento se inscreve Cláudio Claudiano – “o último poeta clássico latino”, que nasceu por volta de 365, quando a pressão dos Hunos sobre as fronteiras se fazia sentir e obrigava Alanos, Ostrogodos e

Segundo este estudiosos, a coincidência de tantos factores acaba por potenciá-los.

¹⁴ Veja-se Magaña Orié 2001 e Cameron 1993 19.

¹⁵ Explicando esta nova situação, Chastagnol 1969 8 defende que, apesar de todas as desgraças ocorridas, o império romano subsistiu, voltando a assegurar a segurança das fronteiras.

¹⁶ Natural de Antioquia, na Síria, Amiano Marcelino (c. 330 – c. 400) veio para Roma e aí começou a escrever os *Rerum Gestarum Libri XXXI*. Amiano atribuía a origem da decadência romana à “burocratização excessiva” e à “opressão tributária”.

¹⁷ Veja-se Mellor 1999 118-126 e Ruggini 1998 221-227.

¹⁸ Também Floro (2.13.1), em meados do século II, fizera coincidir a dominação romana com o género humano (*romana dominatio, id est humani generis*), mas também com a civilização.

¹⁹ Lana 1998 237. E o mesmo autor lembra o passo de Amiano (14.6) no qual, ao falar da velhice de Roma, refere como esta dominou todo o mundo e, deixando as guerras, continua na sua velhice venerada e respeitada como soberana e rainha. Mas a verdade é que, ainda segundo Italo Lana (p. 238), “Ce tableau idyllique et serein de la situation contemporaine de Rome est très artificiel et ne correspond pas à la vérité”, pois o papel político de Roma acabara.

²⁰ Em 14.6 e 28.6 surgem dois excursos sobre os vícios do senado e do povo romano (Cameron 1993 19 e Citroni 2006 1119).

Visigodos a lançar-se contra Roma. Compôs em 400 o *De consulatu Stilichonis*, um poema panegírico a celebrar o ano do consulado do grande general Estilício, “seu principal patrono e herói máximo dos seus poemas”²¹ e nele faz um extraordinário elogio de Roma (3.130-173), louvando a extensão ilimitada do Império e a ausência de fronteiras – *quod cuncti gens una sumus, nec terminus unquam / Romanae dittonis erit* (vv. 159-160), (*porque todos formamos um só povo e a dominação romana não terá fim*) –, bem como a organização e a força civilizadora das suas leis.

Os tempos de Diocleciano e da Tetrarquia tinham trazido uma relativa estabilidade económica e paz social, mas externamente as fronteiras militares continuavam vítimas de um progressivo enfraquecimento. A unidade imperial fora renovada nos tempos de Constantino, mas a instabilidade regressara: os Visigodos passaram o Danúbio, em 376, aniquilaram as divisões orientais do Império e assassinaram o comandante em chefe, o imperador Valente, na decisiva batalha de Adrianópolis, em 378. Este desastre foi sentido pelos contemporâneos como o anúncio ou prenúncio do fim do Império.²² Poucos anos depois, em 395, Teodósio desfez mais um golpe na difícil unidade do mundo romano, ao dividir o Império pelos filhos Arcádio e Honório, antecipando o seu irremediável desmembramento. E foi com este pano de fundo que Claudiano celebrou o poder unificador de Roma.

A voz dos poetas em louvor da cidade de Roma continuava viva, portanto, mesmo quando à volta só se viam ruínas. No seu catálogo e elogio das cidades mais importantes do Império Romano (*Ordo Urbium Nobilium*), Ausónio, o mais conhecido dos poetas da segunda metade do séc. IV, refere-se a Roma como *Prima urbes inter, diuum domus, aurea Roma* (*Roma, primeira entre as cidades, morada dos deuses, áurea Roma*). E no entanto era já um tempo de declínio. Por isso F. Peschoud, no seu livro *Roma Aeterna*, tecerá duras críticas a Ausónio, acusando-o de ter atravessado o seu século como um cego: não viu o perigo bárbaro, nem o conflito entre pagãos e cristãos, nem a luta contra a heresia, nem a destruição do poder papal, apesar de Graciano ter sido assassinado quase debaixo dos seus olhos (em 383).²³

Mas o caso mais flagrante de um elogio da Urbe feito a destempo surge já depois do saque de Roma e procede de Rutilio Namaciano, indefectível admirador da grandeza da cidade. De origem galo-romana, veio a dada altura para Roma (quando seu pai era governador da Etrúria) e aí fez carreira, sendo

²¹ Sobre este autor, vida e obra, vd. Cerqueira 1991 8-9.

²² Piganiol 1977 488-489.

²³ Peschoud 1967 130 (apud Mazzoli *art. cit.*, pp. 77-91, p. 81). A respeito do desaparecimento do Império Romano do Ocidente – um desfecho algo repentino, a julgar pelas mostras de renascimento no século IV, opinou Brown 1972 105 : “Para os contemporâneos, a falência dos imperadores do Ocidente, no século V, foi a crise mais imprevista do Estado Romano”.

nomeado *praefectus Urbis* em 414. Três anos mais tarde regressa à Gália e, provavelmente durante a viagem, escreveu um poema intitulado *De reditu suo*, no qual descreve a viagem desde Roma até Luna. Composto em 417 d.C., o poema ficou inacabado. Nele o poeta, que sofre com a visão das ruínas que se lhe deparam na sua viagem, deixa bem expressa a sua profunda admiração por Roma, mesmo depois de a ter visto saqueada pelas tropas de Alarico. Admira a grandeza da cidade e acredita no seu renascimento, convicto de que viverá eternamente.²⁴ Roma é celebrada como rainha do mundo e mãe dos deuses e dos homens, sendo ainda considerada capital de um império sem igual, já que os astros nunca viram nada de mais belo (*De reditu suo* 1.81-82):

*Omnia perpetuos quae seruant sidera motus
nullum uiderunt pulchrius imperium.*

De todos os astros que garantem os movimentos eternos
nunca nenhum viu império mais belo.

Os Romanos tinham consciência de que a um império sucede outro e que o império de Roma fatalmente haveria de perecer, como os demais. Mas a eternidade de Roma tornara-se uma crença e um dogma. Compreende-se, por isso, que Marrou possa ter afirmado, sobre o fim do Império: “Os contemporâneos da queda do Império Romano do Ocidente não tiveram consciência de tal coisa”.²⁵ A perenidade de Roma foi um mito que muitos defenderam mesmo quando as condições objectivas já o não permitiam.

E no entanto, poucos anos mais tarde, o mito sofre novo sobressalto, perante a constância dos ataques à segurança dos povos da România, perpetrada por outros povos. Ouvir-se-á então a voz incrédula de uma das figuras mais importantes do século V, São Jerónimo (c. 345-419), horrorizado com o que acontece (em carta a Heliodoro, 60.16):

*Horret animus temporum nostrorum ruinas persequi. Viginti et eo amplius
anni sunt, quod inter Constantinopolin et Alpes Iulias cotidie Romanus sanguis
effunditur. Scythiam, Thraciam, Macedoniam, Dardaniam, Daciam, Thessaliam,
Achaïam, Epiros, Dalmatiam, cunctasque Pannonias Gothus, Sarmata, Quadus,
Alanus, Hunni, Vandali, Marcomani uastant, trahunt, rapiunt. [...] Romanus orbis
ruit [...].*

²⁴ Marmorale 1974 121. Pela mesma altura (c. 417), Orósio escreveu uma *História Universal* para explicar que o Império era castigado pelos seus vícios.

²⁵ Marrou 1979 103. Mas logo de seguida alerta para o carácter paradoxal desta afirmação, pois não faltam – afirma – testemunhos escritos do sentimento de uma decadência generalizada e irreparável. Esses testemunhos encontram-se reunidos em Courcelle 1964.

A alma fica horrorizada ao ver as ruínas dos tempos presentes. Há vinte ou mais anos que o sangue romano é derramado diariamente entre Constantinopla e os Alpes Júlios. A Cítia, a Trácia, a Macedónia, a Dardânia, a Dácia, a Tessália, a Acaia, o Epiro, a Dalmácia e as Panónias, devastam-nas, exploram-nas, saqueiam-nas o Godo, o Sárмата, o Quado, o Alano, os Hunos, os Vândalos, os Marcomanos [...]. O orbe romano está a ruir [...].²⁶

E na epístola 123, a Gerúquia, datada de 409, um ano antes do fatídico ano de 410, ele afirma, como um dado adquirido: *O que fazia de sustentáculo saiu do meio, sem que tenhamos sentido a chegada do anticristo (...) incontáveis e ferocíssimas nações ocuparam completamente as Gálias (...)*.

A obra de S. Jerónimo está cheia de reflexões e meditações sobre esse acontecimento tão espantoso quão inesperado que foi o ataque das hordas de povos germânicos a Roma (e ao Império romano), antes e depois do saque de Roma perpetrado pelas tropas de Alarico em 24 de Agosto de 410. Os chamados bárbaros estiveram na cidade apenas três dias.²⁷ Mas... sucedera o que parecia impossível e já não havia segurança em nada. Daí as suas perguntas e exclamações, carregadas de espanto e incredulidade. No seu comentário a Ezequiel (ao prólogo do livro III), Jerónimo exclama: *Quis crederet ut totius orbis exstructa uictoriis Roma corrueret?*, isto é: *Quem poderia crer que Roma, vitoriosa no orbe inteiro, haveria de ruir?* E o mesmo São Jerónimo comenta, na carta a Gerúquia (*Epist.* 123.16), o estado de decadência da cidade eterna, ao mesmo tempo que se interroga, dando sinal de uma enorme inquietude: *Quid saluum est, si Roma perit?* Como se se interrogasse: *Que segurança haverá no mundo, depois da queda de Roma?*²⁸

Recordemos o passo (*Epist.* 123.15-16):

Há já algum tempo, do mar do Ponto até aos Alpes Júlios, que não eram nossas as terras que são nossas e há trinta anos que se combatia no centro das regiões do império [...]. Quem teria acreditado que Roma teria de combater no seu interior não pela glória mas pela sua salvação; mais do que isso: que teria, não

²⁶ As referências geográficas deste texto dizem respeito aos países e regiões do norte e oriente do Império Romano, então as mais ameaçadas pelas investidas dos povos bárbaros.

²⁷ Algumas páginas de Santo Agostinho reflectem a angústia que então se apoderou dos romanos. Os cristãos como ele tiveram tendência a olhar para os funestos acontecimentos como um sinal de que o destino de Roma assim o determinava. Veja-se referência a estes tempos conturbados e ao saque de Roma em Santo Agostinho (vd. Urbano 2010 15-19) e em Orósio 2000 11-13 (da Introdução) e §§ 39-40.

²⁸ O sentimento de São Jerónimo não anda muito longe do expresso nas palavras que Tácito (*Hist.* 4.74) atribui a Petilius Cerialis, comandante de tropas, quando este admite a eventualidade da destruição do Império: “Com efeito - praza aos deuses que não! -, se os Romanos são expulsos [da Gália], que acontecerá se não uma guerra universal?” Um circunstanciado comentário às cartas 60 e 123 de S. Jerónimo pode ver-se em Dias 2006 41-46.

de lutar, mas sim de resgatar a sua própria vida com o ouro e todos os seus bens. Agora, admitindo que tudo acabe em bem, não temos nada a tirar aos inimigos a não ser os bens que perdemos. Um apaixonado poeta, falando do poder de Roma, diz: ‘Que coisa te basta, se Roma é pouco?’ Podemos transformá-lo neste outro elogio: ‘Que coisa se salvará, se Roma perecer?’²⁹

Poucos anos depois, Odoacro assassina Orestes e priva o filho deste, Rómulo Augusto, do poder imperial. Assim caía o último imperador romano do ocidente. A fim de tranquilizar o imperador do Oriente, Zenão, Odoacro apressa-se a enviar as insígnias imperiais para Constantinopla, com o que “está a reconhecer a autoridade suprema do descendente de Constantino, colocando-se como seu vassalo” (Dias 2006 39). Comentando este gesto, Paul Riché (1992 69) afirma: “O Império romano do Ocidente estava morto. Mas ninguém se apercebeu disso.”

Passados mil anos, no séc. XV, quando se assistia ao movimento de renovação dos estudos e do interesse pela Antiguidade Clássica, eram frequentes os lamentos sobre os obscuros tempos passados. Cite-se a este respeito o caso do humanista italiano Poggio, que no livro I do *De uarietate Fortunae* lembrará com tristeza a grandeza perdida de Roma:

“É um pensamento recorrente, para meditar com assombro, que esta colina, o Capitólio, que outrora foi cabeça do império romano, a cidadela do mundo, diante da qual todos os reis e príncipes tremiam, à qual tantos generais subiram em triunfo (...), esteja tão arruinada e destruída, tão mudada em relação ao seu aspecto original, a tal ponto que as heras cresceram no local onde antigamente se sentaram os senadores...”³⁰

Em suma:

Os textos e autores evocados puseram em relevo alguns sinais evidentes ou indícios de contínuas mudanças no orbe romano, resultado ou da decadência da *uirtus* ou da inconstância da *fortuna*. Alguns dos sinais, manifestamente

²⁹ Esta pergunta, que indubitavelmente deixa transparecer uma grande angústia quanto ao futuro – e que ainda hoje nos faz reflectir –, será retomada muitos anos mais tarde, em plena Idade Média, segundo informa Purcell 1995 379: “También la tradición occidental se preocupaba por el poder simbolizado en los monumentos, y por las cuestiones sobre como continuará este y cuándo terminará. Un caso famoso aparece en un texto llamado “citas de los Padres, recopilaciones de escritos, antologias, problemas y parábolas”, erroneamente atribuído a Beda el Venerable: ‘Mientras el Coliseo permanezca en pie, Roma seguirá existiendo; quando el Coliseo caiga, Roma caerá también; quando Roma caiga, caerá el mundo’”.

³⁰ Cit. de Jenkins 1995 39. E o tema das ruínas de Roma deu origem, nesse tempo, a inúmeros poemas. Ianus Vitalis (que morreu em 1560) celebrou-se com o epigrama, em latim, *De Roma Antiqua*, que foi cuidadosa e poeticamente traduzido pelo poeta francês Du Bellay, pelo espanhol Francisco de Quevedo e por alguns outros poetas. Sobre este epigrama e as traduções que dele foram feitas, veja-se Ramalho 1969 297-317.

optimistas, podem ser atribuídos a crenças inabaláveis ou a objectivos de propaganda política, porquanto surgem quando os tempos são de manifesto declínio. Outros sinais antecipam já o que acabará por acontecer.

De então para cá, a admiração de uns e a perplexidade de outros continuaram, e continuarão, a caracterizar o olhar que se volta para a Antiguidade Romana em busca de respostas. Assim se justificam, em grande parte, as “romagens” que continuam a fazer-se a Roma, à Roma cristã e à Roma pagã. Elas atestam, sem qualquer dúvida, a sedução exercida pela forte simbologia do lugar que um dia foi a capital do império.

BIBLIOGRAFA CITADA

- P. F. Alberto (1999), *Tito Lívio. Ab Vrbe condita*. Lisboa, Editorial Inquérito.
- Balsdon (1970), *Roma. Historia de un Império*. Trad. de Luís Gil. Madrid, Ediciones Guadarrama.
- M. Banniard (1995), *Génese cultural da Europa*. Trad. de Alice Nicolau. Lisboa, Terramar.
- H. Bauzá (1988), “Roma y el destino de Occidente”, in *As Humanidades Greco-Latinas e a civilização do Universal*. Congresso Internacional, Actas. Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos.
- P. Brown (1972), *O fim do mundo clássico. De Marco Aurélio a Maomé*. Trad. de António Gonçalves Mattoso. Lisboa, Editorial Verbo.
- A. Cameron (1993), *The Later Roman Empire, AD 284–430*. London, Fontana Press.
- R. M. S. Centeno, coord. (1997), *Civilização Clássica – Roma*. Lisboa, Universidade Aberta.
- A. Chastagnol (1969), *Le Bas-Empire*. Paris, Armand Colin.
- M. Citroni et al. (2006), *Literatura de Roma Antiga*. Trad. de Margarida Miranda e Isaiás Hipólito, revisão de Walter de Sousa Medeiros. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- L. Cerqueira (1991), *Claudiano. O rapto de Prosérpina*. Intr., trad. e notas. Lisboa, Editorial Inquérito.
- P. Courcelle (1964), *Histoire littéraire des invasions germaniques*. Paris, Études augustiniennes.
- M. Christol (2001), “Rome et le peuple romain à la transition entre le Haut et le Bas Empire: Identité et tensions”, in AA.VV., *Identità e Valori: fattori di aggregazione e fattori di crisi nell'esperienza politica antica*. Roma, “L’Erma” di Bretschneider.
- P. B. Dias (2006), “Testemunhos de identificação e de compromisso sobre a crise de Roma (séc. V) no *Epistolário* de S. Jerónimo”, *Biblos* 4, 2ª série, 35-48.
- P. B. Dias (2009), “Espaços e fronteiras do mundo romano na Antiguidade Tardia. Continuidade e rupturas em relação à Europa actual”, in Fr. Oliveira, Cl. Teixeira, P. B. Dias, coords., *Espaços e Paisagens. Antiguidade Clássica e Heranças Contemporâneas*. APÉC / CECHUM, 313-325.
- E.R. Dodds (1965), *Pagan and Christian in an age of anxiety*. Cambridge.

- J. Fernández Ubiña (1982), *La crisis del siglo III y el fin del Mundo Antiguo*. Madrid, Akal.
- A. Ferrill (1998), *La caída del Império Romano: Las causas militares*, Traducción de Pilar González Vermejo. Madrid, Biblioteca EDAF.
- D. Fowler (2000), *Roman Constructions. Reading in Postmodern Latin*, cap. 9 (“The Ruin of Time: Monuments and Survival at Rome”). Oxford, Oxford University Press.
- Fr. Frazier et Chr. Froidefond (1990), *Plutarque, Oeuvres Morales, V, tome I, La fortune des Romains*. Paris, Les Belles Lettres.
- P. Grimal (1986), “La philosophie de l’histoire face à l’angoisse de notre temps”, in *Rome, La Littérature et l’Histoire*, Tome II. Rome, École Française de Rome.
- M.-R. Guelfucci (2010), “Polybe, la Τύχη et la marche de l’Histoire”, in Fr. Frazier et D. Leão (eds.), *Tychè et Pronoia. La marche du monde selon Plutarque*. Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos.
- Ph. Hardie (1994), “Augustan Poets and the Mutability of Rome”, in A. Powell (ed.), *Roman Poetry & Propaganda in the Age of Augustus*. Bristol, Bristol Classical Press..
- R. Jenkins (ed.) (1995), *El Legado de Roma*. Barcelona.
- I. Lana (1998), “La vision tragique de l’histoire chez Ammien Marcellin”, in M.-H. Garelli-François (ed.), *Rome et le tragique*. Palla, Presses Universitaires du Mirail, 237-245.
- E. Magaña Oríe (2001), “Las Éclogas de Nemesiano: comentário filológico”. Madrid, Universidad Complutense.
- E. Marmorale (1974), *História da Literatura Latina*; II. Lisboa, Estúdio Cor.
- J. A. Martín García (1994), *Poesía Helenística Menor (Poesía fragmentaria)*. Introducción, traducción y notas. Madrid, Gredos.
- H.-I. Marrou (1979), *Decadência romana ou Antiguidade tardia?* Trad. port. de Henrique Barrilaro Ruas. Lisboa, Editorial Aster.
- S. Mazzarino (1991), *O fim do mundo antigo*. Trad. de Pier Luigi Cabra. São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora.
- R. Mellor (1999), *The Roman Historians*. London and New York, Routledge.
- A. Michel (1969), *La philosophie politique à Rome d’Auguste à Marc Aurèle*. Paris, Armand Colin.
- P. Orósio (2000), *História Apologética (O Livro 7 das Histórias contra os Pagãos e outros textos)*. Edição de Paulo Farmhouse Alberto e de Rodrigo Furtado. Lisboa, Edições Colibri.

- J.-R. Palanque (1971), *Le Bas-Empire*. Paris, P.U.F.
- M. H. Rocha Pereira (2010), *Romana. Antologia da Cultura Latina*. Guimarães, Babel.
- L. Pernot (1997), *Éloges grecs de Rome. Traduits et commentés par Laurent Pernot*. Paris, Les Belles Lettres.
- F. Peschoud (1967), *Roma Aeterna. Études sur le patriotisme romain dans l'occident latin à l'époque des grandes invasions*. Neuchâtel, Institut Suisse de Rome.
- A. Piganiol (1977), *Histoire de Rome*. Paris, Presses Universitaires de France.
- Nicholes Purcell (1995), "La ciudad de Roma", in Richard Jenkins (ed.), *El Legado de Roma*. Barcelona.
- A. C. Ramalho (1969), "As ruínas de Roma", in Idem, *Estudos sobre a época do Renascimento*. Coimbra.
- R. Rémondon (1970), *La crise de l'empire Romain*. Paris, Presses Universitaires de France.
- P. Riché (1992), *As invasões bárbaras*. Trad. port. de Maria Vallenstein. Mem Martins, Publicações Europa-América, s.d.
- L. Cr. Ruggini (1998), "Ammiano Marcellino: un intellettuale Greco di fronte all'Impero e alla sua capitale", in *Cultura latina pagana (fra terzo e quinto secolo dopo Cristo)*. Firenze, Leo S. Olschki.
- M. R. Serrano (1997), "La pervivencia religiosa pagana en el siglo V: el ejemplo de Rutilio Namaciano", in *La tradición en la Antigüedad Tardía*, Antig. Crist. (Murcia) XIV, 179-187.
- C. M. Urbano (2010), *Santo Agostinho. O De excidio Vrbs e outros sermões sobre a queda de Roma*. Tradução do latim, introdução e notas. Coimbra, CECH.
- J. Vogt (1967), *The Decline of Rome, The metamorphosis of Ancient Civilization*. Translated from the German by Janet Sondheimer. Weinfeld – London.
- Br. Ward-Perkins (2006), *A queda de Roma e o fim da civilização*. Trad. de Inês Castro. Lisboa, Alétheia Editores.
- Peter White (1993), *Promised Verse (Poets in the Society of Augustan Rome)*. London, Massachusetts, Harvard University Press.
- P. Zanker (1992), *Augusto y el poder de las imágenes*. Madrid, Alianza Editorial.

ORÁCULOS BÍBLICOS DE FIM PROJECTADOS POR SOBRE O FIM DE ROMA

José Augusto Ramos
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Resumo: O fim de Roma é um ponto fulcral do discurso apocalíptico onde confluem perspectivas dos oráculos proféticos sobre a prática política das nações estrangeiras. O judaísmo e o cristianismo valorizaram o tema, formulando-o como um juízo de condenação sobre o estado do mundo sob o domínio de Roma.

Palavras chave: Roma, fim, apocalíptica, nações, história, impérios, oráculos proféticos

Abstract: The end of Rome is a nuclear point of the apocalyptic discourse, which retains many perspectives of the prophetic oracles against foreign nations. Judaism and Christianity developed and enriched this theme, using it as a judgment formula and applying it to the state of the world under roman regency.

Keywords: Rome, end, apocalyptic, nations, history, empires, prophetic oracles.

Para esta comemoração historiográfica de um acontecimento que ressoa, de algum modo, como um fim de Roma, é pertinente recolher, em síntese, um tema literário que tem a ver com o fim de Roma e decorre do percurso das literaturas orientais, particularmente da bíblica. Este tema recebe a sua expressão literária maior, em confronto com a história política local de Roma, numa época que coincide mais ou menos com o final do primeiro século da era cristã, quando a fórmula institucional do Império governava o mundo a partir de Roma. Acontecendo isso no final do primeiro século da presente era, estamos ainda muito antes do fim real, cuja efeméride se rememora. Esta proposta de tema mantém, mesmo assim, grande pertinência, porque aquilo que nestes textos se vai formulando não é propriamente o acontecer do fim; é sobretudo a análise das razões pelas quais um fim se demonstrava historicamente justificado e merecido, a julgar pelo olhar e pelos desejos de alguns a quem a história de Roma dizia algum respeito.

1. Roma em leitura ambivalente para o judaísmo antigo.

O mundo dos judeus movia-se tradicionalmente num contexto oriental de coordenadas relativamente claras. Tomando em consideração as referências de orientação geográfica que lhe eram habituais, Roma era uma realidade que se situava literalmente atrás das suas costas, porque a sua orientação se definia de olhos voltados para Oriente. Por via disto, a primeira entrada explícita de

Roma no horizonte literário dos hebreus acontece de uma forma auspiciosa, no capítulo 8 do *Primeiro Livro dos Macabeus*, referindo-se a acontecimentos situados na segunda metade do século II, antes de Cristo. Trata-se de estabelecer um tratado de amizade e colaboração entre Roma e a Judeia. Ora, esta entrada de Roma pode realmente considerar-se auspiciosa, porque a intenção que a ela preside é a de “estabelecer amizade e aliança com os romanos, pedindo a estes que libertassem” os seus novos amigos judeus “do jugo dos gregos, pois viam que o desígnio destes era submeter e reduzir Israel à servidão” (1Mac 18,17-18). Os romanos mostraram-se agradados com estas declarações dos judeus e, mesmo antes de lhes responder, Roma começou a pôr em prática as suas competências de amiga e protectora contra os selêucidas de Antioquia, ameaçando com a sua intervenção, logo que estes dessem motivo para isso (1Mac 8,19-32).

Todavia, apesar deste horizonte de protecção eficaz, é lúcida da parte dos judeus a imagem algo ambivalente que Roma lhes oferecia já naquela altura. Com efeito, os romanos são descritos como “extremamente poderosos” e como “benevolentes para com os seus aliados”. Apesar do aspecto idílico deste olhar, o facto reconhecido era que os romanos “ofereciam a sua amizade a todos os que a eles recorriam, porque, na verdade, o seu poder era muito grande” (1Mac 8,1).

Esta é a síntese histórico-política que serve de pórtico ao famoso capítulo, onde se celebra a aliança entre a Judeia do tempo dos Macabeus e os romanos. A seguir explicita-se aquilo que faz parte da imagem internacional de Roma, veiculada pela comunicação então acessível aos judeus. O conteúdo desta imagem internacional de Roma incluía, nomeadamente, as suas numerosas guerras e conquistas no Ocidente e no Oriente, com dados concretos de regiões e de personagens políticas, que se estendem desde a Gália e a Espanha até à Índia. Não deixam de ser sublinhadas, desde o início, as atitudes de submissão com que os poderes das regiões dominadas costumavam acomodar-se ao poderio de Roma (1Mac 8,2-16).

A substituição da soberania grega (*malkut yavan*¹) pela soberania romana (*malkut edom*²) constitui uma viragem histórica que não revelou, de início, todas as suas virtualidades, mas que o mundo rabínico foi codificando de forma

¹ À letra, “realeza de Javan”. Javan é o nome bíblico para Grécia, até na actualidade (ver Gn 10,3-4) e reenvia evidentemente para o termo de Jónia, com o qual hoje designamos uma parte asiática da Grécia, mas que, visto de além-Mediterrâneo, era realmente a Grécia.

² À letra, “realeza de Edom”. Para metaforizar Roma, o mundo hebraico tardio habituou-se a aproveitar a analogia semântica e nominal de um tradicional vizinho e inimigo histórico de Israel, Edom, situado a Sul do território da tribo de Judá. Trocar o D por um R era um exercício fácil e sugestivo na escrita hebraica. Carvalho 2009 220-222 concretiza alguns aspectos de Edom interpretado como Roma na literatura rabínica. Ver também Hadas-Lebel 1990 460-472.

cada vez mais intensa³. Como potência de origem ocidental, Roma congloba igualmente as memórias de uma geografia bíblica com tonalidades míticas, a dos Kittim, grupo ao qual a condição de estrangeiros e o posicionamento geo-estratégico foi dando cada vez mais conotações de ameaça⁴.

Daqui decorre uma visão do papel histórico de Roma. Segundo este modo de ver, Roma é descrita como portadora de uma civilização que os judeus, na sua generalidade, nunca rejeitaram e como chave de uma globalização da consciência humana, que parecia encaixar razoavelmente bem nas coordenadas míticas do Oriente. A própria visão política que há-de representar Roma e o seu império não parece ainda suscitar grandes motivos de rejeição. Podemos dizer que estes ingredientes compõem um quadro que não seria muito diferente daquele outro quadro drástico que nos vai aparecer no *Apocalipse*, mais de duzentos anos depois. O que acontece é que, nesta fase inicial, as semânticas de ressonância no horizonte da consciência política estavam condicionadas por um panorama significativamente diferente. A protecção oferecida contra uma terceira entidade política, considerada como inimiga, esbate aqueles aspectos que, no poder de Roma, poderiam já ser vistos como negativos⁵. O seu poder, visto como protector, era ainda positivo.

Pouco a pouco, no entanto, Roma vai sendo conotada, nos vários meandros onde podemos encontrar a expressão da sensibilidade judaica, com as potências inimigas e com os impérios do passado, que foram conquistadores e opressores. Todos eles, com efeito, tinham deixado na memória uma profunda imagem de sofrimento e na alma uma imensa vontade de rejeição e liberdade. O lado positivo destas emoções e desta memória é o facto de, apesar de tudo, elas terem contribuído intensamente para a definição da consciência de identidade com que os judeus se foram assumindo e projectando no convívio das nações.

Os pronunciamentos sobre o fim de Roma mantiveram sempre esta ambivalência e não se apaga a vontade de tratar da questão romana como sendo parte integrante do mundo dos judeus durante os aproximadamente duzentos anos que decorrem entre o *Primeiro Livro dos Macabeus* e o *Apocalipse de João*. Vários momentos difíceis da experiência vivida sob dominação romana traziam ao espírito, com alguma naturalidade, o tema sobre o fim de Roma, tal como aconteceu com a catástrofe do ano 70 e a destruição do

³ Schäfer 1989 49-50.

⁴ Collins 1998 93; Hadas-Lebel 1990 40-43; 339-341. Étnica e onomasticamente associados a Javan (Gn 10,4; 1 Cr 1,7) e a Chipre (Is 23,1; Nm 24,23) bem como a várias regiões do Egeu (Jr 2,10; Ez 27,6), os Kitim foram servindo para identificar os conquistadores que chegavam dos lados do mar Mediterrâneo (1 Mac 1,1; 8,5; Dn 11,30).

⁵ Schäfer 1989 70-71.

templo de Jerusalém⁶, Alguns textos judaicos como o da *Regra da Guerra*, nos manuscritos do Mar Morto (Qumrân), representam certamente um gênero, uma literatura onde a sensibilidade judaica processa e como que planifica o fim de Roma, dando ao tema uma particular intensidade⁷. No entanto, a carga de quietismo que os envolve mostra bem que eles devem servir sobretudo para contemplar e aprofundar as razões pelas quais Roma merecia conhecer e sofrer o seu fim. Tais elucubrações aparentemente meticulosas não representavam uma autêntica estratégia de poder militar sério e alternativo⁸.

O silêncio sobre Roma e o seu impacto vai tornar-se de regra entre os judeus, praticamente só com a razia consumada sob o domínio do Imperador Adriano, que os levou a renunciar, de forma quase radical, a outras expectativas escatológicas⁹. Na verdade, por essa altura, era já o cristianismo que estava a assumir a questão de Roma, para a tratar, a seu modo, como uma questão de sentido da história, primeiro como um drama de sabor apocalíptico e depois como a epopeia de uma utopia universal.

2. Confluência de imagens entre Roma e Babilónia:

Os judeus da era do Novo Testamento identificavam-se naturalmente com Jerusalém e esta sua cidade capital coincidia essencialmente com a instituição religiosa, social e política que era o templo¹⁰. Desde antes do início da História, era no templo que as civilizações do antigo Oriente encontravam as coordenadas profundas do conceito de cidade como uma rede humana de solidariedades. Ora os acontecimentos maiores da história do templo de Jerusalém, marcados por memórias de carácter negativo, são as suas duas destruições. Uma primeira destruição ocorreu quando os exércitos de Nabucodonosor conquistaram a cidade, em 587/586; e a figura que ficou como portadora desta memória trágica e passou a carregar com o peso da sua imputação ético-política foi a cidade e capital do respectivo império, a Babilónia. A tendência semítico-bíblica para personificar a imagem da cidade facilita a imputabilidade destas responsabilidades históricas. É esta a maneira de imputar sentidos e responsabilidades dentro da ética pré-clássica. A segunda destruição do templo, naturalmente marcada pela rejeição da parte dos hebreus, foi aquela que teve lugar por iniciativa dos soldados de Tito, no ano 70 da nossa era. A grande responsável por esta segunda destruição é

⁶ Hadas-Lebel 1990 430ss.

⁷ Collins 1998 168; Collins 1997 95-109; Vermes 2006 163-187; Hadas-Lebel 1990 40-43; 339-341.

⁸ Sobre o carácter quietista do discurso dos apocalípticos, apesar da intensidade e do evidente frenesim, ver Ramos 2006 20-24.

⁹ Collins 1998 281.

¹⁰ Jeremias 1969 25-30.

a rede de poder comandada pela cidade-personagem referida pelo nome de Roma.

Quando os textos de lamentação e memória tentam imputar o crime da destruição a um agente específico, preferem referir a cidade¹¹. É como que uma forma abstracta e sistémica de tratar os acontecimentos com a sua estrutura de poder. Isso faz dos acontecimentos um projecto de opressão que tem sempre mais ressonância do que um acontecimento que tivesse tido lugar episodicamente no percurso histórico de um homem. Acontece também assistir-se ao desdobramento da imputabilidade por duas figuras, a da cidade e a do rei que a governava na altura. Assim se desdobram, no *Apocalipse*, as referências principais ao papel da cidade com as referências mais secundárias ao papel da Besta como referência a um imperador selvagem¹².

O estereótipo da prostituição aplicado como designativo principal da cidade é a maneira de formular o tratamento das questões históricas como aventuras de pertinência antropológica. Os procedimentos de Roma têm a marca de comportamentos anómalos. Desde os grandes textos de Oseias (4,11-19) e de Ezequiel (16; 23) que esta metáfora amorosa do desafeiçoamento dos hebreus relativamente ao seu Deus significava sobretudo as atitudes planeadas de caminhos políticos ilegítimos e não quaisquer comportamentos respeitantes ao domínio da sexualidade.

Digamos que a pertinência sexual desta metáfora se insere na compreensão da sexualidade à maneira bíblica, isto é, como um tipo de vivência em que os compromissos interpessoais, sejam de teor jurídico sejam diferentes, é que definem o sentido de transgressão que se encontra em jogo a cada momento. Sem inovar também neste ponto concreto, o apocalipse cristão aproveita a conjugação estereotipada de Babilónia e Roma no figurino de uma cidade que é a capital de um poder opressivo¹³.

Com efeito, o *Apocalipse* encontra-se precisamente na encruzilhada histórica entre o judaísmo e o cristianismo. Por isso, permanecem eficazes os sentidos históricos que estes temas vinham acumulando e com os quais se foi recheando a memória do judaísmo, de século para século. No tempo em que o *Apocalipse* foi ganhando a sua redacção definitiva, o cristianismo encontrava-se já a caminho de conseguir a sua afirmação como um bloco autónomo relativamente ao judaísmo. Este percurso ia acontecendo, por força

¹¹ Seja qual for a data que se assumir para origem de um texto como o Salmo 137, 8-9, a sua parte final atira com o pesado castigo pelo exílio dos judeus para cima da própria cidade da Babilónia, com tonalidades tão radicalmente dramáticas que a própria liturgia sempre teve dificuldade em assumir como oração.

¹² Sobre a Besta, cuja elaboração parece mais descoordenada com a época de referência mais nuclear para o conjunto do livro, ver Saoût 2004 135-145.

¹³ Collins 1998 234.

do crescendo de identidade do próprio cristianismo, bem como por via da cada vez mais acentuada vontade política da comunidade judaica no sentido de excluir o grupo cristão de entre as suas hostes. As grandes coordenadas para a leitura da História transitavam igualmente do contexto social do judaísmo para o âmbito de um outro espaço cultural; desta maneira elas se afirmavam e se enraizavam ganhando progressivamente foros e dimensão internacional.

3. O fim de Roma no *Apocalipse*, 17,1 a 19,10.

Tal como acontecia em 1Mac 8, também em Ap 17 se assinala a referencia a uma rede mundial de parceiros que estão articulados com o destino de Roma. Cabe-lhe a ela evidentemente a função de presidir. Contudo, o ambiente que se reflectia no *Livro dos Macabeus*, por volta em 150 a. C., era de êxito, entusiasmo e colaboração. Pelo contrário, a imagem desta nova globalidade romana exposta no *Apocalipse* é de fracasso, suspeição e inveja e de ameaça mútua. É o mundo que desmorona sobre Roma. Em vez de ser o seu palco de sucesso, é a fonte da sua ruína.

Por outro lado, os traços com que se descreve a cidade de Roma e o tratamento metafórico que lhe é dado nem sequer dependem do conhecimento directo ou indirecto da realidade urbana da grande cidade capital. Pode tratar-se, na prática, de uma transposição imagética feita com toda a probabilidade a partir da imagem inscrita numa moeda com a efígie da *dea Roma* que começou a circular na província da Ásia pelos finais do séc. I, d. C.¹⁴. Avulta sobre esta paisagem histórica a figura do imperador Domiciano e a imagem existencial do poder de Roma, apresentada como uma deusa em efígie numismática a circular nesta província da Ásia¹⁵.

Esta imagem foi inicialmente fixada em peça de numismática, mas a frequência cultural serviu para lhe preparar a capacidade literária de metáfora, servindo de modelo apocalíptico, para garantir efeitos surpreendentes: ganha o estatuto de uma visão¹⁶. Assistimos desta maneira ao processo cultural de uma espécie de narratividade efrasística que segue o género literário próprio de uma visão. Esta transposição dá ao quadro um ritmo mais dinâmico, movimentado e intenso e, por outro lado, enquadra o discurso no contexto claramente apocalíptico, onde as realidades são apresentadas como grandes visões. É uma maneira prática e eficaz de fazer incidir a intencionalidade hermenêutica sobre os conteúdos visionados. No discurso apocalíptico e no discurso bíblico em geral, as visões são géneros literários de contextualização ou encenação hermenêutica.

¹⁴ Cf. Carvalho 2009 112-148.

¹⁵ Aune 1998 919-928.

¹⁶ Ap 17,3-18.

O capítulo 17 contém uma narrativa onde a figura central é Roma, sem o seu nome explícito mas com os traços mais distintivos. O capítulo 18 é uma liturgia trágica, onde Roma aparece revestida de uma Babilónia mais carregada de simbolismo e com o dramatismo tradicional da queda das cidades (Ap 17,3-18). Esta queda acontece por intervenção de Deus, sugerindo que se trata propriamente de um juízo e não de um facto, seja em relato seja em prenúncio. Falar de intervenção de Deus é mais para sugerir um significado do que narrar ou antecipar uma intervenção ou uma causalidade factual. A forma literária tradicional era já uma síntese final como sentença em actuação, sem se ocupar dos agentes dessa destruição.

O facto de a figura sujeita a juízo, na lamentação litúrgica do cap. 18, ser uma cidade sublinha ainda mais que aquele julgamento vai incidir directamente sobre o programa político e a prática de poder, sobre o seu estatuto ético e sentido axiológico, destacado sobre o horizonte do mundo e da história. A ressonância universal sugerida assim o diz. O elenco das três personagens que proclamam uma lamentação em Ap 18, 9-19.21-24 representa sectores significativos da acção político-económica da(s) cidade(s), nomeadamente reis, comerciantes e marinheiros¹⁷. Está assim bem definida a fórmula social essencial de uma cidade oriental, situada na orla marítima. Não esquecer que a lamentação-juízo sobre a cidade fenícia de Tiro em Ez 27-28 parece ser uma das principais fontes de inspiração do autor do *Apocalipse*. Recorrendo à imagem de Tiro, Ezequiel não está a apontar a figura de um inimigo próximo que representasse alguma ameaça; está a servir-se de um cliché histórico da cidade como identidade cultural.

Na elaboração do quadro sobre a queda de Roma, exposta com bastantes mais ecos do que pormenores ao longo dos capítulos 18 e 19, o autor reutiliza, com intuito de actualização, a riqueza de um património histórico-literário que encontramos na Bíblia, em estado de permanente releitura e actualização. Este género deriva de um tema clássico e já milenar nas culturas do Oriente antigo, de que podemos referir, como ocorrência mais antiga, a lamentação sobre a queda de Acad ou Agadé e, já dentro da Bíblia, o célebre livro das *Lamentações*, que a tradição foi associando ao nome de Jeremias¹⁸.

As mais conseguidas e vistosas realizações deste género literário encontram-se na linha dos “oráculos contra as nações”. Esta actividade de pronunciamento sobre o estado das relações internacionais que, neste caso, diziam respeito aos hebreus identificava-se com uma das tarefas que a função profética mais frequentemente representava. Os casos mais notórios podem

¹⁷ Carvalho 2009 515.

¹⁸ Cf. Morla Asensio 1994 493-527.

encontrar-se em Isaías¹⁹, Jeremias²⁰, Ezequiel²¹, Joel²², Amós²³, Abdias²⁴, Naum²⁵, Sofonias²⁶.

Relativamente ao tema que estamos a tratar, é sobre os textos de Is 47, Ez 26-28 e Jr 51 que o efeito de sobreposição hermenêutica entre a imagem da Babilónia e a função de Roma se realiza mais claramente²⁷. O recurso ao tema da condenação das nações, proveniente dos discursos proféticos, dá a entender que a literatura apocalíptica não pretende somente iluminar por novas perspectivas o horizonte humano do seu tempo, mas, com um sentimento mais nacionalista, pretende ainda mostrar solidariedade com os outros povos que estavam dominados pelos romanos, reforçando a ideia de que o seu poder pudesse ser substituído²⁸.

Uma tónica comum a todos estes discursos é o facto de eles sublinharem as referências ao fim das cidades e povos nomeados e postos como alvo de pronunciamento e juízo. A decisão com que o fazem parece sugerir que é o fim real que está em causa e de que aquela intervenção configura uma profecia cujo cumprimento realmente se espera. Não é, contudo, este o sentido que a história nos confirma. Estes discursos constituem, na verdade, um pronunciamento “historiológico”: é o sentido e o juízo sobre aquele modelo histórico de poder aquilo que se encontra sob análise; e o fim de que se fala é um voto para que, o mais depressa possível, chegue ao fim aquele modelo de poder. Aquilo que aqui se faz é, por conseguinte, um discurso hermenêutico com a intencionalidade de um sentenciamento axiológico. Estes oráculos são, por conseguinte, uma promoção do fim em causa, sem promover ou organizar uma qualquer revolta militar ou assédio. Aquilo que designámos como juízo “historiológico” mantém a seu carácter quietista: é uma análise sobre a justiça dos poderes. O que faz é definir e declarar. É esse o seu tipo de intervenção.

¹⁹ Is 14-20: Oráculos sobre Babilónia, Assírios, Filisteus, Moab, Damasco, Etiópia e Egipto; Is 21: queda da Babilónia, Idumeia, Arábia e Quedar; Is 22: Chebna; Is 23: Tiro e Sidon; Is 24: destruição da terra; Is 34: pequeno apocalipse; Is 46-47: queda da Babilónia.

²⁰ Jr 25-38: Contra as nações estrangeiras (25,31: juízo contra toda a humanidade); Jr 46-51: oráculos contra Egipto, Filisteus, Moab, Amon, Edomitas, Damasco, Quedar, Haçor, Elam, Babilónia.

²¹ Ez 25-31: Oráculos contra Amonitas, Moabitas, Edomitas, Filisteus; Tiro e Sidon; Faraó e Egipto.

²² Jl 4: Julgamento das nações pagãs congregadas no Vale de Josafat..

²³ Am 1-2: Oráculos contra as nações. Damasco, Filisteus, Tiro e Fenícios, Edomitas, Amonitas, Moabitas e até Israel e Judá; Am 8,8-14: Dia do Senhor.

²⁴ Abd: Edom e Dia do Senhor: “e o reino pertencerá ao Senhor” (21).

²⁵ Na 2,4-3,19: Ruína de Nínive. (texto sintético e rico).

²⁶ Sf 1-2: Dia do Senhor e oráculos contra as nações, nomeadamente Filisteus, Moab, Amon, Etiópia, Assíria,

²⁷ Carvalho 2009 418

²⁸ Antonio Piñero 1991 215.

Por princípio ou por resolução de uma impotência clara e assumida²⁹.

Há, todavia, no movimento com que se anuncia o fim de Roma, um efeito de conspiração de poderes hostis em direcção a ela (Ap 17,13.17). Porém, essa convergência é reiteradamente caracterizada como sendo fátua e im procedente. Afirmar de forma quietista a proclamação da justiça e do direito é a atitude de realismo que resta.

Entretanto, o sinal claro de que não se trata de uma sentença de fim é o facto de se anunciar que o império que se vai seguir é de um outro tipo completamente diferente. Ele pertence a uma figura surpreendente, o Cordeiro, imagem de fraqueza dotada de autoridade. E esse novo império é, na verdade, uma festa de casamento; são as bodas do próprio Cordeiro (Ap 19,5-10).

A esta radical mudança de perspectiva acresce ainda a subtileza de este julgamento e queda poderem ter um sentido de conversão. Os oráculos sobre as nações seriam um combate pela correcta prática de poder e não pela destruição dos seus eventuais maus executantes³⁰. A ideia de um juízo com intuito de correcção pode ser uma valência real para uma leitura complementar e sistémica dos oráculos contra as nações.

4. Roma como referência perene do Quarto Império

A metáfora da história apresentada por Daniel, na famosa visão fundadora do discurso apocalíptico, assenta sobre a acumulação de três impérios já passados que lhe servem para expor metaforicamente a estrutura sequencial do tempo político e burilar a experiência histórica que lhe define o conteúdo e apura o sentido (Dn 7,1-8). Em seguida, o vidente Daniel foca a atenção no quarto império que é aquele que ocupa todo o horizonte do presente, de modo a deixá-lo fechado e esgotado. É neste império do presente que incidem as análises de pormenor; é ele que é submetido à hermenêutica apocalíptica e é ele que sofre o juízo de condenação. Os pormenores chegam a ser tão acumulados que atrapalham a leitura, pelo menos para nós que intuimos o teor da concretização, mas não o conseguimos discernir quanto aos pormenores de época, por causa da falta de familiaridade que a distância nos impõe. Contrariamente aos anteriores, já não se refere a identificação do animal que representa este quarto império da série histórica. Este é o animal do presente. Em princípio, qualquer leitor-hermeneuta tem modo de proceder à identificação deste inimigo.

É mais radical ainda a viragem do olhar para o horizonte de alternativa que deverá pôr fim ao quarto império. Perante as naturais expectativas do

²⁹ Ver acima, nota 8.

³⁰ Bauckham 199 238-333.

ouvinte / leitor sobre este último império, que seria o quinto e cuja aproximação se representa em contornos de verdadeira utopia, os traços de definição mostram-se claramente contidos e sublinham o entusiasmo que a viragem suscita, mais do que a definição concreta dos seus traços reais e concretos (Dn 7,9-14).

Ora, no tempo de Daniel, o quarto império referia-se sobretudo ao reino dos Selêucidas, o qual, a partir de Antioquia da Síria, dominava um pequeno mundo, suficiente, no entanto, para que os judeus se sentissem nele incomodamente espezinhados. Era esse o animal opressor ainda em acção, e contra ele se voltava a crítica e o queixume do vidente apocalíptico. Pouco mais de um século depois, era já evidente para os judeus que o império da opressão apocalíptica, o quarto império segundo a enumeração daniélica, passara já a ser identificado com o Império Romano, que, pouco antes, havia sido declarado tão seu amigo³¹.

Passado, entretanto, este núcleo apocalíptico de protesto do campo do judaísmo para o do cristianismo, sobretudo depois da destruição de Jerusalém e do seu templo, no ano 70, d. C., o império romano transformou-se na imagem perene do quarto império, segundo a leitura da metáfora daniélica, e de forma tão radicalizada o faz que consegue personificar definitivamente a Babilónia como símbolo do mal. Transformando em paradigma a metáfora histórica de Daniel, este discurso de teor apocalíptico acabou por fixar a imagem de Roma nessa função até aos dias de hoje. Para identificar Roma com o animal do quarto império, o qual, de início, representava os Selêucidas, o apocalipse apresenta esta nova besta subindo do mar, à imagem daquilo que acontecia na descrição de Daniel (Dn 7,7-8; Ap 13,1-10). A fenomenologia apresentada descreve Roma como potência invasora, subindo do mar. Em terra, corresponde-lhe outra besta que é a encarnação local do poder da primeira (Ap 13,11-18). O que foi invadido e se encontra oprimido está em terra: é o espaço de habitação dos destinatários da mensagem apocalíptica. O autor do Apocalipse procura reatualizar Daniel³².

As leituras judaicas de messianismo e apocalíptica que foram sendo feitas em épocas posteriores continuam a identificar o quarto império com o domínio de Roma, mesmo que, com alguma ironia do destino, tenham de integrar nesse papel o próprio cristianismo que se lhes apresenta historicamente como tendo assumido igualmente uma identificação funcional com a própria Roma. A apocalíptica judaica medieval continua a processar essa mesma sobreposição³³. Da parte do cristianismo a questão não se punha da mesma maneira, uma vez

³¹ Hadas-Lebel 1990 473-482; Collins 1998 93

³² Carreira das Neves 2007 374.

³³ Ver Ramos 2006 381.

que, em geral, se considerava que o tempo histórico da Igreja tinha ultrapassado o do quarto império, mesmo que a relação com o quinto império continuasse a ter aspectos enigmáticos e dialécticos.

A identificação da Roma papal representada pela prostituta apocalíptica foi uma metáfora frequentemente utilizada pelas várias correntes críticas do catolicismo na época moderna³⁴. Trata-se, de certo modo, de uma aplicação análoga do discurso apocalíptico.

Curiosamente, até o tempo de domínio muçulmano, segundo os utilizadores judeus da apocalíptica, está integrado nos parâmetros que correspondem à era de poder romano, por muito pouco que o poder islâmico possa ter-se identificado com o destino de Roma. O império de Roma assumiu, por conseguinte, o estatuto essencial dentro da esquematização historiográfica do texto de Daniel, apesar de este representar uma versão pré-romana da história. Roma passou a representar o período mais tenso e denso da História, o presente com o peso e a opacidade dos seus problemas imediatos e incontornáveis.

Apesar de tudo, considerava-se que, do quadro metafórico da história segundo Daniel, o império que estaria sujeito a um processo de definição mais complexo seria o Quinto Império. Como realidade futura deveria estar sujeito a contínua reformulação até que uma versão adequada viesse satisfazer completamente as dimensões de utopia implicadas. Com a metáfora de Daniel, estabeleceu-se o paradigma da história, em passado (três impérios), presente (um império) e futuro (um império). Todos os presentes até agora têm sido declarados como tempo de Roma.

5. Ambivalência persistente na leitura sobre a função histórica de Roma

Caracterizámos a imagem de Roma, no judaísmo do século II, a. C., como uma leitura de colorido ambivalente. Ora, essa leitura dividida sobre o significado histórico que devia reconhecer-se a propósito de Roma acabou por se transformar numa fórmula cuja validade transitou do judaísmo para o cristianismo, continuando a motivar atitudes opostas, polarizadas entre a vontade de rejeição e o impulso de assunção. O cristianismo nasceu numa ecúmena que, para além da hegemonia política, reconhecia uma espécie de presidência romana, entre sentimentos de entusiasmo, resignação e alguma revolta. Este enquadramento é particularmente sublinhado no início do *Evangelho de Lucas*³⁵ e projecta-se programaticamente em direcção a Roma,

³⁴ Cf. Saoût 2004 169-170.

³⁵ Lc 2, 1-6. Se, como parece ser facto, o recenseamento aludido por Lucas tiver tido lugar na Síria-Palestina uns doze anos depois do nascimento de Jesus, maior pertinência ganha a vontade de fazer deste horizonte romano-planetário o enquadramento histórico significativo

como nos mostra, de seu punho, o mesmo Lucas no livro dos *Actos dos Apóstolos*³⁶. Assim se recuperavam algumas das razões de apreço do primitivo judaísmo pelo mundo romano. O tempo e o contexto de Lucas³⁷ valorizavam essa leitura positiva da sombra romana por sobre o palco da história comum. Não deveria sequer ser muito fácil continuar a propor estas perspectivas nos anos que se seguiram à destruição de Jerusalém, no ano 70. O tom amargo que se pressente no *Apocalipse*, algumas dezenas de anos mais tarde, no contexto específico da Ásia Menor dos finais do século I³⁸, parece oferecer uma leitura completamente negativa sobre o significado histórico de Roma. Ela é ali identificada como a antonomásia histórica do mal e da opressão. O capítulo 18 faz de Roma a grande Babilónia, a muito criticada prostituta da história.

Em contraposição, o quinto império, que, no esquema de Daniel, não foi definido com esta fórmula rigorosa de seriação, foi apresentando sempre modalidades diferentes, em cada nova proposta de formulação, de acordo com as perspectivas e os interesses de cada um dos que se agarravam às expectativas nele concentradas. O seu estatuto pode ser tão variado e sugerido de forma tão subtil; pode buscar alternativas de poder de modelo tão diferente que nem sequer se lhe atribui o rótulo específico de um novo império. Assim acontecia, logo de início, no livro de Daniel, onde, apesar do aparato da vinda de uma figura como um filho de homem sobre as nuvens do céu, isso apenas significava a consciência ou o desejo de que tivesse chegado a hora de o poder passar para as mãos dos santos do Altíssimo. Aliás, a falta de numeração de série para a quinta figura de poder, o facto de não ter figuração como animal e a sua caracterização como um simples ser humano indicam que os quatro impérios identificados com um animal são vistos como maus.

O cristianismo primitivo apresenta três atitudes diversificadas relativamente ao poder romano: o reconhecimento de uma autoridade que promove a ordem social existente; a contraposição entre duas ordens de realidade e de valores diferenciados; e uma mais radical atitude que demoniza as entidades, individuais e colectivas, que se identificam com o poder imperial. O livro do *Apocalipse* parece situar-se sem grandes dúvidas nesta última posição³⁹.

A quinta fase da história sob o ponto de vista da concentração de poder, não podia ser considerada um império. E este matiz contrasta com a naturalidade

para o nascimento de Jesus.

³⁶ Este é o horizonte de difusão do cristianismo proposto como programa no livro dos Actos, tal como se pode ver pela coincidência entre o projecto (Act 1,8) e a realização (28,16-28).

³⁷ Situado entre a Síria e Roma, a partir de meados do século I.

³⁸ De vários elementos internos, parece resultar inquestionável que o Apocalipse tenha tido origem em ambientes cristãos, talvez até minoritários, na costa sudoeste da Ásia Menor. Patmos seria uma referência tradicional verosímil, portanto.

³⁹ Cf. Vouga 1997 222; 25-26.

com que ocorre o conceito de império para esta quinta etapa na linguagem de António Vieira. A fórmula é suficientemente concentrada e também genérica para se manter esta importante transferência em estado de indefinição até aos dias de hoje, deixando inevitavelmente pairar um sentimento de desencanto. Foram as re-elaborações estratégicas posteriores desta expectativa que levaram à formulação de sucessivos rótulos, entre os quais podemos mencionar, no nosso próprio contexto cultural português, o célebre rótulo de Quinto Império. Esta fórmula identifica sobretudo a elaboração genial que se deve ao Padre António Vieira, numa viragem radicalmente significativa da nossa história política nacional e até mesmo num ponto crucial da civilização mundial que ele soube perceber.

O fim de Roma anunciado no *Apocalipse* deve, por conseguinte, entender-se como um julgamento que incide sobre o sentido da sua regência histórica, eventualmente figurada e politicamente vivenciada através da “aparição” de uma moeda com a efigie da *dea Roma*, a circular diante dos olhos do autor asiático e dos seus primeiros leitores cristãos. Não é a visão de um fim real pré-anunciado nem sequer previsto de forma concreta; é uma sentença de condenação⁴⁰; é a antevisão e a convocação do género de fim que as injustiças e excessos com que Roma sobrecarregou a sua imagem ao longo da história definitivamente merecem. O discurso apocalíptico foi exímio a processar sínteses de evidência sobre o sentido da história, com base na acumulação de dados convergentes⁴¹.

Transposta para o *Apocalipse*, esta tradição literária de oráculos contra uma cidade-nação tem dado a impressão, ao longo de milenares leituras cúmplices, de ser uma imagem de fim para o mundo inteiro. As tonalidades míticas do discurso apocalíptico projectam naturalmente universalidade. Porém, no seu espaço histórico, estes oráculos nunca deram a impressão de ser uma profecia sobre o fim do mundo conhecido. Um tal conceito seria até, para os antigos orientais, perfeitamente incompreensível. Pelo contrário, esta leitura de fim universal tem ocorrido com facilidade no imaginário colectivo, ao longo da história de leitura deste livro. Houve, sem dúvida, uma transformação de perspectivas; ou então poderá existir algum movimento semântico pendular, no interior destas metáforas.

Na verdade, esta ambivalência simbólica de Roma no horizonte deste julgamento pode ainda continuar a convergir de forma coerente com a intencionalidade essencial da mundividência apocalíptica, a qual não consiste em proclamar o fim de uma cidade ou do próprio mundo, mas acreditar e

⁴⁰ Ap 17,1. A fórmula de “julgamento da grande prostituta”, escolhida por J Carreira das Neves 2007 394, soa perfeitamente correcto, do ponto de vista hermenéutico.

⁴¹ Cf. Ramos 2010 41.

propugnar pela transformação do estado do mundo, de forma empenhada e utopicamente radical. É possível que a forma taxativa com que a apocalíptica parece propor a imagem de fim provenha precisamente do seu carácter utópico e radical. Com efeito, imediatamente antes do seu epílogo (Ap 21,9-22,5), reaparece a figura metafórica da noiva, já apresentada em cerimónia nupcial em Ap 19,7-9 e agora transformada numa cidade nova, cidade noiva, a Jerusalém trono de Deus e centro de um mundo novo, com características de paraíso (Ap 21,15-22,5).

BIBLIOGRAFIA

- D. E. Aune (1998), *Revelation 17-22*. Nashville, Th. Nelson Publ.
- R. Bauckham (1998), *The Climax of Prophecy*. Edinburgh, T&T Clark.
- J. Carreira das Neves (2007), *A Bíblia, o livro dos livros, II: Comentários ao Novo Testamento*. Braga, Ed. Franciscana.
- (2010), Rec. J. C. Carvalho, *Esperança e resistência em tempos de desencanto*, in *Didaskalia* XL 232-237.
- J. C. Carvalho (2009): *Esperança e resistência em tempos de desencanto. Estudo exegetico-teológico da simbologia babilónica de Ap 18*. Porto, UCP.
- J. J. Collins (1997), *Apocalypticism in the Dead Sea scrolls*. London / N. York, Routledge.
- (1998), *The apocalyptic imagination: an introduction to jewish apocalyptic literature*. Michigan, William B. Eerdmans.
- J. M. Court (1997), *Reading the New Testament*. London, Routledge.
- M. Hadas-Lebel (1990), *Jérusalem contre Rome*. Paris, Cerf, (rec. *Cadmo* 4/5).
- J. Jeremias (1969), *Jerusalem in the time of Jesus*. Filadélfia, Fortress Press.
- P. Johnson (2001), *História do cristianismo*. Rio de Janeiro, Imago.
- H. Küng (1994), *Cristianismo, essência e história*. Lisboa, Círculo de Leitores.
- V. Morla Asensio (1994): *Libros sapienciales y otros escritos*. Estella, Verbo Divino.
- A. Piñero, ed. (1991), *Orígenes del cristianismo: antecedentes y primeros pasos*. Córdoba, Ed.nes Almendro / Madrid, Univ. Complutense.
- A. Piñero (1991), “Elementos apocalípticos en el Nuevo Testamento”, em A. Piñero, ed., *Orígenes del cristianismo: antecedentes y primeros pasos*. Córdoba, Ed.nes Almendro / Madrid, Univ. Complutense, 201-218.
- J. A. Ramos (2006), “Guerras de identidade na época judeo-helenística”, in A. Ramos dos Santos – J. Varandas, coords, *A guerra na antiguidade*. Lisboa, Centro de História/Caleidoscópico, 11-24.
- (2006), “Definir o Messias, segundo Abravanel”, in M. F. Reis, coord., *Rumos e escrita da História: Estudos em homenagem a A.A. Marques de Almeida*. Lisboa, Edições Colibri, 373-389.
- (2010), “A Regra da Guerra ou a “Ordem Militar” de Qumrân”, in A. Ramos dos Santos e José Varandas, coords, *A guerra na Antiguidade III*. Lisboa, Centro de História/ Caleidoscópico, 23-42.

- Ramos dos Santos – J. Varandas, coords (2006), *A guerra na antiguidade*, Lisboa, Centro de História/Caleidoscópio.
- (2010), *A guerra na Antiguidade III*. Lisboa, Centro de História/Caleidoscópio,
- F. Reis, coord. (2006), *Rumos e escrita da História: Estudos em homenagem a A.A. Marques de Almeida*, Lisboa, Edições Colibri.
- Y. Saoût (2004), *Não escrevi o Apocalipse para assustar ninguém!: por João de Patmos*. São Paulo, Ed. Loyola.
- P. Schäfer (1989), *Histoire des juif dans l'antiquité*. Paris, Ed. du Cerf.
- L. L. Thompson (1990), *The Book of Revelation: Apocalypse and Empire*. Oxford, University Press.
- G. Vermes (2006), *Manuscritos do Mar Morto*. Lisboa, Esquilo.
- F. Vouga (1997), *Les premiers pas du christianisme*. Paris, Labor et Fides.

CRISTIANISMO E RESPONSABILIDADE CRISTÃ NA QUEDA DE ROMA

PAULA BARATA DIAS
Universidade de Coimbra

Resumo: os dois últimos séculos de Roma caracterizaram-se pela progressiva cristianização do império, intensificada a partir de Constantino, e pela instabilidade interna e externa que teria como desfecho a queda de Roma em 476. Testemunhos antigos referiram as acusações da responsabilidade que a nova religião teve na debilidade do império, e a tradição historiográfica, de que Edward Gibbon é um exemplo, destacaram o peso do factor religioso cristão na falência institucional e moral de Roma tardia. É nossa intenção participar nesta discussão, analisando primeiramente as transformações ocorridas no mundo tardio com a introdução generalizada do cristianismo na vida pública, apresentando os perfis de cidadania cristã destes dois últimos séculos e, finalmente, discutindo se estes modelos cristãos estavam empenhados na conservação de Roma e eram com ela compatíveis.

Palavras-chave: cristianismo, Constantino, Igreja, antiguidade tardia, Édito de Galério, Édito de Milão, Lactância, Jerónimo, Agostinho

Abstract: The last two centuries of Rome the were characterized by the progressive Christianization of Roman Empire, becoming stronger after Constantine, and also by the internal and external instability which resulted, finally in the 476's Roman fall events. Ancient authors referred accusations of this new religion responsibility in the debility of the empire, and also historiography, which E. Gibbon may be the major example, putted on evidence the gravity of this religious factor into the institutional and moral decay of Late Rome. It's our aim to participate in this discussion, by analyzing, firstly, the transformations occurred in the Late World with the generalization of Christianity into the public; by presenting the dominant Christian citizenship profile in this two last centuries and, finally, by discussing if these models were committed in the preservation of Rome, or were compatible with it.

Key words: Christianity, Constantine, Church, Late Antiquity, Edict of Galerius, Edict of Milan, Lactantius, Jerome, Augustine

Os romanos da antiguidade tardia, particularmente os membros das elites urbanas responsáveis pelo exercício dos poderes cívicos, políticos e militares nas cidades orientais do Império, eram na sua grande maioria cristãos. Os quatro séculos anteriores proporcionaram à nova religião uma inserção transversal, entrando no quotidiano dos mais humildes até ao dos mais afortunados habitantes do império. Por isso, ser cristão no império romano, na alvorada da *Pax* constantiniana, apesar da hostilidade pública e dos intermitentes episódios de perseguição, que tiveram variações regionais de acordo com a

divisão política e administrativa da tetrarquia¹, era uma condição corrente apresentada como impossível de debelar, devido à sua expressão demográfica e carácter diluído na diversidade social do mundo tardio.

Tenhamos em consideração, primeiramente, os dois textos fundamentais que formalizaram a integração e o acolhimento do cristianismo na ordem legal romana. O abandono da perseguição aos cristãos proclamada pelo Augusto Galério na sua capital de Nicomédia, com o Édito de Tolerância de 311, exprime a capitulação do governante face a um combate inútil²:

“...Finalmente, dominado pelos sofrimentos, é levado a procurar Deus. Nos intervalos de um novo surto de dor, exclama que vai restaurar a Igreja e que a irá compensar pelos crimes. E já muito débil emitiu um édito, com estas palavras:

-Entre todas as medidas sempre tomadas para o benefício e vantagem do Estado, nada mais desejámos do que o restabelecimento das leis antigas e promover a ordem pública entre os romanos, de modo a que também os cristãos, que haviam abandonado a religião dos seus antepassados, pudessem recuperar a clareza de espírito; se ao menos o arrojo não os tivesse invadido de tal forma, e ocupado a razão com tamanha loucura, a ponto de não só não seguirem os costumes ancestrais que os seus antepassados haviam primeiro estabelecido, levados pelos seus juízos e por aquilo que lhes agradava, como de cumprirem mesmo leis que eles próprios haviam constituído, e de se reunirem em diversas assembleias nas províncias. Depois de a nossa autoridade lhes ter interditado esse comportamento, para que se congregassem nas instituições dos seus antepassados, muitos foram subjugados pelo medo, e outros ainda foram castigados.

Mas como um grande número se mantém resolutivo no seu propósito, e porque temos conhecimento de que não só não prestam culto aos deuses e à religião devida, nem próprio Deus dos cristãos respeitam, motivados pela atenção à nossa dulcíssima clemência e ao costume sempiterno de perdoar todos os homens, julgámos dever ser estendida, também sobre eles, a nossa expedita indulgência. Que possam novamente declarar-se cristãos e reunir-se em assembleias, na condição de que aí nada ocorra contra as leis. Enviaremos aos nossos juízes uma segunda instrução sobre a conduta que a este respeito deve ser adoptada.

¹ A aplicação dos éditos persecutórios esteve sujeito a variações regionais (ver A. Goldsworthy, 2010, 129-130).

² O texto aqui apresentado em nossa tradução encontra-se na obra de Lactâncio, *De Mortibus Persecutorum*, 34, 35. Também o Édito de Milão de 313, por Constantino, em *De Mort. Per.* 48. Eusébio de Cesareia, o biógrafo de Constantino, na sua *Historia Ecclesiastica*, deixou uma versão dos mesmos, em grego (H. E., 8, 17; 10, 5).

Pelo que, beneficiando da nossa indulgência, deverão rezar ao seu Deus pela nossa salvação, da nossa e da sua cidade, para que o império se conserve para sempre incólume e eles possam viver seguros em suas casas”.

O Édito de Galério resume a história da tensa relação entre os cristãos e as autoridades romanas: os cristãos foram alvo de perseguição porque abandonavam a religião dos antepassados, regiam-se por leis próprias e reuniam-se em assembleias exclusivas, isto é, a sua novidade e ruptura com os costumes antigos, e os actos que daí derivavam, eram percebidos como uma ameaça à unidade institucional e religiosa do império. Mas as medidas de controlo dos cristãos não foram eficazes, e o número de cristãos aumentava, pelo que Galério deliberou que fossem autorizados a declarar publicamente a sua fé, a constituírem novamente as assembleias, desde que respeitassem as leis do Estado. Integrar-se-iam no grémio de religiões às quais era lícito pedir a protecção e a integridade de Roma. O Deus dos cristãos era então aceite como entidade lícita para o diálogo entre os romanos e os deuses que mantinham Roma e o seu imperador incólumes.

O Édito de liberdade religiosa, assinado dois anos depois pelos imperadores Licínio e Constantino em Milão, num momento de tréguas da fratricida e longa guerra em que se envolveram os membros da segunda tetrarquia, aprofunda o grau de aceitação do cristianismo por Roma. Assim, são abandonadas expressões pejorativas e omitidas referências ao passado de conflitos recíprocos.

Quando se comparam os dois textos, observa-se que, com Galério, o cristianismo ganhou licitude pública por causa das circunstâncias, não por mérito próprio, já que o grande número de cristãos tornava ineficazes medidas repressivas. Seria aquilo a que, em linguagem actual, chamaríamos de uma estratégia de contenção de danos por parte das autoridades. Diante de um império instável, um grupo demograficamente poderoso, a reger-se por leis particulares – prenúncio da ordem jurídica canónica em formação - e a formar assembleias próprias, não participando, portanto, nas assembleias e colégios religiosos lícitos, constituía a admissão de um poder material e imaterial paralelo, com estruturas patrimoniais, institucionais e simbólicas alheias ao controlo de Roma.

O Édito denuncia ainda a questão adicional da emergência de conflitos internos nas comunidades cristãs que, dada a sua natureza fora da lei, dificilmente podiam ser acautelados pelas autoridades. Este passo constitui uma informação valiosa sobre a percepção da Roma tradicional e pagã quanto às consequências sociais da heterodoxia cristã como fonte de perturbação social, que não deve ser desvalorizada. Portanto, a finalidade da lei de Galério foi a de trazer o cristianismo para a vida pública e para a visibilidade legal, ficando este sujeito

ao cumprimento das leis e à vigilância das autoridades, como qualquer estrutura aceite sob a lei romana, devendo contribuir, como qualquer outra religião, para a salvaguarda de Roma, que passava a acolhê-los na sua generosidade.

Dois anos depois, o Édito imperial de Constantino e Licínio proclamado em Milão destaca a prioridade do Estado em ordenar a questão religiosa, considerada de elevada importância, pois dela se fazia depender a estabilidade de Roma e das suas gentes. Concede-se liberdade absoluta aos cristãos e a todas as religiões, para que cada um contribua, pedindo a protecção do seu deus, para o bem-estar comum. Cessava, por ordem imperial, qualquer medida punitiva anteriormente aprovada e prenunciavam-se medidas de indemnização para os lesados pelas anteriores perseguições.

O texto enfatiza a questão da propriedade permitida aos cristãos enquanto sujeitos individuais e enquanto igreja organizada, o que não tinha acontecido no Édito de 311. De facto, um dos aspectos bem vincado da repressão contra os cristãos na legislação de Diocleciano havia sido a expropriação dos bens particulares dos cristãos condenados, destruição dos lugares de culto e expropriação dos espaços, livros, alfaias religiosas ao serviço das assembleias. O Édito de Milão determina a devolução da propriedade confiscada aos cristãos, matéria em que se distingue do texto anterior, pois este limitava-se a permitir que tomassem lugares de culto, não necessariamente os mesmos anteriores:

“...Constantino e Licínio, Cônsules pela terceira vez, decidiram emitir esta declaração acerca da restauração da Igreja, endereçada ao presidente na Nicomédia: -Quando, em boa hora, eu, Constantino Augusto, e eu, Licínio Augusto nos reunimos para tratarmos de todos os assuntos pertinentes ao benefício e à segurança comum, deliberámos conceder prioridade ao que devia ser ordenado quanto ao culto religioso, de modo a darmos, aos cristãos e a todos, livre poder de seguir a religião que cada um tiver escolhido, de modo a que, seja qual for a divindade no céu sedeada, possa ser aplacada, e possa ser propícia, a nós e a todos os reunidos sob a nossa autoridade.

Portanto, foi de nosso parecer, em salubre e rectíssimo juízo, que esta devia ser a medida tomada, por pensarmos que a ninguém deve ter negada a liberdade, quer pratique o culto dos cristãos, quer entregue a sua consciência a qualquer religião que cada um sinta como a mais adequada para si próprio, a fim de que a divindade suprema a cuja religião em liberdade de consciência aderimos, possa prestar-nos sempre o costumado favor e benevolência.

Por isso é dado a conhecer à tua obediência que é de nosso agrado que todos os constrangimentos que te haviam primeiramente sido comunicados em nome dos cristãos e que lhes eram hostis, e mesmo estranhos à nossa clemência, sejam plenamente removidos. E que agora cada um deles que, em liberdade e sinceridade, manifestar vontade de adoptar a religião cristã, o possa fazer sem perturbação nem dano. Assunto sobre o qual deliberámos que a tua autoridade devia tomar pleno conhecimento, para saberes que nós demos aos ditos cristãos

o direito, livre e sem reservas, à sua religião. De igual modo, ao tomares pleno conhecimento do que deliberámos, a tua dedicação compreende que o direito livre e aberto de observância religiosa foi também concedido às outras religiões, pela estabilidade do nosso tempo, já que, em matéria de culto religioso, cada um terá direito pleno de decidir. Isto é por nós decidido para que seja manifesto que a ninguém seja tirado algo por causa da religião.

Decidimos ainda que se estabelecesse, a propósito dos cristãos, (*in persona christianorum*) que os ditos lugares em que dantes costumavam reunir-se, cujos documentos oficiais haviam sido confiados ao teu cuidado, sejam restituídos à fórmula exacta de outrora. E se for constatado que, naqueles tempos, alguns foram alienados pelo nosso fisco ou por qualquer outra instância, depois de arredado qualquer sentimento de perda ou de reserva, sejam os mesmos lugares restituídos aos cristãos sem pagamento pecuniário ou qualquer pedido de recompensa. E também os que foram constituídos proprietários dos bens, seja porque os compraram, seja porque os receberam em doação, de igual modo os devem devolver na totalidade aos cristãos...”

Ainda está longe o imperador filo-cristão surgido após a vitória da Ponte Mílvia, mas é clara, neste conturbado período histórico abalado pelas disputas de poder entre os tetrarcas e pelos riscos de divisão do império, uma maior receptividade das autoridades imperiais aos cristãos, dispostas inclusive à reparação dos direitos de propriedade perdidos.

Há uma diferença fundamental a separar os dois textos imperiais quanto ao cristianismo na Roma tardia: no primeiro, a lei decide integrar os cristãos na ordem legal como clemência para o futuro, sem haver qualquer revisão da posição tradicional de Roma, isto é mantendo a bondade da acção legal anterior, hostil aos cristãos; já no segundo, a lei associa a liberdade de culto a um princípio de reparação das perdas sofridas, acção que revertia as medidas hostis aos cristãos aprovadas desde 395 por Diocleciano. Num caso e no outro, contudo, os cristãos são instados a zelar, com preces ao seu Deus, pela preservação do império, sinal da conciliação entre os interesses de Roma e dos cristãos nela integrados. Neste domínio, portanto, convergem a vontade imperial e a doutrina cristã de que Roma constitui o lar natural dos cristãos³.

O império de Constantino é a altura do virar da página. Entre 318, em que Constantino interditou os sacrifícios privados, até 392, quando Teodósio proibiu os festivais e as cerimónias religiosas pagãs, assumindo só haver lugar para o cristianismo, seus fiéis, seus sacerdotes, seus espaços sagrados e suas instituições, no espaço público da cidade, a nova religião pôde crescer e instalar-se, favorecida pelos poderes públicos. Este crescimento fez-se não só em quantidade como em qualidade, ou seja, quem estava em melhor

³ Ver n. 11.

posição para contribuir para o bem-estar e a preservação do Império, e quem beneficiava dessa mesma prosperidade, eram também cristãos.

Por isso mesmo o historiador pagão Amiano Marcelino, favorável na sua generalidade, ao último imperador que se opôs à religião do Galileu, dele se distanciou quando vedou aos cristãos o ensino das letras clássicas, “*restringindo-os às Igrejas onde se devem limitar ao ensino de Lucas e Mateus*”⁴, classificando esse esforço como vão, pois os cristãos estavam disseminados, eram difíceis de identificar na comunidade e atravessavam todas as actividades da sociedade. Libânio de Antioquia, um dos últimos filósofos pagãos, tinha cristãos no seu círculo intelectual. Não obstante, dirigiu ao imperador Teodósio, que teimava em sancionar com força de lei o fecho e a destruição dos templos, uma defesa emocionada dos méritos das religiões pagãs. Assim, Libânio foi leitor de Eusébio de Cesareia, quando compôs, nas suas *Orationes*, o retrato de Constantino, tão dependente da biografia *Vida de Constantino*⁵.

A cessação da hostilidade pública ao cristianismo acompanhou a transformação da identidade religiosa da maioria da população e, o que é mais interessante, o esvaziamento das diferenças de mentalidade, de concepções filosóficas, de modos de estar no mundo e de relacionamento com os poderes públicos entre um cidadão romano pagão e um cidadão romano cristão.

A própria actuação do Imperador Constantino revela um contexto próximo de uma teologia monoteísta neutral, capaz de suportar, enquanto espaço comum de entendimento, a religião cristã e uma religiosidade pagã adequada de um conceito depurado e monoteísta de divindade⁶. O *Panegírico* de Constantino, da autoria do cristão Eusébio de Cesareia, discurso proclamado pelos trinta anos do seu reinado, é um exemplo dessa neutralidade religiosa, quando adopta uma linguagem que, uma vez tornada pública, não feria a sensibilidade religiosa dos ouvintes, fosse qual fosse o seu credo⁷.

⁴ Juliano, o Apóstata (332-363) fora criado cristão por um dos filhos de Constantino, Constâncio II, mas, uma vez chegado ao poder, renunciou ao cristianismo. (Carta 61 c (42). Teodoreto de Ciro, *Historia Ecclesiastica*, 3, 8. Amiano Marcelino, *Res Gestae* 22, 10, 7. Juliano, *Epistola* 43 5D-8C. A lei em questão proibia os cristãos de ensinarem autores profanos, mas permitia, a quem o quisesse, frequentar as escolas cristãs.

⁵ Hans- Ulrich Wiemer 1994 513.

⁶ As diferentes versões do cristianismo no séc. IV, nomeadamente as questões trinitárias e a questão cristológica, que animaram a especulação teológica destes séculos IV e V, estiveram também contaminadas por um contexto filosófico e religioso pagão, que é necessário ser transferido para o cristianismo. Assim, a versão arianista do cristianismo esteve mais próxima deste monoteísmo religioso pagão do que o próprio cristianismo, na sua concepção trinitária, adquiriu.

⁷ *Laus Constantini*, 25.7.335, 5, 1-5, (ed. Ritter 2005 125-126): “Aí está ele dotado de razão, porque a sua obra nasce da razão suprema; sábio, porque participa da sabedoria divina; bom pela sua comunhão com o bem, justo pela participação com a justiça, prudente pela associação com o princípio da prudência, corajoso graças às suas ligações com a potência do alto (*anotato*

Portanto, um cristão do período pós-constantiniano que testemunhasse os acontecimentos trágicos que foram, etapa a etapa, corroendo o império, era integrar um grupo dominante fortemente associado ao poder político, de quem este poder esperava colaboração na defesa da integridade de Roma, pelo que não subscrevemos a visão dos cristãos como um grupo alheio aos valores da romanidade, ou até combatentes contra ela. Os romanos foram-se tornando cristãos e o cristianismo foi-se tornando romano, numa reciprocidade geradora da civilização singular do último período do império romano do Ocidente.

O agravamento das condições de vida, a instabilidade gerada pelos saques e invasões tiveram sobre os cristãos romanos um efeito similar ao que foi sentido pelos romanos não cristãos⁸. A consciência da perda era a mesma para as duas comunidades, pois os que se identificavam com o modo de vida romano, os que beneficiavam da ordem imperial romana, não estavam divididos por um conflito de base religiosa. Haveria mais em comum entre um patrício romano culto pagão, que seriam já poucos, e um patrício romano culto cristão, do que entre cada um destes com os respectivos irmãos de identidade religiosa pertencentes a estratos sociais, económicos e culturais distintos.

Merece ser pois repensado o ponto de vista de os cristãos terem contribuído, quase de modo conspirativo, para o fim de Roma. Em primeiro lugar, os factos

metaschon dunameos andreios). É com justiça que ele carrega o título de imperador, ele, cujas qualidades de espírito conformaram à primazia quanto às virtudes imperiais como uma prefiguração do reino do universo (*ton basilea ton holon*). Consciente de que as circunstâncias presentes (*ta paronta*), sujeitas à morte e à destruição, desfazendo-se e desaparecendo como as águas de um rio, não podem sustentar a comparação com o Deus soberano do universo, (*tou panbasileos theou*) deseja ardentemente o reino de Deus, imperecível e espiritual (*ten aptharton kai asomaton tou theou*), e pede que ele venha. (...) considera o governo dos humanos (*anthropon archen*) como um ministério de vigilância (*epistasian ousa*) e de ajuda ao desenrolar de uma vida breve e passageira (*proskairou biou mikran kai oligochronion*), ofício insignificante e estreitamente limitado no tempo...”

⁸ Dias 2006 35-48. S. Jerónimo descreve, numa carta, o pânico vivido em Jerusalém face à instabilidade das fronteiras (*Carta 77, A Heliodoro*, 15-17, escrita em 396): “A alma horroriza-se quando dá atenção às catástrofes do nosso tempo –há já vinte anos e alguns mais, que desde Constantinopla até aos Alpes Julianos o sangue romano é todos os dias derramado. A Cítia, a Trácia, a Macedónia, a Tessália, a Dardania, a Dácia, os dois Épiros, a Dalmácia e a todas as Panónias as devastam, despovoam e saqueiam (*uastant, trabunt, rapiunt*) Godos, Sármatas, Quados, Alanos, Hunos, Vândalos e Marcomanos. [...] os bispos são feitos cativos, os presbíteros são mortos, bem como os clérigos de vários graus, as igrejas devassadas, os cavalos recolhidos junto aos altares de Cristo”. Máximo de Turim, em 407, admoesta o seu povo para que não deserte. Fugir, só dos pecados, nunca dos inimigos da cidade (*Homilia 91, De Niniuitis II*). “... porque foges da tua pátria? Se queres salvar-te, foge, em primeiro lugar, dos teus pecados. Se cessares de pecar, a tua cidade não perecerá [...] É injusto e ímpio o filho que abandona a sua mãe diante do perigo. Não é a pátria, de certo modo, uma doce mãe? [...] No estrangeiro, quando te puseres a contar as tuas aventuras, responder-te-ão: -Porque se alegra este tolo? De onde vem este fugitivo? Será que vai destruir a nossa pátria, tal como destruiu a sua? A Sagrada Escritura diz a Abraão que, por dez justos, a pátria podia ser salva. Em ti um injusto reconhece, portanto, já que te pões em fuga...”

históricos determinantes para o fim do império do Ocidente não tiveram por base um conflito religioso, nem os acontecimentos directamente responsáveis pelo desencadear da queda se fundam em questões religiosas (eram cristãos arianos os bárbaros que tomaram Roma, em 476); em segundo lugar porque, com a liberdade e a oficialização do império cristão, com a organização das estruturas da Igreja no território sob patrocínio do Estado, a Roma que resistia como podia ao seu desaparecimento era cristã.

Contudo, como a história, até a recente, nos tem vindo a demonstrar, a religião sempre constituiu um bom pretexto para justificar a instabilidade e os conflitos, pelo que é impossível arredarmos completamente a sua capacidade condicionadora dos comportamentos que, não sendo directamente responsáveis pelos acontecimentos que determinaram o fim de Roma, estiveram presentes enquanto contexto, e puderam explicar a interpretação e a resposta que os homens, enquanto testemunhas e participantes, concederam aos acontecimentos. E também não se deve arredar inteiramente o facto de se estar diante de dois fenómenos contemporâneos um do outro. De facto, a cristianização e a fragilização do império ocorreram no mesmo tempo histórico, caminharam a passos relativamente paralelos, olharam-se e avaliaram-se reciprocamente. A sua associação não escapou nem à percepção dos que viveram os acontecimentos, nem à análise dos historiadores, cujas considerações teóricas sobre o papel do cristianismo no fim de Roma têm sido abundantes⁹.

⁹Qualquer tentativa de traçar uma panorâmica da reflexão académica sobre a queda de Roma e o cristianismo pecará por defeito. Edward Gibbon (1787), discípulo das Luzes oitocentistas, na sua obra monumental *Decline and fall of the roman Empire*, descreve um cenário de decadência e ruptura entre Roma e os tempos bárbaros. Este autor responsabiliza a actuação das elites, a crise moral e religiosa gerada pelo cristianismo como factores de corrosão institucional do império. Michail Rostovtzeff (1926), em *Social and Economic History of the Roman Empire*, reforçou esta leitura de um império internamente fragilizado, fundamentando-se em critérios económicos (inflação imparável, paralisação do comércio, impostos excessivos). A. H. Martindale Jones (*The later roman empire 284-602: a social economic and administrative survey*, 1964) e Peter Brown, no artigo publicado na *The Economic History Review* (20, 1967, pp. 327-343), no qual comenta o trabalho de Jones, mas sobretudo em *The world of Late Antiquity* (1971), consideraram ter havido uma relação mais apaziguada entre o cristianismo e os séculos do império tardio, criando uma civilização de traços únicos, cristãos decerto, mas profundamente romanos, garantindo a este mundo uma continuidade que ultrapassará o teu termo formal no séc. V. Bryan Ward Perkins veio reforçar com novos argumentos a tese da ruptura (2005). Este académico destaca determinados detalhes visíveis na sua Inglaterra natal, mas presentes em todo o Ocidente exposto às vagas invasoras do séc. IV e V, como sendo a diminuição do perímetro das cidades, o desaparecimento das construções em pedra, dos pavimentos domésticos, dos sistemas de fornecimento de água, de sinais de circulação de moeda, de cerâmica de grande qualidade, dos banhos aquecidos, do gado de grande porte, a diminuição da prospecção mineira, aquilo que ele resumiu sob a epígrafe “o desaparecimento do conforto”. Esta foi uma experiência traumática para os que a viveram, cuja dimensão obnubila qualquer tentativa de colocar a “questão religiosa” no centro dos acontecimentos. O último livro sobre a queda de Roma que consultámos,

Quanto à percepção dos contemporâneos, salientem-se três obras bem conhecidas que reflectem deliberadamente a interpretação cristã sobre os fatídicos acontecimentos de Roma:

O historiador Lactâncio, no *De Mortibus Persecutorum*, escrito nos inícios de séc. IV, no rescaldo da grande perseguição de Diocleciano, associou os desastres militares e as mortes violentas dos imperadores do séc. III e IV à sua resistência e hostilidade contra os cristãos, como se a providência do Deus cristão estendesse, com a punição do líder, o castigo a toda uma civilização que resistia converter-se publicamente ao cristianismo. Tibério, Nero, Domiciano, Décio, Aureliano, constituíram a antecâmara para o anticristo que foi Diocleciano e seus tetrarcas, cujas perseguições e desastres pessoais e políticos são descritos compassadamente, as primeiras com lamentos, os segundos com o sentimento de estar a ser cumprida a justiça divina. Também é tradicionalmente referenciada a obra de Orósio, *Historiae aduersus Paganos Libri VII*, escrita provavelmente entre 416 e 417 por instigação de Santo Agostinho. Constitui uma história universal demonstrativa de que o mundo segue, apesar das vicissitudes, um caminho de progresso, proporcionado pela providência divina. Roma e as suas cidades sofriam os saques bárbaros por causa dos pagãos que, ainda restando, eram a causa para o castigo Roma. De facto, o saque das cidades imperiais havia despertado um revivalismo entre os últimos representantes de uma opinião pública de recente conversão ao cristianismo ou mesmo pagã, segundo o qual Roma caía porque os romanos haviam abandonado os cultos tradicionais.

A Cidade de Deus, obra magna que Santo Agostinho dedicou como resposta à questão, pretende responder ao clamor público contra o cristianismo, acusado de não proteger a sua cidade da violência do saque godo. O Bispo de Hipona tentou focalizar a relação entre o cristianismo e Roma numa lógica distinta da de Lactâncio e de Orósio, que perdiam actualidade face à gravidade dos acontecimentos e mesmo dos autores precedentes, pioneiros da apologia da integração do cristianismo no império e da utilidade dos cristãos para a conservação de Roma. Não fazia sentido associar a fortuna do império à vitória do cristianismo, já que se renunciava um futuro de caminhos divergentes, e insistir nesta ligação era pôr em causa a universalidade e a transcendência do cristianismo. Roma que sofre e que cai é a casa provisória de todos, cristãos e pagãos¹⁰, enquanto é esperada a vinda

(Goldsworthy 2010 127-133), descreve a hostilidade ao cristianismo como descentralizada e episódica, sujeita às pressões do momento e das autoridades locais, apesar de desde Nero o cristianismo estar classificado como um *crimen*.

¹⁰ Santo Agostinho acusa os romanos pagãos de ingratidão, já que tiveram as suas vidas poupadas graças aos santuários cristãos em que se refugiaram e que os Godos, por reverência, pouparam (*Cidade de Deus*, 1, 1, 44, composta entre 413 e 426, ed. Ritter, nossa tradução):

da Cidade de Deus, a única cuja perenidade foi efectivamente prometida pelo Deus dos cristãos.

O Império romano foi interpretado como escolhido pela providência divina para acolher a revelação cristã. A catástrofe do fim do mundo acontecerá no devido tempo, até lá ocorre uma moratória que o sustém (S. Paulo, 2 Tes 1-6): “no que respeita à vinda do Senhor e à nossa união com Ele, pedimos-vos irmãos que não vos deixeis tão depressa e sem razão abalar, nem alarmar por uma pretensa revelação (...) antes há-de vir a apostasia e há-de manifestar-se o homem da iniquidade, o filho da perdição (...) Agora, vós sabeis perfeitamente o que o detém, (*kai nun to katechon oidate eis to apokaluphthenai auton en to beautou kairo*) de modo que Ele só se manifestará a seu tempo. Porque o mistério da iniquidade já está em acção, esperando apenas o desaparecimento daquele que o impede (*monon o katechon arti heos ek mesou genetai*= aguardando apenas até que saia do meio aquele que se interpõe)”. Paulo é evasivo quanto à identidade deste sustentáculo, mas Tertuliano (*Apologia* 30, 1-33, 2, ed. Ritter, 2003, nossa tradução) nos finais do séc. II não hesita em considerar o império romano como a garantia da moratória quanto ao fim dos tempos: “... nós rezamos, e sem cessar pedimos a Deus que todos os imperadores gozem de uma longa vida, que governem sobre um império seguro, que habitem uma casa íntegra, que tenham um exército valoroso, um senado fiel, um povo leal, um mundo pacificado, enfim, tudo o que um homem ou um imperador podem desejar (...). 32, 1 Uma outra necessidade, mais elevada, nos obriga a rezar por todos os imperadores e por todo o mundo, pela conservação do império e do poder romano (*et statu imperii rebusque romanis*): é que nós sabemos que a terrível catástrofe que ameaça todo o mundo, ou seja, o fim do mundo, que com ela arrasta sofrimentos intoleráveis, está apenas suspensa pelo intervalo acordado ao império romano (*romani imperii commeatu scimus retardari*). Ora nós não queremos experimentá-la, e ao pedirmos que ela seja diferida, favorecemos a preservação de Roma (*dum precamur differri, romanae diuturnitatis fauemus*). 39, 1 Oramos portanto pelos imperadores, pelo seu governo e seus delegados que exercem o poder, pela estabilidade dos tempos, pela pacificação do mundo, pela prorrogação do fim (*pro statu saeculi, pro rerum quiete, pro mora finis*)”. Também Orígenes, (*Contra Celso*, 2, 30, ed. Ritter, 2003) no início do séc. III, defende a romanidade intrínseca do cristão sob o argumento de que o tempo e o espaço da revelação foram escolhidos por

“... hoje, eles não poderiam agitar as suas línguas contra a cidade de Deus se, quando fugiram da espada inimiga, não tivessem encontrado, nos lugares sagrados, a salvação para as suas vidas, a mesma vida de que agora se orgulham. Ou não são exactamente esses romanos, agora encarniçados contra o nome de Cristo, os mesmos a quem os bárbaros pouparam, por respeito a Cristo? São testemunhas os santuários dos mártires e as basílicas dos apóstolos que, por ocasião do saque da vila, recolheram fiéis e pagãos...”.

Deus para coincidir com o domínio áureo da Roma augustana (nossa trad.): “Deus preparou as nações para receber o seu ensinamento ao submetê-las a todas a um só imperador, o de Roma, impedindo que o isolamento das nações nascido da pluralidade de reinos tornasse mais difícil aos apóstolos a execução da ordem de Cristo: “Ide, e fazei discípulos em todas as nações (Mt 28, 19). É claro que Jesus nasceu no reino de Augusto, que havia harmonizado a maior parte dos homens da terra num só império”. Seguindo a mesma linha de pensamento, S. Jerónimo, (*Carta 123, A Gerúquia*, em 409 d. C., lamenta que os dolorosos acontecimentos que afligem o império signifiquem o fim dessa trégua: “...o que fazia de sustentáculo saiu do meio, sem que tenhamos sentido a chegada do anticristo (*qui tenebat de medio fit, et non intellegimus adpropinquare antichristum*) (...) incontáveis e ferocíssimas nações ocuparam completamente as Gálias. Tudo o que existe entre os Alpes e os Pirenéus, o que medeia entre o Reno e o oceano, devastou-o o Quado, o Vândalo, o Sárмата, o Alano, os Gépidos, os Hérulos, os Saxões, os Burgúndios, os Alamanos e – Ó infeliz República!”. Santo Agostinho foi o primeiro a romper com esta visão, ao libertar o destino de Roma do do cristianismo, ao defender que o cristão é cidadão provisório do poder legitimado num mundo imperfeito, mas cidadão pleno de um destino transcendente.

No entanto, a Era constantiniana parecia anunciar a tranquilidade e o bom governo da nova Roma cristianizada, pelo que autoridades civis e cristãs acreditaram ser possível a harmonização em prosperidade das duas esferas, política e religiosa. Os imperadores no séc. IV, ao elevarem o cristianismo, a Igreja e seus representantes ao estatuto de entidades legítimas, passaram a encetar com elas um diálogo que exigiu esforços e recursos ao estado romano. A Igreja ganhou espaço público enquanto estrutura de poder, com presença e influência sobre a vida pública.

Desta forma, o estado cristão promoveu medidas legislativas que reforçaram a cristianização da vida pública e dos costumes. Tendo-se Roma transformado, com Teodósio, num estado de uma só religião, este passou a distribuir sobre as hierarquias e instituições da Igreja isenções e benefícios que representavam não só o aumento da influência da Igreja no império como também o reconhecimento político da utilidade em proteger e apoiar as estruturas temporais de uma religião, a uma escala que, até aí, não havia acontecido com nenhuma religião pagã¹¹. Neste sentido, não será errado pensar que a elevação da Igreja a instância oficial de diálogo e de tutela pelo imperador representou uma obrigação e um ofício a ser assumido por um Estado a braços com problemas muito complexos ao nível do seu financiamento, prosperidade económica, segurança militar e integridade territorial.

¹¹ Influência cristã sobre a legislação: Marrou 1985 107-109 s.v. “christiana tempora”.

Além disso, o cristianismo no império depressa se revelou ele próprio um foco de instabilidade. O séc. IV de paz com a Igreja não foi, de facto, um século de paz na Igreja.

A diversidade do cristianismo desenvolveu-se, entre outras razões, a partir da clandestinidade em que o mesmo nasceu: em células familiares ou pequenas comunidades, com escasso contacto umas com outras, com lideranças colegiais escolhidas no seio das próprias comunidades, sem força para impor uma interpretação para além do seu próprio grupo e com escasso ou nenhuma autoridade punitiva para além da segregação da comunidade de origem. Com a Paz, uma Igreja visível de estruturas solidificadas pelo apoio imperial empenhou-se em uniformizar a doutrina, fixar a base dogmática e os ritos fundamentais, para além das divergências locais específicas de cada comunidade. E assim o séc. IV, chamado de Idade do Ouro para a Patrística, foi animado por debates exegéticos, disputas, troca de correspondência entre intelectuais e bispos, polémicas, muitas vezes travadas durante ou na sequência de decisões conciliares, em que a riqueza intelectual e espiritual de uma Igreja centenária pôde expor-se, dar frutos, e relacionar-se com a cultura e a filosofia pagãs. Este movimento intelectual, em que personalidades livres e disponíveis para a leitura, meditação, especulação teológica e filosófica, resultou numa comunicação literária sem paralelo nos séculos anteriores do mundo antigo, e teve efeitos no esforço normativo interno da própria Igreja, que procurou tornar-se uma estrutura disciplinar coerente e uniforme, assente em princípios teológicos unânimes.

Pagou-se o preço deste dinamismo com a emergência de uma enorme conflitualidade interna, de efeitos graves quando as questões da Igreja foram assumidas pelo imperador como questões de Estado. As querelas doutrinárias, desembocadas ou decorrentes de numerosos concílios, locais, provinciais e ecuménicos, estes últimos sob convocatória e presença do imperador, foram acompanhadas de violência urbana entre as facções cristãs em disputa, radicando entre os anos de 325 e de 452 o ponto de partida das mais antigas fracturas que dividem a família religiosa cristã (Igreja monofisita, Igreja ortodoxa e Igreja católica).

Sem nos atermos à substância das discussões, quem estude a sociedade e a vida religiosa deste período não deixará de ficar com a impressão de que os membros mais proeminentes e mais capazes, mais influentes e com maiores recursos se entregaram ao serviço da Igreja, empenhando-se nos seus assuntos enquanto estrutura temporal, mas também na espiritualidade, no comentário aos textos bíblicos, e na acção pastoral e pedagógica, contribuindo para a modificação de costumes reclamada pelo cristianismo. Privilegiaram, enquanto intervenientes públicos, os assuntos da Igreja. Estes passaram a ser assuntos do estado e do seu líder máximo, o imperador, e a heterodoxia religiosa depressa

adquiriu perigosos contornos geopolíticos, ferindo ainda mais a unidade interna do império, com as principais cidades orientais, Constantinopla, Antioquia e Alexandria, a rivalizarem entre si pela proeminência. Esta deslocação de interesses para a esfera do religioso envolveu não só as elites, mas também as populações das cidades, que facilmente se enfrentam em episódios de violência de acordo com o seu “partido” religioso. Temos, portanto, um Estado e uma população urbana que dedica muito do seu esforço e atenção à questão religiosa, e agentes políticos e administrativos que lentamente incorporaram e intervieram nas questões da Igreja, como o décimo sexto livro do *Código de Teodósio* o pode demonstrar¹².

Outra questão que deve ser levantada é se o Estado cristianizado promoveu activamente iniciativas que contribuíram para o seu enfraquecimento e a sua decadência. Não houve, obviamente, uma conspiração, ou uma procura deliberada pelo fim, partindo do princípio que todos, até os Estados, têm como aspiração primeira pugnar pela sua vida e existência. E também é mais fácil, com a distância dos anos, avaliar a complexidade dos factores intervenientes na caminhada descendente. Aos que assistiram a esta queda, líderes ou não, só foi dada a percepção restrita do que o seu conhecimento, limitado às suas circunstâncias, alcançou. Nesta medida, pode ponderar-se se a identidade cristã foi um obstáculo para a colaboração eficaz de cada um na conservação de Roma.

Em primeiro lugar, considere-se a questão militar. Sendo o exército romano fundamental para o império, como lidavam os cristãos fiéis ao quinto mandamento com a necessidade de contribuir para a sua defesa, pegando em armas?

O c. 3 do Concílio de Arles, de 313, instava, sob pena de excomunhão, a que os cristãos não desertem, com o argumento de que “o Estado já não é perseguidor” (*in pace*). Ou seja, o cidadão cristão não deve eximir-se às responsabilidades militares. Tal como está formulada, este cânone indicia uma situação prévia em que o crente recusaria participar no exército, sob o beneplácito da Igreja, situação que encontramos testemunhada no *De Apostolica Traditione* de Hipólito de Roma. Havia uma incompatibilidade de princípio entre ser-se cristão e a profissão militar, já que este tinha de prestar culto ao

¹² Em 390, uma constituição de Teodósio interditava a entrada nas igrejas das mulheres que cortam os cabelos, e sanções contra os bispos que o aceitem nas suas dioceses. A última parte do código (C.Th.16) agrupa toda a regulamentação que tem a ver com a religião (judaísmo, paganismo, heresia e magia). No início deste capítulo há um grupo de dezassete leis agrupadas sob o título “bispos, igrejas e clero”. Mais aspectos que têm que ver com o estatuto social, atribuições e propriedade que envolvem o clero estão disseminadas pelo Código, como se sobre uma estrutura laica constituída se sobrepusessem, ou se juntassem as exigências de uma nova realidade. Com Justiniano (séc. VI) os assuntos da Igreja e do clero passarão a constituir o primeiro capítulo do CJust. (Rapp 2005 275-277).

gênio do imperador e a Roma, tinha de cumprir o juramento e os sacrifícios rituais¹³.

À luz da doutrinação anterior, muitos bispos do séc. IV e V, (Ambrósio de Milão, Agostinho) recomendavam um período de penitência e interdição no acesso aos cargos eclesiásticos para os que tinham a certeza de terem participado na efusão de sangue do próximo. Assim, S. Martinho de Tours abandonou a carreira militar e foi aclamado Bispo¹⁴, e Santo Ambrósio,

¹³ Em 407, Máximo de Turim testemunhou, entre os seus fiéis, a deserção às armas (ver n. 8). Quanto aos concílios gauleses, ed. do texto em Munier 1963 5, c. 3. *De his agitur etiam qui arma proiciunt in pace: placuit abstineri eos a comunione*. “O que fazer quanto aos que, na Paz, rejeitam as armas: determina-se que sejam privados da comunhão”. Ver também John Helgeland 1974 149-163. Tertuliano escreveu o único tratado dedicado especificamente aos soldados cristãos, o *De Corona Militis*, dedicado a um soldado que sofreu martírio por se ter recusado a usar a coroa militar. Deu também conta da dificuldade, para um cristão, de participar no culto de Mitra, muito popular no exército. Orígenes, em *Contra Celso*, disse claramente que o cristão não deve pegar em armas porque não deve afastar-se do caminho espiritual que o eleva. Participar na guerra deste mundo corpóreo tornava-o impuro. Hipólito de Roma, Bispo e Mártir dos inícios do séc. III, na sua obra *De Apostolica Traditione*, 16, 71-52 (Botte 1946 71-72), apresenta de modo normativo a estrutura, tradições e rituais da Igreja primitiva. No cap. 16, são indicados os serviços e as condições pessoais incompatíveis com o ser-se cristão. O soldado que se torna cristão não participará na efusão de sangue. Para os catecúmenos e cristãos, contudo, não há qualquer possibilidade de compatibilizar as duas naturezas, pelo que incorrem na expulsão da Igreja: *“Inquiretur autem de operibus et occupationibus eorum qui adducuntur ut instruantur (...) miles qui est in potestate non occidet hominem. Si iubetur, non exequatur rem, neque faciet iuramentum. Si autem non uult reiciatur. Qui habet potestatem gladii, uel magistratus ciuitatis qui induitur purpura, uel cessel uel reiciatur. Cathecumenus uel fidelis qui uolunt fieri milites reiciantur, qui contempserunt Deum.”*. (nossa tradução) “Que sejam, portanto, inquiridos os trabalhos e as ocupações dos que são atraídos para serem instruídos (...) o soldado em cumprimento do serviço militar não matará nenhum homem. Se lhe for ordenado, não o execute nem faça o juramento. Quem andar armado (presume-se em funções de segurança, militares ou policiais), ou o magistrado da cidade que veste púrpura, devem depor a arma e o manto, se querem ser cristãos. O catecúmeno ou o cristão que pretendem tornar-se soldados sejam expulsos, porque abandonaram Deus”.

¹⁴ Sulpício Severo, *Vida de S. Martinho*, 2,1-5,1 (ed. Fontaine 1967). A biografia de S. Martinho é modelar como documento que exprime a reserva entre o cristianismo e o exercício militar. Martinho era filho de um *tribunus militaris*, e, na sua juventude, integrou a cavalaria (*scholares alas*) sob o reinado de Constâncio e de Juliano. Apenas com dez anos, refugiou-se numa igreja e pediu para ser catecúmeno. O seu pai opôs-se e, em cumprimento do édito que impunha que os filhos dos veteranos deviam inscrever-se no exército, com quinze anos foi capturado e forçado a proferir o juramento militar (*captus et catenatus sacramentis militaribus implicatus est*). Não sendo ainda baptizado, conseguiu manter-se formalmente ligado à milícia, mas livre dos vícios próprios desta gente (*integer tamen ab illis uitiiis quibus illud hominum genus implicari solet*). Com dezoito anos, depois de ocorrer o milagre pelo qual ele é celebrado, Martinho fez-se baptizar, mas não renunciou definitivamente à carreira das armas. Manteve-se dois anos a servir o exército mas, segundo o texto, *solo licet nomine militauit* “mas só de nome”. Diante da invasão das Gálias pelos bárbaros, Juliano manda distribuir um donativo suplementar aos soldados, que Martinho recusa, pedindo que o deixem servir só a Deus *“Christi ego miles sum: pugnare mihi non licet”*. O Tirano (o próprio Juliano) acusa-o de cobardia e Martinho, não se deixando intimidar, diz que estará, no dia da batalha, na primeira fila de combate, sem armadura nem armas, e que sob a protecção do sinal da cruz atravessará as hostes inimigas. É lançado na prisão para que

membro da aristocracia romana e prefeito da polícia de Milão, foi eleito bispo pelo povo da sua cidade. Apesar de Orígenes e Santo Agostinho terem fundamentado teologicamente o princípio da guerra justa, esta foi sempre problemática para o cristão, que nela via um conflito de interesses. O exercício de cargos militares e políticos diminuía a qualidade do cristão. Este princípio de que a religião, qual nova filosofia, absorvia o homem para interesses mais altos e contemplativos incompatíveis com os *negotia* do mundo real está presente na biografia do próprio Constantino, que só se fez baptizar no fim da vida, e do próprio Santo Ambrósio, educado em família cristã mas destinado, pelo seu nascimento e educação, ao exercício de cargos de chefia administrativa e militar, e que por isso era apenas catecúmeno quando foi aclamado bispo. Esteve também presente na explosão do cristianismo regular ocorrida neste séc. IV, como reacção de alguns insatisfeitos com a progressiva inserção dos cristãos e dos seus pastores nos assuntos profanos proporcionada pela Paz. Assim, o monge é um cristão que mantém, nestes novos tempos, a combatividade, a exigência e a afirmação da incompatibilidade entre si e a sociedade, mesmo quando esta é cristã.

Apesar disso, o imperador Constantino, segundo o seu biógrafo Eusébio de Cesareia, procurou activamente aproximar o exercício militar da condição cristã, contribuindo para a cristianização do exército. O sucesso militar de Constantino é apresentado como uma consequência da sua fidelidade ao cristianismo, que o protegia. Mas esta ideologia imperial é bem sinal da necessidade em modificar a percepção instalada de incompatibilidade entre a condição militar e a piedade cristã, assim como da dificuldade em assegurar o número de combatentes necessários à defesa do império.

Em segundo lugar, considere-se a promoção da continência enquanto forma de vida preferencial para os cristãos que, por meio da exegese bíblica, particularmente das epístolas paulinas, e da catequese, eram convidados a aspirar a graus mais elevados de santidade, o do celibato, o da viuvez consagrada, o do casamento continente¹⁵.

Não se pretende aqui discutir os efeitos deste modo de vida na crise demográfica em curso nos últimos anos do império ocidental, de origens diversas e objectivas¹⁶. Mas a adopção de modos de vida continentes entre as famílias tradicionais romanas, uma vez cristianizadas, entregando os seus

cumpra a sua promessa mas, no dia seguinte, o inimigo depôs as armas e negocia a paz. Sulpício Severo interpreta o ocorrido: Cristo suprimiu a necessidade de combate para não ultrajar o seu soldado predilecto com a visão do sangue e da morte, e assim oferecer-lhe uma vitória conseguida só pela oração. A escolha das palavras é significativa: o cristão é o novo *miles*, que combate apenas com as armas espirituais.

¹⁵ Dias 2009 541-552.

¹⁶ Ward-Perkins 2000 388-389.

filhos ao serviço da Igreja, ingressando nos cargos eclesiásticos ou tornando-se monges em terras distantes é uma tendência a considerar, tendo em conta que ela atinge os melhores dos romanos, os mais informados, mais cultos e com maior capacidade de influência¹⁷.

Um dos aspectos mais expressivos da transformação do Estado romano num Estado cristão encontra-se na legislação dirigida à família, aos costumes e comportamentos sociais e privados, aprovada por Constantino e seus sucessores cristãos¹⁸. Em primeiro lugar, caminhava-se para uma dulcificação dos costumes, que consagrou uma aproximação da noção de família ao conceito de família natural, com a promoção do matrimónio enquanto vínculo estável, limitação do divórcio, do concubinato, o atenuar da distinção entre filho legítimo e filho natural, a interdição da exposição de crianças e redução dos direitos legais decorrentes da *patria potestas*, interdição do rapto de noivas, proibição de separar famílias de escravos. Mas ocorreu também a revogação das antigas leis de Augusto que penalizavam patrimonialmente os celibatários. Num momento em que o número destes crescia, Constantino acompanhou o tempo, retirando a sanção de Roma pendente sobre esta condição¹⁹.

Esta medida era coerente com outras destinadas a estabilizar materialmente a Igreja. Ela tornou-se herdeira dos mártires que pereceram nas Perseguições e pôde ser constituída sujeito de doações feitas livremente. Constantino proibiu que os cristãos fossem escravizados por alguém não cristão. Foi generoso com as igrejas e santuários, contribuindo para restaurar o que havia sido destruído ou patrocinando novos espaços²⁰. As leis acompanham a transformação social, aceleram-na, e transmitem a aspiração de um Estado ideal para quem legisla. Neste percurso, o cristão passara de perseguido a tolerado, e, por fim, de reabilitado para a vida pública a privilegiado face ao poder político.

Contudo, isso não queria dizer que estava completamente sanada a percepção de um conflito entre o romano e o cristão. O baptismo durante a vida adulta, quando estavam cumpridas as obrigações cívicas, seja o dever de gerar herdeiros ou de contribuir para o esforço bélico, revelavam a adoção de um comportamento contratual destas elites que resolvia o seu dilema interior: pode um cristão viver a sua fé com o mesmo nível de exigência quando comparado com os anteriores, que pagaram o preço da sua identidade religiosa com o sangue do martírio, e, ao mesmo tempo, desempenhar funções para que a vida pública o convoca? As aclamações de bispos que resistiam a assumir tão pesado cargo que lhes é imposto, com um sem número de atribuições

¹⁷ MacCormack 1997 644-673.

¹⁸ Giardina 2000 392-415.

¹⁹ Eusébio de Cesareia, *Vita Constantini*, 4. 26.2

²⁰ Id. *ibid.* 2.36.1.; 3, 27, 1; 3, 28, 1.

face a uma administração pública que neles delegava, cada vez mais, o papel de representante máximo da legalidade nas cidades, a opção e o anseio pelos caminhos mais radicais da vivência religiosa com o crescimento das vocações ascéticas, até mesmo o prolongamento do período de catecumenato, são elementos indiciadores de que, apesar de o império romano ocidental ter vivido quase dois séculos enquanto Estado cristão, a coexistência do cristianismo com a identidade política de se ser romano apresentava debilidades na sua harmonização interna²¹. Como se algo não estivesse bem para estes homens exigentes que, ainda que o Século se fosse harmonizando com as suas opções de fé e de vida, escolhiam a demissão e o silêncio dos desertos, recusando posturas mais moderadas e conciliatórias.

Há um outro aspecto que nos parece relevante para avaliar o relevo do factor cristão no curso da decadência e fim de Roma, que tem a ver com a emergência de novos e distintos padrões de nobilitação. Antes do cristianismo, o cidadão tinha como referência das virtudes cívicas o exercício de cargos públicos ao serviço de Roma e do imperador, na administração central ou local, por eleição ou delegação, ou então o exercício militar na ordem equestre, ou nas restantes carreiras militares.

A máxima horaciana do *Dulce et decorum pro patria mori* pouco se modificara como divisa, desde que fora colhida do mundo cultural grego até à sua adopção pela ética pública romana até ao séc. IV. E os heróis do mundo greco-romano, figuras míticas ou históricas, eram intrépidos guerreiros, conquistadores, chefes militares eventualmente transformados em líderes políticos, uma vez feita a paz: Hércules e Teseu, Aquiles, Ulisses, Eneias, Horácio Cocles, Múcio

²¹ O episcopado involuntário é um tópos corrente da literatura hagiográfica: Martinho de Tours, Ambrósio de Milão, Sinésio de Cirene, Agostinho de Hipona, o próprio S. Gregório Magno, no já adiantado séc. VI. Rapp 2005 156, fala de Sinésio de Cirene e de Teodoro de Sicion como “reluctant bishops”, expressão que se pode estender aos referidos, que se tornaram visíveis aos olhos das comunidades, em primeiro lugar, enquanto ascetas e cristãos exemplares. As suas actividades enquanto políticos e funcionários municipais, ou mediadores entre a autoridade imperial e os súbditos são assumidas como um *labor*, um esforço necessário que rejeitariam, se não fosse a obediência, o sentido de missão pastoral, mas também o pressuposto de terem sido escolhidos por mandato divino (Rapp 2005 141-144). A ordenação confirma as virtudes do ordenado mas, quanto mais espontânea e surpreendente para o novo bispo, mais atribuível à vontade de Deus seria. Assinadas pelos imperadores Leão e Antímio, em 469, estão reunidas no CJust. (1, 3.30.1-5) um grupo de leis que se destina, ao que parece, a combater a simonia (1, 3.30.1): “que ninguém negocie o título de sacerdote por uma troca de dinheiro: quem quer que o seja, que o mereça, não seja avaliado pelo que pode dar”. Mais à frente: (4) “Seja ordenado como pastor, não pelo preço (*pretio*), mas pelas preces (*precibus*); (5) “A veemência da sua escusa seja suficiente para o elegerem. É que, de facto, não se é digno do sacerdócio se não se for ordenado contra vontade (*inuitus*)”. Ou seja, este *inuitus sacerdotio* podia inserir-se dentro da valorização da humildade como virtude cardeal dos homens da Igreja que, nestes novos tempos de favorecimento da Igreja, teria de ser lembrada e estimulada por uma retórica de involuntária colaboração com o século.

Cévolá, Alexandre Magno, Cipião, Júlio César, Octávio Augusto.

Os heróis do cristianismo, dignos e honrados no registo hagiográfico, são mártires, do tempo da Tribulação, ou então figuras que se destacaram pela sua santidade, enquanto ascetas, monges e fundadores de comunidades monásticas, enquanto dedicados bispos das suas dioceses, todos cumpridores dos ensinamentos evangélicos. Também eles tinham as suas guerras! A hagiografia revela que estes homens foram corajosos defensores das suas causas, convertendo pagãos, protegendo as suas comunidades de assaltos bárbaros. Acima de tudo, porém, estava a guerra contra os diabos e os males do mundo, a idolatria, luxúria, a soberba, a vaidade, a avareza, a falsa sabedoria, a ira, o combate contra os demónios interiores das próprias fraquezas. Estes homens que, com o seu exemplo, combateram pela salvação das almas, são os novos paradigmas da antiguidade cristã, modelos cuja imitação se traduziu numa continuidade de gestas cristãs heróicas, assentes num modelo ficcional a caminho da tipificação²².

Além disso, o exercício de cargos eclesiásticos, nomeadamente o do episcopado, tornou-se um lugar de poder cada vez mais importante e acessível aos membros das famílias tradicionais do império, pois, graças à legislação de Constantino, estes postos concentravam recursos materiais próprios disponíveis para a assistência e o serviço público. Estes cristãos, consagrados e leigos, foram chamados à corte régia por Constantino, substituindo o aparato pagão, o que é sinal da nobilitação e reconhecimento público inerentes²³.

²² P. Brown, 1971, 80-101.

²³ A *Vita Constantini* (1, 16, 2; 1, 32, 3; 1, 42, 1) menciona em vários lugares que Constantino reformou a sua corte, integrando nela homens da Igreja. As inovações jurídicas de Constantino contribuíram para a integração na vida pública dos titulares de cargos religiosos. Algumas destas iniciativas nasceram, na governação constantiniana, enquanto formas de estender os direitos dos sacerdotes das religiões pagãs e dos *collegia* tradicionais aos *clerici* e às *eclesiae*: os membros da cúria que fossem clérigos beneficiavam de isenções fiscais (CTh. 16.2.1-2); o direito à constituição de tribunais próprios para julgamento de assuntos internos (CTh. 16.8.2-16.8.4). Outras, embora sejam apresentadas com motivações pragmáticas, resultam num claro benefício da Igreja, pois atribuíam aos bispos competências que os equiparavam ou os colocavam como substitutos dos executores da administração imperial civil e militar: é o caso da licença para usar o *cursus publicus*, o correio e os entrepostos imperiais exclusivos para os funcionários imperiais, por ocasião da celebração do Concílio ecuménico de Niceia de 325, convocado pelo imperador. Tal como está redigida, tratou-se de uma medida conjuntural, destinada a facilitar a deslocação dos delegados ao concílio. Mas não foi revogada (também porque as discussões conciliares provinciais se tornaram frequentes). Em 382, este privilégio passou a ter uma formulação definitiva (CTh. 12.12.9). Os bispos passaram também a exercer a *manumissio in ecclesia*, isto é, o direito de manumissão dos escravos pelos cristãos na Igreja tinha a mesma validade legal que pelos meios tradicionais (CTh. 1.13.1); os membros do clero podiam libertar os seus servos por testamento ou por uma simples declaração, sem necessidade de testemunhas (CTh. 4.7.1). Em 321, a situação inverteu-se, quando os bispos absorveram a prerrogativa de *notatio manumissionis*, isto é, de serem eles a confirmar, por documento, a libertação de escravos (“*affranchissement*” DACL 1 (1924): 554-76). A prática veio a mostrar que muitos senhores cristãos libertavam os seus escravos por ocasião do baptismo, do diaconato, da ordenação ou da recepção do hábito monástico. Em 412, os bispos passaram a ser

No Oriente temos Basílio de Cesareia, Gregório de Nissa e Gregório de Nazianzo, Atanásio de Alexandria, João Crisóstomo. No Ocidente, Hilário de Poitiers, Martinho de Tours, Ambrósio de Milão, Agostinho de Hipona. As suas biografias convergem no tópos de a cadeira episcopal ter sido uma imposição da população das respectivas cidades. À excepção de Agostinho, todos pertenciam a famílias aristocráticas, destinados ao alto funcionalismo romano ou à condução de exércitos, e por isso, o mais surpreendente a inquirir-se é: a fazer fé na pressão popular como motivadora das suas aclamações episcopais, que mudança de mentalidade, necessariamente ocorrida, explica que, para a opinião pública deste mundo tardio, inseguro e pressionado por tantas circunstâncias negativas, um cavaleiro como Martinho de Tours ou um prefeito de Milão como Ambrósio pudessem ser considerados mais benéficos enquanto bispos, do que enquanto figuras actuantes nas lideranças laicas, políticas e militares, tradicionais? Sem resposta directa para a questão, pelo universal medo do vazio que as sociedades tantas vezes desenvolvem, poderá pressentir-se, nas aclamações populares, não só o mérito dos aclamados, mas também o descrédito e a desconfiança face aos representantes tradicionais, delegados do Estado romano nas cidades imperiais. Assim, a emergência institucional da Igreja e o seu fortalecimento prosseguem a mãos dadas com a falência das estruturas do Estado romano, em que a primeira é mais um efeito, do que uma causa.

Transferiram-se atribuições da esfera civil para a religiosa, fenómeno cujo silêncio só nos permite verificar os efeitos, sem que, de facto, surjam testemunhos de conflitualidade de atribuições por parte dos protagonistas do período pós-constantiniano. Assim, a *diocese*, circunscrição territorial criada pela reforma administrativa de Diocleciano, coincidirá com a circunscrição territorial afecta à autoridade de um bispo, afinal o novo *uicarius*. Neste sentido, a língua conservou a marca do tempo, em que o bispo se elevou à mais alta autoridade dentro de um círculo administrativo, o “novo governador”, no dizer de Claudia Rapp²⁴, de quem se esperava uma intervenção pública. O curso dos acontecimentos, a partir da fragmentação do império romano, veio confirmar o episcopado como um esteio para as populações locais, alguém cujo prestígio não sofreu abalo com a queda das estruturas temporais, e que, em casos de vazio de poder, se substituíu aos representantes do Estado na gestão do quotidiano, ou que era entendido como um mediador entre os romanos e os invasores. Assim agiram Sidónio Apolinário e Sinésio de Cirene, bem como os bispos de Roma, Leão e Gregório Magno, os dois últimos em séculos

também os *notatores* das crianças órfãs (CTh. 5.9). Nestas circunstâncias, a aprovação destas leis podem resultar de um hábil reconhecimento dos factos: a Igreja lidaria com um maior volume de manumissões e, uma vez diminuídas as práticas sociais o aborto e a exposição de crianças, também era ela quem acolhia as crianças não desejadas.

²⁴ Rapp 2005, 274, s.v. “The Bishop as a New Functionary”.

diferentes, e por tal mereceram o epíteto de “Pais da Europa”.

Vários fenómenos explicam esta deslocação das autoridades civis para as autoridades episcopais enquanto figuras de referência e tutelares nas suas cidades, atraindo, por arrastamento, os melhores dos romanos: acontecera não só devido ao prestígio da Igreja, não só devido ao desgaste e à incapacidade de o Estado manter, sobretudo fora das capitais, uma representação legítima, mas também porque, com o cristianismo, se alterou a escala de valores por que eram considerados os méritos de terceiros, como o surgimento dessa forma literária que é a biografia hagiográfica, herdeira da narrativa ficcional heróica, veio testemunhar.

Em conclusão, o cristianismo modelou o mundo romano tardio, movimento que se tornou profundo e imparável do ponto de vista das instituições e da administração a partir da época de Constantino, pelo que se deve questionar se o desaparecimento da antiga Roma não teria coincidido mais com esta cristianização do império do que com a queda de 476. Esta fase final do império do Ocidente produziu as adaptações que viriam a garantir o legado de Roma pelos tempos seguintes. A deposição de Rómulo Augústulo fez-se sem grande ruído e, passado o impacto dos primeiros tempos, romanos e bárbaros fundiram-se à sombra da língua, cultura e espiritualidade vigentes em Roma, originando as nações do Ocidente europeu. Boécio e Cassiodoro, homens eruditos nascidos cristãos da aristocracia senatorial romana desprovida de funções políticas após o fim do império, serviram os novos senhores bárbaros.

Além disso, para este cristão, o fim de Roma não era já o fim do mundo. O cristão devia, em qualquer circunstância, salvar a sua alma, porque o espaço, romano ou bárbaro, era uma realidade provisória. As perturbações e a insegurança que culminaram no fim do império do Ocidente não foram abruptas, ocorreram por fases e com intensidades diversas, o que proporcionou tempo aos romanos cristianizados para se adaptarem e integrarem as novas circunstâncias. Hérulos, Godos e Vândalos que se instalaram dentro do território romano como hóspedes, e mais tarde tomaram posse do Ocidente romano, eram maioritariamente cristãos arianos latinizados, com gerações de contactos de fronteira com os romanos. Estabelecia-se já uma linguagem comum, com fracturas que se sanaram rapidamente pela conversão ao cristianismo católico. Para estes povos, e outros pagãos que se lhes seguiram, tornarem-se cristãos católicos era a melhor estratégia para se romanizarem, uma vez desaparecidos os mecanismos de aculturação e de assimilação proporcionados por um Estado romano organizado, e surgindo a Igreja e suas estruturas formais como os mais sólidos interlocutores de um ideal de Roma enquanto matriz civilizacional. Portanto, mais do que uma das causas para a decadência e desaparecimento de uma certa Roma, o cristianismo deve ser observado enquanto responsável pela continuidade e preservação da Roma que efectivamente contagiou as gerações futuras de europeus até hoje.

BIBLIOGRAFIA

Autores antigos

- J. Bidez (2003), *Juliano, Lettres et Fragments*, ed. e trad. t. 1, 2. Paris, Les Belles Lettres n° 22.
- B. Botte (1946, 1984 reed.), *Hipólito de Roma, De Apostolica Traditione*, ed. e trad., *La Tradition Apostolique*, Le Cerf, SC 11. Paris.
- J. Fontaine (1967), *Sulpício Severo, Vita Martini*, ed. e trad., *Vie de S. Martin*, Le Cerf, SC 133. Paris.
- (1996), *Amiano Marcelino, Histoires* ed. e trad. t. 3. Les Belles Lettres n. 333.
- J. P. Migne, *Máximo de Turim, Homiliae*, PL 57 462-464.
- Th. Mommsen e P. M. Meyer eds (1905), *Codex Theodosianus*, (CTH.). Berlin. Versão digital, Y. Lassard, A. Koptev, *The Roman Law Library* in <http://webu2.upmf-grenoble.fr/Haiti/Cours/Ak/>.
- Th. Mommsen e P. Krüger eds, (1954), *Codex Iustinianus* (CJust.). Berlin. Versão digital A. Koptev, *The Roman Law Library* in <http://webu2.upmf-grenoble.fr/Haiti/Cours/Ak/>.
- J. Moreau (1954), *Lactâncio, De Mortibus Persecutorum*, ed. e trad., *De La Mort des Persécuteurs*, Le Cerf, SC 39. Paris.
- C. Munier ed. (1963), *Concilia Galliae a.314-a.506*, Brepols, Turnhout SL 148.
- A. M. Ritter (2005), *L'Eglise et l'Etat: points de vue du christianisme ancien*, Peter Lang, Berna (colectânea de textos).
- J. B. Valero (1993), *S. Jerónimo, Epistolae*, ed. e trad., *Epistolario*, 2 vols, Biblioteca de Auctores Christianos. Madrid.

Nota: As citações bíblicas seguem a edição portuguesa da *Biblia Sagrada, Difusora Bíblica* Franciscanos Capuchinhos, 2006, 5ª ed. As traduções de autores antigos são da nossa responsabilidade.

Estudos

- P. Brown (1967), "The Later Roman Empire", *The Economic History Review*, 20, 2327-343
- (1971), "The Rise and the Function of the Holy Man in Late Antiquity", *JRS*, 61, 80-101.
- (1989), *The World of Late Antiquity a.D. 150-750*. London, W. W.

Norton Company (1ª ed. 1971).

- A. Cameron, B. Ward-Perkins and M. Whitby eds (2000), *The Cambridge Ancient History*. Vol 14. *Late Antiquity Empire and his successors*. Cambridge.
- P. Barata Dias, (2006), “O destino de Roma no séc. V. Relatos de identificação e de compromisso no Epistolário de S. Jerónimo”, *Biblos* 4/2ª série 35-48.
- (2009), “Ascetismo e misogamia no cristianismo do séc. IV: o dossiê Joviniano” in J. A. Ramos et al. Eds, *A Sexualidade no Mundo Antigo*. Lisboa, 541-552.
- A. Giardina (2000), “The family in the late roman world”, in *The Cambridge Ancient History, Late Antiquity Empire and his successors*, t. 14, pp. 392-415.
- A. Goldsworthy (2009), *The fall of the West, - the death of the roman superpower*. London. Trad. port. (2010) *O Fim do império romano - o lento declínio da superpotência*. Lisboa, A Esfera dos Livros.
- J. Helgeland (1974), “Christians and the Roman Army A.D. 173-337”, *CbHist*, 43, No. 2, 149-163.
- H. Leclercq, H.; F., Letouzey et Ané (1907...), *Dictionnaire d'Archéologie Chrétienne et de Liturgie*. Paris. (DACL).
- S. MacCormack, (1997), “Sin, Citizenship, and the Salvation of Souls: The Impact of Christian Priorities on Late-Roman and Post-Roman Society”, *Comparative Studies in Society and History*, 39, 4, 644-673.
- H.I. Marrou (1985), *L'église de l'Antiquité tardive*. Paris, Le Seuil.
- A. H. Martindale Jones (1964), *The later roman empire 284-602 : a social economic and administrative survey*. Baltimore, The John Hopkins University Press.
- C. Rapp (2005) *Holy Bishops in Late Antiquity, The Nature of the Christian leadership in an age of transition*. University of California Press.
- M. Rostovtzeff (1926), *Social and Economic History of the Roman Empire*, t. 2. Oxford, University Press (reed. 1957).
- B. Ward-Perkins (2005), *The Fall of Rome and the end of civilization*, trad. port. (2006) *A Queda de Roma e o fim da civilização*. Lisboa, Aletheia.
- H.- U. Wiemer (1994), “Libanius on Constantine”, *CQ*, 44, 511-524.

BIOGRAFIA E IDEOLOGIA EM FINAIS DO SÉCULO IV: A *HISTÓRIA AUGUSTA* E A FIGURA CONTROVERSA DE ADRIANO

JOSÉ LUÍS LOPES BRANDÃO
Universidade de Coimbra

Resumo: Atribuída pela erudição moderna a um só autor que escreve em finais do século IV, a *História Augusta* reflecte uma ideologia imperial que reverencia os Antoninos. A análise da *Vida de Adriano* mostra uma síntese de contrastes de carácter que patenteia um ideal de cariz pró-senatorial no que respeita ao comportamento dos imperadores e que põe em relevo as virtudes augustanas e os correspondentes vícios do principado. Apesar das suas contradições de carácter, Adriano poderá representar um modelo didáctico do carácter universalista e ecléctico do poder imperial para a época em que o autor escreve.

Palavras-chave: Biografia, Antoninos, Adriano, Império Romano.

Abstract: Assigned by modern scholarship to a single author who writes by the end of the fourth century AD, the *Historia Augusta* reproduces an imperial ideology reverencing the Antonines. The analysis of the *Life of Hadrian* reveals a synthesis of character contrasts representing an ideal of senatorial influence in what concerns the emperor's behaviour, and emphasises the Augustan virtues and corresponding vices of bad emperors. In spite of personality contradictions, Hadrian could symbolize for the author's epoch a didactic pattern of the universalism and eclecticism of imperial power.

Key words: Biography, Antonines, Hadrian, Roman Empire.

Por finais do século IV, muito provavelmente, um autor, oculto, segundo parece, sob a capa da autoridade de diversos nomes, procurava apresentar uma história de Roma Imperial em que juntava ficção e realidade. Desengane-se o leitor de julgar que o texto foi escrito no tempo de Diocleciano, ou Constantino, imperadores invocados em algumas *Vidas*. Desde finais do século XIX, na sequência dos estudos de Dessau que a maioria dos críticos aceita como verosímeis os indícios que apontam para uma redacção posterior àqueles imperadores¹: do tempo de Juliano, do último quartel ou mesmo da última década do século IV², suspeita que é apoiada em referências a realidades que parecem ser do final do séc. IV. Outros há que a arrastam para o início do século V, ou mesmo para o VI.

¹ O possível uso, por parte do autor da *HA*, de Eutrópio (em *Marc.* 17.2 ss) e a cópia de Aurélio Victor (em *Sev.* 17.5 ss) faz arrastar, como notara Dessau, a data da composição para depois de 360. Vide Barnes 1995 4; 12.

² Para uma síntese das propostas de datação de Dessau, Hartke, Alföldi, Shwartz, Chastagnol, Cameron, Syme, Baynes, vide Honoré 1987 156, 159 e ns. 8 e 9; Birley 2003 138-140. Mommsen defendeu a época de Constantino, e Momigliano manteve uma cautelosa atitude de reserva.

E desengane-se de esperar uma história verídica: os estudiosos têm posto a nu factos de ficção e documentos forjados. O próprio autor confessa que lhe foi dada pelo prefeito Júnio Tiberiano (prefeito da cidade em 291-292 e 303-304) carta branca para mentir, já que assim procederam historiadores admirados pela sua eloquência³. Não se pode dizer que seja propriamente uma falsificação, mas uma espécie de género diferente que se aproxima do romance⁴, ou de literatura didáctica para a altura em que foi escrita⁵. A ficção estender-se-á à criação de documentos, que levantam suspeitas por serem mais abundantes precisamente nas *Vidas* mais obscuras. As *Vidas* secundárias, de imperadores de transição ou usurpadores, tornam-se naturalmente mais passíveis de ficção. De resto, a ordem da redacção também não parece ser a das *Vidas* tendo em conta, por exemplo, que há invocações a Constantino que aparecem antes de outras a Diocleciano. Apesar das muitas tentativas de solução, as dúvidas abundam⁶.

Concorde parece ser a ideia de que é obra de um só autor, e não dos seis que assinam as *Vidas*: Élio Esparciano, Júlio Capitolino, Vulcácio Galicano, Élio Lamprídio, Trebélio Polião e Flávio Vopisco. Provam-no as semelhanças técnicas, o mesmo tipo de documentos forjados, as mesmas variações de estilo, a homogeneidade linguística e temática patente nos próprios prefácios dedicados (fingidamente) a Diocleciano e Constantino⁷. Os diversos nomes que assumem a autoria das várias secções até podem ser falantes. Uma chave de interpretação pode ser a conexão estabelecida entre o nome e o carácter de certos biografados⁸.

Em suma, os problemas levantados pela *HA* são tão intrincados que parecem não ter solução à vista. É grande a especulação e difícil controlar o que é verosímil. Porém, escudamo-nos na autoridade de nomes como o de Ronald Syme ou A. R. Birley. Além disso, *HA* é a fonte mais importante para os imperadores do II e III séculos. O modelo é Suetónio e as regras as

³ 'Scribe', inquit, 'ut libet. Securus quod velis dices, habiturus mendaciorum comites, quos historicae eloquentiae miramur auctores' (*Aur.* 2.2). Vide Birley 2003 146.

⁴ Algo como "mythistoria", dirá Syme 1972 123, conceito que aparece unicamente em dois passos da *Historia Augusta*: *Macr.* 1.5 e *Quadr. Tyr.* 1.2. .

⁵ Para Honoré 1987 156-176 é um exemplo de história esópica, com objectivos didácticos para a altura em que terá sido escrita: última década do séc. IV

⁶ Vide Momigliano 1954 25-26; Syme 1972 127-128; Birley 2003 133ss.

⁷ Vide Hengst 1981 11-14; Birley 2003 137. Segundo Honoré 1987 166 ss, é obra de um oficial do escritório do prefeito da cidade.

⁸ Avidio conectado com *avidus* (*A. Cass.* 1.7); Probo com *probus* (*Prob.* 21.4), entre outros. Vide Honoré (1987) 170ss. Para este autor, por exemplo, *Spartianus* é severo, 'espartano', portanto para imperadores hostis ao senado; *Capitolinus* liga-se ao Capitólio e por isso ao senado; *Lampridius* é frívolo, para imperadores frívolos; Vulcácio Galicano lembra Vulcácio Rufino, rebelde da Gália, e portanto faz a biografia de Rebeldes. Há quem veja sinais de humor nos nomes de Trebélio Polião e Flávio Vopisco. Vide Birley 2006 25-27.

da biografia. Mas desde logo gera alguma perplexidade o facto da narrativa começar a meio da dinastia, por Adriano e não por Nerva. Se as *Vidas* de Nerva e Trajano se não tiverem perdido, também este começo poderá esconder uma intenção. Mas a resposta a tal questão não será fácil. Pelo menos um prefácio deve ter-se perdido⁹.

Questão debatida é também a intenção do autor, que, por conseguinte, dependerá da data da redacção. O autor pode ter escrito, ou ditado (como se diz em *Tyr. Trig.* 33.8), simplesmente para se divertir a si e aos amigos. Mas a perspectiva é claramente senatorial: o autor é um senador e exalta o papel dos senadores, denominados *principes mundi* (*Prob.* 11.2)¹⁰. Vários estudiosos têm observado que a *HA* privilegia a experiência de governação e o paganismo contra a monarquia hereditária e o cristianismo (através de uma projecção retrospectiva de questões do tempo da redacção)¹¹, assim como repudia eunucos e burocratas¹². Por um lado, pela admiração por Diocleciano e consequente hostilização da sucessão hereditária, parece estar a pensar em Constâncio I e seus descendentes; por outro, o temor dos imperadores jovens facilmente manobráveis¹³ e a condenação da ignorância daqueles que se encontram fechados do mundo¹⁴ fazem-nos imediatamente pensar em Arcádio, dominado por Rufino, e Honório, sob a influência do vândalo Estilício, se aceitarmos uma data de redacção posterior a 395, ano em que estes “assumiram” o império (dividido entre Oriente e Ocidente) por morte do pai Teodósio. Parece, por isso, provável que a *HA* tenha sido redigida entre 395 e 405, como sustenta Birley (2005 144).

Observa-se por parte da *HA* um fascínio pelo nome de Antonino, visível na forma de transmitir a adopção do apelido por parte de vários dos Severos: uma reverência de que os estudiosos têm em vão procurado esclarecer a razão;

⁹ Vide Birley 2006 21-22.

¹⁰ Vide Birley 2003 140-141.

¹¹ Segundo Honoré 1987 158-162 a *HA* parece apoiar, um século depois da tetrarquia de Diocleciano, as pretensões de Eugénio no Ocidente contra as de Honório, filho de Teodósio, estabelecendo assim uma analogia entre Teodósio e Constantino que abandonara a tetrarquia. Assim, as dedicatórias a Diocleciano destinam-se-iam a Eugénio, e, depois, as invocações a Constantino pensavam em Teodósio vencedor, a quem o autor recomendava os méritos dos líderes vencidos, Máximo e Eugénio sob os nomes de Lucílio e Maxêncio (*Heliog.* 35.4). Depois o autor passou a dedicar as *Vidas* a magnatas não identificados. As mudanças políticas que levaram a estas alterações ocorreriam em 394-395. Além do elogio da tetrarquia, poderão existir sinais de paródia de Constantino (*Heliog.* 3.4-5) e da Bíblia. Há quem veja nas *Vidas* de Heliogábalos e de Alexandre Severo retratos codificados respectivamente de Constantino e Juliano o Apóstata. Vide Birley 2005 143-44 e 2006 24-25.

¹² Vide Syme 1978 179-180.

¹³ *Diū auertant pueros principes et patres patriae dici impuberes et quibus ad subscribendum magistrī litterarīi manus teneant, quos ad consulatus dandos dulcia et circuli et quaecumque voluptas puerilis inuoret.* (*Tac.* 6.5).

¹⁴ *Imperator, qui domi clausus est, vera non novit.* (*Aur.* 43.4). Vide Birley 2003 141.

mas, mais do que a natural veneração para com Pio ou Marco, parece ser a dinastia como um todo que move a curiosidade do autor¹⁵. Ora os Antoninos são conhecidos por basearem a sucessão no sistema adoptivo, que permitia, teoricamente, a escolha do melhor: são explicitamente apontados como modelos de imperadores que usaram a experiência que a idade confere¹⁶; e o governo conjunto de Marco Aurélio e Lúcio Vero é considerado pelo autor como uma prefiguração do esquema implementado por Diocleciano, como veremos. Cómodo, pelo contrário, é a prova da falência do sistema hereditário, até porque, segundo a *HA*, há dúvidas de que seja filho do antecessor e herde, portanto, o seu carácter (*Marc.* 19.1-7); e é também um imperador moço. Por outro lado, os Antoninos pertencem ao período de apogeu e estabilidade, um tempo de saúde do Império Romano, e incluem as melhores referências para o ideal imperial que o autor querará transmitir. Valores morais e políticos como *virtus*, *clementia*, *iustitia* e *pietas*, alardeadas desde o principado de Augusto, consagraram um ideal imperial que se vê que continua válido no momento da redacção, para a apreciação do governo dos imperadores¹⁷.

Do ponto de vista historiográfico, as *Vidas* que vão de Adriano a Marco Aurélio, apresentam-se como as mais fidedignas, no que respeita a pessoas, a datas e a instituições¹⁸. Propomos, então, centramo-nos na *Vida de Adriano*, considerada a melhor da *HA*¹⁹. Cerca de duzentos e setenta anos separarão a sua redacção do trabalho de Suetónio, se aceitarmos que a *HA* é obra de finais do séc. IV. Mas o esquema do biógrafo dos *Doze Césares* reconhece-se na estrutura, que podia até já estar nas fontes²⁰. Assim temos essencialmente dois relatos cronológicos no início e no fim; e, no meio, a análise *per species*.

A *Vida* começa com a habitual referência, breve e desconexa²¹, aos antepassados e local de origem (1.); passa pela habitual menção da data e local do nascimento (2.1) e depois relata a carreira e as vicissitudes que levaram à adopção de Adriano, em 117. A narrativa centra-se depois na actividade

¹⁵ Como sustenta Hengs 1981 28-35.

¹⁶ Nas aclamações do senado a Tácito, é evocada a idade dos Antoninos como garante da experiência: *Post haec adclamationes senatus haec fuerunt: "Et Traianus ad imperium senex venit." dixerunt decies. "Et Hadrianus ad imperium senex venit." dixerunt decies. "Et Antoninus ad imperium senex venit." dixerunt decies. "Et tu legisti: Incanaque menta regis Romani." dixerunt decies. "Ecquis melius quam senex imperat?" dixerunt decies (Tac. 5.1-2).*

¹⁷ Vide Béranger 1976 38-41; Momigliano 1954 35; Poignault 1991 205.

¹⁸ Vide Barnes 1995 5.

¹⁹ Vide Callu 1992 3. Parece estar construída sobre boas fontes, a julgar pelas personalidades que refere (boas listas de cônsules e dos cônsules por mais que uma vez; lista completa dos prefeitos do pretório). Vide Pflaum 1970 173-199.

²⁰ Para Syme 1972 125 a fonte principal até Caracala seria um *ignotus*. Talvez Mário Máximo, bastante citado, que terá continuado a obra de Suetónio, escrevendo a vida de outros doze Césares: de Nerva a Heliogábal. Barnes 1967 66.

²¹ Segundo Syme 1971a 42.

governativa (5.1-9.9) e nas viagens (10.1-14.7) de 118 a 135. Na parte central, figuram as rubricas descritivas (14.8-22.14). Entra-se depois na narrativa final, referente aos anos 135 a 138, que inclui a degeneração e a morte (23.1-25.10). Além da menção da duração da vida e do governo (25.11), deslocam-se para depois da morte, como no caso de algumas *Vidas* de Suetónio, as rubricas referentes ao retrato físico (26.1), desporto e cultura (26.2-5), presságios da morte (26.6-10), apreciação dos súbditos e a consagração (27)²².

Adriano apresenta-se controverso à partida. Se em algumas *Vidas* da *HA* aparece, no geral, como bom imperador (*A. Cass.* 2.5-6; 8.6; *Prob.* 22.1-4), já na *Vida* do próprio é ensombrado por muitas pechas, contraste que revela duas tradições: uma favorável e outra desfavorável²³. Como resultado, no espectro de *Vidas*, que vai de imperadores muito maus como Cómodo ou modelos como Pio e Aurélio, Adriano apresenta-se como uma abertura de síntese de contrastes desconcertantes.

Diz-nos Esparciano, o suposto autor desta *Vida*, que Adriano, ao consultar as *Sortes Virgilianas*, numa altura em que estava apreensivo sobre o seu futuro, lhe saíram uns versos da Eneida (6.808-812) que o apresentam como modelado sobre a figura de Numa: *nosco crines incanaque menta / regis Romani, primam qui legibus urbem / fundabit* («reconheço os cabelos e a barba encanecidos do rei romano, que será o primeiro a fundar a cidade sobre as leis») (2.8). A consulta de oráculos insere-se perfeitamente na linha de Suetónio e atesta o significado que tais previsões teriam em finais do séc. IV, para um autor que quererá reafirmar as tradições pagãs, numa época em que estas cediam ao cristianismo, como os críticos têm salientado. O aspecto físico (Adriano inicia o uso da barba entre os imperadores) contribui para a assimilação à piedade do segundo rei, o que atesta o uso por parte do autor de elementos da propaganda de Adriano que o apresentavam como exemplo de guardião e restaurador das instituições religiosas tradicionais romanas²⁴. Por outro lado, usar barba (como se sublinha no retrato físico: 26.1) é característica do imperador maduro²⁵, por oposição aos imperadores moços, odiados pela *HA*.

Se esta dinastia se caracterizava por basear a sucessão no sistema adoptivo, que visava a escolha do melhor, no que toca a Adriano, o autor, sem descurar os numerosos feitos que lhe trouxeram nomeada (3.6), salienta o retrato de um ambicioso que não olha a meios, ao ponto de se entregar ao vinho para obsequiar os costumes de Trajano, como ele próprio admite na sua autobiografia perdida (3.3), e de corromper os catamitos do imperador, tendo inclusive comércio

²² Vide J-P Callu 1992 5-7.

²³ Vide Poignault 1991 204-205; Benario 1980 4.

²⁴ Propaganda também reflectida em Aurélio Victor, *Caes.* 14.2.

²⁵ Como se salienta na *Vida* do imperador Tácito (5.1).

carnal com eles (4.5). Muito deve ao favor da imperatriz Plotina (4.1; 4.4)²⁶. Mas, por intermédio dela, Adriano transforma-se num presumível usurpador:

Frequens sane opinio fuit Traiano id animi fuisse ut Neratium Priscum, non Hadrianum, successorem relinqueret, multis amicis in hoc consentientibus, usque eo ut Prisco aliquando dixerit: “commendo tibi provincias, si quid mihi fatale contigerit.” Et multi quidem dicunt Traianum in animo id habuisse, ut exemplo Alexandri Macedonis sine cero successore moreretur, multi ad senatum eum orationem voluisse mittere petiturum, ut, si quid ei evenisset, principem Romanae rei publicae senatus daret, additis dum taxat nominibus ex quibus optimum idem senatus eligeret. Nec desunt qui factione Plotinae mortuo iam Traiano Hadrianum in adoptionem adscitum esse prodiderint, supposito qui pro Traiano fessa voce loquebatur

«Foi sem dúvida voz corrente que Trajano tinha a intenção de deixar como sucessor Nerátio Prisco²⁷, e não Adriano, no que era secundado por diversos amigos, ao ponto de ter dito certa vez a Prisco: “confio-te as províncias, se me acontecer alguma fatalidade”. E muitos afirmam até que tinha a intenção de, a exemplo de Alexandre da Macedónia, morrer sem indicar claramente um sucessor; outros tantos afirmam que ele queria dirigir ao senado um discurso a pedir que, se algo lhe acontecesse, o senado desse um imperador ao Estado Romano, acrescentando, quando muito, nomes, de entre os quais o mesmo senado escolheria o melhor. Não falta quem demonstre que Adriano foi agraciado com a adopção, já Trajano estava morto, graças ao poder de Plotina, por recurso a um imitador que falou por Trajano com voz débil.» (*Hadr.* 4.8-10).

Fica a suspeita de que as intrigas do palácio se sobrepuseram à ideologia senatorial da escolha do melhor²⁸.

De facto, a *HA* concede aos usurpadores a honra da biografia – tal acontece pela primeira vez com Avidio Cássio, que se rebelou contra Marco Aurélio. O facto de Adriano se apresentar como um misto de legítimo e de usurpador faculta, segundo Meckler, um ponto de partida adequado para uma obra que questiona o verdadeiro status do imperador²⁹. A dúvida no que respeita a Adriano pode justificar que também se incluam na *HA* os usurpadores de facto.

Ora talvez a principal diferença entre imperadores e usurpadores (*tyranni*) seja que os primeiros saíram vitoriosos e os outros não, como se sugere no início da *Vida* de Pescênio Nigro; e o que acontece é que os feitos

²⁶ Díon Cássio (60.10.3) transforma o favor em amor. Vide Pognault (1991) 210.

²⁷ Famoso jurista que participou no *consilium principis* de Adriano. As suas obras foram usadas nos *Digesta* de Justiniano.

²⁸ Como nota Pognault 1991 210. Díon Cássio (69.1.1-3) é ainda mais assertivo: para ele foi tudo manipulação de Plotina e do prefeito Atiano.

²⁹ Vide Meckler 1996 370-371.

dos perdedores são distorcidos, suprimidos ou esquecidos³⁰, e mais ainda na anarquia militar que se seguiu ao fim dos Severos (em 235). Trabalho nada fácil é fazer a história dos perdedores, dos que não tiveram a honra de ser reconhecidos pelo senado ou que foram rapidamente assassinados, reitera-se³¹. Assim, a *HA* apresenta-se como uma história de vencidos e vencedores³² – *omnes qui imperatorum nomen siue iusta siue iniusta habuerunt* («todos os que por direito ou não detiveram o nome de imperadores») (*A. Cass.* 3.3), porque se Constantino diz que é a fortuna que faz o imperador (*Heliog.* 34.4), a *HA* advoga que a fortuna não está sempre do lado da justiça³³. O autor quase que se propõe, assim, no final do Séc. IV, reescrever a história, pelo que assume a diferença em relação a antecessores, como Suetónio e Mário Máximo, e cita-se a si mesmo como um criativo predecessor, se aceitarmos que o nome de Trebónio Polião (e dos outros autores) é fictício, como muitos actualmente pensam³⁴. A história da aclamação dos imperadores tinha-se complicado muito desde Suetónio. As lutas civis de 68-68 apenas podiam prefigurar um pouco da complexidade da anarquia militar que se seguiu à queda de Alexandre Severo.

Também controverso em Adriano é o corte com a política expansionista de Trajano: *Adeptus imperium ad priscum se statim morem instituit et tenendae*

³⁰ *P. Niger* 1.1-2. *Rarum atque difficile est ut, quos tyrannos aliorum uictoria fecerit, bene mittantur in litteras, atque ideo uix omnia de his plene in monumentis atque annalibus habentur. Primum enim, quae magna sunt in eorum honorem ab scriptoribus deprauantur, deinde alia supprimuntur, postremo non magna diligentia in eorum genere ac uita requiritur, cum satis sit audaciam eorum et bellum, in quo uicti fuerint, ac poenam proferre.*

³¹ *P. Niger* 9.1-2: *Haec sunt, Diocletiane maxime Augustorum, quae de Pescennio didicimus ex pluribus libris. non enim facile, ut in principio libri diximus, quisquam uitas eorum mittit in libros, qui aut principes in re publica non fuerunt aut a senatu appellati non sunt imperatores, aut occisi citius ad famam uenire nequuerunt. Inde quod latet Vindex, quod Piso nescitur, quod omnes illi qui aut tantum adoptati sunt aut a militibus imperatores appellati, ut sub Domitiano Antonius, aut cito interempti uitam quo imperii usurpatione posuerunt.*

³² *Heliog.* 35.7: *Non enim ego id faciam, quod plerique scriptores solent, ut de his detraham, qui uicti sunt, cum intellegam gloriae tuae accedere, si omnia de illis, quae bona in se habuerint, uera praedicaro.*

³³ Cf. *Car.* 3.6-7.

³⁴ *Quadr. Tyr.* 1. *Minusculos tyrannos scio plerosque tacuisse aut breuiter praeterisse. nam et Suetonium Tranquillum, emendatissimus et candidissimus scriptor, Antonium Vindicemque tacuit, contentus eo quod eos cursim perstrinxerat, et Marius Maximus Auidium Marci temporibus, Albinum et Nigrum Seueri non suis propriis libris sed alienis innexuit. 2 Et de Suetonio non miramur, cui familiare fuit amare breuitatem. Quid Marius Maximus, homo omnium uerbosissimus, qui et mythistoricis se uoluminibus implicauit, num ad istam descriptionem curamque descendit? 3 Atque contra Trebellius Pollio ea fuit diligentia, ea cura in edendis bonis malisque principibus ut etiam triginta tyrannos uno breuiter libro concluderet, qui Valeriani et Gallieni nec multo superiorum aut inferiorum principum fuere temporibus. 4 Quare nobis quoque, etiamsi non tanta non tamen minima fuerit cura, ut, dictis Aureliano, Tacito et Florianio, Probo etiam, magno ac singulari principe, cum dicendi essent Carus, Carinus et Numerianus, de Saturnino, Bonoso et Proculo et Firmo, qui sub Aureliano fuerat, non taceremus.*

per orbem terrarum paci operam impendit («determinou que se conformava imediatamente ao modo de agir de outros tempos e empenhou-se em manter a paz por todo o orbe da terra») (5.1). Adriano sugeria, assim, um regresso à política augustana que privilegiava a consolidação do império em detrimento da expansão³⁵. Mas, por outro lado, as revoltas grassavam (5.2). *Quare omnia trans Eufraten ac Tigrim reliquit exemplo, ut dicebant Catonis, qui Macedonas liberos pronuntiavit, quia tueri non poterant* («Por isso, abandonou todas as possessões para lá do Eufrates e do Tigre, a exemplo, segundo dizia, de Catão, que declarou os Macedónios livres, por não ser possível dar conta deles») (5.3). Adriano sendo admirador de Catão o Antigo, como se diz em outro passo, deve ter citado o discurso deste no senado sobre o que fazer com a Macedónia depois da vitória de Pidna³⁶. Mas a retirada é aqui conotada com uma atitude de *impietas* para com a obra do antecessor. Já Nero, segundo Suetónio (*Nero* 18), não retirara da Britânia para não obscurecer a glória do pai adoptivo, Cláudio.

A subida de Adriano ao poder é seguida do alardear de algumas virtudes imperiais tradicionais: como a *clementia* (5.5) para com inimigos; a *pietas* para com o antecessor, manifesta na transladação dos restos mortais de Trajano (5.9) e na solicitação ao senado de honras divinas para o defunto (6.1); deferência para com o senado, numa clara demonstração de *ciuilitas* (6.2); a recusa modesta das honras do triunfo – acompanhada da opção por conduzir no carro a efígie de Trajano, o digno triunfador (6.3) – e do título de Pai da Pátria (6.4); bem como a devolução às cidades de Itália da contribuição para as coroas do triunfo (6.5), numa imitação de Augusto (*RG* 21.3): virtudes reconhecíveis pelos *exempla*, mesmo quando não aparecem literalmente expressas no texto. Enfim, atitudes de moderação, quase ostentada, que o leitor de Suetónio se habituou a encontrar mesmo nos piores príncipes, como Calígula ou Nero, logo a seguir à aclamação, num período inicial bom que faz suspeitar de uma futura degeneração.

A verdade é que, na *Vida de Adriano*, os momentos muitos positivos vão alternando com a descrição de comportamentos que o tornam odioso. Logo a seguir, uma conjura, alegadamente capitaneada pelo estóico Avidio Nigrino, amigo de Plutarco, leva à eliminação de quatro senadores, facto que afectou terrivelmente a imagem do imperador, apesar de ele clamar que não fora por sua iniciativa (7.1-3)³⁷ e atribuir a responsabilidade ao prefeito Atiano,

³⁵ Cf. Tácito, *Ann.* 1.11.

³⁶ Vide Birley 1997 96-97.

³⁷ Os factos são difíceis de deslindar, mas uma conjura seria improvável. Talvez o prefeito Atiano, pensando ajudar a consolidar o poder incipiente de Adriano, influenciasse o senado a eliminar os senadores. O episódio recorda de algum modo a morte de Agripa Póstumo no início do principado de Tibério (Tácito, *Ann.* 1.6; Suet. *Tib.* 22.). Vide Birley 1997 87; Benario 1980 71.

como se diz mais à frente (9.3). A contrabalançar esta imagem, apresenta-se imediatamente uma série de medidas de carácter fiscal e social, que atestam a liberalidade do príncipe (7.3-12), um juramento do próprio em como não puniria nenhum senador, senão por decisão do senado (7.4), a que se juntam manifestações de respeito para com aquele conselho (8.1-11). A ideia de que se apresentava com um procurador do povo romano é sublinhada por recurso a um dito: *et in contione et in senatu saepe dixit ita se rem publicam gesturum, ut sciret populi rem esse, non propriam* («Quer nas assembleias do povo, quer no senado, afirmou amiúde que iria dirigir o estado, de forma a deixar claro que se tratava de um domínio do povo e não pertença sua») (8.3) – uma mostra de *ciuilitas* com eco ciceroniano³⁸.

Ma logo ressurge a pecha de que *inter haec tamen et multas provincias a Traiano adquisitas relinquit et theatrum, quod ille in campo Martio posuerat, contra omnium vota destruxit. Et haec quidem eo tristiora videbantur, quod omnia, quae displicere[nt] vidisset, Hadrianus mandata sibi ut faceret secreto a Traiano esse simulabat* («no meio de tais acções, abandonou numerosas províncias adquiridas por Trajano e destruiu, contra o parecer de todos, o teatro que ele tinha construído no Campo de Marte. E estas decisões pareciam ainda mais abomináveis, pelo facto de Adriano fingir que lhe tinha sido ordenado em segredo por Trajano tudo aquilo que via que não agradava») (9.1-2). O reiterar deste aspecto de forma exagerada³⁹, com a sugestão de que aconteceu *inter haec* (entre os referidos actos louváveis), mostra até que ponto a mudança na política terá sido mal recebida e deixou sinais bem marcados nas fontes da *HA*. E se a citação de Catão, referida atrás, não colheu, a tentativa de justificação com base nas ordens do próprio Trajano só terá agravado o sentimento de indignação⁴⁰.

Tons negativos têm também as manigâncias que usa para afastar os prefeitos do pretório, Atiano e Símile, precisamente aqueles a quem, nota o autor, devia o seu poder (9.3-6). Mas o caso não será tão negro como se apresenta, porque atrás (8.7), na fase positiva se disse que, estando Atiano já em avançada idade, Adriano o honrou tornando-o senador. E Símile resignou, segundo Dión Cássio (69.19.2), pelo que, depois de alguma relutância de Adriano, foi substituído pelo ilustrado Septício Claro, amigo de Plínio e de Suetónio⁴¹.

A contrabalançar se mencionam imediatamente liberalidades para com

³⁸ Cf. Cícero, *Rep.* 1.39: *res publica res populi*.

³⁹ Dizer *multas provincias relinquit* é exagero; foram apenas três – Mesopotâmia, Assíria e a Grande Arménia. E muito do território já tinha sido devolvido pelo próprio Trajano. Vide Birley 1997 78.

⁴⁰ Vide Birley 1997 96-97.

⁴¹ Vide Birley 1997 96.

as cidades numa curta viagem à Campânia (9.6); manifestações exemplares de *ciuilitas* em Roma, onde actuava *ad priuati hominis modum* (9.8), e de *pietas* para com a sogra, mediante a dedicação de uns jogos (9.9).

De seguida, o autor entra no relato das grandes viagens que marcaram este principado, e, antes de mais, à Gália e Germânia (10.1-2). Às medidas boas de restauro da disciplina militar, mediante o próprio exemplo de Adriano (10.3-8)⁴², da organização da logística (11.1) e, já na Bretanha, da construção da famosa muralha (11.2), logo se sucedem factos mais negros, como a destituição do prefeito Septício Claro e do secretário Suetónio, por motivos pouco esclarecidos, que se prenderiam com uma demasiada familiaridade com a imperatriz (11.3), e sobretudo os rumores sobre a indiscrição inquisitória com que tratava os amigos (11.4-6), comportamento classificado como imoral (*uitiosissimum*), a que se acrescenta ainda o amor por jovens e adultérios com mulheres casadas (11.7), atitudes há muito tipificadas na descrição de tiranos. Mas, na passagem pela Hispânia, introduz-se uma anedota onde se manifesta a notável clemência para com um escravo louco que o tenta assassinar (12.5). O relato vem ao encontro da humanidade do *princeps*, sublinhada em outro passo, a propósito de legislação para proteger os escravos (18.7)

Depois do relato das outras viagens ao oriente a culminar na trágica e misteriosa morte do favorito Antínoo (13.1-14.7), com a nota de que ele o chorou *muliebriter*, entramos nas rubricas descritivas, onde estes matizes se continuam a alternar de forma evidente: às capacidades intelectuais e perícia no manejo das armas (14.8-10), características do modelo de general culto e forte na guerra⁴³, opõe-se a descrição de um espírito vário:

idem severus comis, gravis lascivus, cunctator festinans, tenax liberalis, simulator simplex, saevus clemens, et semper in omnibus varius

«rigoroso e afável, sisudo e brincalhão, hesitante e impetuoso, mesquinho e generoso, fingido e sincero⁴⁴, cruel e clemente, e sempre muito oscilante em tudo» (14.11),

sequência de opostos que esclarece a alternância na estrutura desta *Vida* e, de algum, modo sugere o carácter de um tirano imprevisível e, por isso, gerador de terror.

Em consonância com esta justaposição de contrastes, a dedicação aos

⁴² Relato que parece inspirado por Díon Cássio, 69.9.1-6.

⁴³ *Armorum peritissimus* faz lembrar *armorum et equitandi peritissimus* – expressão com que Suetónio caracteriza Júlio César (*Jul.* 79) e Tito (*Tit.* 3.2).

⁴⁴ Os editores divergem na reconstrução e agrupamento destas características de Adriano. Esta é a edição de Loeb Classical Library.

amigos (15.1) é logo ensombrada pelo facto de dar ouvidos aos rumores e de progredir para a suspeição (*ut hostium loco habuit*) (15.2), o que provocou a morte ou afastamento de várias pessoas próximas do imperador. Apesar de se sugerir um processo gradativo (*postea*) em direcção à tirania, a ordem dos *exempla* será, à boa maneira suetoniana, mais intensiva que cronológica (15.3.-9).

Também as qualidades intelectuais e a insaciável curiosidade são ensombradas pela arrogância com que tratava os professores (15.10-11), pelo que parece manter uma relação de amor-ódio com intelectuais e artistas. Acentua-se, paradoxalmente, o perdão aos inimigos de outrora, enquanto era cidadão privado (17.1) e a liberalidade para com os amigos e os reis e amor à plebe (17.2-8). A nota de que *publice frequenter et cum omnibus lavit* («ia frequentemente aos banhos públicos e tomava banho com toda a gente»), numa ostensiva manifestação de *comitas*, permite introduzir uma anedota sobre o pendor pedagógico do príncipe:

nam cum quodam tempore veteranum quendam notum sibi in militia dorsum et ceteram partem corporis vidisset adterere parieti, percontatus, cur se marmoribus destringendum daret, ubi audivit hoc idcirco fieri, quod servum non haberet, et servis eum donavit et sumptibus. Verum alia die cum plures senes ad provocandam liberalitatem principis parietis se adtererent, evocari eos iussit et alium ab alio invicem defricari

«ao ver, certa vez, um certo veterano, que tinha conhecido no exército, a esfregar as costas e o resto do corpo contra a parede, perguntou-lhe porque usava os mármore para se friccionar. Quando o ouviu dizer que procedia assim por não ter um escravo, não só o presenteou com escravos, como também com as despesas da manutenção deles. Ora, num outro dia, como vários anciãos se puseram a esfregar-se na parede para suscitar a liberalidade do príncipe, ele mandou-os chamar e massajarem-se à vez uns aos outros» (17.5-7).

No trecho dedicado às medidas de carácter jurídico (18) e aos cargos honoríficos (19.1), predominam aspectos favoráveis ou neutros. Destaca-se o evergetismo para com as cidades do império e em Roma, a culminar em obras grandiosas (19.2-13), como a deslocação do colosso. Neste contexto, a sua moderação é elogiada: *cum opera ubique infinita fecisset, numquam ipse nisi in Traiani patris templo nomen suum scripsit* («Tendo construído um número infinito de monumentos, jamais escreveu o seu nome num templo, a não ser no do seu pai Trajano») (19.9), uma mostra de *ciuilitas* que contrabalança a magnitude das construções.

A virtude da *ciuilitas*, conceito agora explicitamente referido (*etiam humiliorum ciuilissimus fuit*), manifesta-se até para com os mais humildes (20.1), mas acaba por ficar sob a suspeita de dissimulação, quando o autor,

apoiando-se em Mário Máximo, afirma que *eum natura crudelem fuisse et idcirco multa pie fecisse, quod timeret, ne sibi idem, quod Domitiano accidit, eveniret* («ele era cruel por natureza, e se agiu muitas vezes com bondade, foi porque temia que lhe acontecesse o mesmo que a Domiciano») (20.3), imperador que, como é sabido, foi assassinado em 96, na sequência de uma conjura palaciana, por se ter tornado odioso e imprevisível. A *natura crudelis* parece retomar a *natura saeva* de Tibério (*Tib.* 57.1) e de Calígula (*Cal.* 11), imperadores caracterizados como dissimulados. Que se trata simulação, e não de genuína *ciuilitas*, parece ser mesmo sugerido a seguir com ironia através afirmação de que *et cum titulos in operibus non amaret, multas civitates Hadrianopolis appellavit, ut ipsam Karthaginem et Athenarum partem* («apesar de não gostar de deixar legendas nas suas obras, deu o nome de Adrianópolis a muitas cidades, como à própria Cartago e a uma parte de Atenas») (20.4). Sobretudo depois da referência à morte de Domiciano, o leitor de Suetónio lembra imediatamente as grandes construções, que geraram inclusivamente grafitos condenatórios (*Suet. Dom.* 13.2), *exempla* de arrogância tirânica (*Dom.* 12.3ss) que antecedem o relato da morte. Já a memória prodigiosa e a capacidade de fazer diversas coisas ao mesmo tempo (20.11) parece ser uma emulação da versatilidade de Júlio César.

Segue-se uma série de informações sobre o controlo dos juízes, dos libertos, dos escravos (21.1-3) e sobre os gostos alimentares (21.4). Uma anedota reportada neste contexto revela a deferência para com o senado:

libertos suos nec sciri voluit in publico nec aliquid apud se posse, dicto suo omnibus superioribus principibus vitia imputans libertorum, damnatis omnibus libertis suis, quicumque se de eo iactaverant. Vnde extat etiam illud seuerum quidem sed prope ioculari de servis. Nam cum quodam tempore servum suum inter duos senatores e conspectu ambulare vidisset, misit, qui ei collafum daret diceretque: 'noli inter eos ambulare, quorum esse adhuc potes servus'

«Não permitia que os seus libertos fossem conhecidos em público nem que tivessem algum poder junto de si; e, além de imputar, segundo um dito seu, os vícios dos libertos a todos os príncipes anteriores, castigava todos os libertos que se vangloriassem à conta dele. Daqui resulta aquela sua reacção – implacável, é certo, mas também espirituosa – acerca dos escravos: é que ao ver, em determinada altura, um dos seus escravos a caminhar, longe de si, entre dois senadores, enviou alguém para lhe dar uma bofetada e lhe dizer: “não caminhes entre aqueles de quem podes vir a ser escravo!”» (21.2-3).

É o reverso da permissividade de Cláudio para com os libertos do palácio⁴⁵.

⁴⁵ Uma reminiscência de Suetónio (*Cl.* 28.1). O imperador Cláudio permitia que o liberto

Estes sinais de respeito para com o senado são diferentes da realidade do poder, mas os senadores satisfazem-se com as aparências⁴⁶, ou fingem satisfazer-se.

Depois da relação das catástrofes e guerras (21.5-8) assinala-se o apreço que os soldados lhe devotavam por causa do seu extremo desvelo para com o exército, bem como pela grande liberalidade que, ao mesmo tempo, manifestou para com eles (21.9), e a relação pacífica com os povos e reis estrangeiros (21.11-14). A narrativa favorável continua com a referência ao rigor com que mantinha a disciplina civil à semelhança da militar (22.1): incentivo do uso da toga (22.2-4), como já Augusto fizera (Suet. *Aug.* 40.5); disciplina e moderação dos banquetes (22.5.); uso de cavaleiros nas secretarias imperiais, com a indicação exagerada de que fora o primeiro a tomar tal providência (22.8)⁴⁷, e promoção do culto oficial (22.10), outra evidente imitação de Augusto (apesar de se mostrar mais eclético que o seu modelo)⁴⁸, atitude já justificada no início com a assimilação ao rei Numa. O conceito de religião romana era, pois, mais lato que no tempo de Augusto. Os críticos modernos, em busca de sinais da época em que o autor da *HA* escreve, encontraram na referência à retenção do pontificado máximo (22.10) uma crítica velada a Graciano que abandonara o cargo em 376 ou 379.

O biógrafo retoma o relato cronológico para tratar a morte, a doença e o problema da sucessão, onde elementos favoráveis continuam a alternar com traços sinistros. Referem-se os possíveis sucessores, que, uma vez descartados, são, por isso, suprimidos (23.1-9); e descreve-se a escolha e adopção de Élio César, que acaba por morrer (23.10-15), mas que merece figurar na *HA* com uma biografia logo a seguir à de Adriano, uma vez que, na linha do que já se disse atrás, carregou o nome de César, sem ter sido imperador⁴⁹.

Depois vem uma decisão que fará história: a adopção de Antonino, com a condição de este adoptar previamente Vero e M. Aurélio, imperadores que mais tarde, sublinha o autor, são os primeiros a governar simultaneamente como Augustos (24.1-2). O procedimento assentava no precedente da adopção

Políbio, *a studiis*, fosse visto a caminhar entre dois cônsules.

⁴⁶ Como nota Pognault 1991 207.

⁴⁷ Na verdade, já Otão e Vitélio tinham empregado cavaleiros nestas funções; e Domiciano distribuiu-as entre cavaleiros e libertos (Suet. *Dom.* 7.2). Foi no principado de Cláudio que os libertos alcançaram o maior poder nestas secretarias.

⁴⁸ *Sacra romana diligentissime curavit, peregrina contempsit* (*Hadr.* 22.10). Parece haver eco de Suetónio, *Aug.* 93.1: *Peregrinarum caerimoniarum sicut ueteres ac praeceptas reuerentissime coluit, ita ceteras contemptui habuit*. Adriano usa imagens de Ísis e Serápis nas cunhagens, e é mesmo representado com um pé sobre um crocodilo, enquanto encarnação de Hórus e rei do Egipto. O interesse pelo culto Egípcio parece demonstrar que este era tratado como romano. Vide Benario 1980 129.

⁴⁹ (...) *non solum eos, qui principum locum in hac statione, quam temperas, retenturunt, ut usque ad divum Hadrianum feci, sed illos etiam, qui vel Caesarum nomine appellati sunt nec principes aut Augusti fuerunt vel quolibet alio genere aut in famam aut in spem principatus venerunt...* (*Ael.* 1.1).

de Tibério por Augusto: Tibério adoptara Germânico (além de ter um filho natural), garantindo assim a sucessão ao império⁵⁰. O autor parece estar aqui a projectar retrospectivamente o modelo da tetrarquia, que constituirá um ideal de soberania na *HA*⁵¹.

O final da vida não é sereno. Adriano não é premiado com a boa morte que Suetónio concede aos bons príncipes. Pelo contrário, a partir daqui, sublinha-se o *vitae taedium* por parte de Adriano, que procura repetidamente o suicídio (24.8; 24.12), e a *pietas* de Antonino (com diversas explicações), que honra o antecessor (24.5). Antonino opõe-se ao suicídio dele (24.9), mas, ao mesmo tempo, salva as suas derradeiras vítimas (24.4; 24.10). Na *Vida* de Heliogábalo (7.8-10), afirma-se que, para o final, Adriano foi tomado de *furor* e de *insania*. Paradoxalmente, a “cantilena do Adeus”, como lhe chama Callu (p. 7), referida mais à frente (25.5) parece, de algum modo, corresponder à cláusula de comédia com que Augusto se despede serenamente da vida (Suet. *Aug.* 99.1).

Sublinha-se que foi sepultado odiado por todos (25.7), manifesto exagero que expõe o elemento tirânico do carácter do defunto. Pelo que imediatamente se recorda que ele, já às portas da morte, forçou Serviano ao suicídio (25.10). Recorda-nos Tibério, que se tornou ainda mais odioso porque alguns sentenciados morreram já depois dele. E ao conhecerem a notícia da morte, muitos terão gritado “Tibério ao Tibre” (Suet. *Tib.* 75.1).

Como em algumas *Vidas* de Suetónio, o retrato físico é colocado depois da narrativa da morte, em conjunto com a síntese do modo de vida e dos gostos pessoais. Destaca-se, no entanto, a descrição da *Tiburtina Villa* (26.5), um microcosmos povoado de referências a lugares célebres, recordação das suas viagens – a *ekphrasis* desta construção em posição final parece representar a universalidade da missão imperial que a própria vida de Adriano representa. Por ser uma *uilla* fora da cidade não carrega o carácter odioso da *Domus Aurea* de Nero, que usurpara os espaços públicos da Urbe.

Segue-se a rubrica habitual dos presságios da morte (26.6-10). E, por último, a síntese final onde se assinala mais uma vez a hostilidade do senado e a *pietas* do sucessor. Parte da glória de Adriano deve-se à piedade de Antonino que não permitiu a *damnatio memoriae* que o senado queria decretar (27).

Suetónio permanece, pois, uma chave de leitura, um pressuposto. Para a biografia imperial aquele biógrafo continua a ser uma referência – o conhecedor de Suetónio entenderá melhor a *História Augusta*, apesar de esta ser uma degenerescência frívola da biografia Suetoniana⁵², onde através de

⁵⁰ Vide Barnes 1967 74 ss.

⁵¹ Vide Béranger 1976 29; Birley 2003 141.

⁵² Vide Momigliano 1954 3.

um estilo débil e uma estrutura mais descuidada parece cintilar a nostalgia dos velhos tempos. Se a *HA* segue Suetónio, Adriano parece de algum modo ser um segundo Augusto: sobe ao poder mediante a adopção, mas a subida é sangrenta; dedica-se a manter as fronteiras mais que alargá-las; abandona a política expansionista do seu antecessor (César também planeava conquistar os Partos); dedica-se à cultura. Como Augusto, vê-se afligido pela morte do sucessor que adopta. Mas apesar destas semelhanças, não parece que o autor os queira aproximar em demasia. Com efeito, a mentalidade pró-senatorial manifesta-se claramente nas partes mais hostis a Adriano, onde a escolha das fontes, como o senador Mário Máximo, também será determinante. O respeito pelo senado misturado com os relatos de mortes indiscriminadas tornam Adriano numa síntese de opostos quase inconciliáveis.

Se Adriano não é só virtudes, corresponde a um modelo de imperador interessado pela cultura e dedicado à religião tradicional, como demonstra a reconstrução do Panteão, do templo de Vénus e de Roma, acompanhada da deslocação do colosso de Nero, já dedicado ao sol. A *HA* coloca diante dos leitores e dos imperadores os sinais de um passado grandioso ligado ao culto pagão que será rapidamente esquecido. Na época da redacção, Adriano seria ainda um reflexo vivo da antiga glória. Além disso, é naquele imperador que o autor faz radicar a origem das escolhas que mais tarde desembocará no modelo da tetrarquia, que parece ser o ponto de referência da *HA*.

Mas será exagerado dizer que é uma obra contra o cristianismo. O autor confere a Adriano a autoridade para criticar os cristãos do Egipto pela sua confusão doutrinal e conduta moral, através de uma carta forjada (*Quat.* 7.5-8.7). Mas, neste passo, mais do que a religião, parece estar em questão o comportamento daqueles que deviam ser os mais honestos e coerentes nas suas crenças. Na *HA*, mais do que reacção contra o cristianismo em si, haverá antes reacção contra a intolerância religiosa que se institucionalizou no tempo de Teodósio⁵³. E a *Vida* de Adriano parece representar um universalismo inclusivo que tenderá a tolerar o próprio cristianismo, ideia que o autor passará na *Vida de Alexandre Severo*⁵⁴, numa visão eclética da religião romana. Não parece, portanto, uma obra contra o cristianismo, mas contra a exclusividade e unicidade na religião.

⁵³ Vide Birley 2005 144.

⁵⁴ Diz-se na *Vida de Alexandre* que Adriano planeou dedicar chamados “templos de Adriano” (*Hadr.* 13.6: *per Asiam iter faciens templa sui nominis consecravit*) a Cristo: *Christo templum facere voluit eumque inter deos recipere. Quod et Hadrianus cogitasse fertur, qui templa in omnibus civitatibus sine simulacris iusserat fieri, quae hodieque, idcirco quia non habent numina, dicuntur Hadriani, quae ille ad hoc parasse dicebatur. Sed prohibitus est ab iis qui consulentes sacra reppererant omnes Christianos futuros, si id fecisset, et templa reliqua deserenda* (*Alex.* 43.6-7).

BIBLIOGRAFIA

- J. N. Adams (1972), “On the authorship of the *Historia Augusta*”, *CQ* (New Series) 22 186-194.
- T. D. Barnes (1967), “Hadrian and Lucius Verus”, *JRS* 57 65-79.
- (1995), “The sources of the *Historia Augusta* (1967-1992)” in Bonamente, G. & Paci G. ed. *Historiae Augustae colloquium Maceratense*. Bari, Edipuglia, 1-28.
- H. W. Benario (1980), *Commentary on the Vita Hadriani in the Historia Augusta*. Chico, Calif., Scholars Press.
- J. Béranger (1976), “L’idéologie impériale dans l’*Histoire Auguste*” in *Bonner Historia-Augusta-Colloquium 1972/74*. Bonn, 27-53
- A. R. Birley (1997), *Hadrian. The Restless emperor*. London/New York.
- (2003), “The *Historia Augusta* and pagan historiography”, in G. Marasco (ed.), *Greek and Roman Historiography in late antiquity*. Leiden/Boston, 127-149.
- (2006), “Rewriting second-and-third-century history in late antique Rome: the *Historia Augusta*”, *Clássica*, Belo Horizonte, 19.1 19-29.
- J. L. Brandão (2007), “Cómodo: outro Calígula, outro Nero”, *Humanitas* 59 133-145.
- (2009). *Máscaras dos Césares. Teatro e moralidade nas Vidas Suetoninas*. Coimbra, *Classica Digitalia – CECH*.
- J.-P. Callu (1992), *Histoire Auguste*. Tome I 1^{re} partie. Paris, Les Belles Lettres.
- M. Grant, (1994), *The Antonines. The Roman empire in transition*. London/New York.
- D. Hengst (1981), *The prefaces in the Historia Augusta*. Amsterdam, Grüner.
- R. P. Hock (1982), “Puns, Aelius Maurus and the composition of the *Historia Augusta*”, *TAPhA* 112 107-113.
- T. Honoré, (1987), “Scriptor *Historiae Augustae*”, *JRS* 77 156-176.
- M. Meckler (1996), “The beginning of the *Historia Augusta*”, *Historia* 45 364-375.
- A. Momigliano (1954), “An unsolved problem of historical forgery: the *Scriptores Historiae Augustae*”, *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes* 17 22-46.
- H.-G. Pflaum (1970), “La valeur de la source inspiratrice de la *Vita Hadriani* et de la *Vita Marci Antonii* a la lumière des personnalités contemporaines

nommément citées” in *Bonner Historia-Augusta-Colloquium 1968/69*. Bonn, 173-232.

R. Poignault (1991), “Images de l’empereur Hadrien d’après l’Histoire Auguste, relue par Marguerite Yourcenar”, *REL* 69 203-218.

R. Syme (1968), “Ignotus, the good biographer” in Alföldi, A. & Straub, J., *Bonner Historia Augusta Colloquium*. Bonn, 131-153.

——— (1971a), *Emperors and Biography. Studies in the Historia Augusta*. Oxford, Clarendon Press.

——— (1971b), *The Historia Augusta. A call of clarity*. Bonn.

——— (1972), “The composition of the *Historia Augusta*: recent theories”, *JRS* 123-133.

——— (2001), *Ammianus and the Historia Augusta*. Oxford, Oxford University Press.

C. Teixeira, J. L. Brandão e N. S. Roddrigues (2011), *História Augusta, Volume I. Vidas de Adriano, Élio, Antonino Pio, Marco Aurélio, Lúcio Vero, Avidio Cássio, Cómodo*. Tradução do latim, introdução, notas e índice. Coimbra, CECH – *Classica Digitalia*.

(Página deixada propositadamente em branco)

LA OTRA RUPTURA DEL LIMES EN EL 406: LA PIRATERÍA EN LAS PROVINCIAS OCCIDENTALES DEL IMPERIO.

DAVID ÁLVAREZ JIMÉNEZ
Universidad Complutense de Madrid

Resumen: El último día del año 406 suevos, vándalos y alanos cruzaron el Rin conjuntamente con otros pueblos y penetraron en el Imperio. Este movimiento tuvo muy importantes consecuencias tanto a corto como a medio plazo. A lo largo de este artículo reevalúo la tradicional visión que la historiografía ha ofrecido de este acontecimiento y brindo una lectura alternativa de las fuentes que describieron esta penetración, poniendo particular énfasis en el análisis de la ruptura contemporánea de la frontera marítima del noroeste del Imperio y su interrelación con los movimientos terrestres anotados. Estimo la piratería germánica como un elemento fundamental tanto de este episodio como de los subsiguientes hechos históricos originados en esta precisa área geográfica.

Palabras Claves: 406, limes, bárbaros, sajones, hérulos, piratería, San Jerónimo, Britania, Galia.

Summary: The last day of the year 406, Sueves, Vandals and Alans crossed the Rhin alongside more barbarian peoples. This movement had very important repercussions on the end of the Western Roman Empire on short and medium range. On this paper I reassess the traditional historiographical view on this issue and I offer an alternative view of the sources that described this penetration, placing particular emphasis on the analysis of the contemporary rupture of the maritime frontier on North Western Roman empire and its relationship with the barbarian movements by land. I consider Germanic piracy as a fundamental factor on this specific episode and as in successive historical developments occurred on this geographical area.

Key words: 406, limes, barbarians, Saxons, Heruls, piracy, Saint Jerome, Britain, Gaul.

La penetración bárbara del 406: hérulos y sajones.

Según las fuentes tardoantiguas, el 31 de diciembre del año 406 la frontera renana de la Germania Superior próxima a Maguncia fue quebrada ante el avance de varios pueblos en migración, principalmente suevos, vándalos y alanos, quienes un par de años más tarde acabarían por asentarse en Hispania. Conocemos este paso gracias a obras tan dispares como Orosio¹, Salviano²,

¹ Orosio 7.40.3.

² Salviano *de gub. Dei* 7.12.

Zósimo³, Próspero⁴, el conde Marcelino⁵, Jordanes⁶, Gregorio de Tours⁷, o las crónicas gálicas del 452⁸ y del 511⁹, si bien el aporte más interesante nos lo proporciona San Jerónimo en una epístola fechada en el año 409 y dirigida a una viuda gala llamada Geruquia en donde le insta a perseverar en la castidad y, más interesantemente, describe este acontecimiento de la siguiente manera:

*Praesentium miserarium pauca percurram. Quod rari hucusque residemus, non nostri meriti, sed Domini misericordiae est. Innumerabiles et ferocissimae nationes universas Gallias occuparunt. Quidquid inter Alpes et Pyrenaeum est, quod Oceano Rhenoque includitur, Quadus, Vandalus, Sarmata, Halani, Gepides, Heruli, Saxones, Burgundiones, Alemanni, et, o lugenda respública! hostes Pannonii vastarunt*¹⁰.

“Recordaré unas pocas de las miserias o calamidades presentes. El que aún quedemos unos pocos, no es merecimiento nuestro, sino obra de la misericordia de Dios. Innúmeras y ferocísimas gentes han ocupado todas las Galias. Todo lo que hay entre el Rin y el Océano, lo han devastado el cuado, el vándalo, sármatas, alanos, gépidos, hérulos, sajones, burgundios, alamanes, y –¡oh luctuosa república!– los enemigos panonios”

A diferencia de los otros testimonios referenciados, en donde apenas únicamente se citan a suevos, vándalos y alanos –o a una parte de este contingente multiétnico–, Jerónimo nos ofrece un relato más completo en el que identifica a más pueblos implicados en este asalto y nos aporta datos complementarios inéditos con respecto al resto de textos citados y que considero han de revisarse atentamente. De esta manera, en un pasaje posterior Jerónimo incide en los daños que estos bárbaros realizaron en su transcurrir a través de un aporte único, verosímilmente fiable y contemporáneo:

Moguntiacus, nobilis quondam civitas, capta atque subversa est, et in ecclesia multa hominum milia trucidata. Vangiones longa obsidione finiti. Remorum urbs praepotens, Ambiani, Atrabatae, “extremique hominum Morini”, Tornacus, Nemetae, Argentoratus, translatae in Germaniam. Aquitaniae, Novemque

³ Zósimo 6.3.1.

⁴ Próspero *Chron.* 1230.

⁵ Marc. Comes *Chron.* 408.

⁶ Jordanes *Rom.* 323.

⁷ Gregorio de Tours *HF* 2.2.

⁸ *Chron. Gall. ad CCCCLII* 55.

⁹ *Chron. Gall. ad DXI* 27. También hay más evidencia de segundo o tercer orden, fundamentalmente hagiográfica, muy poco fiable y que ha sido recogida y analizada críticamente por Courtois 1955 42-51.

¹⁰ Jerónimo ep. 123.15.

La otra ruptura del limes en el 406: la piratería en las provincias occidentales del Imperio.

*populorum, Lugdunensis, et Narbonensis provinciae, praeter paucas urbes cuncta populata sunt. Quas et ipsas foris gladius, intus vastat fames. Non possum absque lacrymis Tolosae facere mentionem, quae ut hucusque non rueret, sancti episcopi Exsuperii merita praestiterunt. Ipsae Hispaniae iam iamque periturae, quotidie contremescunt, recordantes inruptionis Cymbricae et, quicquid alii semel passi sunt, illa semper timore patiuntur*¹¹.

“Maguncia, ciudad antaño famosa, ha sido tomada y destruida, y muchos miles de hombres han sido pasados a cuchillo en la iglesia. Worms ha sido destruida por largo asedio. Las poderosas ciudades de Reims, de Amiens, y Arras, y los morinos, últimos de los hombres, Tournai, Nemetas y Estrasburgo, han pasado a ser Germania; las provincias de Aquitania y de los nueve pueblos, la lugdunense y narbonense, fuera de unas pocas ciudades, han quedado asoladas. Y a las mismas perdonadas las devasta por fuera la espada, por dentro el hambre. No puedo acordarme sin lágrimas de Tolosa, que ha debido el no haber caído hasta ahora a los merecimientos de su santo obispo Exuperio. Las mismas Hispanias, que están a punto de perecer, se estremecen diariamente al acordarse de la invasión cimbria, y lo que otros han padecido una vez, lo padecen ellas siempre por el temor”

En una primera lectura de este pasaje y a la luz de la trayectoria posterior de los pueblos citados, únicamente fueron los suevos, vándalos y alanos quienes cruzaron las fronteras romanas con intención de establecerse en el Imperio, verosíblemente acompañados por gépidos y por unos provinciales panonios que se debieron unir a los vándalos cuando éstos actuaron con anterioridad como federados imperiales en la Panonia¹². El resto de *gentes* mencionadas por Jerónimo aprovecharían la coyuntura favorable para obtener un buen y fácil saqueo.

De acuerdo a la calidad y abundancia de datos de este pasaje de Jerónimo, tal información ha sido empleada por la inmensa mayoría de la historiografía moderna (fig. 1) como una guía fehaciente de los movimientos de los más importantes pueblos bárbaros que cruzaron el *limes*. De este modo, prácticamente se ha alcanzado un consenso historiográfico que ha responsabilizado a suevos, vándalos y alanos¹³ de las destrucciones en la *Belgica Secunda* y en el territorio de la *civitate* de los atrebatas, así como de las ciudades costeras de Arrás, Tournai, Thérouanne o Amiens¹⁴. No obstante, tal atribución

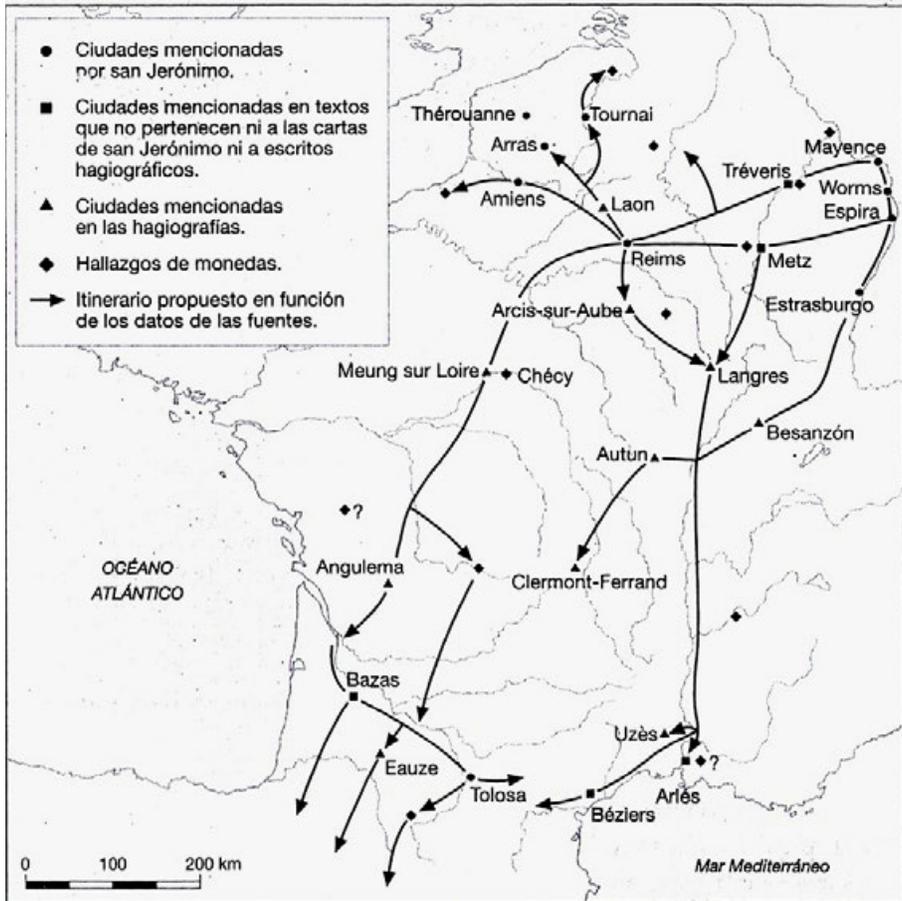
¹¹ Jerónimo ep. 123.15.

¹² Unos *hostes panonii* que Schmidt 1953 21 definió como población agrícola semibárbara.

¹³ Salvo el grupo de alanos de Goar, que apoyó al usurpador Jovino. Olimpiodoro fr. (Block) 17. Véase a Stein 1959 263-264 y Drinkwater 1998 287-290 sobre esta usurpación y el apoyo de estos bárbaros.

¹⁴ Por ejemplo, en Schmidt 1953 25-26, Thompson 1977 303-304, Seillier 1977 35, Demougeot 1979 434-436, Burns 1994 203-204, Alemany 2006 308-309, Goffart 2006.

no tiene sentido y se ha realizado de una manera a mi modo de ver incorrecta y sin analizar en profundidad la propia evidencia presentada por Jerónimo, ni tampoco el correlato necesario con las otras dos fuentes fundamentales para este evento: Salviano y, sobre todo, Orosio.



8. Los invasores del Rin en la Galia

Fig. 1, Heather 2006.

96-100 o Heather 2006 268-270. Asimismo, véase Courtois 1955 42-51, quien aportó una valiosa crítica de las fuentes más tardías, fundamentalmente hagiográficas, que acierta en la p. 44 cuando indica que de los textos lo único que se puede sacar en claro es que pasaron por las provincias de Germania y Bélgica. Sobre su hipotético recorrido y efectos en la Galia, véanse las pp. 42-51 de su monografía.

En primer lugar, Salviano, que escribió su *De Gubernatione Dei* en la década de los años 440, indicó, tras personalizar esta penetración únicamente en la figura de los vándalos –puesto que de los otros pueblos que les acompañaban no muestra interés alguno–, en un primer lugar que tras devastar la Germania (Secunda, obviamente) marcharon a la *regio Belgarum* para, a continuación, destacar la devastación de la Aquitania y, en definitiva, de todas las Galias¹⁵. Aunque esta información podría avalar el saqueo de las zonas costeras de la *Belgica Secunda*, no podemos olvidar que *Mogontiacum* (Mainz) era la capital de la *Germania Secunda* y que ésta tenía como frontera occidental la *Belgica Prima* por donde más que probablemente debieron pasar estos bárbaros. Aún así, considero más que aceptable reconocer que suevos, vándalos y alanos pudieron asaltar la capital de la *Belgica Secunda*, Reims, como apuntase Jerónimo en su carta, debido a su localización interior. No obstante, más allá de esta coordenada geográfica me parece inviable estimar un progreso ulterior hacia el Atlántico de la Galia como argumentaré más adelante. De hecho, contamos con otro testimonio también un tanto más tardío que el de Jerónimo pero de un personaje absolutamente contemporáneo como ciertamente era el clérigo hispano Orosio, quien indicó que:

*Interea ante biennium Romanae inruptionis excitatae per Stiliconem gentes Alanorum, ut dixi, Sueborum Vandalorum multaeque cum his aliae Francos proterunt, Rhenum transeunt, Gallias inuadunt directoque impetu Pyrenaeum usque perueniunt: cuius obice ad tempus repulsae, per circumiacentes prouincias refunduntur*¹⁶.

“Entretanto, las tribus de los alanos, de los suevos, de los vándalos y otras muchas, excitadas, como dije, por Estilicón dos años antes del saqueo de Roma, arrollan a los francos, pasan el Rin, invaden las Galias y, en una incursión sin rodeos, llegan hasta el Pirineo. Detenidos temporalmente por las cimas de esta cordillera se esparcen por las provincias cercanas”

Al igual que Salviano o el resto de fuentes reseñadas al comienzo, Orosio únicamente se centra en el destino de aquéllos pueblos bárbaros que penetraron por vía terrestre en el Imperio, que tenían afán de permanencia en éste y que ulteriormente acabarían por establecerse en Hispania, un evento del cuál, en su primera fase, Orosio es nuestra mejor fuente. En este testimonio, Orosio consigna que estos tres pueblos no se desviaron de su ruta, sino que

¹⁵ Salviano de gub. Dei. 7.12: *ac primum a solo patrio effusa est in Germaniam primam, nomine barbaram, ditione Romanam; post cujus exitium primum arsit regio Belgarum, deinde opes Aquitanorum luxuriantium, et post haec, corpus omnium Galliarum.*

¹⁶ Orosio 7.40.3.

se encaminaron con decisión hasta los Pirineos (*Gallias inuadunt directoque impetu Pyrenaeum usque perueniunt*). Extrañamente, este texto apenas ha sido utilizado por la inmensa parte de la historiografía que ha tratado este episodio pese a que no contradice en absoluto el muy enfático testimonio de Jerónimo, sino que ciertamente lo pone en contexto puesto que la información de este último no pretende ofrecer un recorrido exhaustivo de la devastación ejecutada por suevos, vándalos y alanos, sino que ofrece una panorámica lastimera de la situación desastrosa en la que se encontraba la Galia, provincia de residencia de su interlocutora, la viuda Geruquia. Afortunadamente, a diferencia del resto de fuentes, Jerónimo amplía la información de este acontecimiento y, en mi opinión, nos brinda una perspectiva más completa, en donde tienen cabida las actuaciones de otros grupos de bárbaros implicados únicamente en meras labores de saqueo, de las cuáles rara vez contamos con su reflejo en los textos antiguos¹⁷, puesto que, de acuerdo a las normas de la historiografía antigua, tales hechos no tenían cabida en su discurso.

Ciertamente, no tenía mucho sentido táctico-militar el que suevos, vándalos y alanos vagasen sin rumbo por la Galia y menos aún que, tras conseguir penetrar en el Imperio en una de sus áreas más protegidas militarmente como lo era la *Germania Superior*, decidiesen encaminarse a otra de las zonas más resguardadas de este sector del Imperio. En cambio, estos tres pueblos bárbaros que tenían la meta incontestable de asentarse en territorio provincial deseaban alejarse tanto del *Barbaricum*, del que habían huido tras lo que presumiblemente fue una penosa migración –de la que apenas tenemos datos, salvo en su última etapa cuando, poco antes de penetrar en el Imperio, tuvieron que afrontar a los francos aliados de Roma de más allá del Rin¹⁸–, como del ejército romano –a priori, muy fuerte en el norte de la Galia–, pese a que ciertamente parecen haber eliminado cualquier hipotética oposición con extrema facilidad y no creo en consecuencia que se deba cuestionar el interés primordial de estos bárbaros por alcanzar el Mediterráneo.

Como he avanzado con anterioridad, la respuesta a la identificación de los agresores de la costa de la *Belgica Secunda* nos la ofrece también Jerónimo en su epístola que, reitero, ha de leerse como una panorámica general de los males de la Galia ocasionados por la irrupción bárbara y no como se ha hecho personalizando los datos que ofrece únicamente en la figura de los suevos, vándalos y alanos. Jerónimo destaca inequívocamente el papel que jugaron hérulos y sajones en el caos que vivió la Galia¹⁹. Ambas *gentes* procedían de

¹⁷ Whittaker 1993 279.

¹⁸ Gregorio de Tours HF 2.9, Orosio 7.40.3 y Procopio BV 3.3.1

¹⁹ Ha habido pocos autores que admiten la totalidad del testimonio de Jerónimo y la presencia saqueadora de hérulos y sajones en la Galia como hicieran Jones & J. Casey 1988 389.

territorios bien alejados de la frontera romana y tenían amplia experiencia pirática previa. De hecho, esta franja de terreno de la *Belgica Secunda* era una zona tradicional de saqueo marítimo desde la segunda mitad del s. II gracias a las incursiones de los caucos –germen de los sajones– quienes, precisamente, devastaron este mismo territorio y saquearon en aquel momento Arrás, Tournai y Amiens²⁰ y, más adelante, a partir de fines del s. III con la irrupción de los francos y los sajones. Ciertamente, el fortísimo despliegue defensivo marítimo de este sector del Imperio, el *Litus Saxonicum*, está justificado por la amenaza continua que estos piratas planteaban. El nivel de esta irrupción marítima tuvo que ser máximo, puesto que estas tres *civitates* se encuentran en el interior de la provincia y, por ello, debieron aprovecharse de la navegabilidad de algunos de los ríos de este sector o simplemente desembarcaron en las costas del Mar del Norte. Ciertamente, el daño sufrido por el litoral de la Galia Secunda tuvo que ser bastante intenso puesto que aparte del saqueo de estas ciudades, Jerónimo enfatiza el daño sufrido por los morinos, “los últimos de los hombres” (*extremique hominum Morini*) y que en cierta medida nos recuerda al testimonio más sobrecogedor del poeta contemporáneo galorromano Oriencio, quien indica vehementemente en su *Commonitorium* que ni siquiera aquellos “lugares inaccesibles desde el mar” (*Invia non pelago, tristia non eremo*) se libraron del daño cometido por los bárbaros que hicieron de la Galia una gran pira (*Uno fumavit Gallia tota rogo*)²¹. Este testimonio, si bien diferente en su naturaleza al de Jerónimo se asemeja en su contundencia, pues realiza un retrato global del desastre que la llegada bárbara en el año 406 supuso para la Galia y no se debe desestimar la indicación explícita del desamparo sufrido por aquellos que habitaban en la línea de costa y más si tenemos en cuenta que ninguno de los pueblos citados por Jerónimo, con la excepción de hérulos y sajones, podían amenazar estos enclaves.

Aunque resulta una obviedad constatar la persistente presión pirática en este sector del Imperio, en especial tanto en Britania como en la Galia occidental, estas acciones de hérulos y sajones constatadas por Jerónimo se

²⁰ Provost 1982.

²¹ Oriencio Comm. 2.165-188: *Respice quam raptim totum mors presserit orbem, quantos vis belli perculerit populos. Condensi nemoris, celsi non aspera montis, flumina non rapidis fortia gurgitibus, nec castella locis, non tutae moenibus urbes, invia non pelago, tristia non eremo, non caeva, non etiam metuendis sub rupibus antra Ludere barbaricas praevallere manus. Multis ficta fides, multis perjuria, multis causa fuit mortis civica proditio. Insidiae multum, multum vis publica fecit. Robore quae non sunt, sunt superata fame. Concidit infelix cum prole et conjuge mater, Cum servis dominus servitium subiit. Hic canibus jacuere cibus, flagrantia multis Quae rapuere animam, tecta dedere rogo. Per vicos, villas, per rura, et compita, et omnes, Per pagos, totis inde vel inde viis Mors, dolor, excidium, strages, incendia, luctus uno fumavit Gallia tota rogo. Cur tamen enumerem labentis funera mundi, Quae per consuetum semper aguntur iter? Quid repetam quanti toto moriantur in orbe, Ipse tuam videas cum properare diem?*

salen del nivel de amenaza promedio al que debían afrontar los contingentes militares desplegados en esta zona y ello se explica por la grave desestabilización del norte de la Galia. Por una parte, sabemos que al igual que otras zonas occidentales como Britania, África y presumiblemente Hispania, este sector se vio desprovisto de una parte de su fuerza militar por decisión de Estilicón a consecuencia de la presencia de los visigodos de Alarico en Italia²². Por otra parte, más importante que este factor pero indisolublemente relacionado es la irrupción sorpresiva al oeste de la Galia a fines del 406 de los citados suevos, vándalos, alanos, burgundios y alamanes, los tres primeros pueblos con intención de establecerse y los dos segundos con la de saquear. Sobre los avatares militares de este episodio concreto no tenemos buena información aparte de lo expuesto, pero resulta fácilmente deducible que las fuerzas militares quedaron conmocionadas e inermes ante este asalto terrestre en un primer momento y que o hubo una reorganización de las mismas para hacerles frente o, en el caso de que se vieran imposibilitadas para hacerlo, cundió un cierto pánico y estupefacción. Algo lógico, como se comprueba en otros muchos momentos de la historia imperial romana y que conllevaría el aprovechamiento por otros pueblos bárbaros del caos subsiguiente, en este caso de piratas hérulos y sajones, para efectuar fáciles *razzias* de pillaje.

Las negativas consecuencias de la usurpación de Constantino III.

Los efectos de esta ruptura del *limes* marítimo fueron más amplios y afectaron indirectamente al devenir del Imperio de Occidente, puesto que se le debe otorgar un papel en la usurpación de Constantino III, de quien Orosio afirmó muy acertadamente que “no hizo ninguna otra cosa que daño al Estado”²³. No en vano, en lo que nos interesa, la usurpación de Constantino III tuvo consecuencias extremadamente severas para el devenir del noroeste del Imperio, en especial para Britania y, asimismo, también para las defensas del noroeste de la Galia.

Constantino era el último eslabón de una cadena de usurpaciones surgidas en el año 406 en Britania tras las breves de Marco y Graciano, es decir, con anterioridad a la penetración de suevos, vándalos, alanos *et alii*. Al parecer, si creemos a las fuentes, era un militar de baja graduación que fue elegido por las sonoras implicaciones de su nombre²⁴. El porqué de estas usurpaciones resulta complicado de asegurar con certeza, aunque creo que tuvo parcialmente razón Emilienne Demougeot y buena parte de la historiografía al vincular esta cadena de usurpaciones en Britania con

²² Demougeot 1979 431. Schmidt 1953 22-23. Wolfram 1997 161. Pohl 2004 36.

²³ Orosio 7.40.4: *detrimto magis reipublicae fuit*.

²⁴ Orosio 7.40.4. Zósimo 6.2.1. Olimpiodoro fr. (Block.) 13.2 y 15. Sozómeneo 9.11.

el descontento de la guarnición de la isla por su debilidad e incapacidad para poder afrontar con garantías a los incursores pictos, escotos y sajones y, por otra parte, basándose en un testimonio de Zósimo que analizaré a continuación²⁵, al temor ocasionado por la penetración en la Galia de suevos, vándalos y alanos a verse aislados del Imperio²⁶, si bien esta última pretensión es incierta, como demostraré más tarde. No obstante, el núcleo de la hipótesis de Demougeot²⁷ me parece un análisis más que acertado sobre el porqué de esta decisión de las tropas de Britania que, ciertamente, no representaba ninguna novedad. Resulta razonable suponer que el ejército de Britania no podía resistir con garantías a los incursores marítimos debido a los últimos avatares de la isla, fundamentalmente gracias al debilitamiento de la guarnición propiciado por el citado Estilicón y, con anterioridad, por el usurpador Magno Máximo (383-388), que había procedido de manera similar a Constantino dos décadas antes.

Al igual que hiciera Magno Máximo, Constantino III marchó a la Galia con el ejército de Britania, un paso que tuvo unas consecuencias enormes que iremos desgranando. Como asumiera Demougeot, la interpretación corriente sobre este movimiento en la historiografía actual sigue a Zósimo, quien indicó a colación de la penetración de suevos, vándalos y alanos que:

“habiendo efectuado una gran masacre, llegaron incluso a despertar miedo entre las legiones de Britania, con lo que las obligaron, temerosas de que se abatiesen también sobre ellas, a recurrir a la elección de usurpadores –me refiero a Marco, Graciano y tras ellos Constantino–”²⁸.

²⁵ Zósimo 6.3.1, mientras que Olimpiodoro (Block.) fr 13 no ofrece ninguna respuesta. Siguen este testimonio, por ejemplo Stevens 1957 318-319, Frere 1987 356-357, Thompson 1977 305, Ehling 1996, Drinkwater 1998 272 y Goffart 2006 98. En este punto se confunde Sanz Huesma 2005 318-319, pues Zósimo no implica que la usurpación de Marco y Graciano estuviera relacionada con la invasión de suevos, vándalos y alanos, sino que el paso de Constantino III al continente se relaciona con esta penetración. Por otra parte, Musset 1973 99 indicó que la usurpación de Constantino tenía como fin salvar a la Galia. Otra interpretación es la de Kulikowski 2000 326-331, para quien la insurrección britana desde un comienzo sí habría ocasionada por el cruce de vándalos *et alii*, si bien para intentar explicar esta incongruencia considera que habría que mover la fecha de inicio de la entrada de estos pueblos en el año 405 y no al 406. Esta postura me parece incoherente y creo que está bien justificado históricamente el paso de suevos, vándalos y alanos el último día del año 406. Sigue a Kulikowski en cierta manera Birley 2005 458-459, quien también considera improbable en la p. 457 que Constantino fuera un soldado raso. Por su parte, tanto Mazzarino 1942 138-139 como Van Es 1967 559 sostuvieron que Constantino III también se valió del apoyo de los francos del Bajo Rin. Según Van Es, los francos le apoyaron con el fin de poder restaurar y defender esta frontera.

²⁶ Demougeot 1979 200-201.

²⁷ Seguido por, por ejemplo, Frere 1987 356.

²⁸ Zósimo 6.3.1.

Lo cierto es que este texto no tiene ningún sentido, ni asimismo la continuación de Zósimo del mismo, ni tampoco creo que haya sido sometido a la suficiente crítica aunque éste no es el momento de hacerlo salvo puntualmente. Por una parte, el más cercano y fiable historiador Olimpiodoro estableció con claridad que las primeras usurpaciones en Britania tuvieron lugar antes de la penetración de suevos, vándalos y alanos²⁹, un dato que contradice abiertamente a Zósimo, quien no olvidemos parece haberle utilizado como la fuente para este episodio.

Por otra parte, este fragmento de Zósimo se integra en una reduplicación sobre el origen de la insurrección del ejército britano que éste había mencionado en otro pasaje anterior³⁰ y se sitúa inmediatamente antes de una referencia sumamente confusa en donde se mencionan lo que parecen ser luchas entre el Imperio legítimo y Constantino –presumiblemente el señor de unas tropas bárbaras a las que se enfrentaron “los romanos”–; el cierre por parte de Constantino de una frontera sin nombre a unos bárbaros que podían amenazar la Galia –en mi opinión, alamanes y burgundios³¹– y, finalmente, la salvaguarda de este usurpador de la frontera del Rin, que según Zósimo había sido descuidada desde los tiempos de Juliano y que contradice a su propio texto, puesto que con anterioridad había destacado las mismas labores de Valentiniano I³². Es decir, este texto es de tan baja calidad, tan confuso que, más que probablemente, deba considerarse una mala lectura y peor redacción posterior de Zósimo de sus fuentes originales, de las que Olimpiodoro era una de las más importantes³³. En definitiva, tales palabras no aportan ninguna ayuda significativa y tampoco debe considerarse en su totalidad, sino contextualizarse en el conjunto de la evidencia de este paso, en especial con la de mejor fuente de todas ellas, Jerónimo, quien era plenamente contemporáneo a estos acontecimientos.

Como he indicado, ninguna otra fuente antigua menciona a los hérulos y sajones, a quienes considero responsables de los daños en la *Belgica Secunda*, y únicamente se centra en la irrupción de suevos, vándalos y alanos. Las razones de esta ocultación derivan de la propia naturaleza de la amenaza, marginal, a la que no se le estimaba como materia digna de un historiador³⁴, una *minutiae* en opinión de Amiano Marcelino³⁵ y cuya presencia en

²⁹ Olimpiodoro (Block.) fr. 13.1

³⁰ Zósimo 6.2.1.

³¹ De acuerdo a Schmidt 1953 27-28 y en contra de la mayor parte de la historiografía que considera que esta victoria fue lograda contra los suevos, vándalos y alanos.

³² Zósimo 4.3.4-5 y 4.12.1-2.

³³ Olimpiodoro (Block.) fr. 13.2, a través del tamiz de Sozómeno 9.11.2 y 9.12.3.

³⁴ Braund 1993.

³⁵ Véase mi ponencia “Ammianus and Theodosius I concerning the *Barbarica Conspiratio*.” en el II Coloquio Internacional Nuevas perspectivas sobre la Antigüedad tardía: “El mundo

textos historiográficos antiguos se debe siempre a condicionantes externos a sus acciones. A diferencia de Jerónimo –e indirectamente Oriencio–, que buscaba una panorámica apocalíptica y moralizante con respecto a la tierra de su interlocutora Geruquia, el resto de fuentes obvió toda mención a estos acontecimientos de una manera razonable puesto que coincidían temporalmente con la más importante, peligrosa y decisiva penetración terrestre de suevos, vándalos y alanos. Ciertamente, no conocemos las fuentes de Jerónimo, pero más que probablemente fueran de índole privado y personal, a través de contactos directos con correspondientes epistolares galos o quizás con comerciantes y viajeros que llegasen a Belén. De este modo, considero que las fuentes en las que se basó Zósimo únicamente se centraron en aquellas penetraciones terrestres de gran repercusión ulterior y pasaron por alto las piraterías germánicas.

No obstante, estimo que Zósimo recoge verazmente la excusa que debió utilizar Constantino III para justificar su paso al continente aunque se equivoque al vincularla directamente a la supuestamente amenazadora presencia de suevos, vándalos y alanos en la Galia con respecto a la isla. En cambio, tal justificación se ha de vincular con las acciones de los piratas sajones y hérulos en las costas de la Galia. No en vano, considero que ninguno de los pueblos invasores bárbaros planteaba riesgo alguno para la seguridad de la isla como se infiere de Zósimo, sino que, en mi lectura, éste peligro –si es que existía– venía representado por aquéllos que utilizaban el mar como plataforma para sus acciones de saqueo y que podían afectar –si es que no lo habían hecho también, aunque fuera con menos fuerza que en la *Belgica Secunda*–, a la propia Britania. En todo caso, ésta era una excusa vil que no servía para ocultar la ambición de Constantino III y los efectos desastrosos que la misma tuvo para el Occidente romano.

Las consecuencias militares de la usurpación de Britania.

De este modo, Constantino desembarcó con la mayor parte de los efectivos militares de Britania en algún momento del año 407 en Boulogne-sur-Mer (Bononia). Rápidamente aunó en torno suyo a las fuerzas militares de la Galia³⁶, que reclamaban un liderazgo militar fuerte ante la debilidad que vivía el Occidente romano de acuerdo a la última década tumultuosa. Un

teodosiano (379-455) y el final del Imperio de Occidente”, Segovia-Coca, 14-16 Oct. 2010. Sus actas serán publicadas en el año 2013.

³⁶ Sozómoeno 9.11 (= Olimpiodoro (Block.) fr. 13.2): περαιωθεῖς δὲ Κωνσταντίνος ἐκ τῆς Βρεττανίας ἐπὶ Βονωνίαν πόλιν τῆς Γαλατίας παρὰ θάλασσαν κειμένην προσηγάγετο τοὺς παρὰ Γαλάταις καὶ Ἀκοιτανοῖς στρατιώτας. Asimismo, sobre su desembarco en la Galia, véase Orosio 7.40.4, Zósimo 6.5.3. Una apreciación compartida por diversos investigadores como, por ejemplo, Hollevoet 2004 337.

hecho que implicó no solo la apropiación de las fuerzas móviles *comitatenses*, sino también el abandono constatado arqueológicamente de buena parte de los fuertes costeros del *Litus Saxonicum* británico y continental³⁷, de las redes de calzadas fortificadas e incluso de la red defensiva de *laeti* francos establecidos en el *Limes Belgicus* como apreciara interesantemente Christian Teurfs³⁸.

Indudablemente, la meta primordial de Constantino era convertirse en un actor fundamental de la política imperial aprovechando el descontrol contemporáneo del Imperio de Occidente y equipararse con Honorio, como consiguiera momentáneamente y de ahí que aparezca denominado como Constantino III. Esta deriva suya suponía un vivo contraste con otras surgidas en el pasado que, basadas en un fuerte liderazgo militar, habían procurado defender con contundencia las provincias afines a los orígenes de sus usurpaciones como ocurriera con Póstumo y Carausio, e incluso también en último termino en el caso de Magno Máximo. Evidentemente éste no fue el caso de Constantino III quien, al parecer, se despreocupó de forma considerable de Britania y del noroeste de la Galia. Como última consecuencia, sus actos conllevaron una reacción completamente inédita por parte de algunos de los provinciales afectados, puesto que tal y como Zósimo nos indica, tanto Britania como la Armórica se independizaron del Imperio:

Καὶ ἡ μὲν τῆς Βρεττανίας καὶ τῶν ἐν Κελτοῖς ἔθνῶν ἀπόστασις καθ' ὃν ἐτυράννει χρόνον ὁ Κωνσταντῖνος ἐγένετο, τῶν βαρβάρων ἐπαναβάντων τῆ ἐκείνου περὶ τὴν ἀρχὴν ἐκμελεῖα ³⁹.

“En tiempos de la usurpación de Constantino fue cuando se produjo la defección de Britania y de las provincias del territorio celta, habiéndose los bárbaros aprovechado de la incuria con que aquél ejercía el poder”

³⁷ Con respecto a los fuentes continentales, véase Vanhoutte 2009 1390. Asimismo, Vermeulen 2004 132 y Hollevoet 2004 356-357. La última revisión de conjunto sobre las fortificaciones militares de época romana en la Galia es la de Reddé, Brulet, Fellmann, Haalebos & Von Schnurbein 2006. Con respecto al *Litus Saxonicum* britano, véase como bibliografía básica Johnson 1976, Johnston 1977, Maxfield 1989 y Pearson 2002, además del interesantísimo aporte de Lyne 1999.

³⁸ Teurfs 2001 11-13. Asimismo, consúltese Brulet 1993 136-137 y Seillier 1993 189-190.

³⁹ Zósimo 6.6.1. Véase también otros dos testimonios sobre el fin de la Britania romana en la breve *Narratio de imperatoribus domus Valentinianae et Theodosiane: Britanniae Romano nomini in perpetuum sublatae* y en el historiador Procopio BV 3.2.31 y 38: “Por otra parte, la isla de Britania se rebeló contra los romanos y los soldados que allí servían eligieron como emperador suyo a Constantino, un personaje de cierto renombre... Los romanos, no obstante, ya no pudieron recuperar Britania, sino que desde entonces siguió siendo gobernada por usurpadores”; Βρεττανία δὲ ἡ νῆσος Ῥωμαίων ἀπέστη, οἱ τε ἐκείνη στρατιῶται βασιλεῖα σφίσι Κωνσταντῖνον εἶλοντο, οὐκ ἀφανῆ ἄνδρα... Βρεττανίαν μέντοι Ῥωμαῖοι ἀνασώσασθαι οὐκέτι ἔσχον, ἀλλ' οὐσα ὑπὸ τυράννοις ἀπ' αὐτοῦ ἔμεινε.

Esta *apostasis* de Britania y de la Armórica respondía a la retirada de la mayor parte de el despligue militar de la isla tal y como tanto se lamentara Gildas⁴⁰, tanto por la guarnición de la isla – *exin britannia omni armato milite*– como con respecto a la marcha de la juventud de Britania – *iuventute spoliata*–⁴¹. Una vez que Constantino llegó a la Galia resulta también factible que hubiera sucedido lo mismo con los soldados establecidos en el litoral opuesto, aquellos centrados en la defensa de la Armórica y situados bajo el mando del *dux tractus Armoricani et Nervicani*⁴² puesto que, como vimos, las fuentes indican la rápida adhesión de las tropas estacionadas en la Galia y su pronto avance hacia el interior de la provincia. Ciertamente, de alguna manera aseguró la frontera nororiental de la Galia gracias a los pactos firmados con alamanes y burgundios⁴³, pero con respecto a Britania y a la zona del Canal no disponemos de ninguna información y todo hace pensar que se olvidó rápidamente de éstas áreas, de donde procedía el núcleo de sus fuerzas como lo demuestra el que se asentara en *Arelate* (Arles) y no en *Treveris* (Trier), es decir, lejos de las fronteras. A este respecto, la Crónica Gálica del año 452 nos ofrece un testimonio del desinterés de Constantino III y de la rápida percepción que uno de sus enemigos tradicionales tuvo de su debilidad al indicar que *Britanniae Saxonum incursione devastatae*⁴⁴, que se debe fechar a fines del 408 o en el 409⁴⁵

⁴⁰ En oposición a Molly Miller y sus Pictish' Wars, que ha conseguido un buen apoyo, considero que el testimonio de Gildas se le debe atribuir a Constantino III y no a Magno Máximo, pese al extraño silencio en la obra del autor britano en relación al primero. Miller 1975, y asimismo véase Miller 1978-1980. Más que probablemente Constantino ascendió a las tropas de *limitanei* a *pseudocomitatenses*.

⁴¹ Gildas 14.

⁴² Demougeot 1979 437.

⁴³ Zósimo 6.3.2, véase también Orosio 7.40.5. Schmidt 1953 27-28. Para Ernst Stein sí hubo una victoria sobre los vándalos, a quienes no pudo impedir su paso por el occidente galo, aunque para él los federados bárbaros que obtuvo no fueron de éstos sino de los alamanes y burgundios. Por su parte, Courtois 1955 p. 49, Stevens 1957 327 y Drinkwater 1998 282 creen en el pacto entre Constantino III y los suevos, vándalos y alanos. A mi parecer, resulta extraño que los bárbaros a quienes derrotase Constantino no fuesen los mismos de quienes extrajera más adelante nuevos guerreros y, menos aún, cuando todo parece indicar que la parte del limes que reforzó fuera aquella por donde penetraron los bárbaros, el Alto Rin. Por otra parte, tampoco se debería descartar en absoluto que hubiera renovado los acuerdos con los francos afianzados el cauce alto y medio del Rin y que estaban establecidos en esas zonas desde mediados del s. IV.

⁴⁴ *Chron. Gall. ad CCCCLII* 62.

⁴⁵ Thompson 1977 307-309 y 1982 453-454. Le siguen, por ejemplo, Johnson 1980 105, Salway 1981 433 o Scullard 1991 175. Se muestran absolutamente contrarios a esta datación Jones & Casey 1988 379-392, quienes apuestan por el 410 de acuerdo a la datación de la Crónica Gálica del 452 y desechan el testimonio de Zósimo. No obstante, véase las críticas de Burgess 1990 191-192, a quien sigue Woolf 2003 349-350, sobre tanto el método de estos autores como de la información de la Crónica que, para Burgess, no tiene ningún valor histórico preciso. Después de la contestación de los mismos Jones & Casey 1991, el propio Burgess se reafirmó

y que, indudablemente se corresponde con la reflexión de Zósimo acerca de la “incuria” de Constantino⁴⁶.

Teniendo en cuenta que, según el análisis de P. J. Casey, las fuerzas romanas del Muro de Adriano no fueron tocadas por Constantino III y que sabemos que éste se llevó a una buena parte de la guarnición, resultaría razonable suponer que se llevara el usurpador al *comitatus* de la isla, a las fuerzas del *dux Brittanorum* no situadas *ad vallum* y, fundamentalmente, a las dispersas en el *Litus Saxonicum*⁴⁷, cuyo vacío sería aprovechado de inmediato por los sajones. En vivo contraste con el usurpador anterior Magno Máximo en el año 384⁴⁸, Constantino III no movilizó sus recursos militares para ayudar a la provincia, a la que había despojado de sus fuerzas militares, contra los piratas bárbaros que la asediaban. No resulta extraño, entonces, que la provincia mostrara su descontento de esta manera. No obstante, pese a la debilidad militar de la isla, serían rechazados finalmente estos incursores bárbaros en el año 409, produciéndose como consecuencia la “independencia” britana. Es decir, aunque desconozcamos detalles ulteriores y surjan muchos interrogantes muy difíciles de responder, de una forma sencilla se puede argumentar que, formalmente, Britania y Armórica se habían separado del Imperio aunque contemporáneamente pocos lo considerasen así o estimasen que esta independencia fuera duradera. Aunque la Armórica fue reintegrada apenas unos años después, no ocurrió lo mismo con Britania. De este modo, Zósimo nos aporta otro dato definitivo cuando informa que en el año 410 ante

convincentemente en Burgess 1994 272. Si el cronista del año 452 mencionó a los sajones fue por una razón específica y en estricta conexión con el fin de la Britania romana: porque fueron catalizadores de la misma, en ningún caso como un reflejo de lo que sucedería más tarde, la conquista de la isla en el año 441 según la misma Crónica (*Chron. Gall. ad CCCCLII* 162). La interrelación con Zósimo y aquellos bárbaros que se aprovecharon de la incuria de Constantino III y que condujeron a la independencia de Britania no se puede observar como una ligazón arbitraria de dos noticias de dos fuentes distintas, sino como dos reflejos de la misma noticia.

⁴⁶ Como correctamente apreciara Birley 2005 459. Asimismo, véase Thompson 1977 310 y 313 quien, si bien considera que la independencia de Britania se corresponde con una revuelta bagáudica en la isla, afirma que la chispa que lo originó todo fue esta invasión sajona. En su línea, Bartholomew 1982 268-270 desestima el dato de la Crónica Gálica al estimarlo falso o una interpolación así como cualquier interrelación con lo indicado por Zósimo. No obstante, sus argumentos no se sostienen como bien demostrara Thompson 1983 273-274. Por su parte, más recientemente, Jones 1996 159-185 ofrece un análisis de la Britania del s. IV y de aquellos aspectos políticos, militares, sociales etc., en los que se podría fundamentar el rechazo britano a la autoridad imperial. Otra lectura común hoy día aparece reflejada en Mattingly 2006 551-552 según la cuál una parte de los britanos se había rebelado contra Roma hartos de 360 años de colonialismo, por la amenaza militar, por la recaudación excesiva etc. En esta línea, Faulkner 2001 y 2004.

⁴⁷ Casey 1993 261, quien señala a las fuerzas del *comes Britanniarum* como el núcleo del contingente de Constantino III sin considerar a las del *comes litoris Saxonicum*.

⁴⁸ Sobre este episodio, véase la relectura de *Chron. Gall. ad CCCCLII* 7 y su combinación con cierta evidencia numismática de Casey 1979 69-71.

las peticiones de ayuda de los britanos, Honorio les respondió que se buscaran su propia defensa⁴⁹.

Britania ya era irrecuperable, incluso pese al enérgico liderazgo posterior de Flavio Constancio. Con los actos de Constantino III, que condujeron a la independencia de Britania y a la pérdida temporal del control de la Armórica, finalizaba el recorrido vital del *Litus Saxonicum*, de ese extraordinario sistema defensivo concebido a fines del s. III por Carausio, un auténtico *limes* marítimo cuyo objetivo primordial había sido ofrecer una respuesta coordinada contra la piratería transrenana. Resulta complicado hacer un balance exacto de lo que supuso esta pérdida pero, aparte de las consecuencias para la ya independiente Britania, que se quedaba sin sus defensas costeras, el continente romano también lo debió de notar y muy profundamente⁵⁰. La eliminación del *Litus* no solo exponía a Britania, sino también a la Galia y a los otros territorios del Imperio Romano situados en el Atlántico al peligro de los piratas e incluso al mismo Mediterráneo, puesto que uno de los objetivos principales de este constructo defensivo era evitar precisamente que los saqueadores marítimos alcanzasen el *Mare Nostrum*. Ciertamente, la pérdida del control de la otra orilla del Canal de la Mancha hacía impracticable el férreo control de la piratería en el cuello de botella natural en el que se situaban los fuertes y flotillas del *Litus Saxonicum*. Resulta más que razonable suponer que la piratería vivió una era dorada en este período, tanto para la propia Britania como para el Atlántico aún imperial, aunque los testimonios de los que disponemos de acontecimientos piráticos en estas áreas sean insuficientes si bien lo bastante representativos. Dejando aparte Britania, cuya dinámica desde el año 410 es muy diferente a la del Imperio Romano de Occidente, tenemos diversas noticias de ataques piráticos en el continente tanto en el noroeste de la Galia, en la Armórica, en Aquitania e incluso Hispania, gracias al testimonio de Hidacio, quien nos informa de la presencia de piratas hérulos en sus costas en los años 455 y 459⁵¹.

⁴⁹ Zósimo 6.10.2.

⁵⁰ S. Johnson 1976 p. 154.

⁵¹ Hidacio chron. 171 y 194.

BIBLIOGRAFÍA:

- A. Alemany (2006), “La problemática de las Fuentes sobre la presencia alana en las Galias”, en J. López Quiroga; A. M. Martínez Tejera & J. Morín de Pablos, eds. *Gallia e Hispania en el contexto de la presencia 'germánica' (ss. V-VII). Balances y perspectivas. Actas de la Mesa Redonda hispano-francesa celebrada en la Universidad Autónoma de Madrid (UAM) y en el Museo Arqueológico Regional de la Comunidad de Madrid (MAR) 19/ 20 Diciembre de 2005*, Oxford, BAR IS 1534 307-315.
- J. Arce (2005), *Bárbaros y romanos en Hispania. 400-507 A. D.* Madrid, Marcial Pons Historia.
- P. Bartholomew (1984), “Fourth-Century Saxons», *Britannia* 15 169-185.
- A. R. Birley (2005), *The Roman government of Britain*. Oxford, Oxford University Press.
- J. M. Blázquez (1978), *Historia económica de la Hispania romana*. Madrid, Cristiandad.
- D. C. Braund (1993), “Piracy under the principate and the ideology of the imperial eradication”, en J. Rich y G. Shipley, ed. *War and Society in the Roman World*, London, Routledge 195-212.
- R. Brulet (1993), « Les dispositifs militaires du Bas-Empire en Gaule septentrionale », en F. Vallet & M. Kazanski, eds. *L'armée romaine et les barbares du IIIe au VIIe siècle*. Paris, Association Française d'Archéologie Mérovingienne 135-148.
- R. W. Burgess (1990), “The Dark Ages Return to Fifth-Century Britain: The ‘Restored’ Gallic Chronicle Exploded”, *Britannia* 21 185-195.
- , (1994) “The Gallic Chronicle”, *Britannia* 25 240-243.
- T. S. Burns (1994), *Barbarians within the gates of Rome. A study of Roman military policy and the barbarians, C.A. 375-425 A. D.* Indiana, Indiana University Press.
- P. J. Casey (1993), “The end of fort garrisons on Hadrian’s Wall: a hypothetical model”, en F. Vallet & M. Kazanski, eds. *L'armée romaine et les barbares du IIIe au VIIe siècle*. Paris, Association Française d'Archéologie Mérovingienne 259-267.
- C. Courtois (1955), *Les Vandales et l’Afrique*. Paris, Arts et Métiers Graphiques.
- E. Demougeot (1979²), *La formation de l’Europe et les invasions barbares. De l’avènement de Dioclétien (284) à l’occupation germanique de l’Empire romain d’Occident (début du VIe siècle)*. 2 Vol. Paris, Éditions Aubier Montaigne.

- J. F. Drinkwater (1998), "The usurpers Constantine III (407-411) and Jovinus (411-413)", *Britannia* 29 269-298.
- K. Ehling (1996) "Zur Geschichte Constantins III", *Francia* 23/1 1-11.
- N. Faulkner (2001) *The decline and fall of Roman Britain*. Stroud, Tempus Publishing.
- , (2004) "The Case for the Dark Ages", en R. Collins & J. Gerrard, eds. *Debating Late Antiquity in Britain AD 300-700*. Oxford, BAR BS 365 5-12.
- S. S. Frere (1987³) *Britannia. A History of Roman Britain (Third edition, extensively revised)*. London, Routledge and Kegan Paul.
- W. Goffart (2006) *Barbarian tides. The Migration Age and the Later Roman Empire*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press.
- P. Heather (2006) *La Caída del Imperio Romano*. Barcelona, Crítica.
- Y. Hollevoet (2004) "Le site militaire d'Oudenburg et la Bretagne insulaire durant l'Antiquité tardive ; quelques éléments inédits", en F. Vermeulen; K. Sas & W. Dhaeze, eds. *Archaeology in confrontation. Aspects of Roman military presence in the Northwest. Studies in honour of Prof. Em. Hugo Thoen*. Ghent, Archaeological Reports Ghent University 2 335-342.
- S. Johnson (1976), *The Roman forts of the Saxon Shore*. London, Paul Elek.
- , (1980), *Later Roman Britain*. London Book Club Associates.
- D. E. Johnston, ed. (1977), *The Saxon Shore*. London, CBA Research Report 18.
- M. E. Jones (1996), *The end of Roman Britain*. Cornell, Cornell University Press.
- M. E. Jones & P. J. Casey (1988), "The Gallic Chronicle Restored: A Chronology for the Anglo-Saxon Invasions and the End of Roman Britain", *Britannia* 19 367-398.
- , (1991) "The Gallic Chronicle Exploded?", *Britannia* 22 212-215.
- M. Kulikowski (2000), "Barbarians in Gaul, Usurpers in Britain", *Britannia* 31 325-345.
- M. Lyne (1999), "The end of the Saxon Shore fort system in Britain: new evidence from Richborough, Pevensey and Portchester", en N. Gudea, ed. *Roman Frontier Studies. Proceedings of the XVIIth International Congress of Roman Frontier Studies*. Cluj-Napoca, The County Council of Sălaj 283-292.
- D. Mattingly (2006), *An Imperial possession. Britain and the Roman Empire*. London, Penguin Books.

- V. A. Maxfield, ed. (1989), *The Saxon Shore. A handbook*. Exeter, Exeter Studies in History 25.
- S. Mazzarino (1942), *Stilicone. La crisi imperiale dopo Teodosio*. Roma, Angelo Signorelli.
- M. Miller (1975), “Stilicho’s Pictish war”, *Britannia* 6 141-145.
- , (1978-1980) *Hiberni reversuri*, en *Proceedings of the Society of Antiquaries of Scotland* 110 305-327.
- L. Musset (1973), *Las Oleadas Germánicas*. Barcelona, Ed. Labor.
- A. Pearson (2002), *The Roman Shore Forts. Coastal defences of southern Britain*. Stroud, Tempus.
- W. Pohl (2004), “The Vandals: fragments of a narrative”, en A. H. Merrills, ed. *Vandals, Romans and Berbers. New perspectives on Late Antique North Africa*. Aldershot, Ashgate 31-48.
- M. Provost (1982), “La piraterie sur les côtes de la Gaule romaine a la fin du II^e siècle et au début du III^e siècle de notre ère”, *Enquêtes et Documents* 7 5-33.
- M. Reddé; R. Brulet; R. Fellmann; J. K. Haalebos & S. von Schnurbein (2006), *Les fortifications militaires*. Bourdeaux, Éditions de la Maison des Sciences de l’Homme.
- P. Salway (1981), *Roman Britain*. Oxford, Clarendon Press.
- F. J. Sanz Huesma (2005) “Usurpaciones en Britania (406-407): hipótesis sobre sus causas y protagonistas”, *Gerión* 25 315-324.
- L. Schmidt (1953), *Histoire des Vandales*. Paris, Payot.
- H. H. Scullard (1991), *Roman Britain. Outpost of the Empire*. London, Thames and Hudson Ltd..
- C. Seillier (1977), “The Gallic evidence. Boulougne and coastal defences in the 4th and 5th centuries”, en D. E. Johnston, ed. *The Saxon Shore*. London, CBA Research Report 18 35-38.
- , (1993), “Les Germains dans l’armée romaine tardive en Gaule septentrionale. Le témoignage de l’archéologie”, en F. Vallet & M. Kazanski, eds. *L’armée romaine et les barbares du III^e au VII^e siècle*. Paris, Association Française d’Archéologie Mérovingienne 187-194.
- E. Stein (1959), *Histoire du Bas-Empire. Tome I, De l’état romain à l’état byzantin (284-476)*. Bruxelles, Desclée de Brouwer.
- C. E. Stevens (1957), “Marcus, Gratian, Constantine”, *Athenaeum* 35 316-347.
- C. Teurfs (2001), “L’évolution du système défensif de la civitas Tungrorum

au Bas-Empire romain et l'installation des lètes (355-461 AP. J.-C.). Étude historique et archéologique”, *Bulletin de l'Institute Archéologique Liégeois* 110 5-18.

- E. A. Thompson (1977), “Britain, A. D. 406-410”, *Britannia* 8 303-318.
- , (1982), *Romans and Barbarians. The Decline of the Western Empire*. Madison, The University of Wisconsin Press.
- (1983), “Fifth-Century Facts?”, *Britannia* 14 272-274.
- W. A. Van Es (1967), *Wijster. A native village beyond the imperial frontier 150-425 A.D.* Groningen, J. B. Wolters.
- S. Vanhoutte (2009), “The Saxon Shore fort at Oudenburg (Belgium): new excavation results”, en A. Morillo; N. Hanel & E. Martín, eds. *Limes XX. Estudios sobre la frontera romana. Roman frontier Studies*. Madrid, Vol. 3, Anejo de Gladius 13, Ediciones Polifemo 1383-1392.
- F. Vermeulen (2004), “Roads for soldiers and civilians in the *Civitas Menapiorum*”, en F. Vermeulen; K. Sas & W. Dhaeze, eds. *Archaeology in confrontation. Aspects of Roman military presence in the Northwest. Studies in honour of Prof. Em. Hugo Thoen*. Ghent, Archaeological Reports Ghent University 2 Ghent, pp. 125-141.
- C. R. Whittaker (1993), “Landlords and Warlords in the Later Roman Empire”, en J. Rich & G. Shipley, ed. *War and Society in the Roman World*. London, Routledge 277-302.
- H. Wolfram (1997), *The Roman Empire and its Germanic peoples*. Berkeley, University of California Press.
- A. Woolf (2003), “The Britons: from Romans to Barbarians”, en H. W. Goetz; J. Jörg & W. Pohl, eds. *Regna and Gentes, The Relationship between Late Antique and Early Medieval Peoples and Kingdoms in the Transformation of the Roman World*. Leiden, Brill 345-380.

(Página deixada propositadamente em branco)

AS DEFESAS DAS CIDADES ROMANAS DO OCIDENTE

ADRIAAN DE MAN
Universidade Nova de Lisboa

Resumo: A organização da segurança urbana representou um desafio continuado no período tardo-romano, para as elites locais e para a administração imperial. Excepto nalguns curtos períodos de tensão, as medidas securitárias que se prendiam com a vida quotidiana continuaram a ser postas em prática.

Palavras-chave: muralhas, forças irregulares, segurança regional

Abstract: The organization of urban safety was a continuing challenge during the late Roman period, for both the local elites and the imperial administration. Apart from some short periods of tension, the security measures connected with everyday life continued to be put into practice.

Keywords: walls, irregular forces, regional security

Aquando da recente efeméride do saque de Roma, um responsável do Instituto Arqueológico Alemão reflectia na cadeia BBC sobre a eventual insignificância do dia 11 de Setembro de 2001 à distância de dois mil anos, em contraste com os eventos de um outro dia em Agosto de 410, que ainda hoje influenciam a nossa visão contemporânea da História¹. É verdade que são quase intermináveis os paralelos entre o mundo ocidental actual e o Império romano, em particular no que diz respeito ao seu declínio², enquanto outras perspectivas, cientes do simplismo inerente, negam precisamente essa mesma analogia³. Deixando de lado as respectivas argumentações, será praticamente consensual admitir que não existem explicações monocausais para a evolução terminal de um Império, como por exemplo a tomada temporária de uma cidade, mesmo tratando-se da própria Roma. A entrada de tropas godas deu-se há exactamente 1600 anos, durante o turbulento governo de Honório, e representou um acontecimento de facto muito traumático, embora não propriamente distintivo em termos estratégicos, e muito menos, em retrospectiva, arqueológicos. Sobretudo, não houve consciência de que estaria a processar-se a queda de um Império, nem foi esse um intuito dos atacantes. Prova disso foi um dos alvos não ter sido Ravena, geograficamente impossível de cercar mas em todo o caso capital do Império do Ocidente. O relato praticamente coevo de Orósio (*Adv. Pag.* 1.7) sobre os dias de actividade goda dentro das muralhas de Roma permite identificar bem

¹ Philipp Von Rummel, entrevista a David Willey, BBC News, 24 de Agosto de 2010.

² Schiavone 2000, Murphy 2007.

³ Smil 2010.

os anseios quase paradoxais do invasor. Um objectivo nítido consistiu, por exemplo, na preservação por vezes ostentativa de espaços de culto cristãos, e da própria integridade dos habitantes, muito embora este último propósito não tenha sido realmente conseguido. O que se pretendia era despojar a Cidade, e quebrar uma identidade simbólica mas não especificamente administrativa, por diversos meios, inclusivamente através da violação dos mausoléus imperiais, e do subsequente despejo das cinzas de Augusto e Adriano, sinal último do fim de um regime. Assim foi entendido na subsequente produção erudita, contemporânea da instalação de monarquias pós-romanas, ainda que não seja evidente qual teria sido o sentimento da maioria da população de outras cidades, na Gália e Hispânia, repentinamente colocada diante não de saqueadores irracionais, mas de novos cobradores de imposto que, em muitos casos, se revelaram mais benévolos do que os romanos. Independentemente das alterações na propriedade e na estrutura produtiva dos campos pós-romanos⁴, ou da suposta renúncia dos terratenentes à vida cívica, o fisco concentrou-se sempre na cidade. Por isso, a paisagem ocidental manteve-se urbana na sua estrutura, e no que respeita à sua segurança, em moldes de continuidade, sendo muito raros os casos de destruição das muralhas. Quando estes ocorriam eram empreendimentos localizados, com o objectivo prático de submeter as cidades de forma simbólica, ao inutilizar as suas defesas – embora sempre de uma forma rapidamente recuperável (cf. acções de Totila, Gaiserico⁵ ou Átila⁶, e também a dos Suevos em Conimbriga, com precedentes alto-imperiais; vide, respectivamente, *Hyd., Chron.* 241⁷ e *Suet., Vit.* 6.25⁸).

Quanto às províncias hispânicas, os últimos meses de 409 têm servido de prelúdio convencional, mas de facto bastante mais distante, ao fim da autoridade romana na Península Ibérica. Na realidade, pouco tempo antes do saque de Roma por Alarico, também as cidades da Hispânia tinham sofrido ataques semelhantes, tendo predominado uma auto-gestão municipal perante bandos germânicos mais ou menos autónomos. A este respeito, não existe incongruência entre uma firme administração estatal e a gestão regionalizada das cidades; o reforço dos poderes urbanos é aliás resultado de iniciativas específicas nesse sentido, muitas vezes assumido pelos bispos, e não um resultado de retracção imperial. Na Lusitânia, tal capacidade local fiou bem evidente aquando dos acordos independentes com forças suévicas, durante as décadas de 410 a 440, muito embora a figura episcopal nem sempre tenha sido considerada um interlocutor privilegiado, como se depreende do percurso do

⁴ Chavarría Arnau 2007, De Man 2009.

⁵ Delbrück 1990 378.

⁶ Salvador Ventura 2002 450.

⁷ Tranoy 1974 175.

⁸ Rolfe 1914 127.

próprio Idácio de Chaves. A nível hispânico, destacam-se ainda as fugas para o Norte de África de Avito, Balquiário, Auxêncio, Toríbio e Orósio, entre outros⁹. Seja como for, os bispos mantiveram-se figuras centrais nas sucessivas negociações, e o seu estatuto administrativo e judicial também já tinha sido assegurado por legislação teodosiana, de modo que as iniciativas episcopais na defesa urbana seriam sempre expectáveis, e na prática foram absolutamente recorrentes, desde as margens do Danúbio ao Norte de África. É preciso indicar que já com anterioridade os bispos haviam assumido abertamente um comportamento evergético substitutivo ou, nalguns casos bem elucidativos, complementar às elites laicas, em especial na defesa urbana, dinâmica que não cessou após 409/10. De entre os exemplos mais invocados destaca-se a associação emeritense, para as obras da muralha, entre o dux Salla e o bispo Zenão, em 483, com equivalências lineares noutras sítios¹⁰. Um resultado colateral consistiu na diluição da fronteira entre propriedade pessoal, episcopal e pública, com abusos muito denunciados em sede conciliar (p. ex. Braga II¹¹). Tanto na Península Ibérica como na Gália, são também diversos os casos de procissões litúrgicas em torno das cidades sob ameaça bárbara, forma de defesa espiritual organizada pelo bispo, que por vezes foi tomada como magia negra pelos invasores¹². Posto de outro modo, a defesa urbana imediatamente pós-imperial viu-se bastas vezes concentrada numa magistratura eclesiástica pessoal, a que já se chamou “a alternativa do bispo”¹³, leia-se em contraste com a figura do defensor civitatis. Não se tratava apenas de uma questão judicial em sentido estrito, mas também de pura gestão pública, em todas as suas dimensões quotidianas. A utilização de um terça parte dos lucros eclesiásticos pelos bispos para recuperação patrimonial como igrejas (*Lib. Iud.* 5.5¹⁴) remete até linearmente para as disposições tetrárquicas que, através da mesma retenção (*C. Th.* 4.13.7), asseguravam restauros e edificações monumentais, entre os quais se incluiu a construção de muralhas defensivas.

Boa parte dos ecos sobreviventes reporta às elites vencidas, sendo a partir de 409 que o relato de Idácio de Chaves apresenta uma quase instantânea desagregação da ordem legal, com natural enfoque no Ocidente da Península. Na verdade, sucessivos exércitos imperiais continuaram a operar na diocese durante mais meio século, a partir de bases tarraconenses, em apoio nítido das cidades hispano-romanas, e mesmo em zonas aparentemente periféricas¹⁵.

⁹ Ubric Rabaneda 2003 185-189.

¹⁰ Fuentes Hinojo 2006 265 e.s..

¹¹ Teresa de Juan 1998 176-177.

¹² McCormick 1990 241-242; 343.

¹³ Frakes 2001 195 e.s.

¹⁴ Scott 1982 146.

¹⁵ De Man 2010 353-367.

Em si, a fixação de Suevos, Alanos e Vândalos na Galécia, Lusitânia e Bética havia significado muito pouco em termos formais. Em nenhuma fonte se pode inferir uma desistência legal do Império sobre aqueles territórios, e muito menos sobre as respectivas cidades, nem se conhece um *foedus* semelhante ao que viria a estabelecer-se para os Visigodos no vale do Garona, poucos anos mais tarde. A situação militar era controlada em permanência pelas forças imperiais tarraconenses, num jogo de forças que visava gerir a presença de grupos agressivos, mas relativamente pequenos e desorganizados, no seio da Hispânia. É muito nítido que as campanhas romanas desta época favoreciam invariavelmente a parte mais fraca, os Suevos, com o objectivo de manter um equilíbrio perante os Vândalos; o general Astério e o governador Maurocelo entraram em combate com estes últimos para benefício dos primeiros (Hyd., *Chron.*, 74)¹⁶. Há de resto exemplos tão precoces como o governo de Marco Aurélio para a instalação de tribos bárbaras dentro do Império¹⁷, inserindo-se o caso hispânico num processo que se tinha tornado corrente ao longo do século III. A situação de 409 acabou por revelar-se distinta em termos práticos, pela sua complexidade geográfica, mas de início não se colocou como uma questão jurídica, muito menos relacionada com a gestão de cidades, ou com a jurisdição do bispo, o que se constata com facilidade no conteúdo dos éditos de Arcádio e Honório. Mesmo após a morte de Valentiniano III em 455, que representou o fim da dinastia teodosiana¹⁸ e também o definitivo afastamento de Ravena dos assuntos hispânicos, as cidades da Lusitânia continuavam a ser imperiais, com elites de matriz perfeitamente romana. Apenas em estádios muito mais avançados, como na formação do reino visigótico, destacar-se-ia uma concertação goda com o poder episcopal hispano-romano que seria já claramente pós-imperial. Mas no âmbito cronológico do saque de Roma, o alvo das cobiças nas províncias ocidentais eram os lugares onde se concentrava a riqueza, e de onde se controlava o território envolvente. De acordo com as fontes escritas, entre as quais Idácio volta a ser crucial, a série de movimentações mais ou menos imprevisíveis por parte dos Suevos gira sempre em torno da tomada de centros urbanos: Porto/Gaia, Conimbriga, Lisboa, ou Mértola são objectivos primordiais e recorrentes.

Estes acontecimentos deram-se, pois, sobre uma paisagem fortemente autarcizada, na qual noutras longitudes é amiúde procurada uma raiz remota do feudalismo. A descentralização da economia hispânica tinha sido posta em movimento por acção legisladora da primeira tetrarquia e, para o que interessa a este texto, um dos seus aspectos monumentais consistiu na promoção de

¹⁶ Tranoy 1974 125.

¹⁷ Duncan-Jones 2006 24.

¹⁸ García Moreno 1996 15.

muralhas nalgumas cidades do Império. Embora tenha sido muito útil cem anos depois da sua concepção, a fortificação urbana do período tardo-romano nada teve a ver com a pressão bárbara. A segurança regional, a fiscalidade e, de forma menos comprovável, o próprio estatuto foram os três factores que a legislação recolhida no Código de Teodósio permite inferir. O primeiro elemento remete para problemas securitários relacionados com bagaudas, mas também para a contenção de usurpações, enquanto o sistema fiscal tardo-romano se concentrou quase obsessivamente no processo anonário, cuja rede de recolha, armazenamento e redistribuição pressupunha cidades seguras e controláveis. O circuito da *annona* tardo-romana, vertebrador absoluto da economia, revela uma ligação umbilical com a segurança das cidades amuralhadas. Não se aduzem apenas as determinações legais que caracterizam os *horrea* da cidade fortificada como nó redistribuidor, como também o faz o próprio lamento idaciano, criticando o sistema anonário: *os aprovisionamentos guardados nas cidades são extorquidos pelo tirânico colector de impostos, e reclamados pelo soldado* (*Chron.* 17)¹⁹. A associação entre fisco centralizado e segurança urbana representou sempre um fortíssimo binómio baixo-imperial, que de resto continuaria a exprimir-se, de modo claro, no período de afirmação da monarquia visigótica²⁰. Em terceiro lugar, a muralha tardia já não continha os privilégios legais associados às cidades promovidas em época alto-imperial, mas em termos de estatuto regional ela concedia uma proeminência factual que, de resto, viria a materializar-se na sua utilização como sedes episcopais e, por oposição, no esmorecimento irremediável das demais sedes de *civitas*. Em época tetrárquica, a questão da complementaridade militar, razoável para outras províncias, não se coloca para a Lusitânia, sem unidades fixas, indicando que também é necessário matizar tal associação na construção de modelos teóricos.

Mesmo após a retirada efectiva das tropas de combate imperiais do território peninsular, as cidades viram-se compelidas a implementar medidas de segurança no território que administravam. Na prática, estas não consistiam em novidades absolutas, dado que uma grande variedade de milícias vinha já supervisionando assuntos como cobrança de impostos, circulação nas estradas, ou acesso ao interior das cidades. Principalmente em época tardia, a heterogeneidade destes corpos é de especial interesse, porque parece ter havido grandes discrepâncias regionais. Algumas cidades passaram a dispor de tropas municipais²¹, e pelo menos num caso gálico continuavam a operar unidades regionais no século VI que, segundo Procópio, usavam ainda uniformes

¹⁹ Tranoy 1974 117.

²⁰ Olmo Enciso 2007 181-196.

²¹ Ward-Perkins 2006 32.

e insígnias legionárias²². Na maior parte das cidades lusitanas, a segurança no século V foi mantida por grupos menos dispendiosos. Os burgários, cuja função tem regulamentação específica para a Hispânia, emitida por Arcádio e Honório (nomeadamente contra a sua utilização privada; vide *C. Th.* 7.14.1), articularam a sua acção com outros corpos de policiamento, que se estendiam ao território envolvente (*C. Th.* 6.29.1). Todos eles basearam-se na cidade fortificada, que lhes devia pagamento, e surgem retratados como grupos de muito baixa categoria mas de função permanente, isto é, fica claro que não resultaram de mobilizações ocasionais. A carta de Honório às tropas de Pamplona pode até representar uma tentativa de enquadramento formal, em particular a promoção à condição legionária das unidades locais estacionadas nessa cidade²³, muito embora seja igualmente razoável tratar-se efectivamente de grupos comitatenses recompensados pela lealdade contra a usurpação de Máximo²⁴. Estreitamente ligado a esta problemática encontra-se o fenómeno dos exércitos privados, que no contexto em apreço remete de imediato para os conhecidos familiares de Teodósio que, segundo Orósio, recrutaram os *servuli et rusticani* (*Hist.* 7.40²⁵) dos seus latifúndios quando a usurpação britânica de Constantino III passou a ter ramificações hispânicas. Não se tratou apenas de um assunto de segurança rural, havendo ligação directa com as cidades. Zózimo (*Hist. Nova* 6.3) menciona, neste contexto, a *guarnição da Lusitânia*, inoperante, talvez composta pelas unidades urbanas leais à casa de Teodósio²⁶ que, como acaba de ser apontado, eram de uma fraquíssima qualidade militar. A operação de defesa fracassou (*Isid. Wand. Hist.* 1.444), embora as autonomias aristocráticas que lhes serviram de suporte tenham continuado a manifestar-se durante toda a monarquia visigótica. Rosa Sanz, que assina um outro texto neste volume, vem dedicando bastante atenção ao assunto²⁷.

Como ficou escrito, as muralhas construídas em cidades tardo-romanas revestiam-se de um valor legal e prático muito distinto das que, duzentos anos antes, haviam tido um significado a que se chama, por conveniência, “honorífico”. Em finais do século III não se discutia já a categoria jurídica da cidade amuralhada, até porque as fontes tardias mencionam, de forma indistinta, os *municipia*. As obras tetrárquicas de defesa urbana devem, aliás, ser articuladas com todas as restantes transformações topográficas que modificaram a lógica urbanística das capitais regionais. Novos eixos e cotas de circulação, assim como espaços e monumentos com funções

²² Contamine 1984 5.

²³ De Man 2010 353-367.

²⁴ Sanz Huesma 2006 214-215.

²⁵ Díaz 1992-1993 297.

²⁶ Le Roux 1982 396-397.

²⁷ Sanz 1986, 1995, 2007.

reinventadas, adaptaram-se a pontos de atracção urbana deslocados do seu sentido alto-imperial. Distinta em todas as cidades, esta evolução orgânica estruturou-se em grande medida em função das muralhas defensivas, que num largo número de casos chegou a rasgar a malha edificada em consideráveis extensões. De recordar que nem todos os monumentos tardios foram edificados com recurso massivo a argamassa ou a *spolia* nos respectivos paramentos, e que a qualidade de diversos panos de muralha tardo-romanos não ficam aquém dos ideais vitruvianos. Perante amplas diferenças, uma das características mais invocadas para identificar uma muralha tardia é o formato das suas torres. Realmente, os acampamentos primitivos faziam uso de torres de feição angular viradas para dentro, enquanto as muralhas tardo-romanas, projectadas para fora, apresentam muitas vezes um acabamento semicircular. Porém, em certas regiões destacam-se quase tantas excepções como confirmações desta regra, invalidando logo à partida a sua aplicação. Uma sequência de variantes, desde o mero arredondamento às torres em U, pode corresponder a uma evolução cronológica em determinadas zonas, como parece ser o caso nalgumas províncias orientais²⁸, sem que ela se observe noutras. A própria Lusitânia é um bom exemplo, já que as excepções são precisamente as torres semicirculares, algumas das quais poderão inclusivamente ser omíadas, o que na prática equivale a uma inspiração de origem bizantina, e portanto não endógena. O que se vê é uma preferência pela forma angular, que perduraria sem interrupção até época visigótica. Mais fáceis de fabricar talvez, num contexto em que os assédios a cidades com recurso a máquinas de assalto eram improváveis – as poucas tentativas registadas desta época foram de curta duração e fracassaram –, as torres quadrangulares são pois predominantes no enquadramento urbano lusitano. A oposição com a Galécia²⁹, cujos exemplos mais representativos são semicirculares, dever-se-á ao carácter militarizado e ligeiramente mais precoce das suas muralhas tetrárquicas, muito embora se conheçam casos equivalentes bem no interior da Lusitânia, como o de Lisboa. Não existiu, enfim, uma evolução arquitectónica linear, nem sobreposições provinciais ou conventuais, e presume-se a interacção de variáveis por ora indeterminadas, que excluem delimitações puramente crono-tipológicas.

É certo que uma parte desta consideração remete para lacunas na própria informação arqueológica, que portanto turvam a retrospectiva actual, mas conta-se já com uma quantidade muito satisfatória de dados positivos que, tomados em conjunto, voltam a repelir a ideia de uma estratégia arquitectónica, mesmo à mais ampla escala diocesana. O suporte teórico a esta conclusão tem sido abordado repetidamente e com bastante pormenor

²⁸ Gregory 1995 162-167.

²⁹ De Man 2008a 427-430.

noutro lado, embora as respectivas premissas sejam resumíveis em torno de alguns factos ligados entre si. Uma primeira ideia, talvez não inteiramente falsa para casos muito particulares (p. ex. alguns exemplos da Galécia com reflexo na *Notitia Dignitatum*), mas utilizada *ad nauseam* e de modo muito genérico e abusivo, é a muralha de Aureliano ter servido de protótipo oficial, com vista à sua replicação provincial. A quantidade de objecções arqueológicas imediatas faz tremer um naipe de perspectivas historiográficas, e convirá que um tal desígnio global se revelaria estranhamente anacrónico nos princípios da década de 270. Nenhum dado físico, literário ou jurídico confirma, de resto, a existência de um plano deste género para a Hispânia ou, por exemplo, para a Gália, onde um inteiro leque de cidades próximas do Reno comprovadamente não investiu em muralhas tardias. A equação linear entre fortificação de cidades e pressão bárbara simplesmente não funciona para o século III. Se, pouco mais tarde, os últimos imperadores tetrarcas chegaram de facto a capitalizar a imagem da cidade amuralhada para facilitar uma reestruturação do território, a linha difusionista com epicentro na arquitectura defensiva de Roma mantém-se ténue, ou mesmo francamente indetectável. No período tardo-romano, a promoção e execução das obras defensivas cabia essencialmente às próprias cidades, mesmo nos casos ocasionais em que se vislumbra uma intervenção directa por parte do governo central. Contrariamente a uma ideia feita sobre o assunto, não é aqui que reside a diferença fundamental com épocas imediatamente precedentes. Dos períodos cesariano e augustano conserva-se, de facto, uma reduzida mas notável evidência epigráfica que, a nível hispânico, demonstra que as obras nas muralhas urbanas, decididas por decreto dos decuriões e supervisionadas por um duúnviro, eram um assunto local³⁰. O que distingue as obras mais tardias é portanto mais o enquadramento jurídico e económico do que propriamente a natureza da iniciativa descentralizada em si.

Uma defesa minimamente credível não assenta apenas numa barreira física, mas acima de tudo em forças capazes de, pelo menos, convencer da sua eficácia. Zózimo identificou o acantonamento urbano como sintoma de declínio militar³¹. É verdade que este que terá sido o primeiro historiador da queda de Roma lançou um discurso abertamente faccioso contra Constantino e os seus sucessores, e que aquela proposição portanto não será necessariamente verdadeira. Não se duvidará, porém, da premissa em si, isto é, do aquartelamento de tropas em contexto urbano. Diversas disposições tardias sobre alojamento compulsivo em casas privadas ilustram a preocupação

³⁰ Ferrer Maestro 1991 103-104; 109.

³¹ Goffart 1971 415.

oficial com o estacionamento de unidades militares nas cidades tardias. A este respeito, a sequência de referências no capítulo 7 do Código de Teodósio³², correspondente quase exclusivamente ao século IV, não deixa dúvidas quanto aos beneficiários do *hospitium* urbano; as menções a militares de baixo estatuto (p. ex. *C. Th.* 7.9.2 ou 7.9.3) desfazem a eventualidade de alojamento puramente civil e administrativo. Esta constatação faz recordar de novo a referida carta de Honório, rasgo documental isolado que por seu turno entronca na mais ampla questão das tropas regionais. A natureza local dos comitatenses hispânicos de época honoriana é uma possibilidade muito aceitável. A promoção adjectiva de milícias urbanas, dando origem a legiões de composição desconhecida, havia sido posta em prática sob os designios defensivos de Estilício; a proibição muito firme e detalhada de alterar o estatuto de unidades militares (*C. Th.* 7.1.18), faz precisamente entrever uma súbita e descontrolada prática de recrutamento e promoção. Durante a década anterior a 410, desapareceram cerca de oitenta *numeri* do exército imperial, facto relacionável com os combates muito intensos no Norte itálico, onde Estilício, a dada altura, concentrou trinta desses “regimentos”, correspondendo a uns quinze mil homens, para enfrentar Radagaiso, perdendo boa parte deles no processo³³. É muito provável que as derradeiras unidades comitatenses hispânicas de formação anterior a 395 tenham sido destacadas para o cenário de combate, justificando a necessidade de recorrer a efectivos milicianos para ocupar o seu lugar nas cidades da Península Ibérica. A nível do exército de campo, a integração de tropas de combate germânicas permitiu enfrentar a falta de efectivos, situação evidente na sequência de embates prévios a 410, e argumento gibboniano muito invocado ao longo dos últimos séculos. Porém, as purgas sucessivas no seio das tropas imperiais, entre as quais a queda de Estilício e do seu entorno constitui exemplo supremo de oportunismo, determinaram uma espécie de jingoísmo latino, com desfechos auto-destrutivos que alimentaram uma série de volte-faces absolutamente determinantes ao sucesso godo. O mais emblemático dos resultados imediatos consistiu, precisamente, na queda de Roma, através da abertura da porta Salária, acção atribuída por Procópio a um estratagema godo, ou ainda ao desespero de uma matrona romana. Nesse momento, a defesa da cidade dependia não apenas do controlo da muralha, mas sim de um rol de cambiantes e flácidas lealdades políticas. De resto, é amiúde esquecido que o saque de Roma foi efeito directo das traições políticas romanas às portas de Ravena, onde Alarico e Honório tinham estado prestes a celebrar um acordo³⁴.

³² Pharr 1952 165 e.s..

³³ Heather 2010 175.

³⁴ Moorhead; Stuttgart 2010 115-123.

Numa explicação sobre o investimento em cidades amuralhadas num período muito anterior ao das invasões bárbaras haverá portanto que encontrar motivações regionais, quer no âmbito puramente fiscal, quer na mais abrangente dimensão de policiamento. De novo, não foi evidentemente Aureliano quem inventou a segurança baseada na cidade. A falta de capacidade unificadora ao longo das décadas conhecidas por uma crise imperial do século III é uma ideia colorida que, em grande medida, confunde propositadamente instabilidade política com incompetência administrativa. Uma das maiores iniciativas culturais do Baixo Império até consistiu numa amplíssima mobilização de cidades num propósito civilizacional conjunto, a celebração do Milenário de Roma³⁵, sob o governo de Filipe, o Árabe, isto é, em plena “crise”. Mais difícil seria procurar atrás desta capacidade de concertação urbana uma estratégia de defesa comum, supostamente reflectida através das muralhas. A ausência de uma doutrina fortificadora, ou mesmo de uma dimensão estratégica coerente para o Ocidente tardo-romano³⁶ desafia fortemente a ideia de defesa em profundidade, muito repetida desde Luttwak³⁷, teorizada em grande medida a partir de uma perspectiva militar moderna. De acordo com a legislação recolhida no Código de Teodósio, as municipalidades puderam recorrer a facilidades fiscais, e talvez a algum género de apoio técnico, para o investimento em obras públicas, mas não se regista um qualquer *dictum* imperial para a construção específica de muralhas. Posto de outro modo, na transição para o século IV houve cidades ocidentais que parecem ter optado, por iniciativa própria, pela construção de defesas, implicando gastos avultados, enquanto noutras isso não aconteceu, por motivos impossíveis de identificar. Nalguns casos, que no conjunto representam excepções localizadas, identifica-se uma função militar, como em León, Lugo, e na restante mão-cheia de bases urbanas da Galécia. No entanto, a maior parte das cidades fortificadas não assegurava de certeza um aquartelamento militar permanente. O facto de estas muralhas terem sido funcionais, num contexto inicialmente imprevisível, três gerações após a sua construção, não explica necessariamente o seu significado original, que pouco ou mesmo nada teve a ver com defesas em rede contra agressões externas.

³⁵ Martin 1998 42-43.

³⁶ De Man 2008b 347-350.

³⁷ Luttwak 1979.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- A. Chavarría Arnau (2007), *El final de las villae en Hispania (siglos IV – VII d.C.)*. Turnhout, Brepols.
- P. Contamine (1984), *La Guerra en la Edad Media*. Barcelona, Editorial Labor.
- A. De Man (2008a), “Os materiais, as muralhas e as suas interpretações: estratégia baixo-imperial e modelo autarcista no Norte da Lusitânia”, *Férvedes* 5 427-430.
- (2008b), *Defesas urbanas tardias da Lusitânia*. Porto, Universidade do Porto.
- (2009), “Funções estruturantes de algumas villae pós-romanas”, *Cadmo* 19 199-208.
- (2010), “Defesa, combate e objectivos imperiais na Hispânia tardia”, in A R Santos; J Varandas, ed. *A Guerra na Antiguidade III*. Lisboa, Caleidoscópio 353-367.
- H. Delbrück (1990), *The Barbarian Invasions*. Lincoln / London, University of Nebraska Press.
- P. C. Díaz (1992-1993), “Propriedad y explotación de la tierra en la Lusitania tardoantigua”, *SHHA* 12-13 297-309.
- R. P. Duncan-Jones (2006), “Economic Change and the Transition to Late Antiquity”, in M Swain; M Edwards, ed. *Approaching Late Antiquity. The Transformation from Early to Late Empire*. Oxford, Oxford University Press 20-53.
- J. J. Ferrer Maestro (1991), “En torno a la ejecución de las obras publicas en la Hispania romana. Promotores y artifices”, *Millars* 14 102-117.
- R. M. Frakes (2001), *Contra potentium iniurias: the Defensor Civitatis and late Roman justice*. München, Verlag C. H. Beck.
- P. Fuentes Hinojo (2006), “Sociedad urbana, cristianización y cambios topográficos en la Hispania tardorromana y visigoda (siglos IV-VI)”, *SHHA* 24 257-289.
- L. García Moreno (1996), “La monarquía visigoda y la Iglesia en Levante”, *Alebus* 6 7-30.
- W. Goffart (1971), “Zosimus, The First Historian of Rome’s Fall”, *AHR* 76-2 412-441.
- S. Gregory (1995), *Roman military architecture on the eastern frontier*. Amsterdam, Adolf M. Hakkert Publisher.
- P. Heather (2010), *Empires and Barbarians. Migration, development and the*

- birth of Europe*. London, Pan Books.
- P. Le Roux (1982), *L'armée romaine et l'organisation des provinces ibériques d'Auguste à l'invasion de 409*. Paris, Diffusion de Boccard.
- E. N. Luttwak (1979), *The Grand Strategy of the Roman Empire, From the First Century A. D. to the Third*. Baltimore – London, The Johns Hopkins University Press.
- J-P. Martin (1998), *Pouvoir et Religions de l'avènement de Septime Sévère au Concile de Nicée (193-325 ap. J.-C.)*. Paris, Editions SEDES.
- M. McCormick (2002), *Origins of the European Economy: Communications and Commerce AD 300 – 900*. Cambridge, Cambridge University Press.
- S. Moorhead; D. Stuttard (2010), *AD 410, The year that shook Rome*. London, The British Museum Press.
- C. Murphy (2007), *Are we Rome?: the fall of an empire and the fate of America*. New York, Houghton Mifflin.
- L. Olmo Enciso (2007), “The royal foundation of Recópolis and the urban renewal in Iberia during the second half of the sixth century”, in J Henning, ed. *Post-Roman Towns, Trade and Settlement in Europe and Byzantium, Vol. 1, The Heirs of the Roman West*. Berlin – New York, Walter de Gruyter, 181-196.
- J. C. Rolfe (1914), *Lives of the Caesars, Volume II*. Loeb Classical Library 38, ed. and transl., Harvard, University Press.
- F. Salvador Ventura (2002), *Fortissimae civitates meridionales en los siglos VI y VII*. Granada, Universidad de Granada, 447-461.
- F. J. Sanz Huesma (2006), “Un oscuro episodio de la Historia política de Hispania en el siglo V: la supuesta segunda usurpación de Máximo”, *HAnt* 30 209-220
- R. M. Sanz Serrano (1986), “Aproximación al estudio de los ejércitos privados en Hispania durante la Antigüedad tardía”, *Gerión* 4 225-264.
- (1995), *Las migraciones barbaras y la creación de los primeros reinos de Occidente*. Madrid, Síntesis.
- (2007), “Aristocracias paganas en Hispania Tardía (s. V-VII)”, *Gerión* 25-1 443-480.
- A. Schiavone (2000), *The end of the past: ancient Rome and the modern West*. Harvard, Harvard College.
- S. P. Scott (1910 repr. 1982), *The Visigothic Code (Forum Judicum)*. Littleton, Fred B. Rothman & Co.
- V. Smil (2010), *Why America is not a new Rome*. Cambridge, The MIT Press.

- M. Teresa de Juan (1998), “La gestión de los bienes en la Iglesia hispana tardoantigua: Confusión patrimonial y sus consecuencias”, *Polis* 10 167-180.
- A. Tranoy (1974), *Hydace – Chronique*. Paris, Les Editions du CERF.
- P. Ubric Rabaneda (2003), *La Iglesia y los Estados bárbaros en la Hispania del siglo V (409-507)*. Granada, Universidad de Granada.
- B. Ward-Perkins (2006), *A Queda de Roma e o Fim da Civilização*. Lisboa, *Alêtheia*.

(Página deixada propositadamente em branco)

O MUNDO ROMANO NO DEALBAR DO SÉCULO V

VASCO GIL MANTAS
Universidade de Coimbra

Resumo: As causas do saque de Roma em 410 e da queda do Império do Ocidente continuam a merecer a atenção dos historiadores e dos politólogos, longe de constituírem matéria consensual. A análise das enormes transformações que o mundo romano sofrera pelos inícios do século V explica, em parte, os acontecimentos dos quais surgiu a Europa.

Palavras-chave: Império Romano; Roma; Século V; Bárbaros

Abstract: The causes of the sack of Rome in 410 and the fall of the Western Empire continue to deserve the attention of both historians and politologists, and still escape a consensus. The analysis of the deep transformation the Roman world suffered in the beggining of the 5th Century helps to explain, in part, the events from which Europe was born.

Keywords: Roman Empire, Rome, 5th Century; Barbarians.

O aniversário do saque de Roma pelos Godos, em 410, passados que são dezasseis séculos, merece alguma atenção por parte do mundo académico¹, não tanto por uma razão comemorativista, tão ao gosto do nosso tempo como, frequentemente, despida de conteúdo, mas sobretudo por convidar a uma reflexão profunda sobre a sorte dos impérios e das civilizações, muito conveniente neste início do século XXI. O saque de Roma tem um valor simbólico enorme e motivou acaloradas discussões ao longo dos tempos, embora como episódio de história militar o seu significado seja praticamente nulo. Mas o que sucedeu naqueles três dias de Agosto de 410 soou a muitos, ou pelos menos aos mais avisados, como sempre acontece nestas circunstâncias, como um sinal premonitório de acontecimentos ainda piores. A crónica do século V confirma a razão desses temores e suscita sentimentos perturbadores para os quais uma infundável bibliografia de todos os quadrantes e orientações não conseguiu ainda respostas apaziguadoras. Eis a síntese sem concessões que sobre este século escreveu Gérard Walter, quando os impérios coloniais europeus desapareciam um após outro: “Le terrible, l’affreux V^e siècle! On a beau chercher: des vingt qu’embrasse ce mémorial, seul nôtre siècle à nous l’égale, sinon le surpasse, en horreurs, en atrocités. Le sac de Rome par les Goths ouvre la voie”².

¹ Nos dias 4 e 6 de Novembro de 2010, o Instituto Arqueológico Alemão organizou em Roma um colóquio internacional denominado 410 - The Sack of Rome. The event, its context and its impact, o qual reuniu numerosos investigadores. Apesar de nenhum português ter participado no referido colóquio, congratulamo-nos com a presença de um colega brasileiro. Agradecemos cordialmente ao Dr. Luís Madeira a preparação das figuras desta comunicação.

² Walter 1982 7.

Assim, a queda de Roma, considerada como o problema central da civilização ocidental na época em que esta tinha a sua expressão essencial na Europa, deixou de se limitar a um acontecimento da História Antiga para ganhar um significado muito mais complexo, directamente associado ao devir das civilizações e ao seu tempo histórico, inspirador de heranças e continuidades imaginárias. Recordemos as três Romas, que tanto podem ser a Roma pagã, a Roma católica ou a Roma nacionalista (Fig.1), como as mais evocadas Roma, Constantinopla e Moscovo, simbolizando três mundos e três missões. Com efeito, Roma foi permanentemente inspiradora de identificações, fenómeno que não terminou, como um livro recente da autoria de Cullen Murphy, intitulado *Are we Rome? The Fall of an Empire and the Fate of America*³, questionando a vulgar identificação do papel mundial dos Estados Unidos com o Império Romano, comprova, se tal fosse necessário, sem esquecer as desajeitadas tentativas da União Europeia para se identificar com um império que não era exclusivamente europeu e que contava com uma estrutura política claramente autoritária, independentemente dos valores morais e culturais que o inspiravam⁴. Se quiséssemos aceitar estas pretendidas semelhanças, seríamos levados a considerar a existência de dois impérios, como no século V, um com capital em Bruxelas e outro em Washington, tal como na altura existiram uma em Milão ou Ravena e outra em Constantinopla.

Problema complexo, sem dúvida, mas que ajuda a compreender as dificuldades que se levantam a uma análise desapaixonada do saque de Roma e das misérias do século V, temática que se instalou definitivamente na historiografia desde o século XVI e que conhece de forma recorrente, mas quase sempre em coincidência com as grandes crises civilizacionais vividas pelo Ocidente, momentos de particular atenção. Na verdade, o Império Romano, que hoje pode parecer pequeno em comparação com a vastidão do mundo contemporâneo e dos interesses que o abalam, era realmente enorme e, apesar de todas as crises que sofreu, transmite um sentimento intemporal de estabilidade, motivador de incondicionais admirações e de repetidas tentativas revivalistas, sempre possíveis desde que se considere que o fim de uma civilização não corresponda ao fim de uma cultura⁵. Por isso mesmo, o que se passou no século V em Roma tem justificado a permanente interrogação dos historiadores e não pouca ansiedade aos ideólogos e filósofos da história.

³ Murphy 2008.

⁴ Sobre alguns desses valores: Rocha Pereira 2008 11-24.

⁵ Talvez por isso, a comissão nomeada pela Fundação Europeia da Ciência decidiu estabelecer a transição da Antiguidade para a Idade Média em 681. Na verdade, nem Henri-Irénée Marrou ousou tanto, como se depreende do título de uma das suas obras maiores, *Saint Augustin et la fin de la culture antique*: Marrou, 1959.

Nós próprios nos defrontámos com essa incomodidade quando, envolvidos na teia imperial portuguesa, fomos levados a questionar o futuro à margem do M'Bridge numa tarde em que se aguardava a passagem para Ambrizete no batelão que, como em qualquer *traiectus* nos confins da România, garantia a travessia do rio, no longínquo ano de 1966. E a pergunta é sempre a mesma: porque morrem os impérios? Que os Romanos do século V se interrogaram sobre o que aconteceu em 410 é um facto comprovado pela riqueza das fontes que nos ficaram, algumas das quais não permitem dúvidas quanto ao sentimento que se gerou e que obrigou tantos e tão grandes espíritos a tentar minimizar ou tornar aceitável o incompreensível absurdo da queda de Roma, procedimento que conheceu antecedentes prestigiosos e desde logo destinado a uma proficua carreira até aos nossos dias⁶. E, se alguns problemas ganham, com o afastamento no tempo entre o facto que lhes deu origem e a sua análise pelos historiadores, uma proposta de explicação mais ou menos consensual, outros, como a queda de Roma e a implosão do Império ao longo do século V, continuam a suscitar vivas discussões, tanto científicas como ideológicas, longe da impossível resposta unívoca que muitos procuram, seja a mítica revolta dos escravos, a supremacia militar germânica ou o triunfo do monoteísmo.

Uma ideia muito querida dos filósofos da história relacionou o fenómeno romano com a ideia de decadência, o que, de alguma forma, explica o sucedido como resultado de uma evolução interna, ilibando os factores externos, reduzidos a elementos de ordem secundária ou conjuntural. Não deixa de ser curioso, e julgamos que muito significativo da apreciação maniqueísta da história romana e da sua relação com o conceito de decadência o facto de dois dos prémios Nobel da literatura terem sido atribuídos, respectivamente, ao académico germânico Theodor Mommsen, em 1902, e a Henryk Sienkiewicz, autor do romance *Quo Vadis?*, em 1905. Nestes dois nomes e no galardão que lhes foi atribuído podemos resumir as atitudes que caracterizam a apreciação da história romana, e não apenas pelo grande público. Com efeito, a decadência de uma grande civilização, como Mommsen naturalmente entendia a romana, para muitos é um simples caso de aviltamento moral, fazendo entrar em cena, no caso de Sienkiewicz conceitos de bem e de mal, quase sempre subjectivos. Todos sabemos ao que tais desatinos podem conduzir.

Invocaremos, a propósito da queda de Roma, outra grande figura do pensamento alemão do início do século passado, Oswald Spengler, quer pela notável influência que teve na historiografia, quer por ter desenvolvido uma concepção orgânica, biológica, das culturas e das suas transformações cíclicas,

⁶ Obra fundamental desta interminável produção é, naturalmente, *De Civitate Dei*, redigida por Santo Agostinho entre 413 e 426, obra que Piganiol considerou sofisticada e inumana: Piganiol 1982 110.

compatível com o caso romano. Embora a sua obra fundamental *Der Untergang des Abendlandes* conheça cada vez menos leitores⁷, provavelmente agora motivados por outras leituras da evolução das sociedades, ainda que falaciosas e comprometidas, cremos conter matéria de proveitosa reflexão quanto ao caso romano. Spengler considerava haver um caminhar da cultura em direcção à civilização, como num processo biológico no qual, mais do que a ideia de decadência, sobressai a de uma evolução inelutável, como naturalmente sucede com um organismo vivo.

O passador germânico situava a cultura greco-latina na fase da Primavera das culturas, entre 1100 a.C. e 800 d.C., antecedendo o amadurecimento correspondente ao Verão. Embora a data de 800 não deixe de evocar imediatamente um acontecimento famoso da história europeia, a coroação romana de Carlos Magno e o reconhecimento do Império Carolíngio como continuador do Império Romano do Ocidente, falhadas as anacrónicas tentativas bizantinas para reconstituir a unidade imperial, ela reflecte, por isso mesmo, a posição central ocupada pela história de Roma no desenvolvimento do mundo ocidental. É claro que o raciocínio de Spengler, apesar de inspirado pelo trabalho do historiador Otto Seeck⁸, é, antes de mais o de um filósofo, talvez aqui e ali esquemático e algo simplificado, sem esquecer a evidente influência do impacte social dos progressos tecnológicos e, para uma parte da obra, a experiência da Grande Guerra, premonitória da decadência definitiva da cultura europeia. Seja como for, podemos aceitar, sem dificuldade, que a queda de Roma resultou de uma transformação. Se as consequências dessa transformação foram positivas ou negativas continua a ser tema de entusiásticos debates académicos e de assunto para uma vasta diversidade de obras destinadas ao grande público.

Passemos a outro aspecto do mesmo problema, pois considerando tratar-se de um processo cíclico evolucionista, cabe perguntar como se desenvolveu no sentido de causar o colapso do *statu quo* anterior. Ou seja, a velha questão: porque caiu Roma? Como dissemos, não faltam respostas a esta redundante pergunta, talvez mesmo demasiadas, como se deduz do levantamento oferecido por A. Demandt, o qual enumera nada menos de 210 razões para explicar a decadência do Império⁹. É claro que, simplificando, podemos considerar somente as posições tradicionais quanto aos acontecimentos do século V, limitando a análise das possíveis razões da queda a fenómenos de dinâmica interna ou externa, nos quais, aliás, podemos inserir todos ou quase todos os factores presentes na lista de Demandt. Todavia há explicações que podemos

⁷ Spengler 1918-1922.

⁸ A obra foi publicada entre 1897 e 1923: Seeck 2000.

⁹ Demandt 1984 695.

considerar clássicas e que se resumem, facilmente, a questões de ordem cultural e militar, mais claramente ao processo de orientalização ideológica da sociedade romana, iniciado muito cedo, e ao impacte militar das tribos germânicas, que se faz sentir como uma ameaça renovada a partir da segunda metade do século II.

É claro que não podemos passar por alto um outro aspecto, tão ao gosto da historiografia de um passado ainda recente, que é o da questão moral, ou seja, do desregramento de uma civilização afastada gradualmente de valores humanistas e da disciplina espartana da República arcaica. Este lugar comum historiográfico, largamente explorado por cineastas e outros intelectuais, parte de uma ideia que envolve o conceito de decadência, neste caso decadência moral, esquecendo que tais questões são transversais à história romana, que só terminou, aceitando a data tradicional de 476, séculos depois da morte de Calígula ou de Nero, paradigmas indiscutíveis dessa invocada imoralidade. Um dos primeiros autores a reflectir sobre esta questão, desde logo complicada pela evidente diferença entre moral romana e moral dos comentadores ocidentais posteriores, foi Nicolau Maquiavel, na sua obra intitulada *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio*¹⁰ redigida entre 1513 e 1519. Este famosíssimo pensador fê-lo, porém, com o realismo que caracteriza o seu ideário, muito afastado da morna argumentação presente nos textos que explicam a queda de Roma por razões morais, como uma constatação de factos capaz de esclarecer os governantes, seus contemporâneos e vindouros. Ainda na mesma linha da explicação decadentista encontramos a conhecida obra de Charles de Montesquieu, publicada em 1734, *Considérations sur les causes de la grandeur des Romains, et de leur decadence*¹¹. O pensamento de Montesquieu não se limita, como era habitual na época, a uma crítica de costumes, eventualmente não isenta de hipocrisia, pois progrediu muito além disso, considerando fenómenos de causa e efeito, cujo enunciado iluminista sugere novos tempos na historiografia europeia.

Atualmente, foi com a monumental obra do inglês Edward Gibbon *The History of the Decline and Fall of the Roman Empire*¹², publicada entre 1776 e 1788, que o conceito de decadência ganha características de processo histórico através de uma análise que introduz uma severa crítica documental, marcada por um assinalável cepticismo, próprio de uma época em que a evolução política europeia, desde logo influenciada pelo eclodir da Revolução Americana, preludiava as grandes mudanças que marcariam o final do século (Fig.2).

¹⁰ Maquiavel 1984.

¹¹ Montesquieu 1965.

¹² Gibbon 1994. Gibbon, que desempenhou breves funções militares no antigo forte romano de Portchester (Portus Adurni), redigiu a sua grande obra entre 1776 e 1788, depois de uma inspiradora viagem a Roma.

Foi com a obra de Gibbon que se estabeleceu definitivamente a discussão, que continua, em torno da influência do Cristianismo na queda do Império, desde então sistematicamente considerado por muitos historiadores, isolados ou representativos de determinadas escolas históricas, como um dos factores fundamentais da queda de Roma. É evidente que os fenómenos ideológicos, como o que representou a introdução de uma religião monoteísta oriental, não deixaram de constituir razão de graves perturbações na sociedade romana, cuja ordem antiga se tornou, a partir do primeiro quartel do século IV, obsoleta, considerada errada e, a breve trecho, perseguida.

Sem dúvida que as alegações conservadoras dos historiadores não constituíram novidades absolutas, pois os próprios Romanos tiveram consciência do perigo da aculturação, sobretudo a propósito das influências orientais, não faltando testemunhos sérios ou jocosos acerca das influências, consideradas naturalmente nefastas, que dele chegavam à Urbe. No fundo, e de uma forma quase inesperada e seguramente não pressentida, não foi a Grécia a captar o seu vencedor, mas sim o Oriente, e não tanto o dos esplendores do Nilo ou do Orontes, mas sim o de uma região pobre, conturbada e rebelde, em tudo, ou quase tudo, oposta ao ideal romano e às práticas quotidianas da maior parte do mundo que Roma senhoreava. Na verdade, não é difícil compreender e até aceitar as causas do sucedido. Assim como a expansão no Mediterrâneo, temida por Catão, destruiu irremediavelmente a República, o cosmopolitismo imperial foi, a longo prazo, fatal ao Império, estabelecido por Augusto sobre um processo muito limitado de integração, respeitador do *mos maiorum* político. O exótico é sempre perigoso quando se transforma em factor estrutural e o Império, assegurado pela *Felicitas*, estava condenado quando os sustentáculos desta, *Pietas* e *Virtus*, perderam o seu conteúdo essencial¹³.

O século passado, que começa a ficar longínquo, assistiu à continuação das polémicas e das interrogações sobre as causas da queda de Roma. A discussão centrou-se frequentemente em questões ideológicas, mais ou menos marcadas pelos sucessos políticos contemporâneos, procurando interpretar o que aconteceu no século V através de um duplo processo de projecção ambivalente. Recordamos aqui, porque o problema da escravatura foi sempre um ponto alto da discussão sobre a decadência romana, a tese estalinista da revolta dos escravos como causa principal da queda do Império, a qual obrigou longamente os historiadores do Leste, e que, apesar de perturbações conhecidas aqui ali, sobretudo como consequências, não como causas, a exemplo do sucedido em 410 com os Godos escravos em Roma, não tem qualquer sustentabilidade¹⁴.

¹³ Rocha Pereira 2009 338-342,349-350,406-415.

¹⁴ Petit 1974 242. É claro que as grandes perturbações nos séculos IV e V propiciaram situações de rebeldia ou de fuga, mas nunca revoltas semelhantes às da época republicana.

Outro aspecto do debate, não apenas académico, sublinhe-se, prende-se com a influência das incursões germânicas na queda do Império do Ocidente, consideradas por muitos historiadores como causa da destruição de um organismo político e cultural considerado ainda perfeitamente robusto. É o caso de André Piganiol, para quem as invasões do século V, imparáveis e brutais, destruíram uma civilização pujante, apesar dos sinais de enfraquecimento que se notavam pontualmente¹⁵. Não esqueçamos a influência que neste debate tiveram as duas guerras mundiais e a identificação com civilizados ou bárbaros assumida pelas partes em conflito, quase institucionalizando identidades anacrónicas. Recordamos o triste exemplo do comunicado de guerra inglês que deu conta da destruição na Baía de Lubeque, em 3 de Maio de 1945, de vários navios ali fundeados, com milhares de prisioneiros a bordo, os quais no referido comunicado foram classificados como “Hunos”, designação frequentemente atribuída aos Alemães, os quais, por outro lado, não hesitavam em proclamar o triunfo germânico sobre o Império Romano como prova de superioridade racial¹⁶.

Particularmente violento foi o confronto, a propósito do estado do Império no século V e das causas da sua queda, entre Ferdinand Lot e Henri-Irénée Marrou. Para o primeiro destes historiadores a Roma do século V encontrava-se em completa decadência, pelo que as invasões, inevitáveis neste cenário, não constituíram mais do que o epílogo numa história de antemão traçada pelo retrocesso sofrido pelo mundo romano correspondente ao fim do mundo clássico¹⁷. Via totalmente oposta foi a de Marrou, para quem os *Christiana tempora* do Império estiveram longe de representar um período de decadência generalizada, considerando a Antiguidade Tardia, denominação que empregou num dos seus livros mais conhecidos e que se foi impondo nas últimas décadas, como uma época isenta de sinais de decadência¹⁸. Seja como for, ambos os autores reconhecem drásticas transformações sociais e civilizacionais, as quais, cremos, obrigam a considerar os efeitos que tiveram sobre a capacidade de sobrevivência do Império do Ocidente, irremediavelmente diferente no século V do que fora nos séculos anteriores.

Uma das perguntas que de imediato se nos apresenta é a de saber qual a razão que levou à *débâcle* militar romana face aos invasores germânicos, eventualmente melhor conhecedores agora das tácticas romanas, mas não melhor organizados ou muito mais numerosos que em anteriores situações,

Teriam saído de Roma, para se juntarem a Alarico, muitos escravos e cativos godos: Sozomeno, *Eccl. Hist.*, 9,6.

¹⁵ Piganiol 1972.

¹⁶ Algumas das mais importantes figuras do regime hitleriano, todavia, não hesitavam em admitir a superioridade da civilização greco-latina: Mantas 2006 181-217.

¹⁷ Lot 1968.

¹⁸ Marrou 1977.

como as gravíssimas invasões do século II. Não nos faltam testemunhos do que os Romanos da época pensaram das causas que conduziram a uma sucessão de derrotas e à humilhação suprema de 410. Para muitos, naturalmente, o desvio da religião tradicional, ou seja, do paganismo largamente sincrético que subsistia nos séculos IV e V, foi a causa natural de todas as desgraças. Encontramos, pois, um dos argumentos ideológicos sempre, ou quase, presente nos debates que se têm desenvolvido à volta da queda de Roma. É certo que o moral cívico, não a moral pública, se ressentiram das drásticas alterações resultantes de uma nova religião, ainda que presente já há muito tempo na sociedade romana, sobretudo depois da proclamação teodosiana do Cristianismo como religião do Estado, a qual abriu caminho para o princípio de que o credo do príncipe deve ser o dos súbditos, assim como delineou gradualmente a submissão do poder político ao poder religioso¹⁹, o que nunca acontecera anteriormente em Roma.

O estado de fraqueza militar do Império, e é preciso não confundir as numerosas unidades referidas nas fontes da época com forças verdadeiramente operacionais, é sugerido pela forma como os Romanos consideram os seus inimigos bárbaros, que vencem pela traição ou pela astúcia e são sistematicamente descritos como ferozes inimigos da espécie humana, assoladores de cidades e destruidores de qualquer ordem estabelecida. Não queremos, nem podemos, negar o que de trágico houve no declínio gradual do Império do Ocidente (Fig.3), ao contrário do que alguns entusiastas de uma concepção mais pacífica da Antiguidade Tardia pretendem, mas não deixa de ser curioso verificar que os mesmos Romanos que acumulam diatribes contra os grupos vindos do outro lado da fronteira, ou instalados no Império mas em rebelião, não poupam elogios, digamos suspeitos, quando através de negociações que recordam francamente o célebre *Vae Victis* do chefe gaulês Breno, conseguem tréguas ou a compra dos seus serviços militares por algum tempo²⁰.

De tudo isto ressalta a impressão de que o século V é um século de impotência militar e cívica, durante o qual o Império ficou completamente dependente da força de estranhos ou do pagamento de subsídios para sobreviver militarmente. E o episódio da queda de Roma, aparentemente, não ensinou nada, porque provavelmente já não era possível alterar o rumo da política romana, dado que, quarenta e um anos depois, na vitoriosa batalha dos Campos Cataláunicos, as forças comandadas por Aécio que defrontaram Átila eram constituídas maioritariamente por contingentes de combatentes célticos e germânicos²¹. No fundo, também aqui não haveria uma novidade particular, pois a inclusão de forças estranhas nos exércitos romanos, primeiro

¹⁹ Lot 1968 57-64.

²⁰ Ward-Perkins 2006.

²¹ Jordanes, Hist. Goth 191; Altheim s/d 80-88; Goldsworthy 2010 416-418.

como aliados, depois como auxiliares (*auxilia*), constituiu uma prática muito antiga, mas agora o seu peso militar é desproporcional aos meios propriamente romanos, ou provinciais, além de que o comando compete com frequência aos chefes dessas forças.

Inicialmente, os *auxilia* subentendiam uma política de assimilação, coroada pela concessão da cidadania romana, ideia integradora agora completamente caduca, ainda que os chefes destas forças mercenárias continuassem a ser mimoseados com sonoros títulos romanos, por vezes merecidos, como veremos. Mas, se os *auxilia* do Alto Império representavam um conjunto de unidades romanas, ainda que alguns corpos de tropas especializada utilizassem o seu equipamento e táticas tradicionais, pois eram esmagadoramente recrutados nas províncias ou em regiões limítrofes protegidas, a maior parte destas forças bárbaras provêm agora do exterior do Império ou, como sucedeu com os Godos que destruíram o exército romano em Andrinopla, em 378, de muito recente instalação no interior das fronteiras imperiais. Esta atitude corresponde a um autêntico *nonsense*, pois a partir da segunda metade do século II, com as grandes campanhas na linha do Danúbio, o perigo bárbaro deixou de ser um tema mais ou menos retórico, para ser considerado uma questão vital, como claramente se anuncia nos relevos da Coluna de Marco Aurélio²².

Neste momento cabe perguntar por que razão os Romanos desistiram de se defender a si próprios, questão que talvez englobe todas as perguntas e todas as respostas, atendendo a que o Império contava com dezenas de milhões de habitantes, o que facultava uma base de recrutamento perfeitamente suficiente para levantar as forças necessárias para garantir fronteiras seguras, e não os reduzidos exércitos que as fontes do século IV e V referem, abstraindo de documentos como a *Notitia Dignitatum*, que insere muitas unidades desaparecidas ou inoperacionais²³. Desde já podemos reconhecer que o problema do exército não é um problema exclusivamente militar, mas sim, mais uma vez, um grave problema de espírito cívico. O serviço militar fora, até à *Constitutio Antoniniana* de 212, uma das formas de promoção cívica aberta aos provinciais de condição peregrina, circunstância que desapareceu com o famoso édito de Caracala, uma vez que todos os homens livres do Império ganharam a cidadania, agravando-se com a desmilitarização da sociedade.

Sem entrarmos na análise desta questão, não podemos deixar de sublinhar que a massificação da cidade romana, que pode ser encarada como o triunfo

²² A mensagem na Coluna de Trajano é ainda a da força civilizadora de Roma, no cumprimento do seu destino manifesto, enquanto que, na Coluna de Marco Aurélio, o bárbaro é um inimigo temível, a destruir por todos meios e onde, pela primeira, se representa o exército romano salvo por um milagre. Sobre os conflitos militares com os Godos: Kulikowski 2007.

²³ Seeck 1876. A Legio VII Gemina, inserida na ordem de batalha do Ocidente (156/8.44) está ausente na defesa da Hispânia em 409: Le Roux 1982 388-390,399-401.

de uma dinâmica de integração, teve alguns efeitos perversos, talvez mais relacionados com a evolução do modelo governativo romano, sobretudo a partir do sistema tetrárquico, pois os cidadãos não passam agora de simples súbditos, sujeitos a um poder autocrático e sancionados por uma legislação que desde logo os divide em *Honestiores* e *Humiliores*. Dispensando-os progressivamente do ónus do serviço militar, talvez como compensação por novas e, por vezes, exorbitantes obrigações, o Estado romano criou um estranho tipo de cidadania, estropiando definitivamente o espírito da cidade antiga. Na verdade, e no final do século IV o processo estava definitivamente estabelecido, Roma conta com uma massa enorme de súbditos contribuintes, com poucos ou nenhuns atributos da verdadeira cidadania, mesmo na versão reduzida do Principado. O problema é de tal maneira grave que muitos historiadores não hesitam em situar o final do Império Romano muito antes da data tradicional usualmente reconhecida²⁴.

Abordámos até agora três tipos de problemas em torno dos quais se centram as grandes questões da queda de Roma, ideológicas, económicas e militares. Todas elas se encontram largamente desenvolvidas na bibliografia dedicada ao assunto, ainda que os historiadores se deixem por vezes sugerir por uma ou outra destas questões, esquecendo que uma situação é composta por uma infinidade de circunstâncias, ainda que uma delas se possa identificar como superior às restantes. Poderíamos recorrer à velha fórmula militar das três perguntas, onde, quando e como, para sugerir respostas concretas. É evidente que podíamos responder, muito simplesmente, que o Império caiu na Itália, em 4 Setembro de 476, com a deposição de Rómulo Augústulo depois da derrota Orestes em Placência, o que, sendo verdade²⁵, nada explica nem adianta sobre as causas do fim do Império do Ocidente, nem sequer quanto a tratar-se de uma questão de dinâmica interna ou externa.

Duas obras recentes retomaram, num ambiente de crise global que se agrava dia a dia, evidenciando o falhaço dos sistemas políticos e económicos vigentes, a análise do que sucedeu em Roma para que fosse possível não só o saque de 410, repetido em 455 e em 472, mas a própria queda do Império. A primeira destas obras, de Bryan Ward-Perkins²⁶, não se limita a historiar as prováveis, ou mais prováveis, causas da queda de Roma, como se alarga

²⁴ O reinado de Constantino, por várias razões, entre as quais a transferência da capital para Constantinopla, tem sido considerado por numerosos historiadores como um limite aceitável: Pignaniol 1972 79. Outros sugerem a data da Partitio Imperii, ou recuam para o final do século II. O problema é complicado e depende, naturalmente, dos factores considerados relevantes, justificando que se organize uma reunião científica para a sua discussão.

²⁵ Croke 1983 81-119. O ex-imperador Júlio Nepos manteve-se na Ilíria até 480 e Siágrio governou o chamado Domínio de Soissons até 486.

²⁶ Ward-Perkins 2006 230-234.

na descrição das violências que a acompanharam durante décadas e décadas e, muito particularmente, em torno das consequências sobre o estilo de vida civilizado que a queda de Roma implicou num Ocidente gradualmente barbarizado. Como não podia deixar de ser, *A Queda de Roma e o Fim da Civilização*, suscitou vibrantes polémicas, que persistem. Ward-Perkins recusa terminantemente a ideia de que as invasões não tiveram a violência pretendida e de que tudo se teria passado quase como uma solução para os problemas do Império, a caminho de uma fusão tranquila, no cenário de uma Antiguidade Tardia politicamente correcta. Elaborámos não há muito tempo uma revisão desta obra, pelo que nos dispensamos de retomar a sua análise sistemática²⁷.

Todavia, porque tais aspectos nos parecem fundamentais, não queremos deixar de concordar com a visão péssimista de Ward-Perkins quanto ao abaixamento dramático do nível civilizacional na Europa e no Norte de África em resultado das invasões, o qual é uma realidade comprovada arqueologicamente, para além de tudo o que possa ser dito em contrário. Não é, seguramente, a sobrevivência de algum comércio residual mediterrâneo, a uma escala incomparavelmente menor e para círculos privilegiados muito reduzidos, que permite defender uma transição pacífica e positiva para uma nova época, esta sim, uma realidade. Na verdade, trata-se, sobretudo de sobrevivências, não de continuidades. Quando as banheiras das termas se transformam em sarcófagos reais, julgamos impossível ignorar o formidável colapso civilizacional em presença, irrecusavelmente patente em milhares de sítios arqueológicos²⁸. As conclusões de Ward-Perkins parecem apoiar a tese de que o Império foi destruído pelos bandos bárbaros, sem que os possamos acusar de alguma intenção particularmente malévola por se terem imposto à fraqueza demonstrada pelos Romanos. Mais uma vez se tratou de uma simples questão de poder relativo e de *Lebensraum*, cujos sucessos conduziram ao emergir da Europa.

Porém, como sempre, é preciso tentar perceber como a maior potência militar da Antiguidade se torna impotente para defender sequer o território italiano e a Cidade Eterna, ainda que esta em 410 fosse sobretudo um símbolo, perdida de há muito a sua capitalidade para Milão e a maior parte dos meios necessários para a sua manutenção como grande cidade para Constantinopla²⁹. As coisas não se passaram num quadro cronológico breve, uma vez que resultaram de um acumular de situações que culminaram com o desastre que anteriormente tinha sido possível evitar. Na verdade, o saque de Roma, por muito triste que tenha sido, teve pouco ou nenhum significado

²⁷ Mantas 2009 583-591.

²⁸ Ward-Perkins 2006 143-185

²⁹ Sirks 1991. As fontes são concordes quanto às dificuldades de abastecimento de Roma durante as várias crises no século V.

militar, mas o seu impacte moral foi enorme. Bem mais importantes foram as suas consequências económicas. Como Ward-Perkins sublinha, o estado da Itália após 410 e, em definitivo, a perda da maior parte das províncias africanas para os Vândalos, entre 429 e 439 reduziram de tal maneira as receitas fiscais que se tornou impossível pagar às tropas³⁰, que na maioria mais não eram que mercenários bárbaros ao serviço do imperador. Assim, os Germanos e outros podem ser considerados culpados da destruição do Império, mas apenas porque os Romanos lhes cometeram a tarefa da sua própria defesa.

Adrian Goldsworthy na sua obra *A Queda do Império Romano* considera como causa principal do desastre do século V o prolongado caos político que se iniciou no século III e as desastrosas guerras civis nas quais os diferentes pretendentes ao poder imperial se envolveram, mostrando maior energia em destruir-se entre si do que em combater eficientemente o perigo bárbaro³¹. É indiscutível que tais lutas, por vezes de extrema violência, enfraqueceram o Império quer militarmente, quer economicamente, quer ainda, e este não é o factor menos relevante, moralmente. A interpretação de Goldsworthy imputa claramente aos Romanos a irreversível criação de um estado de decadência progressiva, só circunstancialmente equilibrado por um ou outro imperador, sempre ou quase sempre depois de uma guerra civil, ou talvez mais precisamente, depois de uma guerra entre as tropas deste ou daquele usurpador, pretendente ou governante. Como é sabido de todos, ou devia ser, as divisões internas servem sempre os inimigos externos. Enfraquecido o que ainda sobrava do civismo romano e transferindo o peso da defesa do Império para contingentes bárbaros cada vez mais numerosos e poderosos, os Romanos esqueceram uma das suas máximas: *Quis custodiet ipsos custodes?*

A conclusão de Goldsworthy não é, porém, uma novidade neste debate das causas da queda de Roma. Recordamos, porque a linha de pensamento é exactamente a mesma, o que há décadas escreveu Jean Cousin, ilustre professor de Besançon³²: “O Império? Não houve dez imperadores que morressem na sua cama, um único morreu no meio do inimigo, de armas na mão, Décio; os outros foram degolados, estrangulados, envenenados, ou morreram frente ao campo de batalha. Senadores e magistrados trespassados por um punhal ou uma espada, perseguidos pelas proscricções, os exílios, as lapidações, as pauladas, bandos combatendo-se no fórum ou nas ruas, incêndios, pilhagens e quase sempre exércitos em marcha! Apesar de tudo monumentos grandiosos, uma majestade de pedra e de mármore, um apelo soberbo à sobrevivência, quase à eternidade”. Estas palavras de Jean Cousin, pesadas, pertubadoras,

³⁰ Ward-Perkins 2006 83-84,176-177.

³¹ Goldsworthy 2010 519-528.

³² Bloch / Cousin 1964 453-454.

valem como uma síntese do caos político que os Romanos não souberam evitar, apesar dos males que provocava, talvez embalados pela dimensão do Império e mais ainda pela visão de uma Roma Eterna, ilusória como a de todos os impérios.

A explicação do que se passou no século V não assenta, portanto, apenas em factos sucedidos nos anos em que o Império do Ocidente existiu. Cremos que os factores de dinâmica interna foram decisivos quanto à catástrofe que se anunciava, estimulados ou produzidos por uma série de acontecimentos cujo início deve ser procurado muito antes e que radica nas profundas alterações sofridas pela sociedade imperial, que já não era romana, nem sequer italiana, mas antes um produto da mundialização do Estado, com tudo o que de bom e de mau daí resultou. Não cabe ao historiador traçar juízos sobre o curso da História, pois se assim fosse, como tantos desejam, deveríamos ser incapazes, nascidos no século XX, de lançar uma só linha crítica do passado romano. O que aconteceu, sucedeu naturalmente, porque as civilizações, como os homens, transformam-se, com ou sem decadência, e, um dia, inevitavelmente descobrem essa diferença. A evolução é o preço da sobrevivência, desde que implique adaptação inteligente. Roma transformou-se, sem dúvida, mas a sua adaptação a novas realidades, apesar de uma extraordinária capacidade de integração, falhou. Mas, ao falhar, ofereceu-nos a última das suas grandes realizações: o nascimento da Europa.

Reunidas as condições, tudo sucedeu rapidamente, como um naufrágio. O governo de Teodósio pode, apesar de alguma recuperação militar depois da invasão goda nos Balcãs, considerar-se o ponto de partida para a crónica da queda de Roma. O peso crescente da parte oriental do Império, a intervenção do Cristianismo, religião de Estado depois de 380, na vida política, o estabelecimento dos Godos no interior do Império e a utilização massiva de forças bárbaras nas lutas internas, a preponderância na administração de personalidades de origem bárbara, ao mais alto nível, e finalmente, a divisão definitiva do Império em Oriental e Ocidental, representam não tanto um início, mas sim o concluir de um arrastado processo evolutivo. É certo que a *Partitio Imperii* não constituiu uma novidade, pois já acontecera, e não apenas em casos de usurpação ou secessão, mas sim de forma perfeitamente legal, como com os Triunviratos e durante a Tetrarquia. Mas agora, com Arcádio e Honório, a partir de 395, embora subsista alguma ficção de unidade, trata-se, na verdade, de dois estados diferentes, com a agravante que ambos correspondem a zonas culturalmente muito distintas, desde logo habitadas por populações cuja língua comum é o Grego, no Oriente, e o Latim no Ocidente, realidade que muitos historiadores sublinharam já há muito tempo.

A presença de estrangeiros detentores de altas magistraturas também não tem nada de novo, pois não faltam exemplos anteriores. Basta recordar

Filipe, o Árabe, imperador a quem coube a honra de festejar o milenário da fundação de Roma, em 248, e que era oriundo do *Limes Arabicus*. É claro que Filipe era cidadão romano, tanto mais que o édito de Caracala de há muitos normalizara a situação jurídica dos homens livres, mas não deixa de ser significativo o facto de Filipe, como já acontecera com os Severos, ter ascendido à púrpura, pois agora não se trata de descendentes de colonos itálicos, como Trajano, mas de figuras oriundas de um mundo provincial distinto e sem quaisquer ligações naturais com a Latinidade. A grande diferença consiste no facto de que, no século V, as principais figuras do Estado, sempre mais poderosas do que os próprios os imperadores, eram de origem bárbara, ainda que, nalguns casos, muito romanizados, como o vândalo Estilício, tutor de Honório.

Como podemos caracterizar rapidamente o Império no século V? Embora tal desiderato não possa atingir-se num trabalho com estas características, cremos que enfatizar alguns dos aspectos mais relevantes do estado do Império pode ajudar a compreender os acontecimentos em causa. O Oriente era mais populoso e, pelo menos aparentemente, mais rico³³, em parte devido à existência de uma antiquíssima tradição urbana (Fig.4), que continuava vigorosa no século V, e do grande comércio, produtor de riqueza, independentemente da sua distribuição. Possuía igualmente uma importante fonte de recrutamento de combatentes no interior do seu território, uma vez que aos belicosos habitantes da Isáuria, na Ásia Menor, não repugnava o serviço militar. Não quer isto dizer, como por vezes se considera, que militarmente o Império do Oriente fosse mais forte³⁴. Tinha, isso sim, mais dinheiro para manter o exército e soldados animados de um espírito diferente. A Síria, por exemplo, era então uma região rica, com importantes domínios agrícolas, produtores de cereais, cujas ruínas imponentes marcam paisagens hoje desertas ou quase deserta³⁵.

Das três maiores cidades do mundo romano, depois da Urbe, cuja população começava a decrescer, duas situam-se no Oriente: Antióquia (Antakya), na Síria, com uma população calculada em 350000 habitantes e uma activa vida comercial, defendida por uma muralha com 15 quilómetros de perímetro, apenas menos três que o da muralha de Aureliano em Roma; a outra cidade, embora perdendo para Antióquia algumas das suas valências económicas, era Alexandria, no Egipto, enorme centro cosmopolita, com tudo o que esta classificação comporta, trepidante e turbulenta metrópole com uma população não inferior a 350000 habitantes. Há ainda outro aspecto a

³³ Goffart 1989 18-19; Ball 2000. O Egipto, todavia, acusava desde inícios do século IV enormes índices inflacionários.

³⁴ Ward-Perkins 2006 85-89.

³⁵ Sourin 1964 56-80.

considerar, importante, que é o facto de a maior parte da população, urbana e rural, se encontrar cristianizada, o que não deixou de contribuir para momentos de grande tensão entre os seguidores de diferentes credos e para provocar rapidamente retaliações contra pagãos e judeus. Os elementos característicos de um helenismo tardio, eivado de práticas orientalizantes, impuseram-se definitivamente no Império do Oriente, suplantando as ficções de romanidade continuada, como a nomeação conjunta dos côsules³⁶.

A situação no Ocidente era bastante menos risonha, mesmo tendo em conta apenas com os aspectos atrás considerados. O território europeu sofrera muito ao longo do século IV, quer com a violência interna, entre rivais ao trono e em resultado de revoltas de diversos tipos, assim como com incursões bárbaras, que não se limitaram às regiões fronteiriças. O que Avieno escreveu sobre *Gades* (Cádiz), que fora uma das grandes cidades do Ocidente até ao século III é demonstrativo dos resultados desastrosos da violência incontrollada:

Grande e opulenta em épocas antigas, é agora pobre e abandonada, um campo de ruínas. Nestes lugares, com excepção das solenidades em honra de Hércules, não vimos nada de notável. Mas foi tal o seu poder e tanta a sua glória nos tempos primitivos, segundo a crença geral, que um rei soberbo e o mais poderoso de todos os que governavam na ocasião a Mauritània, muito querido ao príncipe Octaviano e continuamente entregue ao estudo das letras, Juba, separado embora por um mar interposto, se considerava muito honrado com o duunvirato desta cidade³⁷.

É certo que o urbanismo teve alguns ganhos, apesar das primeiras incursões germânicas, ao longo do Danúbio e do Reno e na sua rectaguarda, desenvolvimento patente em cidades como *Augusta Treverorum* (Trier), mas o panorama geral é de paragem da urbanização, transformação das cidades e recessão económica. A população ocidental parece ter sofrido mais com as epidemias, agravando problemas que já vinham fazendo-se sentir anteriormente. Algumas regiões, como a Itália até ao início do século V, e muito particularmente a África, onde Cartago, com uma população que poderia atingir na época de Santo Agostinho uns 300000 habitantes³⁸. Aos problemas de ordem económica juntava-se a questão religiosa, pois se parte das cidades, nomeadamente no litoral, conheciam uma cristianização muito avançada, os campos mantinham-se fortemente pagãos. Cremos que o abandono das cidades por parte das elites tradicionais, mais que resultado da perda de atractivos das mesmas se pode relacionar com a vontade desses

³⁶ Roth 1952 9-11.

³⁷ Avieno, *Or.Mar.*, 270-283.

³⁸ Picard 1965 9-14.

grupos sociais, em grande parte ainda ligados ao paganismo, evitarem um ambiente urbano cristianizado e controlado pelo poder imperial através dos *curatores*, dos *agentes in rebus* e de um episcopado cada vez menos tolerante. Uma análise sistemática da temática presente nos mosaicos das *villae* tardias não deixa de sustentar esta hipótese.

De uma maneira geral, o fulcro das actividades políticas e económicas no Ocidente começa nitidamente a deslocar-se para norte, com cidades como Milão e Trier a ocuparem um lugar especial (Fig.5), sugerindo realidades futuras³⁹. Apesar da persistência de algumas redes comerciais activas, começa a desenhar-se uma tendência para a autarcia, aumentando os níveis de pobreza material, como as grandes *villae*, que controlam latifúndios de crescentes dimensões, como na Grécia, permitem verificar por contraste. Assiste-se também, sinal dos tempos, a uma reocupação progressiva de sítios da Idade do Ferro, com melhores condições defensivas, e à decadência acelerada de cidades não muradas. O problema dos abastecimentos também se colocou, com a agravante para a Itália de que os cereais do Egipto foram desviados para alimentar as necessidades crescentes de Constantinopla, cidade que contava com outros fornecimentos, da Ásia Menor e da Síria. Embora tenha havido aparentemente uma certa recuperação da produção cerealífera italiana, a verdade é que a Península há muito que era deficitária nesse aspecto, vivendo Roma do trigo recebido do ultramar⁴⁰. Não foi por acaso que os Godos, em 409, se instalaram no porto de Óstia, essencial ao abastecimento da Urbe.

Outros problemas são mais difíceis de analisar, porque fogem ao círculo do quotidiano necessário, como é o caso da nova posição do imperador nesta fase final do Dominato. Bastaria este conceito, aliás, para mostrar como mudara a estrutura política e mental romana depois da Tetrarquia e ao longo do século IV. O imperador cristão nada conserva da ficção augustana que o considerava um magistrado (*Princeps*), nem repete a realeza das monarquias helenísticas, antes surge como o representante terreno da divindade. Esta concepção colocava o imperador na dependência moral da Igreja, contribuindo para alienar as velhas elites tradicionais e para lançar o imperador no seio dos intermináveis conflito teológicos que opõem os cristãos dos séculos IV e V. As intervenções de Santo Ambrósio junto do imperador Teodósio exemplificam muito bem esta nova situação⁴¹, característica daquilo a que a historiografia alemã do século XIX denominava de cesaropapismo. A iconografia da época reforça a mensagem ideológica, reforçando o valor da imaginária cristã em grandes monumentos

³⁹ Randsborg 1991 11-16,123-126.

⁴⁰ Chastagnol 1969 65; Tengstrom 1974.

⁴¹ Petit 1974 125-131; Goldsworthy 2010 350-356.

comemorativos, onde, como na Coluna de Arcádio⁴², em Constantinopla (Fig.6), as vitórias, que se assemelham já a anjos, sustentam agora a cruz cristã no lugar dos antigos símbolos romanos, ou quando Cristo é figurado como um imperador trajado militarmente (Fig.7), contribuindo para uma identificação facilmente absorvida pela maioria dos observadores.

É altura de nos interrogarmos sobre o Cristianismo como factor de unidade do Império nos séculos IV e V, e pouco mais podemos fazer. Para numerosos investigadores parece evidente que a cristianização do Império contribuiu para reforçar a sua unidade, todavia, pelo menos para o período que nos interessa, essa afirmação não passa sem alguma dificuldade. Antes de mais devemos recordar a existência de grandes massas pagãs, que só com grande relutância aceitariam a nova situação, sobretudo quando os cultos pagãos começaram a ser alvo de proibições e, logo, de perseguições. Que unidade resultava da oração monoteísta⁴³, nitidamente cristã, imposta por Constantino ao exército em 321, mesmo admitindo que o número de cristãos em armas era elevado, o que resta ainda provar? Não esqueçamos também o fanatismo crescente que levou a extremos de violência entre heréticos e ortodoxos e entre seitas, assim como a uma permanente atitude de suspeita face aos seguidores do paganismo. E, para além destas questões, que não eram menores, levanta-se o complicado problema da cristianização dos Bárbaros, na maioria convertidos ao Arianismo, o que os colocou imediatamente em choque com o poder imperial. Assim, o Cristianismo poderia ter sido um vigoroso elemento de união se ela existisse entre os diferentes grupos sociais e étnicos que constituíam o Império, o que cremos não ter sucedido, em parte devido às tendências cada vez menos pluralistas de uma religião monoteísta guindada a religião de Estado.

Como sempre, o problema financeiro no centro do cenário. Embora o Estado romano tenha abandonado com a Tetrarquia aquilo a que se tem chamado, um pouco anacronicamente, economia liberal, a verdade é que a violência tributária posterior não resolveu, uma situação estrutural grave. Esta falta crónica de liquidez no Império do Ocidente deve-se a vários factores, nomeadamente o esgotamento de minas rentáveis com a tecnologia da época, a diminuição das receitas devido à insegurança e à quebra de produtividade, assim como as isenções, que os imperadores vão tentar combater através de legislação cuja repetição sugere fraco cumprimento⁴⁴. Porém, estas não são causas únicas do empobrecimento do Estado. Para ele concorrem igualmente

⁴² Liebeschuetz 1991 100-103, 111-125, 273-278.

⁴³ Eusébio de Cesareia, DVC, 4,20.

⁴⁴ O Código de Teodósio, compilação da legislação imperial a partir de Constantino, publicado em 438, inclui numerosas constituições e rescritos imperiais referentes ao problema das isenções de impostos e munera a eclesiásticos e aristocratas, procurando refreá-las: Pharr 2008 [1952].

uma enorme máquina burocrática que é preciso pagar bem, para garantir lealdades e conseguir extorquir aos contribuintes a maior receita possível, inclusive o famigerado *crisargiro*⁴⁵, para além da enorme corrupção que a percorria de alto a baixo. O desenvolvimento do monaquismo e as consequente doações e legados a mosteiros contribuíam também para enfraquecer as receitas do Estado, ele próprio frequente financiador desse mundo à margem das realidades da época. Naturalmente a situação agravou-se depois de 429, perdidas as receitas das províncias africanas assediadas pelos Vândalos, tanto mais que a invasão goda causara irremediáveis prejuízos à economia italiana, onde começa a desenhar-se a situação característica do *mezzogiorno* contemporâneo e se instala, em torno de Roma, o espectro da malária que só o regime fascista conseguirá debelar quinze séculos depois.

Com o problema financeiro podemos relacionar directamente a questão militar. O exército e algumas raras forças navais que os Romanos ainda possuíam custavam bastante ao erário, tanto mais que integravam uma maioria de tropas mercenárias, *Foederati*, presentes não apenas entre os contingentes de *Limitanei* mas também entre os *Comitatenses*, o exército de campanha da época. Havia ainda os contingentes privados, pagos por grandes proprietários aristocráticos, milícias de fraco valor militar, como as que procuraram travar a invasão da Hispânia em 409, desaparecida a guarnição regular⁴⁶. A *Notitia Dignitatum*, documento que datará, para o Ocidente, do período entre 400 e 420, mas seguramente com dados da época de Teodósio, indica 181 unidades *Comitatenses*⁴⁷, número que, além de não corresponder à realidade então existente, inclui unidades cujos efectivos eram muito inferiores aos das unidades equivalentes antes das reformas do século IV, que limitaram a legião a cerca de 1000 homens, e até menos, contra os 5000 anteriores.

A impressão de força que pode resultar desta listagem não deixa de induzir em erro, pois muitas destas unidades, como dissemos, ou já não existiam ou estavam inoperacionais quando os Godos se preparam para atacar Roma, situação que recorda a do planeamento operacional da OKW em Berlim, no final da II Guerra Mundial, manobrando no mapa unidades fantasmas. Outra questão que se levanta em torno do exército é a da disciplina, pois muitas destas forças, comandadas por chefes bárbaros, ainda que com títulos romanos, eram pouco dóceis à velha ordem romana e muito susceptíveis a intrigas e rivalidades, além de serem mal vistas por parte da população e pela forte corrente anti-bárbara existentes nas classes superiores. Esta situação,

⁴⁵ Petit 1974 75,171. O *crisargiro*, introduzido por Constantino, era um imposto particularmente duro pelas particularidades da liquidação: Zósimo, 2,38.

⁴⁶ Le Roux 1982 395-398; Goldsworthy 2010 382.

⁴⁷ Goldsworthy 2010 371.

evidentemente desconfortável, é tanto mais curiosa quanto é verdade que os Romanos, com excepção de alguns provinciais, não parece terem feito esforços significativos para assumirem, eles próprios, a defesa do Império invadido.

Este aspecto pode relacionar-se, embora haja evidentemente outros factores em jogo, com a personalidade dos governantes no início do século V. Recordemos Camões quando escreveu, a propósito de D. Fernando, que *um fraco rei faz fraca a forte gente*⁴⁸. Este princípio é geralmente verdadeiro, mas no caso romano o mal já vinha de longe e só personalidades excepcionais, que a história romana conheceu várias vezes em momentos de extrema dificuldade, poderiam, talvez, inverter uma dinâmica que se aproximava da conclusão inevitável. Depois da morte de Teodósio o governo nominal do Oriente coube a Arcádio, tutelado primeiro pelo franco Rufino e, após o assassinato deste, por Eutrópio. O seu reinado decorreu entre permanentes intrigas cortesãs, envolvendo altos personagens romanos e godos, mulheres e religiosos. Arcádio foi um fraco governante, se é que o podemos considerar como tal, dominado depois da morte de Eutrópio, pela imperatriz e pelo Prefeito do Pretório, Antémio. Em 399 ordenou a demolição dos templos pagãos e permitiu o estabelecimento dos Godos na Ilíria, de onde estes passaram à Itália em 402, chefiados por Alarico, instigados, segundo alguns historiadores, por Constantinopla. Arcádio faleceu em 408, sucedendo-lhe Teodósio II, um príncipe com sete anos, tutelado por Antémio.

Estaria a parte ocidental melhor governada que a parte oriental? Sim e não. Sim, porque o tutor do jovem e indolente Honório, o *magister militum* Estilício, um vândalo muito romanizado, casado com Serena, sobrinha de Teodósio (Fig.8), e cujas filhas, Maria e Thermantia, casaram sucessivamente com o imperador⁴⁹. Estilício, governante *de facto* do Império do Ocidente, era um militar capaz e um político hábil, embora ambicioso, mas as dificuldades do tempo ultrapassaram as suas capacidades. Não, porque as intrigas e as conspirações acabaram por absorver demasiadamente as energias de Estilício, defrontado com uma sucessão de acontecimentos militares catastróficos que vão desenrolar-se a partir de 402, sem que consiga enfrentá-los. Honório, que subiu ao trono com onze anos não detinha, na verdade, nenhum poder, realidade que um quadro de Jean-Paul Laurens ilustra dramaticamente (Fig.9), transmitindo a mesma triste condição que a estátua de D.Sebastião, em Lagos, pretende representar, neste último caso talvez com menos razão. Honório não foi um governante medíocre, foi uma personalidade confrangedora.

O que se passou após 402 constitui um relatório de desastres que nos obriga a questionar qual a razão que levou o Império, que até então tinha

⁴⁸ Camões, Lusíadas, 3,138.

⁴⁹ Magnani 2002; Hughes 2010.

suportado menos mal as perturbações provocadas pela permanente pressão dos povos bárbaros, a uma situação de aparente impotência militar⁵⁰. Que os efectivos não eram suficientes parece indiscutível, como não eram, na maioria, fiáveis. Mas a situação agravou-se com o problema godo, no centro da crise, tanto como com a crescente instabilidade no *Limes* renano e danubiano, para além do qual os Hunos começam a intervir em força sobre os outros povos aí estabelecidos, deslocando-os. A presença de Alarico na Itália, onde Honório se refugia na inexpugnável Ravena, depois de abandonar Milão, constitui o fulcro da crise, a partir do qual as ondas de choque de um império em perigo se repercutem pelas províncias. Assim, em 406, talvez em 31 de Dezembro, os Vândalos e outros bárbaros, que se lhes juntaram, nomeadamente Alanos e Suevos, atravessaram o Reno, que estaria gelado, invadindo a Germânia e a Gália acabando por atingir a Hispânia em 409, com fraca resistência organizada. Esta invasão levou à transferência de Trier para Arles da capital da Prefeitura das Gálias, talvez ainda antes da invasão, e levou à aclamação de um usurpador na Britânia⁵¹, Constantino III, reconhecido como co-imperador por Honório e colega no consulado em 409.

Enquanto se desenrolavam lutas um pouco por todo o Ocidente, envolvendo quase sempre contingentes bárbaros, as dificuldades sentidas por Estilício acabaram por levar ao seu assassinato em 408, abrindo caminho para a queda de Roma, em parte provocada pela incapacidade diplomática demonstrada pela corte de Ravena em tratar com os Godos, também presentes na Gália. Como dissemos, Alarico ocupou Óstia em 409, procurando pressionar Honório através da renovação da ameaça directa à cidade de Roma, enquanto se lhe juntam milhares de escravos godos fugidos da cidade⁵². Esta situação, todavia, parece não ter preocupado o imperador, acerca do qual não faltam anedotas pejorativas a propósito das suas reacções quando lhe anunciaram a queda da Urbe. E eis-nos chegados a 410, o ano de todos os prodígios. Sem resultados visíveis do lado de Ravena, Alarico resolve investir Roma para obrigar Honório a negociar. O que se passou na noite de 24 de Agosto e nos três dias seguintes marcaria, melhor do que o sucedido em 476, o término da Antiguidade Clássica, ainda que a importância militar do facto fosse quase nula.

Vejamos rapidamente alguns dos aspectos envolvidos na tomada de Roma pelos Godos. Roma era uma cidade poderosamente fortificada, tanto mais que a muralha de Aureliano tinha sofrido alguns trabalhos de reforço em diversos

⁵⁰ Ferril 1986. O autor sublinha a barbarização do exército como causa principal da queda do Império.

⁵¹ Para uma visão rápida destes acontecimentos: Piganiol 1972 37-40; Riché / Le Maitre 1983 44-50.

⁵² Zósimo, 5,42.

lanços e nas portas (Fig.10). Mas era uma obra extensa, que exigia uma guarnição numerosa, ou, pelo menos, uma população activamente decidida a defender-se ou a auxiliar os militares, se os houvesse, o que não podemos dizer ter acontecido. A tomada de Roma é mais um daqueles muitos exemplos em que os atacantes bárbaros se apoderaram rapidamente de cidades fortificadas pela astúcia ou pela traição de alguém no interior. E foi o que sucedeu, de acordo com as fontes, pois a Porta Salaria (Fig.11), a noroeste da cidade, teria sido aberta por uma cristã, Faltónia Proba, com o pretexto de poupar maiores males à população⁵³. Aceitemos que assim tenha sido, tanto mais que as violências que acompanharam o saque bárbaro foram relativamente limitadas, como insinuou Santo Agostinho⁵⁴.

Seja como for, o saque vândalo de 455 e o saque das tropas de Carlos V, em 1527, foram muito mais violentos para o património monumental e para a população, embora os três dias de saque godo não tenham deixado de causar graves prejuízos e numerosas vítimas. Em resumo, ficamos com a impressão que a cidade não se defendeu tanto por incapacidade como por desinteresse, tudo ocorrendo no ambiente de desordem e de intriga que caracterizou a presença dos Godos na Itália, onde, por duas vezes, elegeram como imperador Prisco Átalo, o Prefeito de Roma, primeiro em 409-410, antes do saque, e depois entre 414 e 415. Em Roma, Alarico capturou a meia-irmã de Honório, Gala Placídia, que acabará por casar em 414 com Ataúlfo, seu sucessor. Como é evidente, apesar de todas as diferenças entre Bárbaros e Romanos, tratadas ambigualmente por muitos panegiristas da época⁵⁵, é impossível separar uns e outros dos factos políticos e militares essenciais, e assim continuará até 476.

Com este acontecimento inadmissível, contra todas as evidências, para os Romanos, abre-se a fase final da história do Império do Ocidente, idade da dúvida que antecede a idade das trevas de que muitos falarão depois. Para os habitantes do Império, mesmo para aqueles em províncias afligidas pelos bandos bárbaros que só a boa vontade dos historiadores pode identificar como tropas romanas, ou talvez ainda mais para estes, a queda de Roma ribombou como o anúncio de um fim inevitável. E em consequência assiste-se ao agravamento de uma situação que já existia, bem caracterizada por Ortega y Gasset na sua obra *A Revolta das Massas*⁵⁶, a fuga das elites e a aclamação popular dos arrivistas medíocres. Um excelente exemplo deste fenómeno é-nos facultado por uma inscrição rupestre existente nos Alpes provençais (*CIL XII 1524*) perto de

⁵³ Zózimo, 5,39; Piganiol 1972 83-104; Goldsworthy 2010 377-381.

⁵⁴ Santo Agostinho, *Civ. Dei*, 1,7.

⁵⁵ Courcelle 1964.

⁵⁶ Ortega y Gasset 1998.

Sisteron (Fig.12), na qual se refere uma *Theopolis*, aparentemente um local de refúgio, possivelmente estabelecido numa *villa*, semelhante a um cenóbio, cuja localização, talvez na comuna de Saint-Geniez, permanece desconhecida. Esta *Theopolis* foi fundada por um personagem de elevada categoria *Claudius Postumus Dardanus*, por duas vezes Prefeito do Pretório na Gália, a última das quais em 412-413. Dardano, mal visto por Sidónio Apolinário, manteve correspondência com S. Jerónimo, em 414, e com Santo Agostinho, em 417. É muito provável que o nome escolhido para este refúgio cristão tenha sido inspirado pela *Cidade de Deus* do bispo de *Hipona* (Annaba)⁵⁷.

Outro exemplo desta fuga dos melhores, ou dos intelectuais, é a retirada de *Rutilius Namatianus*, Prefeito de Roma em 414, o qual nos deixou uma melancólica reflexão sobre a decadência das cidades e dos impérios na sua descrição da viagem marítima para a Gália, iniciada em Óstia, *De Reditu Suo*⁵⁸, obra que não deixa dúvidas quanto ao sentimento de cansaço e de dúvida que se instalara entre a aristocracia romana. Avistando ao longo da costa ruínas e cidades abandonadas, Namaciano não ilude pensamentos sobre o destino mortal das cidades, directamente inspirados pelos acontecimentos vividos pouco tempo antes em Roma. Mas não será a dúvida, como sublinhou T. E. Lawrence, a moderna coroa de espinhos do pensamento ocidental⁵⁹, e apesar disso, ousamos dizê-lo, uma das suas características culturais mais vincadas, incómoda, seguramente, mas caminho seguro para os que não aceitam a comodidade das certezas mais ou menos míticas dos sistemas políticos? Assim os Romanos o tivessem compreendido a tempo.

A situação de descalabro político, económico e moral que se segue ao episódio de 410, com o Império do Ocidente em dissolução por todo o lado, com excepção de algumas resistências regionais que conseguem manter um simulacro de ordem, conhecerá, como dissemos, um agravamento com a perda da Hispânia a que se seguiu a da África. Com a perda deste território, onde Cartago cai em 439, terminou a última fonte significativa de rendimentos e cessaram definitivamente os envios de trigo e de azeite, essenciais. Se acrescentarmos a esta situação insustentável a perda do domínio do mar, confirmada pelo saque de Roma em 455 e, definitivamente, pela derrota de uma esquadra romana frente a Cartago, ainda em 467, fica traçado o quadro final da história do Império do Ocidente, onde, num período de meio século, se sucedem dez imperadores. Vive-se uma ficção de continuidade e de integridade, como recusa de uma realidade inelutável, que recorda situações recentes, como a da Alemanha nos anos que antecederam a *Ostpolitik* de Willy

⁵⁷ Eydoux 1965 273-286; Martindale 1992 346-347.

⁵⁸ Doblhofer 1971-1972; Chevallier 1988 100-105.

⁵⁹ Lawrence 1989 38.

Brandt, quando as publicações oficiais continuavam a indicar as fronteiras de 1937 (Fig.13).

A ideia do Império como entidade política mantém-se intacta, para além das perdas que ia sofrendo, reconhecidas como concessões não definitivas. Uma moeda de Átalo, o versátil imperador-fantoches dos Godos, cunhada entre 414 e 415, continua a ostentar a agora patética legenda *Invicta Roma Aeterna* (Fig.14). É possível que, para muitos dos habitantes do Império ou do que o fora, esta legenda correspondesse a uma realidade que ultrapassava as dificuldades do tempo, inspirada pela mitologia do eterno retorno. Mas todos sabemos que a ideologia e a propaganda, neste caso patente nas legendas monetárias, quase sempre se afasta das realidades, sobretudo daquelas que são ou parecem inaceitáveis. Recordamos que o governo português continuou, até 1974, a eleger deputados à Assembleia Nacional representando os territórios do Estado Português da Índia, ocupado em 1961 pela União Indiana, embora ninguém acreditasse realmente que Goa, Damão e Diu voltassem de novo à soberania nacional.

A civilização vai afundar-se no Ocidente num tumulto de violência e anarquia, a que F. W. Walbank chamou cruamente a pavorosa revolução⁶⁰, como tantas vezes acontece quando morrem os impérios, que não são bons ou maus em si mesmos ou porque os seus inimigos assim os consideram, apenas momentos da História que contribuíram para o futuro de forma negativa ou positiva. Em relação a Roma não temos dúvidas quanto ao seu formidável contributo universal, como também não duvidamos de um complexo processo de transformação que implicou, em múltiplos aspectos, decadência. Se quisermos indicar um epílogo para esta longa caminhada romana de doze séculos, transformação após transformação, podemos situar o seu clímax entre a morte de Estilício, em 408, morte que veio precipitar a queda da estrutura política no Ocidente, e o assassinato de Hipátia, em Alexandria, em 416, que marca, e não apenas de forma simbólica, o ataque definitivo contra o pensamento antigo. Salviano, bispo de Marselha no limiar da queda do Império do Ocidente, teve a percepção do que acontecera desde a queda de Roma, quando escreveu: *O Estado romano está morto ou pelo menos moribundo naquelas áreas em que ainda parece vivo*⁶¹. Podemos, agora, começar a falar da Europa. Mas isso, como diria Kipling, é outra história.

⁶⁰ Walbank 1969. Para uma análise da situação de decadência do mundo romano por meados do século V, atribuída a razões de ordem moral: Blázquez Martínez 1990.

⁶¹ Salviano, De Gub. Dei, 4,6.

BIBLIOGRAFIA

1. Edições e traduções

- Santo Agostinho (1972), *The City of God against the Pagans*. Translation by H. Bettenson. Londres.
- Luís de Camões (1972), *Os Lusíadas*. Lisboa.
- E. Doblhofer, ed. (1971-1972), *Rutilius Claudius Namatianus: De reditu suo sive iter Gallicum*, 1-2. Heidelberga.
- J. R. Ferreira (1996), *Avieno: Orla Marítima*. Trad. e notas. Coimbra.
- Ch. Mierow (²2006), *The Gothic History of Jordanes*. English version with an introduction and a commentary. Merchantville (NJ).
- J. P. Migne (1864), “Hermias Sozomenos”, *Patrologia Graeca*, 67. Paris.
- C. de Montesquieu (1965), *Causas da grandeza e decadência dos Romanos*. Trad. Ruy Belo. Lisboa.
- F. Paschoud (1971-1989), *Zosime: Histoire Nouvelle*, 1-3. Texte établi et traduit. Paris.
- F. Pauly, ed. (1883), “Salviani Presbyteri Massiliensis Opera Omnia”, *Corpus Scriptorum Ecclesiasticorum Latinorum*, 8. Viena.
- C. Pharr *et alii* (¹⁰2008). *The Theodosian Code and Novels and the Sirmondian Constitution*. Translation, commentary and bibliography. Union (NJ).
- Ph. Schaff / H. Wace, eds. (1890), “Eusebius Pamphilius: Church History, Life of Constantine, Oration in Praise of Constantine”, *Nicene and Post-Nicene Fathers*, Second Series, 1. Buffalo (NY).
- O. Seeck, ed. (1876), *Notitia Dignitatum omnium tam civilium quam militarium*. Berlim.

2. Estudos

- F. Altheim (s/d), *A Ásia a caminho da Europa*. Lisboa.
- W. Ball (2000), *Rome in the East. The transformation of an Empire*. Londres.
- R. Bloch / J. Cousin (1964), *Roma e o seu destino*. Lisboa.
- A. Chastagnol (1969), *Le Bas-Empire*. Paris.
- R. Chevallier (1988), *Voyages et déplacements dans l'Empire romain*. Paris.
- P. Courcelle (³1965), *Histoire littéraire des grandes invasions germaniques*. Paris.

- B. Croke (1983), "AD 476 - The manufacture of a turning point", *Chiron* 73 81-119.
- A. Demandt (1984), *Der Fall Roms: Die Auflösung der römischen Reiches im Urteil der Nachwelt*. Munique.
- H. P. Eydoux (1965), *Promenades dans la France antique*. Paris.
- A. Ferril (1986), *The Fall of the Roman Empire: The Military Explanation*. Londres.
- J. Ortega y Gasset (1998), *La rebelión de las masas*. Madrid.
- E. Gibbon (1994), *The History of the Decline and Fall of the Roman Empire*, 1-3. Londres.
- W. Goffart (1989), *Rome's Fall and After*. Londres.
- A. Goldsworthy (2010), *A queda do Império Romano*. Lisboa.
- I. Hughes (2010), *Stilicho: The Vandal who Saved Rome*. Barnsley.
- M. Kulikowski (2007), *Rome's Gothic Wars from the Third Century to Alaric*. Cambridge.
- T. E. Lawrence (1989), *Os Sete Pilares da Sabedoria*. Lisboa.
- J. H. Liebeschuetz (1991), *Barbarians and Bishops*. Oxford.
- F. Lot (²1968), *La fin du monde antique et le début du Moyen Âge*. Paris.
- A. Magnani (2002), *Serena: l'ultima romana*. Milão.
- V. Mantas (2006), "Arqueologia e ideologia. O caso germânico", *Revista Portuguesa de História* 38 181-217.
- (2009), "Recensão", *Biblos* 7 583-591.
- N. Maquiavel (1984), *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio*. Milão.
- H. I. Marrou (²1959), *Saint Augustin et la fin de la culture antique*. Paris.
- (²1977), *Décadence romaine ou antiquité tardive? III-V^e siècles*. Paris.
- R. Martindale *et alii* (1992), *The Prosopography of the Late Roman Empire*, 2. Cambridge.
- J. M. Blázquez Martínez (1990), *La sociedad del Bajo Imperio en la obra de Salviano de Marsella*. Madrid.
- C. Murphy (2008), *Are we Rome? The Fall of an Empire and the Fate of America*. Boston.
- M. H. da Rocha Pereira (⁴2009), *Estudos de História da Cultura Clássica*, 2,

Cultura Romana. Lisboa.

- M. H. da Rocha Pereira (2008), “Raízes clássicas da União Europeia”, *Boletim da Faculdade de Direito* 4 11-24.
- P. Petit (1974), *Histoire générale de l'Empire romain*, 3, *Le Bas Empire*. Paris.
- G. C. Picard (1965), *La Carthage de Saint Augustin*. Paris.
- A. Piganiol (²1972), *L'Empire Chrétien*. Paris.
- (²1982), *La chute de l'Empire romain*. Verviers.
- P. Riché / Ph. Le Maitre (⁶1983), *Les invasions barbares*. Paris.
- K. Randsborg (1991), *The First Millenium, m A.D. in Europe and the Mediterranean: An Archaeological Essay*. Cambridge.
- P. Le Roux (1982), *L'armée romaine et l'organisation des provinces ibériques d'Auguste à l'invasion de 409*. Paris.
- K. Roth (³1952), *Historia del Imperio Bizantino*. Barcelona.
- O. Seek (1876), *Notitia Dignitatum: accedunt notitia urbis Constantinopolitanae et laterculi provinciarum*. Berlim.
- O. Seeck (2000), *Geschichte des Untergangs der antiken Welt*, 1-6. Darmstadt.
- J. C. Sournia / M. Sournia (1964), *L'Orient des premiers chrétiens*. Paris.
- B. Sirks (1991), *Food for Rome. The Legal Structure of the Transportation and Processing of Supplies for the Imperial Distributions in Rome and Constantinople*. Amesterdão.
- O. Spengler (1918-1922), *Der Untergang des Abendlandes: Umrise einer Morphologie der Weltgeschichte*, 1-2. Viena-MunIQUE.
- E. Tengstrom (1974), *Bread for the People. Studies in Corn-supply of Rome during the Late Empire*. Estocolmo.
- F. W. Walbank (1969), *The Awfal Revolution. The Decline of the Roman Empire in the West*. Liverpool.
- G. Walter (²1982), “Introduction. Le calendrier du siècle”, in André Piganiol, *La chute de l'Empire romain*. Verviers,.
- B. Ward-Perkins (2006), *A queda de Roma e o fim da civilização*. Lisboa.

Figuras



Fig.1 - O centro de Roma em 1934. Notar o Forum, a Basílica de Santa Maria in Aracoeli e o Vittoriale, simbolizando três épocas da história romana.



Fig.2 - Edward Gibbon retratado por H. Walton (*National Portrait Gallery*, Londres).



Fig.3 - Mapa do Império Romano do Ocidente em 476.



Fig.4 - A *Arcadiané* de Éfeso, imponente avenida para ligar o porto ao centro da cidade, restaurada por Arcádio.

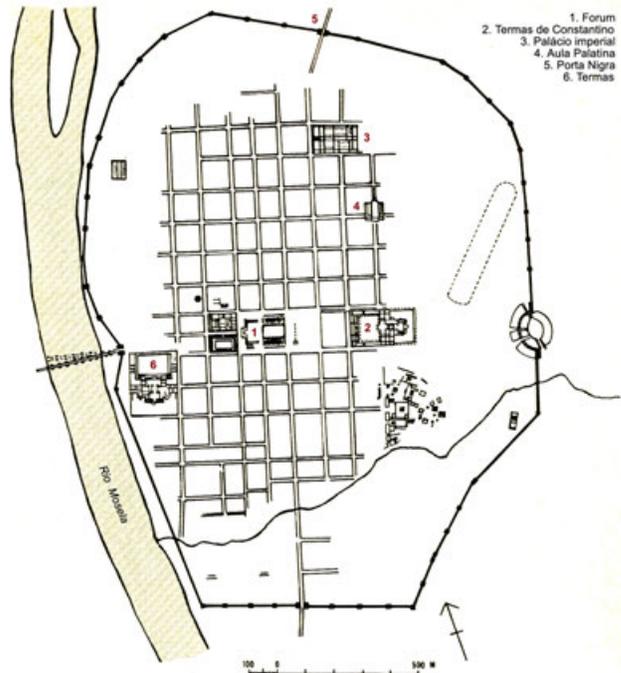


Fig.5 - A cidade de *Augusta Treverorum* (Trier) nos finais do século IV.

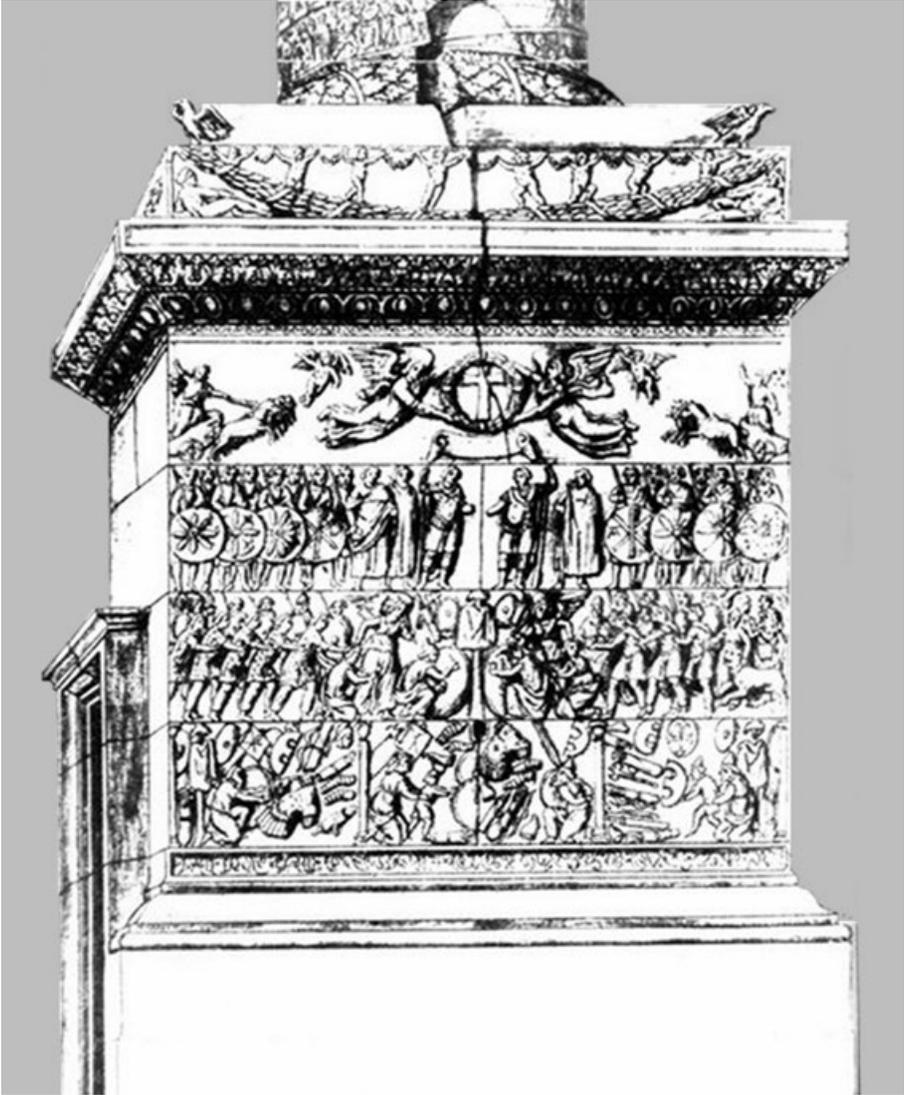


Fig.6 - O pedestal da destruída Coluna de Arcádio, em Constantinopla



Fig.7 - Mosaico da capela do Palácio Episcopal, em Ravena, representando Cristo como imperador.



Fig.8 - Estilício, Serena e o filho Euquério, num díptico da Catedral de Monza.



Fig.9 - Quadro de Jean-Paul Laurens representando Honório (*Chrysler Museum of Art, Norfolk*).



Fig.10 - Troço da Muralha de Aureliano, entre as portas de S. Sebastião e Ardeatina, no Célio.

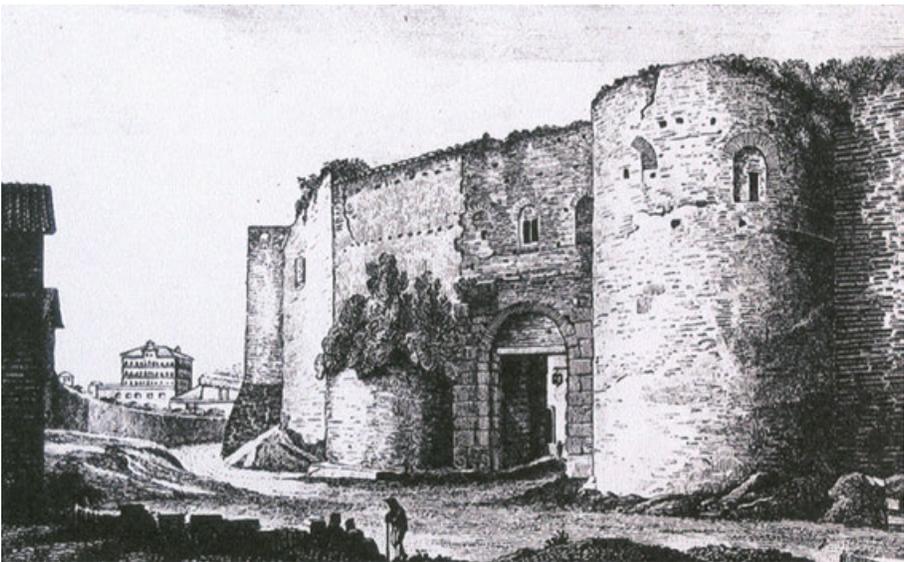


Fig.11 - Gravura de A. Nibby representando a desaparecida Porta Salaria, em 1830.



CL(AUDIUS) POSTUMUS DARDANUS,
V (IR) INL(USTRIS) ET PATRICIÆ DI-
GNITATIS, EX CONSULARI PROVINCIÆ
VIENNENSIS, EX MAGISTRO SCRINII
LIB(ELLORUM), EX QUÆST(ORE), EX
PRÆF(ECTO) PRÆT(ÓRIO) (*sic*) GALL
(IARUM), ET NEVIA GALLA, CLAR(ISSI-
MA) ET INL(USTRIS) FEM(INA), MATER
FAM(ILIAS) EIUS, LOCO CUI NOMEN
THEOPOLI EST VIARUM USUM, CÆSIS
UTRIMQUE MONTIUM LATERIB(US)
PRÆSTĪTERUNT, MUROS ET PORTAS
DEDERUNT, QUOD IN AGRO PROPRIO
CONSTITUTUM TUETIONI OMNIUM
VOLUERUNT ESSE COMMUNE, ADNI-
TENTE ETIAN (*sic*) VIRO INL(USTRI)
COM(ITE) AC FRATRE MEMORATI VIRI
CL(AUDIO) LEPIDO, EX CONSULARI
GERMANIÆ PRIMÆ, EX MAG(ISTRO)
MEMOR(IÆ), EX COM(ITE) RERUM PRI-
VAT(ARUM), UT ERGA OMNIUM SA-
LUTEM EORUM STUDIUM ET DEVO-
TIONIS PUBLICÆ TITULUS POSSIT
OSTENDI.

Fig.12 - A Pierre Écrite (CIL XII 1524), nos arredores de Sisteron, e o respectivo texto.

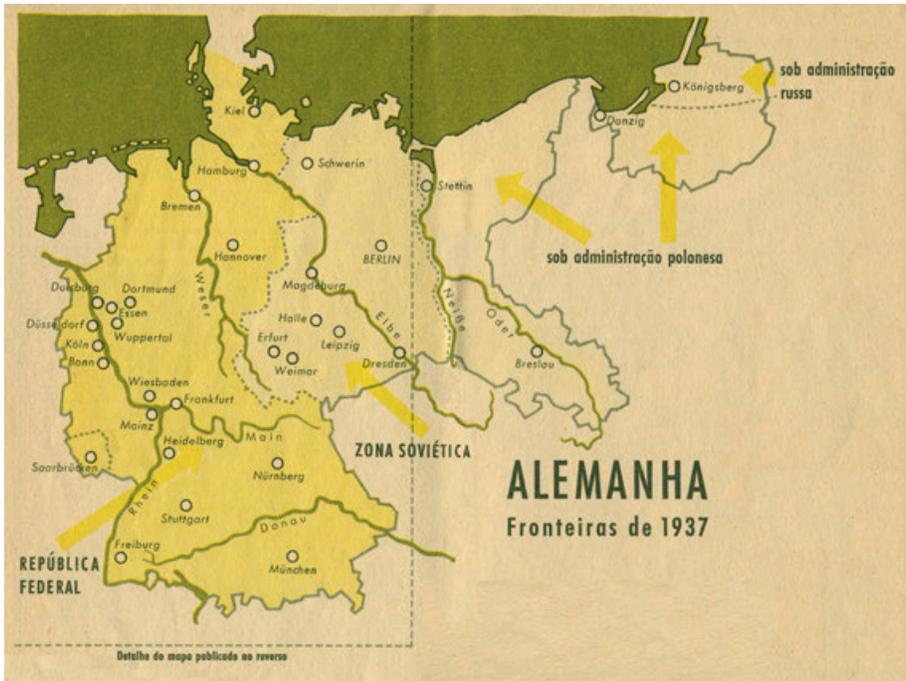


Fig.13 - A Alemanha numa publicação da *Deutsche Zentrale für Fremdenverkehr* (RFA), cerca de 1958.



Fig.14 - Moeda de Prisco Átalo, com a legenda *Invieta Roma Aeterna*.

(Página deixada propositadamente em branco)

“DECOLORANDA VRBS”.
ARCHAEOLOGICAL ASPECTS OF ROME IN THE FIFTH CENTURY AD

CRISTINA CORSI
Universidade de Cassino

Resumo: As escavações recentes e a publicação de contextos arqueológicos da Antiguidade Tardia e da Alta idade Média de muitos sites em Roma divulgou a oportunidade de ter uma visão muito mais profunda da transformação da *Vrbs* durante e após a queda do império ocidental. Elementos topográficos e monumental, aspectos da cultura material e da vida cotidiana, as iniciativas legislativas e as fontes históricas concorrem na elaboração de uma nova imagem de Roma no decurso do século V, onde a fronteira entre a desconstrução / desfuncionalização e transformações / conversão é impalpável e sombria.

Palavras-chave: Roma, século V, transformação da paisagem urbana

Abstract: The recent excavations and the publication of Late Antique and Early Medieval archaeological contexts from many sites in Rome disclosed the opportunity to have a much deeper insight of the transformation of the *Vrbs* at and after the fall of the Western Empire. Topographical and monumental elements, aspects of material culture and daily life, legislative initiatives and historical sources concur in drafting a brand new picture of Rome in the course of the fifth century, where the border between deconstruction/ desfuncionalization and transformations/conversion is impalpable and shady.

key words: Rome, fifth century, transformation of urban landscape

INTRODUCTION

The state of the art and recent excavations¹

The theme we are tackling here is immeasurably vast and multifaceted. For this reason, and to avoid generalizations, we decided to stick to some archaeological aspects of the life of the *Vrbs* in the fifth century. We will therefore focus our attention on the newest results that have emerged in excavations in Rome since the late 1990s. In the course of these excavation campaigns, in fact, special attention has been devoted to the “post-classical” phases. These results have actually revolutionized our vision of the late antique and early medieval city.

It is well known that the overwhelming richness and “grandeur” of Imperial Rome diverted interest from what happened “after” the extraordinarily sumptuous phases of the Antonine dynasty. Ideological prejudices and political

¹ This paper makes use also of the doctoral work by Jan Gadeyne entitled “Function and Dysfunction of the City. Rome in the Fifth Century A.D.”, discussed in 2009 at the Katholieke Universiteit Leuven. To Jan Gadeyne goes my most sincere thank for his very friendly availability.

propaganda concurred in cancelling most of the data about post-classical Antiquity in the extensive excavations of the Roman Forum, the Palatine, the Imperial Fora, Ostia and so on, undertaken during the Fascist dictatorship of Mussolini in the 1920s and 1930s (Manacorda - Tamassia 1985). It was only in the 1970s that pioneer scholars like G. Marchetti Longhi embarked on the difficult operation of recovering data and documentation, practically “digging” into the archives, where some documents about late antique and medieval accretions on Roman monuments were occasionally to be found (Marchetti Longhi 1970-71, on the sacred area of Largo Argentina, fig. 1, nr 7; more recently A. Augenti (1996) on the Palatine, fig. 1, nr 2), while C.F. Giuliani and P. Verduchi collected a remarkable amount of information about the later phases of the central area of the Roman Forum analysing structural traces on the surviving monuments (Giuliani – Verduchi 1987, fig. 1, nr 1).

The opportunity to start investigating fully an urban block, in one of the few areas of Rome where occupation was uninterrupted from protohistoric times until the contemporary age (the *Campus Marti*, in the bend of the Tiber), was given to the *Soprintendenza di Roma* in the 1950s. At that time, a huge abandoned complex along via delle Botteghe Oscure was acquired by the State and was devoted to house the section of the National Archaeological Museum of Rome for Late Antiquity and the Early Middle Ages (fig. 1, nr 8). The team that worked there, headed by Daniele Manacorda, commenced in the 1970s when Italian archaeology was first confronted with medieval archaeology. The scientific approach applied in the excavations of the *Crypta Balbi* – devoting the same attention to each phase of the stratigraphy – formed and positively influenced all the following generations of medievalists and led to the formulation of standards for good practice in urban archaeology (Manacorda 1985; Manacorda 1986). Once the interest for post-classical phases finally increased, programmes for extending and deepening the excavated areas of the Imperial Fora, begun in the 1990s, devoted special attention to understanding the transformation and evolution of this central sector of the city².

On the base of these considerations, here we will focus our attention on several aspects of the archaeology of Rome:

- (a) sites or monumental complexes where the most interesting archaeological data have been collected (the Imperial Fora and the *Crypta Balbi*);
- (b) topographical aspects of the transformation of the town, with the

² In the same period, the debate about continuity or discontinuity of late antique and early medieval towns exploded, with “extremist” positions which saw the confrontation of “continuists” and “catastrophists”, on which see: Ward Perkins 1997.

“explosive” phenomenon of the Christianization of the urban space, and some reflections about private and public building activities (with the most interesting example being the Aurelian Walls), and the defunctionalization of private and public spaces;

(c) phenomena which appear to be dominating the daily life of the *Vrbs*, such as the “dark earth”, the material culture and the intrusion of burials into the urban space. Francesca Carboni will report on the *intra-muros* burials in the Appendix to this paper.

The historical framework

Bearing in mind that in the course of the fifth century an impressive series of catastrophic events, both natural and warlike, is recorded in the sources and witnessed in the archaeological stratigraphy, we cannot leave aside the historical framework. Violent floods of the Tiber are recorded in AD 398 and 411, and there were terrible earthquakes in 408 (according to the sources, seven days long!), 443 (destroying recently restored buildings, e.g. the Temple of Nymphs), probably 484 or 508³. In the summer of AD 410, on 24 August, Alaric’s Visigoths burst into the *Vrbs*, after having besieged it for many months over the two preceding years (AD 408–410), and burned and sacked Rome for three days. The Goths broke into town at Salaria’s Gate (or rather, the barbarians were let in by “traitors”, Proc., *Hist.Bel.* 3.2). They reached the valley between the Capitoline hill and the Quirinalis, plundered the Roman Forum, where damages are possibly testified in the *basilica Aemilia*, climbed the Caelian hill, where they devastated several patrician *domus*, and left the city from the Janiculum hill, after having sacked some public complexes and private mansions on the Aventine (Proc., *Hist.Bel.* 3.2.7–39). As will be expressed better in some papers of this volume (see, for instance, the contribution by V. Pereira) the shock caused by this event to the Roman citizens of the whole empire was enormous, because it marked the first violation by enemies of the capital itself, after centuries of untouchability and safety. Influenced by the ancient sources, modern scholars emphasized the consequences of the sack, and archaeologists were often tempted to assign to this event any trace of destruction, fire, damage, devastation or demolition that was ever documented in an archaeological context. Very recently⁴, the “mythological” version and

³ On the base of the inscription *CIL* VI, 1716b (= 32094b) a violent earthquake is situated in AD 484 or 508 ; this last dating is commonly accepted, for example, for the Coliseum: see Orlandi 2005.

⁴ A series of scientific meetings devoted to a round up of the newest studies on this period took place in Autumn 2010 in Rome, with the joint organization of the British School at Rome, the German Archaeological Institute of Rome and the Swiss Institute of Rome.

the dramatized interpretation of the events have been dismantled by accurate research. The definition of “raid and rapine of valuable objects” seems to be much more appropriate to describe the event than terms like “sack” or “devastation”. More properly these concepts could apply to the arrival of Genseric’s Vandals in AD 455. In this case, the hordes raged in Rome for fourteen days, sacking and destroying a huge part of the town, taking advantage of the lack of imperial military command due to the recent assassination of the Roman general Aëtius and the following of Emperor Valentinian III (Mitchell 2007 112). The last years of the Western Empire were tormented by an endless series of *coups d’état* and the army, pulverized into autonomous factions, continuously changed sides. In this explosive situation, in AD 472, the *de facto* ruler Ricimer occupied and sacked Rome, his deranged soldiers perpetrating devastation, robberies and muggings. With the deposition of Romulus Augustulus in AD 476, at the initiative of the Scirian commandant Odoacer, we witness the end of a long period of anarchy that had begun in AD 455 with the assassination of Valentinian III (Jord., *Get.* 46.242-243; Zecchini 1993 65; Cesa 2001).

The estimation of the demographic consistency of the population of Rome is a very tricky subject, considering that scholars like Bavant, Durliat, Beloch and Mazzarino have proposed hugely diverse totals and trends⁵. What seems by now established is that a demographic crisis occurred at the beginning of the fifth century AD. However, this crisis appears to be due to a conjunctural situation, explained by contemporaneous factors like pestilence, famine and food shortages. On the contrary, between the end of the fifth and the beginning of the sixth century, the population of Rome dropped because of structural factors, such as radical transformations of the economic and social system, this time irreversible. Over a century, therefore, the number of inhabitants of Rome would have decreased their number up to a tenth⁶.

(A) THE PLACES

The recent publication of the post-Roman archaeological excavation contexts counts a huge number of sites in Rome where data about the late

⁵ The state of the art is summarized in Meneghini - Santangeli Valenzani 2004 21-24.

⁶ Meneghini - Santangeli Valenzani 2004 26. Indeed, the concentration of population in Rome and its amazing total can be defined as an “anti-historical phenomenon”. It is in fact mainly due the extra-economic factors such as the concentration in the city of political and administrative activities, to the huge demand for manpower of the colossal public building enterprises, and the strong need for masses to celebrate the “liturgies of power”. These immense crowds were obviously sustained thanks to the *annona*. When, in the second half of the fifth century, the complex mechanism of the supply of the *annona* jammed, the concentration of such masses was seriously endangered.

antique developments have been collected⁷. Among them we selected just four public monuments, for their centrality and for the special role they had in the life of the town.

The *Forum Caesaris*

Not a great deal of data about the transformations of the oldest “imperial” forum have been collected in the new excavations. It is clear that the *Forum Caesaris* (fig. 1, nr 4) was seriously damaged by the fire of AD 283, during the reign of Carinus. Indeed, with the huge restoration operations undertaken by Diocletian, the building of the *curia* would have been moved to the actual position, while in the original project it was still rebuilt in the same place of the old *curia Hostilia* (Meneghini 2008 154). It is instead to Maxentius that we should attribute the rebuilding of the southern portico, with the removal of the intermediate row of columns. While the events of the sack of the Goths in AD 410 are not archaeologically witnessed in this complex, we have plenty of data to reconstruct the transformation of the monument in the transitional phase between the fourth and the fifth century. During the *praefectura* of Virius Nicomachus Flavianus (390-392 and 393-4), in fact, the *secretarium senatus* (one of the tribunals of the *praefectura urbi*) would have been moved into one of the rooms of the western portico, traditionally called “*tabernae*” (excavations of Ricci-Lugli) but surely to be interpreted as spaces with public functions (see: App., *civ.* 2.102; Meneghini 2008 145-146), now located under the church of Ss Martina and Luca (Fraschetti 1999 218 ff.). The most interesting data for the first decade of the fifth century come from *taberna XI*, where, after removing the floor to expose the sewer system beneath, a small metal forge was built. Slag and processing waste were thrown into the sewer, where waste from a nearby workshop for bone craftwork also gathered (Meneghini 2008 154; Meneghini et al. forthcoming).

The *Forum Augusti*

The recent excavations investigated the *Forum Augusti* (fig. 1, nr 5) only very partially, but even so the reconstruction of the complex which can be proposed now is radically different from the traditional one, with four large exedras instead of two (Meneghini 2008 148-149). The most interesting element for the history of the monument during Late Imperial times is an inscription engraved on the basis of a column drum fallen at the base of the temple of *Mars Ultor*, where the “patricius” Decius claims the possession (for reuse) of the architectural marble piece itself. This person is most probably identifiable with Decius Albinus, consul in AD 493 and *praefectus praetori*

⁷ Most archaeological contexts of this phase have been published in Paroli – Vendittelli 2004.

between AD 500 and 503 (Meneghini 2008 158-159). This “declaration of possession” is definitely worthy of note as it testifies that at the end of the fifth century the dismantling of the Temple of Mars, the “focus” of the square, was already taking place.

The *Templum Pacis*

From Procopius we learn that in AD 410 the Goths plundered the treasure of Jerusalem from the Temple of Peace (fig. 1, nr 6), and it is again Procopius who informs us that in the course of the sixth century the Forum of Vespasian was closed to the public, after it was irremediably damaged by a lightning strike (Proc. *Hist.bel.* 4.21.12).

However, even before these dramatic events, the complex had already undergone some quite radical transformations. In fact, in the course of the fourth century, some utilitarian structures were constructed. These constituted of rectangular rooms partially dug into the ground and partially built in the characteristic *opus vittatum*, and regularly displayed in the large sector of the open square that never had a marble floor. These replaced the articulated system of long concrete and brick benches that decorated the open space, arranged as a garden (Coarelli 1999; Meneghini et al. 2010). The use of these structures, interpreted as possibly part of a market that would have replaced the *horrea* destroyed by the construction of the *basilica nova* continues until the beginning of the sixth century (Fogagnolo 2006). At the present state of research, these are the only burials discovered in the area of the Imperial Fora (Meneghini - Santangeli Valenzani 2004 36).

The *Crypta Balbi*

As mentioned above, the long experience of excavations and research carried out in the complex of the *Crypta Balbi* (fig. 1, nr 8) represented a turning point of Italian post-classical archaeology. By *Crypta Balbi*, Late Imperial sources designate one of the three theatres of the city. The smallest but the most lavish, it was built on the initiative of the commander Cornelius Balbus, after his triumph over the Garamantes in 19 BC, and dedicated in 13 BC. The surviving fragments of the *Forma Urbis* depict the THEATRVM / [B]A[L]BI and a nearby complex identified with the *porticus Minucia* (fr. 399: Gatti 1979; Manacorda 1993). The excavations have brought to light the full sector of the exedra opposite the theatre, on the eastern side of a quadrangular portico connected to the outer façade of the *scaena* (*porticus ad scaenam*), and a wide stretch of the area where the *crypta* adjoined another quadrangular colonnaded square (*porticus Minucia*) that encircled a temple (the Temple of Nymphs? Fig. 2). The data for the fifth century is especially interesting: in the exedra a kiln for glass was installed, while the boundary area between the two monuments, filled in the course of the second century AD by a triangular utilitarian monument, shows signs of early decadence

and disruption, with the almost total dismantling of the southern branch of the *porticus Minucia*. The rubble of the collapse heaped between the two complexes appeared to have been consolidated and adopted as the road surface for a new road where carriages and carts ran, as it is proved by the wheel ruts. This new street remained continuously in use until the present day: the actual via delle Botteghe Oscure, the fin-de-siècle boulevard that was opened after Rome was appointed capital of the newly constituted Kingdom of Italy in 1871, represents just a widening and a rectification of the medieval narrow (therefore “obscure”, i.e., dark) street, which was lined with many shops and ateliers (Manacorda 1982; Manacorda - Zanini 1989). The sequence of new pavements, progressively rising and shifting north, perfectly preserved in the cellars of the edifices built on the ruins of the ancient *Crypta Balbi*, is a shining example of the stratigraphy of a town with settlement continuity.

There is no need to underline how the information collected in this complex also enlightens the aspects of transformation of the urban centre in the later phases. It sheds light on phenomena like the appearance of burials in the residential quarters during the sixth century. The material culture is testified by the dumping of rich quantities of food waste, and waste material from a nearby workshop, probably connected with a monastery active in the course of the seventh century. There is evidence too for the transformation of urban sectors into industrial areas, with the construction of lime kilns during the central Middle Ages, and so on.

(B) PUBLIC BUILDINGS

Until the reign of the emperor Constantine, many new monuments rose in the city and countless interventions for the restoration and monumentalization of civil and religious public buildings are recorded in the sources and in celebratory inscriptions. However, from the mid fourth century, only Christian churches can be listed among the “ex novo” public buildings and, after the Theodosian legislative action, heathen temples were no longer restored (Manacorda et al. 1994; Guidobaldi 2001 43). The legal framework is composed of the four edicts of Theodosius (AD 380, two in 391, with Valentinian II, and 392: *Cod.Theod.* 16.1.2; 16.10.10; 16.7.4; 16.10.12) prohibiting the worshipping of pagan gods. Additionally there is one of Honorius (AD 399: *Cod.Theod.* 16.10.15), again aimed at the prohibition of pagan ceremonies but at the same time ordering the preservation of the architectural ornaments of public buildings and prohibiting the destruction of the temples. The law issued by Honorius in AD 407 unfortunately thwarted these prescriptions as it provides for the breaking down of the altars, confiscates the temples of the imperial estates, and prohibits the private use

of all other temples now designated to public use (*Cod.Theod.* 16.10.19.1-2). These laws would bring the heathen temples to a slow but irresistible process of abandonment, also implying the termination of funding and the withdrawal of immunity and other benefits accorded to colleges of priests. However, against the common tradition, we have to underline that the only intentional and violent destructions of pagan shrines which are archaeologically documented in Rome at the end of the fourth and in the early fifth century seem to be the *Mithrea* and possibly the *Serapeum* on the Janiculum hill (De Spirito 1999).

It is again Arcadius and Honorius who intervened in AD 397, forbidding the building of “*casas seu tuguria*” in the *Campus Martii* (*Cod.Theod.* 14.14.1), clearly proving that the insertion of parasitic dwellings and shelters in the monumental complexes of the area by that time was so common as to require legislative action.

In this framework, the edict of the emperor Majorian of AD 458 (*Cod.Theod., Nov.Maior.* 4)⁸ appears a desperate attempt to arrest this process by forbidding the spoliation of ancient monuments to avoid the “fading of the city”. The lucidity of his analysis and the shocking clarity of this expression are still cause for astonished admiration. Even more surprising is that this struggle to prevent Rome from losing the peculiar glamour of its monuments and the “venerable look” of its *aedes publicae* is conducted against the *praefectus urbi* and the *urbani officii* (infra).

The Aurelian Walls

The most impressive public monument of Rome, the Aurelian walls, run around the *Vrbs* for almost 19 kilometres, enclosing an area of 13.7 square kilometres. They were erected by the initiative of the emperor Aurelian in an impressively short time (between AD 270 and 273), thanks also to the fact that they included pre-existing monuments for almost one-tenth of their total length. Even today, Romans boast of never having been overtaken by the enemy, except thanks to traitors who opened the gates and let attackers in, or thanks to the cannons of the royal army that broke down the *Porta Pia* in 1870.

In the course of their 1700 years of history, the Aurelian walls underwent several restorations, extensions or even very radical changes, the most

⁸“...*Nobis r(em)p(ublicam) moderantibus volumus emendari, quod iam dudum ad decolorandam urbis venerabilis faciem detestabamur admitti. Aedes si quidem publicas, in quibus omnis Romanae civitatis consistit ornatus, passim dirui plectenda urbani officii suggestione manifestum est. Dum necessaria publico operi saxa finguntur, antiquarum aedium dissipatur speciosa constructio et ut parvum aliquid reparetur, magna diruuntur. Hinc iam occasio nascitur, ut etiam unusquisque privatum aedificium construens per gratiam iudicum in urbe positorum praesumere de publicis locis necessaria et transferre non dubitet, cum haec, quae ad splendorem urbium pertinent, adfectione civica debeant etiam sub reparatione servari...*”.

important of which occurred during the early Middle Ages. Although the question is still debated, recent studies by Robert Coates-Stephens lead us to credit Honorius with increasing the height of the walls, which would have almost doubled their total height (AD 403), as already proposed by Colini and Cozza (Cozza 1987 25-26; Coates-Stephens 1998 166-167; fig. 3). The importance of the intervention by Maxentius (easily recognizable from the building technique of *opus vittatum*) has to be considerably reviewed (Richmond 1930). The attribution to Honorius of this consistent rebuilding is based on the celebratory verse of the poet Claudianus (*De sexto consulato Honorii*) and the inscriptions on the Tiburtina, Labicana and Portuense gates to solemnize the dedication of statues by the Senate as thanksgiving to the emperors Arcadius and Honorius for the restoration of the walls (Richmond 1930 27-43; Cozza 1987 46-47). This attribution may be confirmed by the presence of crosses carved or engraved inside the vaults in different places on the walls (Cozza 1987 29)⁹. Another episode of restoration, in AD 440, has been inferred on the basis of the edict of Theodosius and Valentinian III, but actually this text merely stresses that a restoration is needed (*Nov. Val. 3, tit. V: murae, turres, et portae sunt labfactata*; see: Richmond 1930 36).

(c) PRIVATE BUILDINGS

During the fourth century there is a significant transformation of the way of living in Rome, in terms of both popular and aristocratic housing. To this century, in fact, dates the construction of wealthy *domus*, often an adjustment achieved by expansion into neighbouring properties and which in many cases, in fact, re-use existing structures.

The characteristics of these Late Imperial aristocratic *domus* consist of:

- open inner courtyards, often colonnaded and decorated with *nymphaea*
- presence of large reception halls
- frequency of curvilinear structures, apsidal and multilobulated rooms
- widespread use of polychrome and coloured marble.

As a case study, we will present here the *domus* that was installed above the tank known as *Sette Sale*, on Oppius hill, that is, the giant water-cistern that served the Baths of Trajan (fig. 1, nr. 18). Between the end of the third and the beginning of the fourth century, in fact, a pre-existing residential structure

⁹ Cozza (1987 43) thinks that the adoption in particular contexts of special techniques, such as the exclusive use of bricks in the vaults and archways, and the presence of dedications in Greek to patron saints, could point to the presence, in some parts of the huge monument, of Aegean workmen. This opinion could be confirmed by the common characteristics of the walls of Constantinople (413-440 AD). Indeed, very recently this activity of Honorius has been questioned by Claire Sotinel (Sotinel forthcoming).

from the reign of Trajan was transformed into a lavish aristocratic mansion. In the course of the fourth century, this *domus* acquired the planimetric and architectural characteristics that we have just listed (fig. 4). Occupation lasted here until the sixth century, with some limited intervention of restoration and maintenance (Cozza 1976, Guidobaldi 1986, Volpe 2000). Such a long duration of occupation into the sixth century is witnessed at other residences, starting from the literary testimony of Gregory the Great. It has not appeared, however, on the Caelian hill, where not only the great Late-Imperial *domus* like those of the famous *gentes* of Simmaci and Valeri, but also lower status and unpretentious dwellings suffered the most dramatic crises during the fifth century. For the most part, however, the abandonments of the *domus* date to the end of the fifth and the beginning of the sixth century and coincide with the demographic crisis¹⁰.

(D) PHENOMENA

The “dark earth”

The presence of “dark earth”, meaning strictly the presence of the thick and supposedly unstratified or badly stratified layers separating well-stratified Roman and medieval levels, normally characterized as dark soils, has been detected in most European archaeological urban contexts and in many cases also in rural settlements. The spread of this phenomenon has been restricted in certain areas to the Late Roman period (fourth–sixth centuries AD) and the incidence of dark soil layers in urban stratigraphy has been discussed, mainly for northern Italian urban contexts, in the framework of the debate about the transformation of towns in the transitional phase between Late Antiquity and the Early Middle Ages¹¹.

In Rome the presence of thick layers of dark soils seems to be generally related to later phases, but the number of rooms and spaces of public and private buildings once used for occupation and now utilized for dumping refuse is impressive. This is a clear indication of the fact that the urban waste collection system broke down, and also that a huge quantity of buildings lost their function and were abandoned (Paroli 2004 17).

¹⁰ Paroli 2004 18. The most impressive aspects of this phenomenon are the irreversibility, the suddenness and the spread of the abandonments of the mansions on the north-western slope of the Caelian hill, even before the mid fifth century: Paroli 2004 18-19. Still, generalization is impossible: the *domus* of the *vir illustris* Albinus was even enlarged in this phase and elsewhere, like on the Aventine hill, some *domus* are transformed and enlarged, and sometime infrastructures for processing agricultural products like olive oil are added.

¹¹ The long debate is summarized and the abundant literature is discussed in Macphail et al. 2003.

The Christianization of the urban space

The theme of Christianization is one of disarming vastness. It is addressed here only with respect to the topographical implications for the intramural space and the urban road network of the transformations of existing buildings into places of worship for the new religion, and even more of the ex-novo constructions of monumental churches. Actually, until the middle of the fourth century, the first churches and *basilicae* are less impressive than most public monuments and even less pompous than the aristocratic *domus* (Guidobaldi 2001 42). Not yet connoted by their architectural aspect, places of Christian worship are still less numerous than *mithraea*.

It may be true that during the fifth century it is too early to imagine that the Christian *ecclesiae* had a role in the transformation of the street network, or that their presence yet played a stabilizing role in the distribution of the urban population¹². However, it is also undeniable that the road axis that would be established on the southern side of the *porticus Minucia* (supra) is strongly linked with the presence of the *basilica sancti Marci*¹³, and that the hilltop of the Esquiline would suffer some important changes in the street hierarchy and focus with the Sistine foundation of the church of St Mary Major (infra; Guidobaldi 2001 43). The panorama began to evolve in the second half of the fourth century, and at the beginning of the fifth century the urban landscape is strongly characterized by the presence of buildings that are typologically well defined. Their distinctive features are: the length of the longitudinal axis, the elevation, the row of windows and, with increasing frequency, the frontal monumental portico.

The first half of the fifth century saw the flourishing of early Christian architecture in Rome, with the elaboration and diffusion of the very popular model of the basilica with three naves, an apse and the multiple mullion on the front elevation. From now onward, the commissioning of new buildings comes almost exclusively from ecclesiastical clients; from the town-planning point of view, we witness the definitive Christianization of the urban space. The most significant project of ecclesiastical architecture after the great imperial basilicas

¹² Guidobaldi 2001, 41. In this respect, Rome will be exceptional in any case, as the role of magnet, played in many Italian towns by the cathedral, will be assumed here by the extra-urban church of St Peter, while the area of the Lateran will show early signs of depopulation, in spite of the fact that the basilica of St John is the largest intramural Christian building in Rome: Guidobaldi 2001 41. The other basilica built by Constantine or members of his family within the city walls is the church of the Holy Cross of Jerusalem which, being inserted in one of the biggest halls of the *Sessorium* imperial palace, did not imply any modification of the urban aspect.

¹³ Indeed the institution of the titulus Marci by Pope Marcus in 336 is the only foundation of Constantine's age that seriously affected the urban structure of Rome: Guidobaldi 2001 41.

of Constantine's age was St Mary Major (fig. 1, nr 10), whose construction was started in the first decades of the fifth century, and which was completed by Pope Sixtus III (AD 432-440: de Blaauw 2001 55).

Among the foundations of the fifth century, we can mention the churches of St Mary Major, St Sabina, St Vitale (Ss Gervasio and Protasio), St Peter in Chains, St Clement, Ss John and Paul, and the peculiar church of St Stephen in the Round on the Caelian hill (fig. 1, nrr 10-16).

The material culture

The words of Lucia Saguì, stressing that “to look at the scenery of the trades connecting Rome to the Mediterranean basin during Late Antiquity and the Early Middle Ages is like attending a show from the first row of seats”, synthesize very well the new trends of study on this subject. In fact, archaeological excavations carried out since 1990 have brought to light dozens of archaeological contexts of Late Antiquity and the Early Middle Ages. Most stratigraphical contexts dating to the fifth century are composed by dumping deposited in abandoned rooms and compartments. It is statistically proved that Rome still played an exceptional role in the peninsula, comparable only to the Mediterranean *metropoleis* of the time (Constantinople, Marseilles and Carthage: Saguì 2001 62). In *Portus*, African goods (mainly from the *Provincia Proconsularis*, i.e., Tunisia) represent a third of the total of imports (especially *amphorae* and African Red Slip pottery type “C” from central Tunisia and type “D” from northern Tunisia¹⁴). Even if, since the fourth century, a decline of these imports had begun that would accelerate in the early decades of the fifth, it is between the fourth and fifth centuries that the connections between Rome and Africa reached their apogee (Saguì 2001 62-64). Furthermore, in the course of the fifth century, the relationship of Rome with other regions also developed or strengthened: wine *amphorae* from the east (the Aegean, Asia Minor, Egypt, Middle East etc.), from Sicily and *Bruttii* etc., start to be substantially present in several contexts (Panella - Saguì 2001).

As mentioned above, from the middle of the fifth century we are confronted with the end of the system of *annona*. As a consequence, the volume of imports started to decrease but, until the sixth and even the seventh century, the percentage of imported goods is still higher than local products¹⁵. It is therefore proved that even if the forced flows of *annona* have been interrupted,

¹⁴ Products from central Tunisia seem to decrease in their spread from the end of the fifth century, while goods from the area of Carthage appear to maintain the same volume of exports: Saguì 2001 67.

¹⁵ Even the presence of many local products that “imitate” imported goods can be interpreted, rather than as a sign of a crisis, as a certain continuity in the pottery production in Rome and its hinterland: Panella - Saguì 2001.

the trade routes, fuelled by other sources, remained unchanged (Meneghini – Santangeli Valenzani 2004 24).

This *longue durée* of the economic system and the stability of the commercial network until the seventh century is indeed a surprising phenomenon, which prompts us to define this period as a “long Late Antiquity” (Marazzi 1991).

CONCLUSIONS: URBAN LANDSCAPE AND MATERIAL CULTURE

For over twenty years Italian medieval archeologists have been discussing the concepts of continuity and discontinuity, often violently clashing over them. The new excavation data that has finally become available has supported a shift of the discussion over issues of deconstruction and transformation. More recently the debate, finally less rough, has concentrated on aspects of “defunctionalization” and “conversion”.

In conclusion, on the basis of the above presented data and considerations, we offer the following summary. In the fourth century the urban space begins to undergo profound changes in the conception and function of public areas, which often become a place of celebration of the imperial dynasty (such is the case of the Roman Forum: Paroli 2004 15), or which are transformed into utilitarian structures (e.g. the *Templum Pacis*). However, it is in private buildings that the most significant changes occur, since it is within the large aristocratic *domus* that shrines for the rising Christian worship and assembly are inserted. The age of Constantine still sees a high number of restorations of public monuments, civil as well as religious; and operations of maintenance or even total renovation are still recorded during the following decades. It is only after the edict of Theodosius in AD 380 that restorations were limited to a few categories of public monuments, and we can stress that from the mid-fourth century public buildings are commissioned only by members of the Church (Paroli 2004 16).

The fifth century is the era during which the transformation of the urban structures and infrastructures begins to assume a negative connotation, in the sense that the divestitures, the spoliations and the conversions to degraded use of public and private buildings are more numerous than the interventions for urban enhancement. The latter are constituted largely by restorations. Restructuring of public monuments, undertaken mainly by *praefecti urbi*, is primarily targeted at keeping the infrastructure functioning (in particular, bridges, gates, aqueducts and public baths) and to beautify the most prominent public monuments, such as squares and central streets, with the insertion of porches, fountains, arches, columns and honorary statues. In addition to maintaining the functionality of the town and to ensure safety for the citizens, these measures aim primarily to mask the effects of the imminent

degradation by “window-dressing” operations (e.g. the *basilica Aemilia*: Paroli 2004 15-17)¹⁶.

The situation is therefore characterized by strong contradictions. For example, the Coliseum is used for games up to the sixth century, but from the beginning of fifth century it is surrounded by graves and by the end of that century is already being plundered to recover raw materials. Perhaps it is the concept of “contradiction” that best marks the fifth century, as contradictory is reflected in the words of Majorian, considering that the struggle to keep the urban décor is fought against the city authorities themselves. Indeed, “obstinacy” is the term that more often pops into our minds when working on these themes: we are confronted with a whole society which, from its elites to the lowest classes, persists in keeping alive the “essence” of urban life, based on both material/architectural and immaterial/cultural aspects.

The fifth century is definitely the period during which the traditional concept of public spaces elaborated by the pagan culture loses its significance but the city still keeps its urban and monumental structure. This space will slowly transform into the Christian and early medieval town, evolving according to progressively changing criteria (Meneghini 2003 1062).

¹⁶ Nevertheless, we have to stress that if we really have to assign the elevation of the wall to the initiative of the emperor Honorius (*supra*), we have to admit that at least the beginning of the century was marked by large-scale public works, supported by a strong technical and financial commitment.

APPENDIX
THE PHENOMENON OF URBAN BURIALS IN ROME DURING THE
FIFTH CENTURY¹

FRANCESCA CARBONI
Universidade de Gante

The remarkable increase of reliable data, made available by the progress of urban archaeology in the last few decades, allows a clearer picture, even if a more complex one, of the phenomenon of late antique urban burials which appeared in Rome in the fifth century.

THE PREMISE OF THE EVENT AND THE STATE OF ART

Epigraphic sources confirm the dating of the end of the use of the catacombs from the first decade of the fifth century. This use seems effectively to cease in such a simultaneous way that we suppose that this decision was taken by public authorities. Epigraphic documents, supported by the archaeological evidence, also show that the large extra-urban martyrial basilicas were the main areas consecrated to burials, for the whole fifth century and until the middle of the sixth century (Pergola 1997 95-101, Fiocchi Nicolai et al. 1998). These churches hosted the mortal remains of the most important saints of the city, and burials clustered in their proximity. In these extra-mural areas, the progressive transition of tombs from the subsoil to the surface has to be attributed to the growing attraction exercised by churches as places for prayer and Eucharistic celebration (Aug., *Cur. Mort.*, 4-5. 18).

Late antique burials were discovered inside the town already in the course of the random excavations carried out in the eighteenth century, but it is mainly in the late nineteenth century that scattered graves were found during the urban works in the eastern part of Rome (Viminale and Esquiline) after the unification of Italy. The location of the burials, most of which dated to the mid sixth century, inside the walls was explained as due to special privilege and exceptionality (De Rossi 1864-1877 I 557). This theory influenced many of the later studies on this subject so deeply that a connection of the phenomenon with the translation of the relics of saints into urban churches was claimed for a long time afterwards (Dyggve 1953).

Osborne argued against this hypothesis in 1984, proposing instead that urban cemeteries developed as a consequence of the sieges during the Gothic

¹ I thank Roberto Meneghini for increasingly providing this field of the research with useful data and suggestions.

war (Osborne 1884). A new course for research was thus indicated in a seminar held in Rome at the *Pontificio Istituto di Archeologia Cristiana* (Pergola 1989 1207).

One of the main results of this new interest in urban social history and funeral archaeology is the collection of all the evidence for Roman burial practice made by R. Meneghini and R. Santangeli Valenzani, who produced a useful basis for further discussion, revealing the considerable variety in which the dead invaded the space of the living in this period. Their research, presented for the first time in 1992 (Meneghini - Santangeli Valenzani 1993), has been further deepened and updated (Meneghini - Santangeli Valenzani 1994, 1995, Meneghini 2001). The last revision, published in 2004 (Meneghini - Santangeli Valenzani 2004), made it possible to draw the current distribution map of urban burials in Rome, identifying 85 funerary sites (fig. 5). A huge effort has been made to assign these burials to a determined date, using all possible (often very poor) archaeological records. Therefore, the clusters of graves have been divided into two main groups, one dating to the fifth century, the other to the second half of the sixth–first half of the seventh century. Besides the synthesis of Meneghini and Santangeli Valenzani, for a thorough reading of the subject we must also consider the study of V. Fiocchi Nicolai, who tried to evaluate the parallel evolution of the burial phenomena inside and outside the city's walls (Fiocchi Nicolai 2000, 2001, 2003).

ROMAN BURIAL TOPOGRAPHY IN THE FIFTH CENTURY

The panoramic view reproduced in fig. 5 shows very clearly how the phenomenon is widespread in all regions of the city. As a matter of the fact, the burials dated to the fifth century represent a minor part of the total number (fig. 6). Only the clusters which can certainly be attributed to this period are considered in the present paper, passing over those without an exactly defined dating. These are generally assigned to a long lapse of time, usually ranging from the fifth to the sixth century.

We have thus been able to isolate five funerary clusters. It is significant that four of them have been discovered by recent stratigraphical excavations which make it easy to follow their evolution in time and space. For those clusters of graves excavated in former times, instead, a review of the documentation produced at the time of their finding has been carried out in recent years. Among the identified sites, those attributed to the early fifth century are listed below:

(1) Two burial clusters datable to the first decade of the fifth century represent the oldest evidence for *intra-muros* burials (Rea 1993 and 2002

85-125; fig. 6, nr. 1). They were discovered around the Flavian amphitheatre, during excavations in the nineteenth century. Since the arrangement of graves clearly shows that this first funeral use of the Coliseum valley was not planned or regulated, the occurrence of these burials may be attributed to an exceptional event. The burial area is next to the travertine pavement surrounding the Coliseum, which evidently still represented a “out of bounds” zone.

(2) One single isolated grave has been found in a room of a harbour building of Roman Imperial times, on the left bank of the Tiber, close to the modern Ponte Sublicio, excavated during an exploration carried out between 1981 and 1985 (Meneghini 1985; fig. 6, nr. 2; fig. 7). The burial, covered by fragments of reused amphoras, contained the remains of a male adult.

(3) An infant burial in amphora attributed to the fifth century without a more exactly defined dating has been discovered during an exploration carried out between 1980 and 1987 in a roman building, probably an *horreum*, situated in the ancient *regio* of *Transtiberim* (Conticello De Spagnolis 1984; Fig. 6, nr 3). Comparisons with neighboring contexts recently excavated (Fogagnolo 2004 577-578) could now suggest the relation between this isolated grave and the following phenomenon of partial abandonment and dumping which interested this sector of Rome, starting from the second half of the fifth century. This sudden *caesura* in the life of the city district has been attributed to the consequences of the sack of 410 that, according to sources (*Lib. Pont.* I 230; *Sim. Epist.* 9.13.1), involved this zone of Rome, in its final phase.

All these burials, dated to the beginning of the fifth century, can be connected with the traumatic siege conducted by Alaric and the Goths in AD 408. The siege caused a famine followed by an epidemic which claimed a multitude of victims. According to a passage of Zosimus (*HN.* 5.39), at that time the corpses remained inside Rome’s city walls. As a matter of fact, we have no archaeological evidence attesting to a previous presence of *intra-muros* graves, therefore the appearance of urban burials seems to be due to this calamity. Very recent research has calculated, on the basis of available statistics from before the advent of antibiotics, the number of the myriad of deaths caused by the epidemic exploded after the siege, in which, probably, we must recognize a kind of epidemic typhus or petechial fever (Meneghini forthcoming).

According to this reconstruction there should be no doubt about identifying, in particular traumatic events such as the sieges of Rome in AD 408–410, the first impulse to tolerate a practice prohibited since the time of the Twelve Tables. As many scholars have noted, it is still problematic to explain

the scant number of burials datable to this period that have been discovered all over the city, compared with the estimated number of deaths.

(4) The fourth funerary cluster is dated, on the basis of excavation data, to the mid fifth century. It has been found in the temple of Helagabalus, on the Palatine hill, part of the imperial palace still in use under Honorius in 403 and Valentinian III in 439 (fig. 6, nr. 4). The burials at this site, in the area now called Vigna Barberini, were excavated during the years 1985–1999, by the École Française de Rome. Some areas of this monument, which had already been used as a quarry for building materials, were converted into a deposit of dumped soil around the mid fifth century. This event has been connected with the sack by the Vandals in 455, when sources record that Genseric took over the imperial palace (Proc. *Bell. Vand.* 3.5; 4.9). Around this date, some corpses were thrown into the sewers through a specially made opening². They came to light during an investigation carried out for the purpose of understanding the inclination of the sewerage system (Villedieu 2004 64–65). These corpses deposited in the sewers, probably datable to soon after Genseric's sack, could attest the wish to erase the memory of the episode. In this case, as in the previous ones, we can turn to exceptional events which implied the necessity of *intra muros* burials.

(5) The last fifth-century burial site identified, the most recent in date, presents particular distinguishing features. One small cemetery has been identified in the area in front of the north-east exedra of the Baths of Trajan, in an excavation conducted in 1997–1998 (fig. 6, nr. 5). The graves, dated to the last thirty years of the fifth century, are almost contemporary with the end of the use of the thermal complex (Carboni 2003 and 2010). The burials cluster is typified, in contrast to those of the Coliseum, by the organized disposition of the graves, the intensive use of the available space, and the common funerary practices (fig. 8). This funerary area seems to have been a well organized and centrally managed place. Excluding the connection of these graves with a critical moment of the city's history, the location of this cemetery poses the problems we usually deal with when discussing many burials of the fifth to seventh centuries: which was the "status" of the graves? Who was the owner of the ground? What was the authority in charge of the management of the cemetery? In this case, we may assume that the early availability of an abandoned area supported the location of a cluster of burials in a sector to one side of the baths complex, and that the clergy connected with the two nearby

² This finding has been interpreted as the archaeological evidence of an illegal practice, documented by sources. See Paroli 2004 17 and Panciera 2000 100, note 40.

*tituli Equitii and Silvestri*³ took care of selling and arranging the *loci* for the graves, after having obtained from the *praefectus urbi* the concession of a public area⁴.

CONCLUSIONS

Taking into account the chronological distribution of these funerary contexts in the course of the fifth century, it seems possible to draft in a more linear way the evolution of the phenomenon of urban burials in Rome.

At the beginning of the century, at least in Rome, the connection between urban burials and wartime disturbances seems clear. Thus, after the sack of the Vandals in 455, it is noteworthy that a monument previously integrated in the imperial palace has been used, at the same time, as a deposit for dumped soil and as a hiding place for corpses. In this case, we have used the term “hiding place” because all the other burial clusters and the isolated graves known on the Palatine are dated to the sixth century, although the decay and the spoliation of the main buildings had already started⁵. In the last thirty years of the fifth century, indeed, we can witness the first setting up of a well managed cemetery, inside a thermal complex that had lost his original function. In this circumstance we can ascribe the control of this burial area to the Church, even if the spatial connection with the neighbouring ecclesiastical building is not so certain. In this period, we have no other evidence of a different use of the Baths of Trajan. On the basis of the archaeological data, it seems that the civil authority did not give permission for the re-occupation of whole of this complex and the *praefecti* still had to take care of preserving its exterior *decus*. At the same time, we must recognize that the phenomenon of urban burials was not yet a common practice.

All the cemeteries and the tombs attributed to the fifth century, in fact, from the earliest to the latest, present the same characteristic of having been accurately effaced by a radical action of sanitation that restored the public use of these areas. We can hence assume that this is the reason why we have

³ On the location of the *tituli*, dated to the age of Constantine, and their identification as two buildings or as only one church called with different dedications, see Serra 1999 and Accorsi 2002 with previous bibliography.

⁴ The spread of urban burials in the fifth and the sixth century has been estimated as a way used by the ecclesiastic authority to gain progressive power on wide zones of the urban landscape: Costambeys 2001. On the question of the occupation of public areas by the Church with the aim of building there, see Hillner 2002.

⁵ For the several graves found on the Palatine hill, some of which dated to “the late fifth century or later”, in addition to those mentioned in Augenti 1998 and Meneghini-Santangeli Valenzani 2004 118-121, see Villedieu 2004 67-71, Hostetter-Brandt 2009 61, 93-94 and Carboni 2010.

such scanty evidence of the terrible consequences of the warlike events which marked out the century we are discussing.

REFERENCES

- M.L. Accorsi (2002), "Il complesso di S. Silvestro e Martino ai Monti dal III al IX secolo. Appunti di studio" in F. Guidobaldi, A. Guiglia Guidobaldi (edd.), *Ecclesiae Urbis*, Atti del Congresso Internazionale di studi sulle chiese di Roma (IV-X secolo) (Roma 2000), Città del Vaticano, PIAC 533-563.
- A. Augenti (1996), *Il Palatino nel medioevo*. Roma, L'Erma di Bretschneider.
- (1998), "Iacere in Palatio. Le sepolture altomedievali del Palatino" in G.P. Brogiolo - G. Cantino Wataghin (edd.), *Sepulture fra IV e VIII secolo*, 7° Seminario sul tardo antico e l'alto medioevo in Italia centrosettentrionale (Gardone Riviera 1996). Mantova, Società Archeologica Padana 115-121.
- F. Carboni (2003), "Scavi all'edera nord-orientale delle terme di Traiano", *Bullettino Comunale* 104 76-80.
- (2010), "Le sepolture nell'area delle Terme di Traiano", *Bullettino Comunale* 111, 327-336.
- (2010), "Roma: un contesto anforico di V secolo da un ambiente della *Domus Tiberiana* sul Palatino", in S. Menchelli - M. Pasquinucci - S. Santoro - G. Guiducci eds., *LRCW3 Late Roman Coarse Wares, Cooking Wares and Amphorae in the Mediterranean- Archaeology and Archaeometry*. Oxford (BAR International Series 2185, I), John and Erica Hedges 417-425.
- M. Cesa (2001), "Odoacre nelle fonti letterarie dei secoli V e VI" in P. Delogu (ed.), *Le invasioni barbariche nel meridione dell'impero: Visigoti, Vandali, Ostrogoti*, Proceeding of the Congress Cosenza 24th-26th July 1998. Soveria Mannelli, Rubbettino Editore srl 41-59.
- F. Coarelli (1999), "*Pax, templum*", in E.M. Steinby (ed.), *LTUR IV*. Roma, Quasar 67-70.
- R. Coates-Stephens (1998), "The Walls and the Aqueducts of Rome in the Early Middle Ages, A.D. 500-1000", *Journal of Roman Studies* 88 166-178.
- M. Conticello De Spagnolis (1984), *Il Tempio dei Dioscuri nel Circo Flaminio*, (Lavori Soprintendenza Archeologica 4). Roma, Leonardo Arte 9-16.
- M. Costambeys (2001), "Burial Topography and the power of the church in fifth- and sixth-century Rome" *Papers of the British School at Rome* 69 169-189.
- L. Cozza (1976), "I recenti scavi alle Sette Sale" *Rendiconti Pontificia Accademia di Archeologia* 47 79-101.

- (1987), “Osservazioni sulle mura aureliane a Roma”, *Analecta Romana* 16 25- 52.
- S. de Blaauw (2001), “Architettura e arredo ecclesiastico a Roma (V-IX secolo)”, in *Roma dall'antichità al Medioevo. Archeologia e storia*. Milano, Electa 52-61.
- G.B. De Rossi (1864-1877), *La Roma sotterranea descritta e illustrata*, I-III. Roma, Cromo-litografia pontificia.
- G. De Spirito (1999), “*Serapis, Templum*” in E. M. Steinby (ed.), *LTUR IV Roma*, Quasar 303.
- E. Dyggve (1953), “L’origine del cimitero entro la cinta della città” *Studi Bizantini e Neoellenici* 8 137-141.
- V. Focchi Nicolai - F. Bisconti - D. Mazzoleni (1998), *Le catacombe cristiane di Roma. Origini, sviluppo, apparati decorativi, documentazione epigrafica*, Regensburg, Schnell & Steiner.
- V. Focchi Nicolai (2000), “Gli spazi delle sepolture cristiane fra III e V secolo: genesi e dinamica di una scelta insediativa” in *La comunità cristiana di Roma, la sua vita e la sua cultura dalle origini all'Alto Medio Evo*. Città del Vaticano, Libreria Editrice Vaticana 341-362.
- (2001), *Strutture funerarie ed edifici di culto paleocristiani di Roma dal IV al VI secolo*. Città del Vaticano, Pontificia Commissione Archeologia Sacra.
- (2003), “Elementi di trasformazione dello spazio funerario tra tarda antichità ed alto medioevo”, *Settimane CISAM 50*, II, (Spoleto 2002) Spoleto, CISAM 921-969.
- S. Fogagnolo (2006), “L’aula di culto e le fasi del suo abbandono” in M. Tomei (ed.), *Roma. Memorie dal sottosuolo. Ritrovamenti archeologici 1980/2006*. Verona, Electa Mondadori 101.
- S. Fogagnolo - C. Moccheggiani Carpano (2010), “Nuove acquisizioni e ritrovamenti nell’aula di culto del *Templum Pacis*.” In F. Coarelli (ed.), *Divus Vespasianus*, catalogue of the exhibition. Roma, Electa Mondadori 184-189.
- (2004), “Trastevere. Conservatorio di San Pasquale: dal quartiere romano all’occupazione medievale” in L. Paroli – L. Vendittelli (eds.), *Roma dall'antichità al Medioevo II. Contesti tardoantichi ed altomedievali*. Milano, Electa 576-597.
- A. Fraschetti (1999), *La conversione da Roma pagana a Roma cristiana*. Bari, Laterza.
- G. Gatti (1979), “Il Teatro e la *Crypta* di Balbo in Roma” *Mélanges de l'Ecole Française de Rome, Antiquité* 91 237-313.

- F. Guidobaldi (1986), “L’edilizia abitativa unifamiliare nella Roma Tardo antica” in A. Giardina (ed.), *Società romana e impero tardoantico, II. Roma: politica, economia, paesaggio urbano*. Roma, Laterza 165-237.
- (2001), “Topografia ecclesiastica” di Roma (IV-VII) secolo, in *Roma dall’antichità al Medioevo. Archeologia e storia*. Milano, Electa 40-51.
- C.F. Giuliani – P. Verduchi (1987), *L’area centrale del Foro Romano*. Firenze, Olschky.
- J. Hillner (2002), “Le chiese paleocristiane di Roma e l’occupazione degli spazi pubblici” in F. Guidobaldi – A. Guiglia Guidobaldi (eds), *Ecclesiae Urbis, I*, Città del Vaticano, PIAC 321-329.
- E. Hostetter - J. Rasmus Brandt (2009), *Palatine East Excavations, I*. Rome, De Luca.
- R.I. Macphail – H. Galinié – F. Verhaeghe (2003), “A future for dark earth?” *Antiquity* 77 (296) 349-358.
- D. Manacorda (1982), *Archeologia urbana a Roma: il progetto della Crypta Balbi*, Firenze, All’Insegna del Giglio.
- (1985), *L’archeologia urbana come analisi del reimpiego alla scala della città*. Modena.
- (1986), “Crypta Balbi 1981-1983. Aspetti di archeologia urbana”, in *Roma. Archeologia nel centro, II*. Roma, De Luca 546-553
- (1993), “Trasformazioni dell’abitato nel Campo Marzio: l’area della *Porticus Minucia*”, in *La storia economica di Roma nell’alto Medioevo alla luce dei recenti scavi archeologici (Roma 1992)*. Firenze, All’Insegna del Giglio 31-51.
- D. Manacorda - R. Tamassia (1985), *Il piccone del regime*. Roma, Curcio.
- D. Manacorda – F. Marazzi – E. Zanini (1994), “Sul paesaggio urbano di Roma nell’Alto Medioevo”, in R. Francovich – G. Noyé (eds), *La storia dell’Alto Medioevo italiano (VI-X secolo) alla luce dell’archeologia. Atti del Convegno Internazionale (Siena 1992)*. Firenze, All’insegna del Giglio 635-657.
- D. Manacorda - E. Zanini (1989), “The First Millennium A.D. in Rome: from the *Porticus Minucia* to the Via delle Botteghe oscure”, in *The Birth of Europe*, suppl. XI. Roma, *Anal.Inst.Rom.Dan* 25-32.
- D. Manacorda, F. Marazzi, E. Zanini (1994) “Sul paesaggio urbano di Roma nell’altomedioevo”, in R. Frankovich, G. Noyé (eds), *La Storia dell’Alto Medioevo Italiano (VI-X secolo) alla luce dell’archeologia*, Atti del Convegno Internazionale (Siena 1992). Firenze All’Insegna del Giglio 635-657.

- G. Marchetti Longhi (1970-71), "Gli scavi dell'Area Sacra di Largo Argentina. Evoluzione e trasformazione dell'area dei templi dall'età imperiale all'inizio del medioevo", *Bullettino Comunale* 76 45-118.
- R. Meneghini (1985), "Lungotevere Testaccio", *Bullettino Comunale* 90 88-95.
- (2001), "La morte in città e le sepolture dentro le mura" in M.S. Arena - P. Delogu - L. Paroli - M. Ricci - L. Sagui - L. Vendittelli (eds.), *Roma dall'antichità al medioevo. Archeologia e storia nel Museo Nazionale Romano - Crypta Balbi*. Milano, Electa 230.
- "La trasformazione dello spazio pubblico a Roma tra tarda antichità e alto medioevo", *Mélanges de l'École Française de Rome* 115, 2, 1049-1062.
- (2008), "Le trasformazioni dei Fori Imperiali nella tarda antichità" *Bullettino Comunale* 109 145-160.
- (forthcoming), "Le vicende del 408-410 e la comparsa delle sepolture urbane a Roma" in *AD 410 - The Sack of Rome. The event, its context and its impact*. Proceeding of the international congress (Rome, 4-6 November 2010).
- R. Meneghini - A. Corsaro - B. Pinna Caboni (2010), "Il *Templum Pacis* alla luce dei recenti scavi" in F. Coarelli (ed.), *Divus Vespasianus*, catalogue of the exhibition. Roma, Quasar 190-201.
- R. Meneghini - A. Corsaro - A. Delfino - I. De Luca (forthcoming), "Nuovi dati archeologici per la storia del Foro di Cesare tra la fine del IV e il V secolo" in *AD 410 - The Sack of Rome. The event, its context and its impact*. Proceeding of the international congress (Rome, 4-6 November 2010).
- R. Meneghini - R. Santangeli Valenzani (1993), "*Sepulture intramurane e paesaggio urbano a Roma tra V e VII secolo.*" in L. Paroli - P. Delogu, *La storia economica di Roma nell'alto Medioevo alla luce dei recenti scavi archeologici*, Atti del seminario (Roma 1992). Firenze, All'Insegna del Gilgio 89-111.
- (1994), "Corredi funerari, produzioni e paesaggio sociale a Roma", *Rivista Archeologia Cristiana* 70 321-337.
- (1995), "Sepulture intramurane a Roma tra V e VII secolo d.C. Aggiornamenti e considerazioni", *Archeologia Medievale* 22 283-290.
- (2004), *Roma nell'altomedioevo*. Roma, Poligrafico dello Stato.
- S. Orlandi (2005), "Roma. Anfiteatri e strutture annesse con una nuova edizione e commento delle iscrizioni del Colosseo", in G.L. Gregori (ed.), *Epigrafia anfiteatrale dell'Occidente Romano*, VI (Vetera 15), Roma, Quasar 81-83.

- J. Osborne (1984), “Death and burial in sixth-century Rome”, *Echos du Monde Classique* 27 291-299.
- S. Panciera (2000), “Nettezza urbana a Roma. Organizzazione e responsabili” in X. Dupré Raventòs - J.A. Remolà (eds.), *Sordes Urbis. La eliminación de residuos en la ciudad romana*, Actas de la reunión de Roma (Roma 1996). Roma, L’Erma di Bretschneider 95-105.
- C. Panella – L. Sagù (2001), “Consumo e produzione a Roma tra tardoantico e altomedioevo. Le merci, i contesti”, in *Roma nell’Altomedioevo*, XLVIII Settima CISAM (Spoleto 2000). Spoleto, CISAM 757-818.
- L. Paroli (2004), “Roma dal V al IX secolo: uno sguardo attraverso le stratigrafie archeologiche” in L. Paroli L. – Vendittelli (eds.), *Roma dall’antichità al Medioevo II. Contesti tardoantichi ed altomedievali*. Milano, Electa 11-40.
- L. Paroli – L. Vendittelli (eds.) (2004), *Roma dall’antichità al Medioevo II. Contesti tardoantichi ed altomedievali*. Milano, Electa.
- Ph. Pergola (1989), “Le sepolture in contesto urbano - Seminari di Archeologia Cristiana”, *Rivista Archeologia Cristiana* 63 377-387.
- (1997), *Le catacombe romane. Storia e topografia*. Roma, NIS.
- R. Rea (1993), “L’uso funerario della valle del Colosseo tra tardo antico e alto medioevo”, *Archeologia Medievale* 20 645-658.
- ed. (2002), *Rota Colisei. La valle del Colosseo attraverso i secoli*. Milano, Electa.
- I.A. Richmond (1930), *The City Wall of Imperial Rome*. Oxford, Clarendon press.
- L. Sagù (2001) “Roma e il Mediterraneo: la circolazione delle merci” in *Roma dall’antichità al Medioevo. Archeologia e storia*. Milano, Electa 62-68.
- (2004), “Roma e il Mediterraneo: la circolazione delle merci”, in *Roma dall’antichità al Medioevo. Archeologia e storia*. Milano, Electa 62-68.
- S. Serra (1999), “Ss. *Silvester et Equitius, titulus*”, in *LTUR IV*. Roma, Quasar 325-328.
- C. Sotinel (forthcoming), «Quelles fortifications pour défendre la ville? De l’inefficacité des murailles de Rome devant la menace militaire” in *AD 410 - The Sack of Rome. The event, its context and its impact*. Proceeding of the international congress (Rome, 4-6 November 2010).
- F. Villedieu (2004), “Palatino, area del tempio di Elagabalus: episodi della storia del sito dal V all’VIII secolo” in L. Paroli – L. Vendittelli (eds.), *Roma dall’antichità al Medioevo II. Contesti tardoantichi ed altomedievali*. Milano, Electa 62-71.

- R. Volpe (2000), "La *domus* delle Sette Sale", in Ensoli S., La Rocca E. (eds.), *Aurea Roma. Dalla città pagana alla città cristiana*, exhibition catalogue, Roma, L'Erma di Bretschneider 159-160.
- B. Ward Perkins (1997), "Continuists, catastrophists and the towns of post-Roman northern Italy", *Papers of the British School at Rome* 65, 157-176.
- G. Zecchini (1993), "Il 476 nella storiografia tardoantica" in G. Zecchini, *Ricerche di storiografia latina tardo antica*. Roma, L'Erma di Bretschneider.

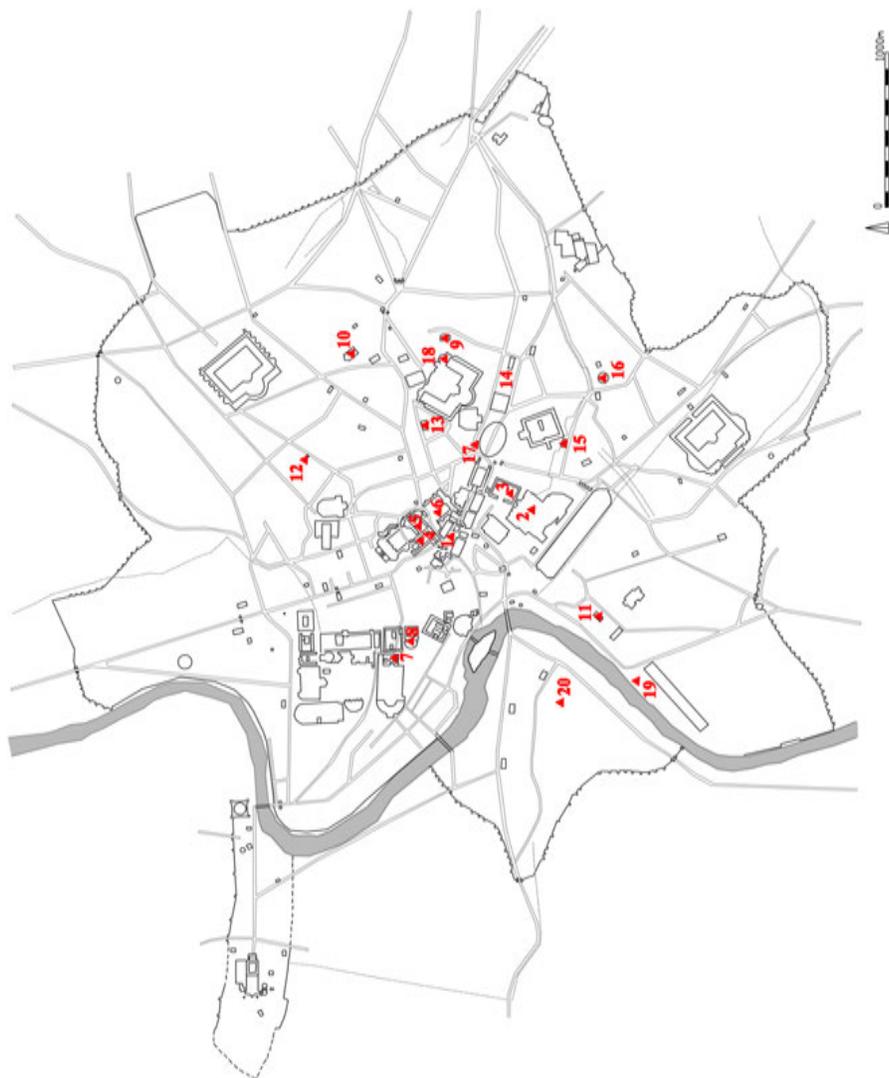


Fig. 1: general map of Rome where the sites mentioned in the text are located: 1: *Forum Romanum*; 2: Palatine hill; 3: Funerary area of the temple of Helagabalus; 4: *Forum Caesaris*; 5: *Forum Augusti*; 6: *Forum Pacis*; 7: Sacred area of Largo Argentina; 8: *Crypta Balbi*; 9: *Domus* of Sette Sale; 10: basilica of St Mary Major; 11: church of St Sabina; 12: church of St Vitale (Ss Gervasio and Protasio); 13: church of St Peter in Chains; 14: church of St Clement; 15: church of Ss John and Paul; 16: church of St Stephen in the Round; 17: burial next to the Coliseum; 18: funerary area of the Trajan's Baths; 19: burials from the Tiber Bank (Testaccio); 20: burial in Trastevere (elaboration F. Carboni).

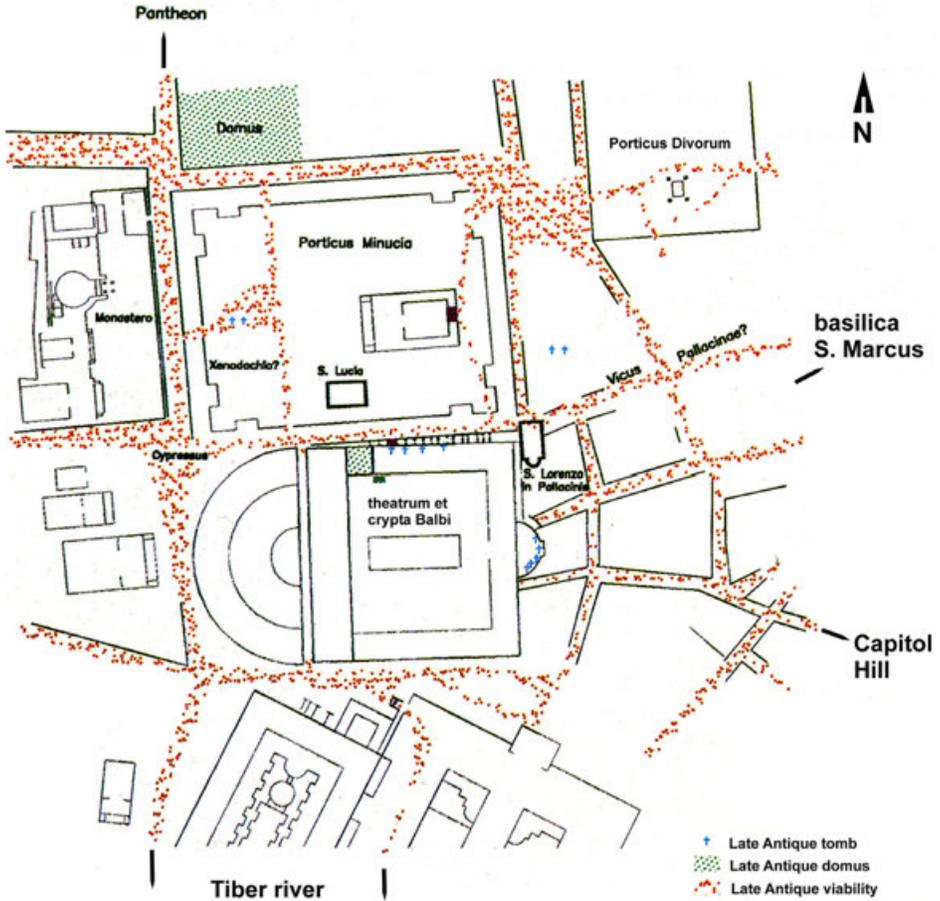


Fig. 2: The area of *Crypta Balbi* and *Porticus Minucia* in *Campus Martii* during Late Antiquity (elaboration by C. Corsi after Manacorda 2000 18).

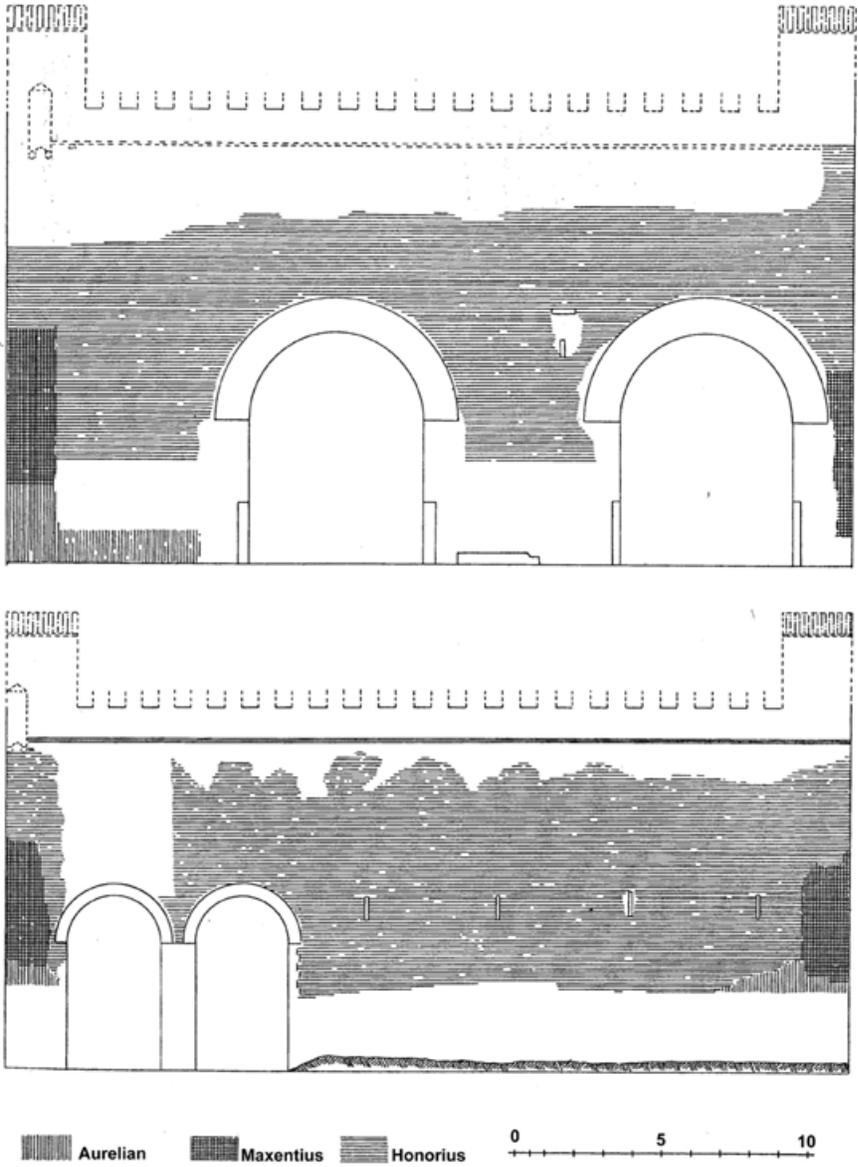


Fig. 3: Prospect of the Aurelian Walls at Porta Pinciana. Parts belonging to the original phase (AD 271-275), the intervention of Maxentius (AD 310) and the remake by Honorius (AD 401-403) are indicated (elaboration by C. Corsi after Cozza 1987, figg. 7-8).

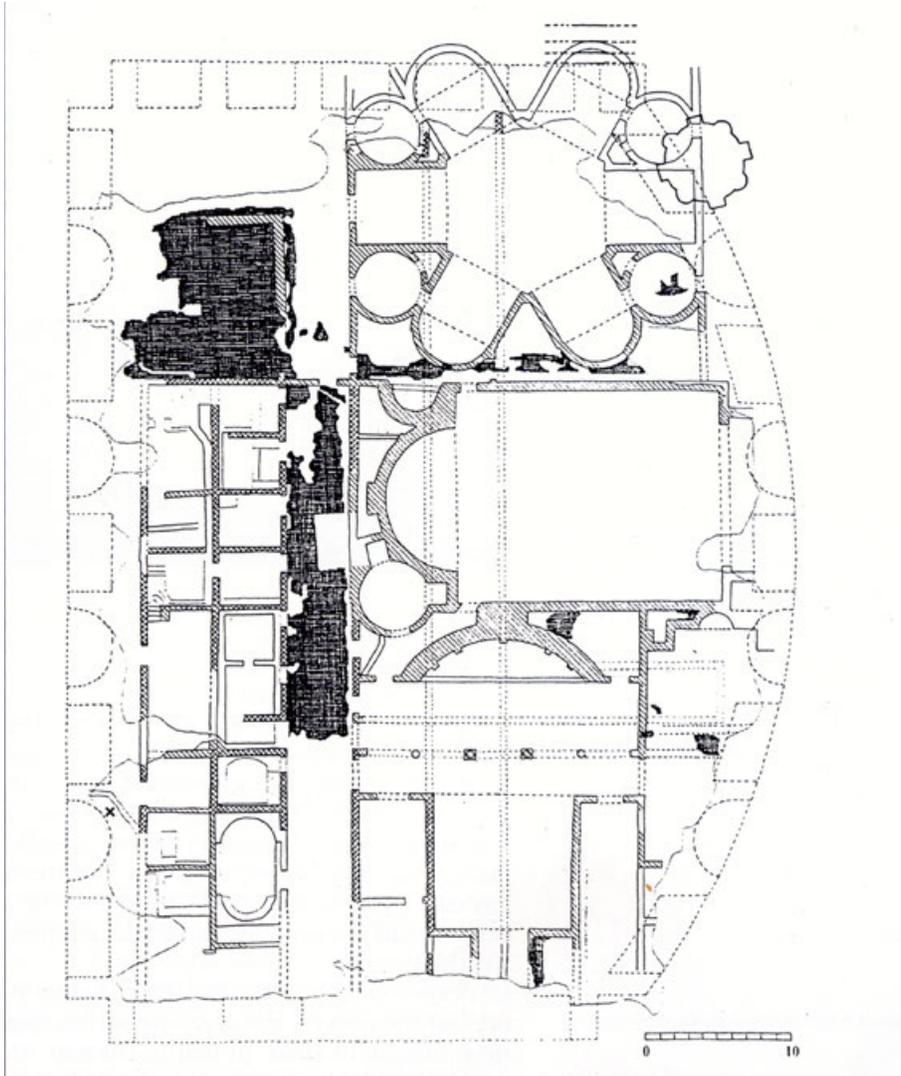


Fig. 4: Plan of the *domus* of Sette Sale on Oppius hill (elaboration by F. Carboni after Cozza 1976).



Fig. 6: Location of the five burials of fifth century found in Rome. 1: Coliseum square; 2: left Tiber bank – Testaccio; 3: Trastevere; 4: temple of Helagabalus; 5: exedra of the Baths of Trajan (elaboration F. Carboni).

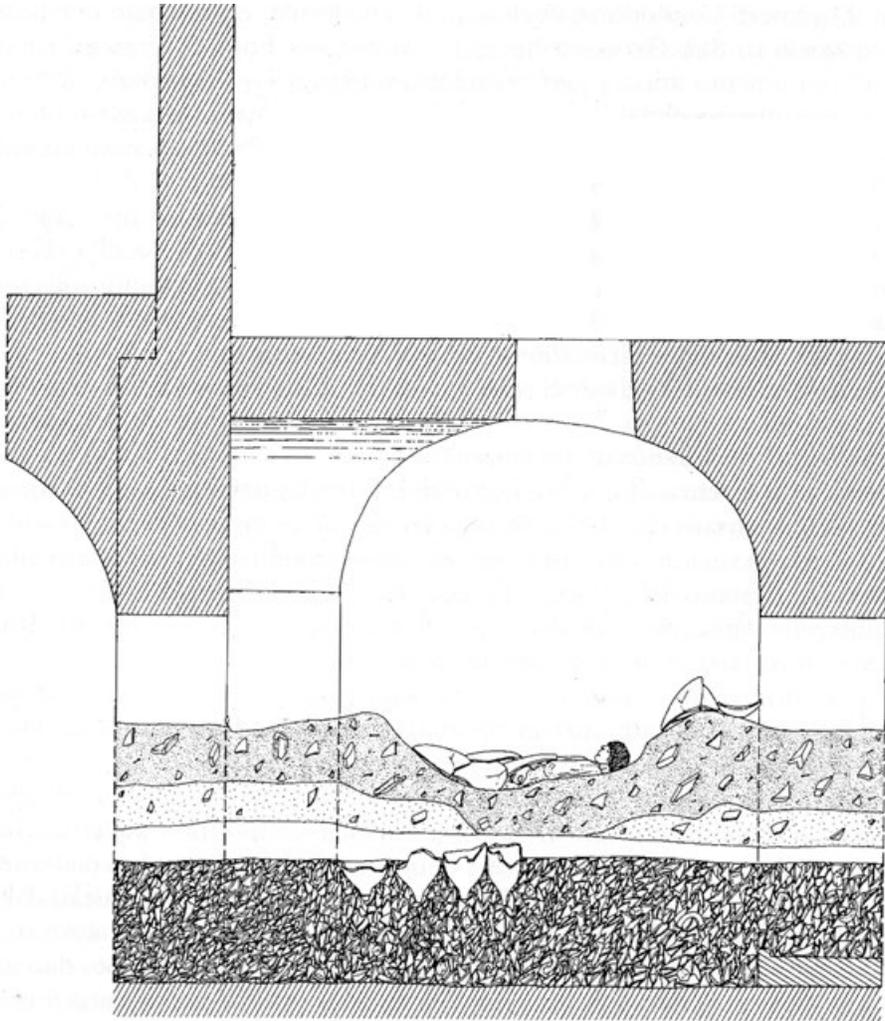


Fig. 7: section of the burial found in the harbour building on the left bank of the Tiber, Testaccio (elaboration by C. Corsi after Meneghini 1985).

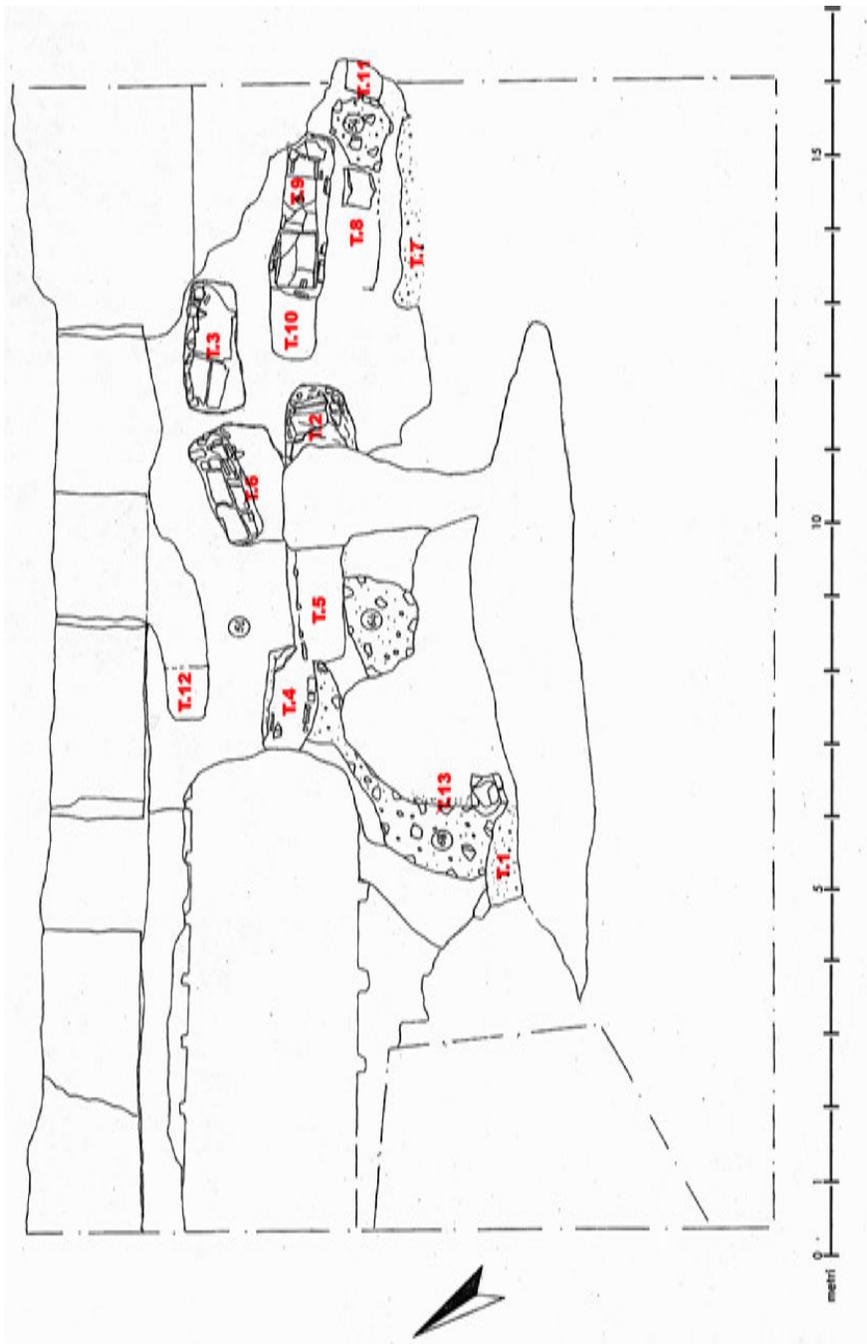


Fig. 8: Archaeological plan of the cemetery in the exedra of the Baths of Trajan (elaboration F. Carboni).

“UN PAISAJE DE *VILLAE FLUVIALES*: ECONOMÍA Y SOCIEDAD EN EL TERRITORIO MERIDIONAL DE *AVGVSTA EMERITA* EN ÉPOCA TARDOANTIGUA”

SAÚL MARTÍN GONZÁLEZ

Grupo Barbaricum - Universidad Complutense de Madrid

Resumen: El siguiente trabajo analiza, tanto desde un punto de vista arqueológico como histórico, ciertos aspectos del poblamiento rural en época bajoimperial romana y tardoantigua entre las localidades de Mérida y Alange (Badajoz). Se trata de un territorio ribereño constreñido por Occidente por el *Iter ab Hispalis Emeritam*, y por Oriente por uno de los principales ríos de la Península Ibérica, el Guadiana, lo que crea las condiciones ecológicas y geográficas idóneas para el poblamiento humano ya desde el Paleolítico en adelante. Además, en sus diferentes *villae rusticae* asistimos a una interesante secuencia diacrónica de ocupación, que vendrá relacionada con las fases históricas emeritenses y sus dinámicas económicas, sociales y políticas.

Palabras clave: Hispanias romanas, Guadiana, Augusta Emerita, Alange, mundo rural, *villae rusticae*, élites locales, pervivencias temporales, reocupación de espacios, *villulae*

Abstract: This paper is focused on certain aspects of the countryside and the Late Roman and Late Antique settlement on the territory between Mérida and Alange (Province of Badajoz, SW Spain), with both archaeological and historical views. Is a riverside territory placed between the *Iter ab Hispalis Emeritam* and by the Guadiana, one of the main rivers of the Iberian Peninsula, with excellent ecological and geographical conditions in order to grant a continuous human settlement from the Paleolithic period onwards. Also, in the several Roman *villae rusticae* sited in this territory we behold an interesting occupation process, linked with the near Emeritan History and its economical, social and political dynamics.

Keywords: Roman *Hispaniae*, Guadiana river, Augusta Emerita, Alange, countryside life, *villae rusticae*, local elites, time pervivences, spatial reoccupation, *villulae*

En las siguientes páginas nos ocuparemos de la problemática del poblamiento tardoantiguo de una zona concreta de la Península Ibérica¹. Nuestro objetivo será la proyección de dicho poblamiento sobre el territorio estudiado, en una

¹ El presente texto es fruto del trabajo de campo que tuvimos ocasión de realizar en esta zona entre los meses de octubre de 2.007 y febrero de 2.008. Dicha investigación vino dada por nuestra dirección de la fase final del Seguimiento Arqueológico de las obras de remodelación de la carretera BA-089 y su promoción en la actual EX105, así como de la ulterior dirección de las excavaciones parciales en las *villae rusticae* de Miralrío y La Coscoja en dicho periodo. Todas estas labores se efectuaron para la empresa Arqueochek S.L. y fueron convenientemente supervisadas por los arqueólogos de la Consejería de Cultura de la Junta de Extremadura. En esta última se fueron depositando los informes pertinentes de los trabajos, así como la memoria final tanto de nuestra parte del Seguimiento arqueológico de las obras como de las excavaciones que tuvimos oportunidad de desarrollar. A corto plazo buscaremos la publicación exhaustiva de dicho material, si bien ya se encuentra disponible hoy en dicha institución pública.

perspectiva diacrónica. No obstante, antes que pretender abarcar la totalidad del conjunto de yacimientos de un área arqueológicamente tan prolífica como la aquí tratada, pretendemos señalar yacimientos que nos proporcionen información clave acerca de las dinámicas de poblamiento durante la Tardoantigüedad, resultando en “pequeños sondeos” de la situación general del *ager emeritensis* y aún más allá. Estamos convencidos de que aquellas dinámicas, por lo demás, responden a una multiplicidad de factores complejos. Respecto a la dimensión espacial, señalar que situaremos el “punto de mira” del presente trabajo sobre el área meridional del Oriente de la provincia lusitana²: más concretamente, en el segmento del Valle del río Guadiana comprendido entre las localidades de Mérida y Alange. Esta última se emplaza en un excepcional promontorio (485 m.s.n.m.³) que le otorga el absoluto control, tanto visual como defensivo, del segmento aquí tratado del valle del Guadiana (hacia el Norte), además de la llanura que se extiende hacia Mediodía. Dicha planicie la conocemos hoy con el nombre de Tierra de Barros, y conforma una de las tres comarcas de excepcional potencialidad agrícola que confluyen sobre Mérida, junto a las dos de las Vegas (Altas y Bajas) del Guadiana. Así, no extraña por tanto que tengamos atestiguada la presencia humana en el lugar ya desde el mismo Paleolítico Inferior⁴ hasta nuestros días sin prácticamente solución de continuidad. Tan enorme secuencia previa de ocupación ha generado una amplia bibliografía de trabajos⁵, todavía acrecentado por la presencia de un manantial de aguas termales donde en época romana se disponían unas termas, recuperadas como balneario en el s. XIX.

El valle del Guadiana entre Alange y Mérida: un lecho ecológico privilegiado

Al ocuparnos del *flumen Anas*, nos encontramos ante uno de los principales cursos hídricos de Iberia. Formado, como el grueso de la red fluvial de aquélla, durante el periodo Terciario⁶, recorre 818 kilómetros⁷ entre su fuente en

² Territorio coincidente asimismo también con la zona meridional del antiguo *conventus emeritensis*, así como con el Sur del propio *territorium* de la capital lusitana. Sobre la larga controversia en torno a los límites entre la Lusitania y la Bética, vid. Gorges y Rodríguez Martín, 2004 93-128; Canto Perea 1989 149-205; y Martín González en prensa 1; *Id.* 2.012a, 463-474.

³ Como siempre para el caso español, las altitudes absolutas sobre el nivel del mar (*Z*) se trazan en base a la convención científica que estima el nivel medio del mar en Alicante a partir de la cota N.P.1, establecida en el primer peldaño del Ayuntamiento alicantino en 1.871. La ficha de dicha Cota 0, elaborada por el Instituto Geográfico Nacional del Reino de España, con fecha del 17 de septiembre de 2.011, puede consultarse aquí: <ftp://ftp.geodesia.ign.es/REDNAP/Lin00000/80.pdf>

⁴ Enríquez Navascués, 2003 38 y ss.

⁵ Alange, su monte, su fortificación y su complejo termal han sido objetos de una amplísima bibliografía. Algunos de los títulos más completos y recientes son: Pavón Soldevilla 2008; id. 1998; Rodrigo y Haba 1992 351-382.

⁶ Martín-Serrano, A., 1991 343; Enríquez Navascués 2003 29

⁷ Si bien su cuenca afecta una superficie total de 67.733 km².

Villarrubia de los Ojos (Ciudad Real) y su desembocadura en el Atlántico, lo que le convierte en el cuarto río más largo de nuestra Península. Pese a ello, la relativa escasez de su caudal le lleva hasta la décima plaza en cuanto al volumen de aguas transportadas, no contando con ningún afluente relevante debido a la relativamente escasa altura de los accidentes geográficos que rodean su cuenca. Ello es especialmente cierto en época estival, pero la enorme irregularidad en su flujo le ha tornado propenso desde antiguo a crecidas incontrolladas en invierno, que han llegado en ocasiones incluso a ser recogidas, para el tramo que baña la campiña emeritense, en las fuentes escritas. Para la Antigüedad Tardía lo tenemos de hecho atestiguado en dos ocasiones. La primera de ellas es la inscripción conmemorativa de la restauración del puente romano de *Augusta Emerita*; según se asegura en la misma, la estructura, que se había visto dañada por el paso del tiempo y la acción del río, fue felizmente restaurada por el *dux* visigodo Salla bajo consejo del obispo Zenón en el 483⁸. La segunda es el célebre pasaje del *Liber Vitae Sanctorum Patrum Emeritensium* donde se narra el anegamiento del monasterio de Cauliana y de varias *villulae*⁹ vecinas¹⁰. En la Edad Moderna, sabemos que el Guadiana se desbordó a su paso por Mérida en 1.603, y ya en el siglo XIX, acaso por influencia de las talas asociadas a la incipiente industrialización, en un total de cuatro ocasiones¹¹. El fenómeno continuó de hecho en el siglo XX¹² hasta la inauguración, ya en pleno 1.992, de la presa de Alange en la desembocadura del arroyo Palomillas sobre el río Matachel (uno de los principales afluentes del Guadiana en todo su curso medio) en un punto muy próximo a la desembocadura de éste en el *Anas*. Esta nueva estructura hidroeléctrica permitió regular, al igual que en otros muchos ríos del mundo¹³, de forma definitiva las alteraciones en el cauce fluvial.

Las anteriores crecidas han afectado severamente el curso del río, mutando su trazado hasta hacerlo irreconocible en algunos tramos respecto al paleocauce

⁸ Ésta parece la fecha más afortunada frente a otras que señalarían a finales del s. VII, en concreto al año 663 o bien 686. La controversia gira en torno a la aparente contradicción entre la datación expresa del epígrafe (en el año DXXI de la Era Hispánica, equivalente al 483 de la Era cristiana) y la alusión en el mismo al rey Ervigio, sentado en el Trono de Toledo entre el año 680 y el 687. En general se acepta la solución propuesta por J. Vives 1938 57-61, quien ve en el texto una alusión a Eurico (rey entre 466 y 484) en lugar de Ervigio. Sobre el tema, vid. Camacho Macías 1988 209-211.

⁹ Sobre este tipo de yacimiento, *vid. infra* el apartado IV del presente artículo.

¹⁰ *VPE*, II, 21.

¹¹ En concreto, en los años 1.832, 1.860, 1.876 y 1.877. Al respecto, vid. Macías Liáñez 1913. A este autor le debemos también la noticia de 1.603.

¹² Hoy, como hemos atestiguado nosotros mismos a través de la oralidad, muchos emeritenses de cierta edad recuerdan perfectamente las crecidas del río desbordando el puente romano y el ámbito ribereño de la ciudad.

¹³ Acaso el ejemplo más célebre en el ámbito de la Arqueología sea el del Lago Nasser sobre el Nilo.

que presentaba en la Edad Antigua. Como ha estudiado bien Rodríguez Martín¹⁴ estas variaciones han afectado profundamente a numerosas *villae rusticae* del *ager emeritensis*, especialmente en el tramo que cruza la actual comarca de las Vegas Bajas. Aquí, importantes yacimientos como Cubillana, Floriana, Las Termas, Torre Águila o Pesquero han sido destruidos parcialmente por la erosión fluvial, llegando incluso en alguno de los casos, como en Torre Águila, a quedar situada la *villa* en diferente disposición respecto al curso de agua. A éstos habría que añadir otros casos de destrucción total, cuya existencia hoy por tanto solamente alcanzamos a conjeturar.



Constriniéndonos ya al ámbito de nuestro estudio, el Guadiana cruza por estas tierras llanas¹⁵ en un lento devenir que origina amplios meandros, destacando la ya citada “campana emeritense”, formada por el tránsito del curso fluvial a través del desgastado macizo granodiorítico¹⁶ donde se emplaza Mérida, que supone una plataforma central, *ut diximus*, entre las arcillosas

¹⁴ 1999 122.

¹⁵ La pendiente máxima no supera el 0,55 por mil (Enríquez Navascués 2002 343)

¹⁶ Sobre la composición geomorfológica de la cuenca del Guadiana, vid. Rodríguez Vidal y Díaz del Olmo 1.994; Martín-Serrano 1994; id. 1991

tierras de las Vegas Altas, las Vegas Bajas y la Tierra de Barros¹⁷. A lo largo del trazado de dicha “campana” se suceden la desembocadura del Machel y los vados que La Zarza y Mérida (reforzado por el puente romano), dos de los siete presentes en la cuenca media del Guadiana. Ambos se sitúan a ambos extremos del segmento aquí estudiado, y su atractivo para el poblamiento humano alcanza el punto de esgrimir el vado emeritense como uno de los argumentos para una presunta “protofundación” cesariana de *Augusta Emerita*¹⁸. Sin embargo, en realidad la colonia no se asienta sobre el mejor de los siete vados naturales presentes en el Valle Medio del río, y es el único centro romano emplazado en su orilla septentrional¹⁹. Se trata de un tramo rico además en multitud de recursos naturales desde la Prehistoria²⁰, tales como abundante leña y recursos forestales a partir del bosque mediterráneo espeso (origen de la actual dehesa extremeña, una vez antropizado aquél) donde eran predominantes la encina y el pino carrasco además del alcornoque y una amplia serie de bosque bajo mediterráneo, especialmente en zonas de ribera. Este manto verde hacía posible además la abundancia de otros recursos como pastos para la ganadería, recolección, caza²¹, pesca y recursos hídricos²², etc... Capítulo aparte merecen los recursos mineros. Afloramientos y vetas de mineral de cobre, estaño y hierro se documentan en diversos puntos del área de estudio, quedando en general dispuestos en los altozanos que aparecen salpicados a lo largo del cauce del río, a una distancia inferior de 2 km respecto a sus orillas. En el transcurso de nuestros trabajos hemos documentado la ejecución de fosas de robo durante la época contemporánea para acceder a dichos minerales, revistiendo en ocasiones cierta complejidad al contar incluso con la existencia de pequeñas galerías subterráneas, como en el caso de la villa de

¹⁷ En esta página, fotografía satelital según el Visor del Instituto Geográfico Nacional del Reino de España (rotulación nuestra), que muestra la situación de las tres comarcas respecto a Mérida. La primera de estas comarcas se sitúa al Nordeste de Mérida río arriba; la segunda, a Occidente, es por donde continúa su curso el Guadiana, y la tercera, al Sur, si bien no se encuentra directamente bañada por éste sí se ve incluida en su cuenca por sus relaciones geográficas (geológicas, climáticas, afluentes, etc...)

¹⁸ Canto Perea 1989 160. Entre otros argumentos, la autora esgrime la imposibilidad de que un vado tan favorable como el emeritense le pasara por alto a “un extraordinario topógrafo” (*op. cit.*, 160) como Julio César. Sobre el tema del puente y el vado emeritense, *vid.* Álvarez Martínez, J.M. 1983.

¹⁹ Rodríguez Martín 2010 129

²⁰ Los estudios palinológicos en yacimientos de la zona se condensan en la obra de Enríquez Navascués 2003 29 y ss.

²¹ Presente hasta nuestros días en la zona, en la Antigüedad gozaba de gran importancia debido a la abundancia de especies tales como la cabra hispánica, el ciervo, el jabalí y el conejo, además de otras especies de carácter a priori menos cinegético como el lince ibérico, el águila imperial, buitre leonado, zorro, lobo, gato montés y tejón (Enríquez Navascués 2003 30-31).

²² Como la recolección de moluscos fluviales, atestiguados a lo largo de toda la secuencia (Enríquez Navascués 2003 31).

La Coscoja²³. La investigación suele ser escéptica ante una posible explotación prehistórica y antigua de estos elementos²⁴, si bien acaso sea posible cierto margen de revisión. Una situación parecida presenta el viejo debate acerca de la eventual navegabilidad del Guadiana en época antigua. Tradicionalmente se ha venido negando toda posibilidad al respecto, si bien a la luz de ciertos elementos, de naturaleza tanto arqueológica como textual, acaso fuese preciso realizar algunos matices de cierto calado en torno a esta cuestión²⁵.

No queremos concluir el esquema de los recursos naturales que ofrece el medio sin incidir en uno absolutamente fundamental. Ya hemos hecho alusión *supra* a la cronología geológica terciaria del Guadiana, en sintonía con la mayoría de la red hídrica ibérica. Pese a ello, las tierras que conforman su vega se han formado a base del transporte y la sedimentación de arrastres aluviales (arcillas cuaternarias) muy recientes. Dicha naturaleza las torna óptimas para dos finalidades económicas: la agricultura y los usos industriales. Acerca de la primera, baste señalar la tradicional feracidad de las comarcas ribereñas del Guadiana Medio en torno a Mérida, como hemos ya señalado *supra*. La segunda ofrece, si cabe, mayor interés al propósito de este trabajo. Las características geológicas de las arcillas de vega las tornan ideales como materia prima (pasta) de cara a los procesos industriales de transformación, como la fabricación de cerámica, teja y ladrillo. Al igual que ocurre con lo expuesto para la minería, tenemos perfectamente atestiguado la extracción de arcillas aluviales para tal fin, en el territorio aquí tratado, en época contemporánea²⁶. Si la explotación de estos recursos puede ser extensible a épocas pretéritas, es otro de los interrogantes a resolver.

El Bajo Imperio en el Valle Medio del Guadiana: un paisaje de *villae* fluviales.

Tras las reformas administrativas emprendidas por Diocleciano y la Tetrarquía a finales del siglo III, la *Colonia Iulia Augusta Emerita* recibirá la capitalidad no sólo de Lusitania, sino de la totalidad de la *Diocesis Hispaniarum*,

²³ Martín González 2007b 20

²⁴ Enríquez Navascués 2003 31

²⁵ Uno de estos elementos serían los hallazgos de ciertos materiales anfóricos que, con una cronología en torno al cambio de Era, hemos podido atestiguar en la amortización de la Fase I de la villa de Miralrío. Sobre dichas fases tempranas, así como del asunto de la eventual navegabilidad del Guadiana en época antigua, habremos de ocuparnos en mejor ocasión.

²⁶ En concreto, en el PK 3+100 de la actual carretera EX105, junto a la cuneta oriental, se yerguen aún las ruinas de una fábrica de ladrillos activa hasta hace aproximadamente una década. Por todo el lugar hemos podido atestiguar enormes montones de escorias de cocción y piezas defectuosas, además de las antiguas estructuras de la fábrica.

residiendo en ella el *vicarius* de forma estable²⁷. Por un conjunto de causas socioeconómicas complejas²⁸, en sus campiñas circundantes nos encontramos con un nuevo vigor constructor que redundará en el inicio de nuevas fases en la práctica totalidad de villas emeritenses (y aún más, puesto que se trata de dinámicas parejas en grandes territorios del Occidente imperial). En general, éstas sufrirán la fase que nosotros hemos dado en llamar “la monumentalización del campo”, y que comprende desde finales del s. III hasta principios del s. V, suponiendo éste “*el periodo de esplendor de las villas romanas en Hispania (...) indudablemente*”²⁹. Esta nueva fase, en efecto, supone la época más clásica para el mundo rural hispanorromano, llegando a serle propias muchas de las principales manifestaciones histórico-artísticas de éste, como es el caso de los mosaicos hispanos policromos que han llegado hasta nosotros. Las características de esta nueva fase consisten, por encima de cualquier otra consideración, en la agudización exponencial de la diferenciación de espacios dentro de la célula productiva que suponen las villas romanas. Así, más claramente que nunca, vemos como se diferencia la *pars urbana*, donde reside y desarrolla su *modus vivendi* aristocrático la élite terrateniente³⁰, de las *partes rusticae* y *frumentariae*, donde el resto de la población reside y trabaja en diversas actividades económicas. La primera de ellas inicia ahora un momento de esplendor que la llevará a dotarse de una mayor complejidad arquitectónica (con la incorporación de estructuras complejas como ábsides, trícoras, plantas octogonales, etc...) y de una riqueza material en ocasiones impresionante, como podemos inferir de los restos hallados de decoración pictórica, escultórica y musivaria. Es importante resaltar que, pese al arquetipo habitual, especialmente común entre muchos arqueólogos, una villa romana en modo alguno es un edificio aislado. Muy al contrario, se trata de toda una compleja célula productiva, compuesta por un conjunto de edificios, tierras, personas, animales y medios de producción que alberga una *pars urbana*, más o menos monumental, destinada a la residencia y disfrute de sus propietarios. El carácter y estabilidad de esta residencia es lo que cambia, debido a toda una pléyade de causas complejas interrelacionadas, en el tránsito del siglo III al IV de nuestra Era. Habremos de ocuparnos en profundidad de las causas de estas transformaciones próximamente, en el lugar apropiado para ello.

²⁷ Sobre la capitalidad emeritense y el vicariato, vid. Arce 2005 189 y ss.; id. 2002 13 y ss. y 39 y ss.

²⁸ En la actualidad nos encontramos trabajando en ellas, y habremos de exponer los resultados en el Futuro inmediato.

²⁹ Fuentes Domínguez 1999 319

³⁰ Se trata de la parte mal llamada “residencial”, ya que la mayoría de seres humanos presentes en la *villa rustica*, estos es, la población subalterna que trabajaba con la fuerza de sus brazos, residían en las partes urbanae y frumentariae. En la mayoría de ocasiones, incluso, se comete el craso error de reducir el concepto de la propia *villa rustica* solamente a su *pars urbana*, olvidando que aquélla no es sino el resultado de suma de todos los edificios que la conforman.

Volviendo al *ager emeritensis*, el territorio mejor estudiado dentro de él es sin duda las Vegas Bajas del Guadiana. Allí asistimos a cómo importantes villas como Torre Águila³¹ o Pesquero³² incorporan las características arriba expuestas. En el Valle meridional de Mérida, nos encontramos con una sucesión de este tipo de yacimientos³³ a lo largo del río y a menos de un kilómetro de éste, conformando un auténtico paisaje de *villae* fluviales. Ahora bien, antes de cualquier otra consideración, cabe preguntarse si hablamos en todos los casos de *villae rusticae* independientes o simplemente se trata de diferentes partes correspondientes a una misma célula productivo-residencial. Esto podría parecer especialmente apropiado en algunos casos, como La Coscoja y Miralrío, yacimientos separados por 1,5 km de curso fluvial, o bien entre La Fernandina y El Berrocal, el mismo caso en aún menos espacio.

En cuanto a la dinámica de poblamiento de estas *villae*, en general contamos con que todas las que conocemos en este segmento del Valle siguen un esquema donde la *pars urbana* o residencial se dispone en la cima de algún cerro o altozano, mientras que las *partes rusticae* se disponen en las faldas de dichas elevaciones que miran al Guadiana. Los motivos de este esquema combinan los factores infraestructurales o económicos prácticos con los supraestructurales o psicológicos. Así, las *partes urbanae* controlan visualmente el territorio y ofrecen una sensación de predominio sobre el espacio circundante, como ocurre por ejemplo en la villa de La Fernandina³⁴, en la Dehesa de Holgados³⁵ y sobre todo en La Coscoja³⁶. Acaso también pueda suceder lo propio en Miralrío³⁷,

³¹ Sobre Torre Águila existe una amplísima bibliografía. Algunos títulos recientes y globalizadores serían: Rodríguez Martín – Carvalho 2008 301-344; Gorges - Rodríguez Martín 1997 7-24; Rodríguez Martín 201-219; Id. 1993 22-23; Id. 1995a 313-317; Id. 1995b 46-55; Id. 1997 697-711; id. 2005

³² Sobre Pesquero y sus mosaicos: Álvarez Martínez - Nogales Basarrate 1994 273-295; Rubio Muñoz, 1991 431-444; id. 1988 187-200

³³ En concreto, hasta seis de ellos se han documentado en el tramo de afección de la carretera EX105 entre Mérida y Alange, y sólo en la orilla izquierda del Guadiana, a saber: La Fernandina, El Berrocal, La Coscoja, Miralrío, la Dehesa de Holgados y la Venta del Cuerno.

³⁴ Situada en el PK 2+900 de la carretera EX105. El ángulo NE (el más próximo a Mérida) de su área de dispersión de materiales, cae en el punto georreferenciado con las siguientes coordenadas UTM: X 731287.74; Y 4307659.32; Huso 29 (Martín González 2007b 13 y ss).

³⁵ PK 11+350 de la carretera EX105. Las coordenadas UTM del ángulo NE (el más próximo a Mérida) de su área de dispersión de materiales son: X 736145.4; Y 4301580.08 Huso 29. (Martín González 2007 47 y ss).

³⁶ PK 5+000 de la carretera EX105. Las coordenadas UTM del ángulo NE (el más próximo a Mérida) de su área de dispersión de materiales son: X 732223.70; Y 4305728.5 Huso 29. (Martín González 2009b 228 y ss.; id. 2007b 20 y ss.).

³⁷ Tuvimos oportunidad de excavar este interesante edificio, desconocido previamente, incluyéndolo en la Carta Arqueológica de Extremadura, entre los meses de octubre de 2.007 y enero de 2.008 (vid. Martín González, 2009b 12 y ss.). Se ubica sobre el PK 6+425 de la carretera EX105. Las coordenadas UTM del ángulo NE (el más próximo a Mérida) de su área de dispersión de materiales son X: 732992.46; Y: 4304608.49; Huso 29. (Martín González

si bien no se ha indagado lo suficiente en la cima del cerro donde aparece este yacimiento³⁸. Las *partes rusticae*, mientras tanto, se disponen en los mismos (o muy próximos) cabezos ribereños donde se enclavan las *urbanae*, pero en este caso, mayoritariamente, en los piedemontes que miran al Guadiana. Hemos atestiguado este fenómeno con seguridad en La Coscoja y en Miralrío, quedando mucho trabajo por delante en el resto de casos antes mencionados. En otros yacimientos similares de ambas orillas en este tramo del Valle, como la Venta del Cuerno, Fuente de las Barrancas, Pajares del Encinar, Los Villares o el arrasado de la Venta del Cuerno también sería necesario indagar más para poder pronunciarse sobre su verdadera naturaleza y significado, si bien no cabe duda de que se trata de sendas *partes* de *villae*, a menudo asociadas a procesos productivos. El caso de El Berrocal es especial, ya que toda la lógica del yacimiento viene dado por sus recursos naturales³⁹, en este caso la posible cantera desarrollada sobre los afloramientos calizos y granodioríticos a la que la toponimia del lugar alude.



2009b 12 y ss.; 2007b 20 y ss.).

³⁸ Martín González 2009b 260 y ss.

³⁹ Sobre El Berrocal en el contexto del *territorium* emeritensis meridional, *vid.* Martín González 2007b 25-30; Enríquez Navascués 2002 31. En la actualidad, nos encontramos trabajando con esta información de cara a futuras investigaciones.

En general el esquema de poblamiento durante buena parte de la época romana y tardorromana nos lo ofrece la villa de La Coscoja, yacimiento que tuvimos ocasión de excavar muy parcialmente entre enero y febrero de 2.007⁴⁰. El yacimiento sólo se extiende, en el estado actual de conocimientos, por el margen occidental de la carretera, ocupando tanto la cima como las faldas de un altozano que se yergue sobre ésta a unos 20 metros de la orilla occidental del río. La naturaleza del sitio es la de una villa romana cuya *pars rustica* se extiende a lo largo de toda la falda oriental del cerro, el más próximo al río. En dicha falda pudo individuarse abundante material rodado⁴¹, principalmente constructivo, además de evidencias de al menos dos hornos cerámicos⁴². La *pars urbana* de la villa, por su parte, se dispone sobre la cima del cerro. Allí hemos evidenciado⁴³ sendos muros de dioritas trabadas con cal que disponen las diferentes estancias e incluso un espacio termal dotado de *caldarium*, el cual ha sido víctima del expolio a manos de furtivos⁴⁴. Los restos han sido cortados en parte, no obstante, por la construcción en la segunda mitad del siglo XX de un depósito de agua en cemento para irrigar las fincas circundantes, así como por abundantes zanjas que acaso se expliquen en razón de prospecciones metalúrgicas también en nuestros días. Éstas vienen dadas por la presencia de cierto grado de de cobre y hierro en la colina y sus cercanías, lo que torna este paraje del *ager emeritensis* aún más atractivo para el asentamiento humano.

Nuestra excavación en el lugar, realizada en el área afectada de manera muy tangencial, por los trabajos de mejora en la carretera EX105⁴⁵, ofreció por desgracia pocos datos utilizables. Sí resultó posible documentar un espacio productivo, con presencia de materiales antiguos⁴⁶ extraordinariamente rodados y calcinados, que fue lamentablemente arrasado al trazar la antigua carretera BA-089⁴⁷ en la década

⁴⁰ Martín González 2009b 228 y ss. En esta página, restos de estructuras termales de la *pars urbana* de La Coscoja (fotografía propia).

⁴¹ Se trataba de material de cierta calidad, tal como *terrae sigillatae hispanicae* (incluyendo varios fragmentos decorados), pintura mural (de color amarillo y rojo pompeyano), fragmentos de lucernas, pegotes de estuco, cerámica común (incluyendo tapas, bordes y fondos) e incluso algunos fragmentos de hueso.

⁴² Martín González 2009a 16 y ss; 2007 20 y ss

⁴³ En torno al punto X 732130 Y 4305437 Huso 29. Durante nuestros trabajos en la zona, nosotros mismos tuvimos oportunidad de elaborar la ficha de éste y del resto de los yacimientos aquí tratados, para la Carta Arqueológica de Extremadura.

⁴⁴ Vid. la fotografía que acompaña estas líneas (fotografía propia).

⁴⁵ Unos 100 m² de la falda nordoriental del cabezo por los trabajos de ampliación de la carretera

⁴⁶ Así fragmentos aislados de *tegulae* e *imbrices*, y, sobre todo, una extraordinaria cantidad de material latericio (especialmente relevante en la U.E. 10, pero presente también en la práctica totalidad del yacimiento). Se documentan también algunos restos cerámicos, principalmente formas de cocina y comunes (acaso lo más espectacular sea el borde de un *dolium* aparecido en la U.E. 2). En todo caso, se trata de material extraordinariamente rodado y arrasado, en un estado altamente deficiente de conservación, muy fragmentado y, con unas enormes secuelas de fuego.

⁴⁷ Como señalamos al comienzo de este artículo, dicha carretera era la preexistente,

de 1.960. No obstante, sí se documenta el esquema referido *supra*, consistente en emplazar la *pars urbana* en la cima mientras la *pars rustica* (una o varias) ocupa la falda que cae hacia el curso del río. De igual modo parece funcionar la *pars rustica* de la villa de Miralrío, si bien en este caso cabría preguntarse si se trata de un edificio asociado a La Coscoja, o acaso formase parte de una célula propia.

No queremos dejar pasar la oportunidad de relacionar el poblamiento bajoimperial romano de este segmento del valle con el presente en la Tierra de Barros, comarca inmediatamente vecina por el Sur, y espacio de neta interconexión en virtud del eje formado por el *Iter ab Hispali Emeritam*, que cierra la campana emeritense por Occidente y atraviesa por la mitad dicha comarca. Se trata de un espacio que funcionó como gigantesca *pertica* centuriada en la fundación de Mérida⁴⁸, y que en época bajoimperial se torna escenario para una auténtica pléyade de *villae rusticae* que en algunos casos alcanzan una notable suntuosidad en virtud de la enorme feracidad agrícola que le otorgan a esta llanura sus rojas arcillas cuaternarias de aluvión. Además, este territorio constituye el espacio postrero de la Lusitania por el Sur⁴⁹ y por tanto el corredor hacia la Bética y los puertos meridionales hispanos. La importancia de este territorio, que excede ampliamente los límites del presente trabajo, viene testimoniada por el hallazgo en 1.847 de *“la más conocida, estudiada y reproducida internacionalmente de las joyas que la Hispania romana ha aportado hasta ahora a la Arqueología Clásica”*⁵⁰, el celeberrimo *missorium* de Teodosio, del que ya nos hemos ocupado en alguna ocasión⁵¹. Más allá de la mera espectacularidad estética y formal del mismo, dicho disco argénteo refuerza la posibilidad de que en aquellas tierras, inmediatas a la capital de la diócesis, se encontrasen algunos de los predios de la familia teodosiana que veinte años más tarde ofrecieron las primeras resistencias a los *iudices*⁵² enviados por el usurpador Constantino III a las Hispanias⁵³.

El siglo V: de las *villae* a las *villulae*

Al llegar el siglo V se producen una serie de transformaciones a gran escala en todo el Imperio Romano de Occidente, sobre las que han corrido ríos de

construida en la década de 1960, que fue promocionada a la EX105 tras las obras de mejora que cubrió nuestro proyecto de seguimiento y excavaciones arqueológicas en la zona

⁴⁸ Gorges – Rodríguez Martín 2005 102 y ss

⁴⁹ Sobre la polémica en torno a los límites meridionales de Lusitania, *vid. supra* nota al pie nº 2

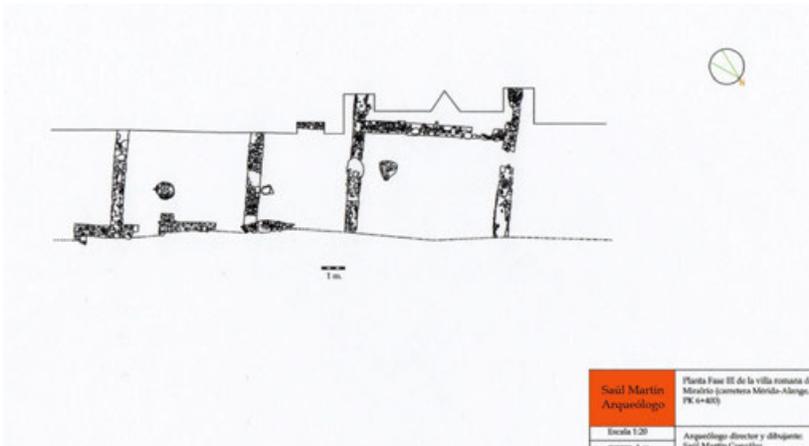
⁵⁰ Canto Perea 2000 290

⁵¹ Martín González, en prensa 1

⁵² Sánchez Salor 1982 7, 40

⁵³ Sobre el celeberrimo episodio de Dídimo y Veriniano, *vid. Sanz Serrano* 2009 156 y ss. y 171 y ss.; *id.* 1986 225-264; Arce Martínez 2005, 31 y ss.; Escribano Paño 2000 509-534; sobre la posible relación entre el *missorium* y los predios de la Familia Imperial teodosiana, *vid. Martín González*, en prensa 1

tinta⁵⁴ y que en las provincias hispánicas⁵⁵ conducen, *de facto*, al desmoronamiento del sistema bajoimperial y, en último término, al del propio Estado romano. Arqueológicamente nos encontramos con el final del modelo de la *villa rustica* como entidad propia, si bien en absoluto con la despoblación de sus antiguas estructuras. En realidad, sobre las ruinas de éstas hallamos nuevas y sugerentes fases de ocupación humana, poco y mal conocidas por la investigación hasta tiempos muy recientes. Nosotros mismos hemos definido⁵⁶ a la primera de dichas fases, para el ámbito rural, como “fase de *villulae*”, que podríamos definir *grosso modo* como la reocupación en precario y reconversión en hábitat de estructuras anteriores de toda índole. Retornando al territorio aquí estudiado, este nuevo periodo se corresponde con la paupérrima pero interesantísima reocupación del edificio de Miralrío. En dicha estructura, tuvimos ocasión de documentar una gran cantidad de material constructivo de escombros que se nos presenta por lo general muy quemado, lo que pudiese sugerir un final, si no violento, sí al menos intencionado para la fase anterior. El interés fundamental de esta tercera fase⁵⁷ reside en el giro dado al edificio, que desde funciones productivas y de almacenaje pasa por primera vez (al menos en la parte que donde ha sido posible desarrollar la excavación⁵⁸), a desempeñar una función de hábitat. Así, tras nuevos rellenos que colmatan algunos tabiques (por ejemplo U.E. 27) uniendo estancias y variando nuevamente la disposición del edificio, asistimos a un fenómeno de creación de hogares para cocinar y hacer fuego.



⁵⁴ Por citar sólo un título reciente, Ward-Perkins 2007; para una mayor circunscripción a la Península Ibérica, *vid.* Sanz Serrano 2009 y Arce Martínez 2005.

⁵⁵ Con la única excepción del cuadrante Nordoriental de la Tarraconense, que se mantuvo fiel a Rávena, al menos *de iure*, hasta su caída *manu militari* ante el monarca visigodo Eurico en la década de 470 (Sanz Serrano 2009 160; Martín González 2007a 186; Arce Martínez 2005 144 y ss.

⁵⁶ Martín González 2011 186.

⁵⁷ Junto a estas líneas, planta de la Fase III de la *pars rustica* de la villa de Miralrío, resultante de nuestra excavación del lugar.

⁵⁸ Martín González 2009b 12 y ss.

Tenemos atestiguados dos de ellos en las tres estancias conservadas para esta fase, elaboradas a base de fragmentos reutilizados de *tegulae* y *lateritia*. En la estancia intermedia, por su parte, nos encontramos con un banco formado por un par de calizas (de gran tamaño una de ellas) que presumiblemente en época anterior se encontrasen formando parte de los muros, conformando un ámbito que recuerda sobremedida, por ejemplo, a los hábitats meseteños de la II Edad del Hierro⁵⁹.



⁵⁹ Para un ejemplo entre muchos, *vid.* Parzinger - Sanz Serrano 2000

En otro orden de cosas, y además de estos espacios de hábitat, la Fase III de Miralrío destaca asimismo por la presencia de una enorme acumulación de material que viene situada inmediatamente al Norte del edificio, justo allende un umbral de salida/entrada del mismo en uso en esta fase (creado a partir de realizar un butrón en el muro de cierre por el Norte). La anterior acumulación, acaso un basurero, rellena en parte una gran fosa (U.E. 44) aunque acabó formando un pequeño *tell* de medio metro por encima de la cota de uso. Además de gran abundancia de material constructivo variado y de cerámica común y de cocina, cabe destacar el hallazgo en medio de la vorágine de elementos de una punta de lanza en hierro, interesante además por conservar acaso, según parece, una pequeña parte de la empuñadura dentro de su engarce⁶⁰.

Las características de la pieza nos permiten barajar una cronología tardoantigua para la misma, y más concretamente para el siglo V de nuestra Era, lo que podría encontrarse en sintonía con el fenómeno de pervivencia y reocupación del espacio descrito *supra*. Cabe destacar que contamos con paralelos de esta pieza en sendos yacimientos de la actual Comunidad de Madrid, como por ejemplo Valdeterres del Jarama, Tinto Juan de la Cruz (Pinto, Madrid)⁶¹ y villa de El Val (Alcalá de Henares, Madrid), todas ellas provenientes no de contextos necropolitanos sino de las fases de *villulae* que amortizan y reutilizan de las antiguas *villae rusticae*, y que en alguna ocasión se han querido poner en relación con “*grupos germánicos que vivían del saqueo y que utilizan sistemas de vida importados del Norte del limes (...) gentes de vida seminómada que sólo viven un tiempo en El Val y que habría que relacionar con las invasiones del siglo V*”⁶². No obstante, en la actualidad existe un gran debate en torno al carácter de dicho armamento, reconociéndose en base a ellas desde material bélico que documentaría la llegada de poblaciones alóctonas, guerreras y “barbaras”, como acabamos de ver, hasta elementos correspondientes al armamento cinegético del *dominus* local, no faltando incluso quien busca soluciones de consenso en forma de reutilización de este último caso por parte de los germanos llegados posteriormente⁶³. Si bien se trata de un campo aún abierto a nuevos hallazgos e hipótesis de trabajo, no juzgamos casual el hecho de que la amortización de las antiguas *villae* parece suponer un proceso relativamente rápido, además del sugerente origen geográfico de estas piezas, concentrado en torno a las actuales provincias de Madrid-Toledo además del propio entorno emeritense, dos de los principales territorios ibéricos para el *Regnum Gothorum*. No obstante, si algo parece claro es que en la Antigüedad Tardía debemos huir de las tradicionales

⁶⁰ Junto a estas líneas, fotografía del hallazgo de la pieza, en su contexto (fotografía propia).

⁶¹ Barroso Cabrera - Morín de Pablos 2006 735 y 737

⁶² Así Rascón *et alii* 1990 197, para el caso de la punta de lanza hallada en la villa complutense de El Val

⁶³ Barroso Cabrera - Morín de Pablos 2006 737.

visiones simplistas para ampliar nuestra visión a procesos policasuales, complejos y de consecuencias graduales, máxime cuando los pueblos “bárbaros” arrastraban con ellos, como hemos ya señalado en alguna ocasión⁶⁴, a todo un conglomerado de poblaciones, germánicas pero también provinciales romanas, incorporados como fugitivos del conflicto social y la desaforada fiscalidad bajoimperial. Estas poblaciones se incorporaban a los pueblos bárbaros en movimiento con su propia cultura material romana, lo cual dificulta extraordinariamente su reconocimiento arqueológico, volviéndose poco menos que invisibles a nuestros ojos, al menos en términos de materiales importados⁶⁵.



Sea como fuere, el fenómeno anterior nos remite a un interesante proceso, el de las denominadas *villulae*, un término recogido en las fuentes escritas tardoantiguas⁶⁶ de éste y otros territorios hispánicos⁶⁷. Arqueológicamente es un proceso que viene atestiguado en otros yacimientos y del que ya nos hemos ocupado en alguna ocasión en cierta profundidad⁶⁸. El fenómeno quizás

⁶⁴ Martín González 2012b; *id.* en prensa 2.

⁶⁵ Martín González 2012b; *id.* en prensa 2.

⁶⁶ La primera noticia donde aparece este término en todas las Hispanias es precisamente aquí, en la cita ya referida de las *Vitae* (*VPE*, II, 21).

⁶⁷ Martín González 2011; Martínez Melón 2006; Isla Frez 2001.

⁶⁸ Martín González 2011.

alcance una de sus ocasiones mejor conocidas y estudiadas 6,5 kilómetros río abajo respecto al edificio de Miralrío: se trata del área arqueológica de Morería, dentro del propio yacimiento emeritense y por tanto, a diferencia del edificio aquí tratado, aparecido en un contexto urbano. En dicha área tenemos perfectamente atestiguada la pervivencia en el poblamiento de la rica y célebre *Domus de los Mármoles*, en el tránsito entre época romana bajoimperial y la Antigüedad Tardía, bajo la forma de una reocupación de las antiguas estancias domésticas por nuevos habitantes, aparentemente en razón de familia por estancia. Estos nuevos pobladores habrán de asentarse en el edificio dejando el *perystilum* a modo de patio de vecinos o “corrala”⁶⁹ dejando precisamente, como muestra material más característica, un hogar efectuado a base de fragmentos de material constructivo⁷⁰. Otro posible hogar tardoantiguo, además, se apunta para el Foro Provincial de la capital de las Hispanias⁷¹, donde asimismo tendría su razón de ser en un contexto de reocupación de estructuras anteriores. Suponen ejemplos importantes todos ellos, ya que se trata siempre de casos donde se han aplicado excavaciones sistemáticas. En otros yacimientos, donde por el contrario se han practicado excavaciones antiguas y acientíficas, resulta fácil la ignorancia y no documentación de esta fase, tan interesante como arqueológicamente sutil y paupérrima en lo material.

V- Por una lectura social de la Arqueología

Por último, creemos que el estudio arqueológico crítico e integral (esto es, teniendo en cuenta asimismo el resto de fuentes sobre las épocas romana y tardoantigua, desde una perspectiva interdisciplinar⁷²) de los yacimientos tipo *villa*, no puede sino confirmar la íntima relación existente entre el registro arqueológico y la realidad económica (en un primer momento) y los aspectos sociales y políticos (derivados de aquella) propios de la época, todo ello dentro de la dialéctica campo-ciudad. En este ámbito concreto, se trata en último término de las tribulaciones sufridas por las élites de la Colonia que, como las de cualquier otro gran centro urbano del Occidente imperial, a partir de cierto momento se vieron inmersas en complejos e interesantes procesos socioeconómicos a caballo entre el ámbito urbano y el rural. Ambos ámbitos se

⁶⁹ Alba Calzado 1997 293; en esta página, hogar fabricado a base de elementos reutilizados, situado en una de las estancias de la *Domus de los Mármoles* (fotografía propia).

⁷⁰ Como puede apreciarse en la fotografía que acompaña a estas líneas (Fotografía propia)

⁷¹ Mateos Cruz *et alii* 2005 128.

⁷² Nos oponemos frontalmente a los postulados que tratan de construir un presunto “discurso propio” como “muestra de madurez” de la Arqueología. Concebimos ésta como una ciencia auxiliar de la Historia (y aún de la Antropología y la Filosofía aplicada al ser humano) desprovista de sentido fuera de ella, y enriquecida progresivamente, tanto en técnicas como en miras y objetivos, por el contacto con otros campos del conocimiento.

constituirán, como no puede ser de otra manera, en sendos escenarios donde los distintos grupos sociales irán desarrollando paulatinamente nuevas formas de relación, dominada a la postre por los godos en lo político, la Cruz en lo ideológico y lo protofeudal en lo socioeconómico. Se trata, en definitiva, de la constatación arqueológica de la muerte de un cierto tipo de organización social y el consiguiente nacimiento de otra, nueva, sobre sus cenizas.

BIBLIOGRAFÍA

Fuentes clásicas

- A. Camacho Macías (1988), *El libro de las vidas de los santos padres de Mérida. Opúsculo anónimo del siglo VII*, edición bilingüe, estudio, anotaciones y apéndices documentales. Mérida.
- E. Sánchez Salor (1982), *Historias contra los paganos en siete libros de Orosio*, traducción y notas. Madrid, Gredos.

Monografías y artículos científicos:

- M. Alba Calzado (1997), “Ocupación diacrónica del Área arqueológica de Morería (Mérida)”, *Mérida. Memoria nº 1. Excavaciones arqueológicas en Mérida 1994-1995*. Consorcio de la Ciudad Monumental, 285-316.
- J. M. Álvarez Martínez (1983), *El puente romano de Mérida*, en *Monografías emeritenses*, I. Badajoz.
- J.M. Álvarez Martínez, T. Nogales Basarrate (1994)–“Algunas consideraciones sobre la decoración de las villae del territorium emeritense: musivaria y escultura”, in J.G. Gorges y M. Salinas de Frías (Eds.), *Les campagnes de Lusitanie romaine*. Madrid-Salamanca, 273-295
- J. Arce (2002), *Mérida tardorromana (300-580 d.C.)*, en *Cuadernos emeritenses*, 22. Mérida
- (2005), *Bárbaros y romanos en Hispania (400-507 A.D.)*. Paracuellos del Jarama, Marcial Pons Historia.
- A. Azkárate Garai-Olaun y J. A. Quirós Castillo (2001), “Arquitectura doméstica altomedieval en la Península Ibérica. Reflexiones a partir de las excavaciones arqueológicas de la catedral de Santa María de Vitoria-Gasteiz (País Vasco)”, *Archeologia Medievale*, XXVIII, 25-60
- R. Barroso Cabrera – J. Morín de Pablos (2006), “Armas en la Arqueología madrileña de la Antigüedad Tardía”, in *Zona Arqueológica* 8, vol. III: *La investigación de la época visigoda en la Comunidad de Madrid, 735-746*.
- G.P. Brogiolo y A. Chavarría Arnau (2008), “El final de las villas y las transformaciones del territorio rural en Occidente (siglos V-VIII)”, in C. Fernández Ochoa, V. García-Entero y F. Gil Sendino (Eds), *Las villae tardorromanas en el Occidente del Imperio: Arquitectura y función*, Actas del IV Coloquio Internacional de Arqueología de Gijón, 26-28 de octubre de 2006. Gijón, Ediciones Trea, 193-214

- A. Canto Perea (1989), “*Colonia Iulia Augusta Emerita: consideraciones en torno a su fundación y territorio*”, *Gerión*, 7, 149-205
- (2000), “Las *quindecennalia* de Teodosio I el Grande (19 de enero de 393 d.C.) en el gran clipeo de Madrid”, in “*El disco de Teodosio*”. Madrid, Real Academia de la Historia,
- A. Chavarría Arnau, A. (2004), “Interpreting the transformation of Late Roman villas: the case of *Hispania*”, in N. Christie (Ed.), *Landscapes of change: rural evolutions in Late Antiquity and the Early Middle Ages*. Pádstow, Ashgate Publishing, 67-102
- (2006a), “Reflexiones sobre el final de las villas tardoantiguas en la Tarraconense”, in U. Espinosa Ruiz y S. Castellanos (Eds.), *Comunidades locales y dinámicas de poder en el Norte de la Península Ibérica durante la Antigüedad Tardía*. Logroño, Universidad de La Rioja, 19-40
- (2006b), “Villas en *Hispania* durante la Antigüedad Tardía”, in A. Chavarría, J. Arce y P. Brogiolo (Eds.), *Villas tardoantiguas en el Mediterráneo Occidental*, in *Anejos de AespA*, XXXIX. Madrid, 17-35
- J. J. Enríquez Navascués (2003), *Prehistoria de Mérida (cazadores, campesinos, jefes, aristócratas y siervos anteriores a los romanos)*, in *Cuadernos emeritenses*, 23. Mérida, Museo Nacional de Arte Romano.
- V. Escribano Paño (2000), “Usurpación y defensa de las Hispanias: Dídimo y Veriniano (408)”, *Gerión*, n.º 18, 509-534
- A. Fuentes Domínguez (1997), “Las villas tardorromanas en Hispania”, in J. Arce, S. Ensoli y E. La Rocca (eds.), *Hispania romana. Desde tierra de conquista a provincia del Imperio*. Madrid-Milán, 313-320
- J. G. Gorges y F. G. Rodríguez Martín (2005), “Los territorios antiguos de Mérida. Un estudio del *territorium* emeritense y de sus áreas de influencia”, in T. Nogales Basarrate (2005), *Augusta Emerita. Territorios, espacios, imágenes y gentes en Lusitania romana*, in *Monografías emeritenses*, 8. Mérida, Ministerio de Cultura, , 93-128
- (1997), “Nuevo miliario de Magnencio hallado en la villa romana de Torre Águila (Montijo, Badajoz): epigrafía y territorio”, *Anas*, nº10, 7-24.
- A. Isla Frez (2001), “*Villa, villula, castellum*. Problemas de terminología textual de época visigoda”, *AyTM*, 8, pp. 9-19
- M. Macías Liáñez (1913), *Mérida monumental y artística*. Barcelona
- S. Martín González (2007a), “Huérfanos del Imperio: ejércitos privados y traidores ante el ocaso del orden romano”, in F. Echeverría Rey, M.Y. Montes Miralles (Eds.), *Actas del VI Encuentro de Jóvenes Investigadores*. Madrid, Departamento de Historia Antigua de la Universidad Complutense de Madrid, 179-189.

- (2007b), *Informe final del seguimiento arqueológico en las obras de acondicionamiento y mejora de la carretera BA-089 entre Mérida y Alange (Badajoz)*, Informe Final de los Trabajos, depositado en la Consejería de Cultura de la Junta de Extremadura con fecha de 25 de octubre de 2007.
- (2009a), “La villa romana de Miralrío: aproximación a un nuevo centro productivo en el Valle del Guadiana entre Mérida y Alange (Badajoz)”, in *Revista de Estudios Extremeños*, 2009, Tomo LXV, Número I, 11-38.
- (2009b), *Memoria definitiva de las excavaciones en las partes rusticae de las villas romanas de Miralrío y La Coscoja (CM-A/07 Áreas 1 y 2; carretera de Mérida a Alange, PK 6+450 y PK 5+00, Mérida, Badajoz*, Informe Final de los Trabajos, depositado en la Consejería de Cultura de la Junta de Extremadura con fecha de 12 de febrero de 2009.
- (2011), “From *villae* to *villulae*: settlement and social organization in Late Antique Hispanic countryside”, in Hernández de la Fuente, D. (Ed.), *New perspectives on Late Antiquity*. Newcastle upon Tyne, Cambridge Scholars Publishing.
- (2012a) - “Upon the *Conventus Emeritensis*: geographic, archaeological and cultural considerations”, en *Antesteria*, 1, pp. 463-474.
- 2012b “Las migraciones bárbaras en Hispania en el siglo V”, en Sanz Serrano, R.; Moreno Arrastio, F.J. y Pérez-Accino Picatoste, J.R. (Eds.) -“*Tempus barbaricum*”, actas audiovisuales del I Seminario Internacional celebrado del 1 al 3 de marzo e 2.011 en la Facultad de Geografía e Historia de la U.C.M.
- (en prensa 1), “El *missorium* de Teodosio: élites imperiales y campañas lusitanas en el Bajo Imperio”, Actas del II Coloquio Internacional “*Nuevas perspectivas sobre la Antigüedad Tardía*”, celebrado en Segovia y Coca (España), entre el 14 y el 16 de octubre de 2010.
- (en prensa 2), “*Los otros bárbaros: suevos, vándalos y alanos en las Hispanias*”, *Homenaje al Dr. Julio Mangas Manjarrés*. Universidad de Oviedo – Universidad Complutense de Madrid.
- A. Martín-Serrano (1991), “La definición y el encajamiento de la red fluvial actual sobre el Macizo Hespérico en el marco de su geodinámica alpina”, *Rev. Soc. Geol. España*, 4, 337-351
- (1994), “El relieve del Macizo Hespérico: Génesis y cronología de los principales elementos morfológicos”, *Cuaderno Lab. Xeológico de Laxe*, Vol 19, 37-55
- J. I. Martínez Melón (2006) – “El vocabulario de los asentamientos rurales (siglos I-IX d.C.): evolución de la terminología”, in A. Chavarría, J. Arce

- y P. Brogiolo (Eds.), *Villas tardoantiguas en el Mediterráneo Occidental*, in *Anejos de AespA*, XXXIX. Madrid, 113-131
- P. Mateos Cruz (Ed) (2006), *El Foro Provincial de Augusta Emerita: un conjunto monumental de Culto Imperial*, in *Anejos de AespA*, XLII, C.S.I.C.-I.A.M. Madrid.
- H. Parzinger, R. Sanz Serrano (2000), *Das Castro von Soto de Bureba: archäologische und historische Forschungen zur Bureba in vorrömischer und römischer Zeit*. Rahden, Deutsches Archäologisches Institut.
- I. Pavón Soldevilla (2008), “La Edad del Bronce en la “Tierra de Barros”: nuevos hallazgos en el Cerro del Castillo de Alange (Badajoz)”, in *Nonullus* (revista digital de Historia), nº 3, 5-15.
- Id. (1998), “El cerro del castillo de Alange (Badajoz): intervenciones arqueológicas (1993)”, *MArqEx*, 1. Mérida (Badajoz).
- S. Rascón, A. Méndez Madariaga y P. Díaz del Río-Español (1991), “La reocupación del mosaico del auriga victorioso en la villa romana de El Val (Alcalá de Henares). Un estudio de microespacio”, *Arqueología, Paleontología y Etnografía*, 1, 181-200
- V. Rodrigo, y S. Haba (1992), “Aguas medicinales y culto a las aguas en Extremadura”, in *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie II, Hª Antigua, Tomo V, 351-382
- F. G. Rodríguez Martín (2010), “Reflexiones en torno a la elección del solar para la ubicación de *Augusta Emerita*: diacronía en la vertebración del territorio”, in J. G. Gorges, T. Nogales Basarrate (Eds), *VIIe Table Ronde internationale sur la Lusitanie romaine: Naissance de la Lusitanie romaine Ier av- - Ier ap. J.C. – Origen de la Lusitania romana (siglos I a. C. –I d.C.)*. Toulouse-Mérida.
- Id. (2005), *Las lucernas de la villa romana de Torre Águila (Barbaño, Badajoz)*, in *Cuadernos emeritenses*, 30. Mérida.
- Id. (1999), “Los asentamientos rurales romanos y su posible distribución en la cuenca media del Guadiana”, in Gorges, J.G. y Rodríguez Martín, F.G. (Eds.), *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid, Casa de Velázquez.
- Id. (1997), “La villa romana de Torre Águila (Barbaño, Badajoz). Consideraciones generales”, in “*La Hispania de Teodosio*” (congreso internacional), Segovia-Coca, 1997, vol. II, 697-711
- Id. (1995a), “La villa romana de Torre Águila”, *JRA* 313-317
- Id. (1995b), “La villa romana de Torre Águila: un asentamiento rural en la cuenca media del Guadiana”, *Revista de Arqueología*. Madrid, 46-55.
- Id. (1993), *Arqueología de la villa romana de Torre Águila*, (Tesis doctoral inédita). Cáceres, 22-23

- Id. (1988), “La villa romana de la dehesa de Torre Águila en Barbaño-Montijo”, in *Extremadura Arqueológica I*. Salamanca, 201-219
- F. G. Rodríguez Martín y A. Carvalho (2008), “Torre Águila y las villas de la Lusitania interior hasta el Occidente atlántico”, in C. Fernández Ochoa, V. García-Entero y F. Gil Sendino (Eds), *Las villae tardorromanas en el Occidente del Imperio: Arquitectura y función*, Actas del IV Coloquio Internacional de Arqueología de Gijón, 26-28 de octubre de 2006. Gijón, Ediciones Trea, 301-344ç.
- J. Rodríguez Vidal y F. Díaz del Olmo (1994), “Macizo Hespérico meridional”, in M. Gutiérrez Elorza (Ed.), “*Geomorfología de España*”. Madrid, Ed. Rueda, 101-122.
- A. Rubio Muñoz (1991), “Precisiones cronológicas en cuanto al inicio y el fin de la ocupación de la villa romana de Pesquero”, in *Extremadura arqueológica*, 2 (Actas de las I Jornadas de Prehistoria y Arqueología en Extremadura, 1986-90), 431-444.
- Id. (1988), “Excavaciones en la villa romana de Pesquero (Pueblonuevo del Guadiana, Badajoz. Campañas de 1983 y 1984)”, in *Extremadura arqueológica*, I. Salamanca, 187-200.
- R. Sanz Serrano (1986), “Aproximación al estudio de los ejércitos privados en Hispania durante la Antigüedad Tardía”, *Gerión*, 4, 225-264.
- (2009), “*Historia de los godos. Una epopeya histórica de Escandinavia a Toledo*”. Madrid, La Esfera de los Libros.
- J. Vives (1938), “Die Inschrift an der Brücke von Mérida und der Bischof Zenon”, in *Römische Quartalschrift für christliche Altertumskunde und für Kirchengeschichte*, 46. Friburgo, 57-61.
- B. Ward-Perkins (2007), *La caída de Roma y el fin de la civilización*. Pozuelo de Alarcón, Espasa Calpe.

TEMPVS BARBARICVM.
**LAS MIGRACIONES BÁRBARAS EN LA PENÍNSULA IBÉRICA EN EL
SIGLO V D.C.**

ROSA SANZ SERRANO
Universidad Complutense de Madrid

Resumen: La pérdida de las provincias hispanas para el Imperio de Occidente coincide con la llegada por los pasos del Pirineo de los suevos, vándalos y alanos en el año 409. Esta se vio favorecida por la derrota de las aristocracias locales y sus ejércitos privados frente al usurpador Constantino III que dejó desprotegidos los territorios hispanos. Como consecuencia se abrió una etapa de conflictos entre los bárbaros por el control de la Península y a su vez de éstos con los hispanos, aunque entre éstos y los bárbaros se inició una política de acuerdos para conseguir la paz. Estos acuerdos fueron de carácter local, sin la intervención documentada de los representantes imperiales en ellos y siguiendo antiguas tradiciones locales.

Palabras clave: suevos, vándalos y alanos en Hispania, ejércitos privados, pactos de hospitalidad

Abstract: The year 409 happened both the loss of the Spanish provinces to the Western Empire and the arrival at the Pyrenees of Sueves, Vandals and Alans. This loss was favoured because of the defeat of the local aristocracies and their private armies before the usurper Constantine III who left unprotected the Hispanic territories. In consequence, there was an age of conflicts between the very invaders to control the Iberian Peninsula and simultaneously between these newcomers and the Spanish, although concurrently both enemies initiated a policy of negotiations to achieve treaties and henceforth peace. These treaties were local, without any intervention documented by any Imperial representative, and after following ancient native traditions.

Keywords:

La problemática histórica que supone la llegada de los bárbaros a las *Hispanias* ha sido uno de mis objetos de estudio desde que publiqué un conocido y muy debatido artículo en la revista *Gerión*¹ donde defendía la relación de su presencia con el fracaso de las aristocracias provinciales en el intento de mantener una autonomía política consolidada durante la dinastía Teodosiana. El origen de ese fracaso fue el pronunciamiento en Britania de Constantino III, su intento de dominar la Prefectura de las Galias y el envío, como consecuencia, de su hijo Contante como César a las Hispanias -acompañado del general Terencio y del prefecto Apolinario, según Zósimo, que sigue el argumento de Olympiodoro. *fig.13*)-, para nombrar nuevos

¹ Sanz 1986 225-264.

magistrados civiles y militares con el fin según el hispano Orosio de devolver la obediencia a las provincias (7.40.4-5: *misit in hispanias iudices: quos cum provinciae oboedienter acceperissent*).

Aunque las fuentes admiten que una buena parte de los territorios hispanos acataron el dominio del nuevo emperador, coinciden también en señalar la fuerte oposición de otra parte de la nobleza hispana, entre la que destacaron dos hermanos jóvenes y ricos, Dídimo y Veriniano (Orosio. 7.41.1-7: *duo fratres iuvenes nobiles et locupletes Dydimus et Verinianus*), y sus parientes Teodosiolo y Lagodio, a los que Olimpodoro consideraba sus hermanos. A estos personajes el historiador Zósimo (*N.H.* 5.43.1-4) los señala como parientes del emperador Honorio -quien, como es sabido, era de origen hispano- de quienes el usurpador temía cruzasen el Pirineo y le atacasen en Galia, al mismo tiempo que se producía la movilización contra él de las tropas imperiales en Italia. Olimpodoro y después Sozómeneo (*H.E.* 9.13) además aseguran que los hermanos provenían de distintas provincias y que habían estado anteriormente enfrentados entre sí, lo que a mi modo de ver puede estar reflejando importantes luchas entre las aristocracias provinciales por el dominio de los territorios hispanos.

Los documentos coinciden también en afirmar que olvidando sus rencillas acudieron a defender los pasos del Pirineo donde se enfrentaron con el general de Constantino III, Geroncio, que contaba con unas tropas de bárbaros federados, los *honoriaci*, con los que consiguió vencer a los nobles hispanos, hacer prisioneros con sus respectivas familias a Dídimo y Veriniano, y obligó a huir a Teodosiolo y Lagodio a Italia y Oriente. Aunque posteriormente, según Zósimo (*NH.* 5.2-3 y 6.6), las desavenencias entre el usurpador y este general permitieron finalmente a los *honoriaci*, a los que se había encomendado la vigilancia de los pasos pirenaicos en la Galia, dejar pasar a otros bárbaros que deambulaban por sus provincias desde hacía unos años y que habían ya animado a los habitantes de Britania y de la Armórica a independizarse del poder imperial².

En el caos generado por estos acontecimientos, con el emperador Honorio acosado en Italia y Galia por distintos frentes, entre ellos los godos de Alarico y el usurpador Constantino III, la reacción de los jóvenes aristócratas hispanos cobra verosimilitud si la entendemos como un intento autónomo de los señores locales por defender los territorios de los que eran dueños y que cubrían importantes extensiones ante la impotencia de un Imperio prácticamente fragmentado y sin autoridad³. Sin embargo, aún

² Sobre la usurpación de Constantino III Drinkwater 1998 269-298 y Arce 2005 33 ss.

³ Muchos autores mantienen una cierta ambivalencia en la postura de las elites indígenas en la conquista y la romanización. Mattingly 1997 7-26 cree ver la resistencia indígena en la

aceptando la diversidad provincial, el núcleo del poder de la nobleza señalada estaba en el norte peninsular, en los territorios comprendidos desde los Pirineos orientales enclavados en la Tarraconense hasta la parte norte de la Lusitania y la Cartaginense, una parte de los cuales, según señala Orosio, los Campos Palentinos, fueron entregados para su saqueo a los *honoriaci* de Geroncio después de vencer a Dídimo y Veriniano (Orosio. 7.48.4: *praedandi in Palentinis campis licentia data*) como pago de la parte que les correspondía como tropas federadas. En estos espacios se encuentran situadas algunas de las más espectaculares villas de época tardía que se corresponden con el centro de poder de grandes dominios de origen muy variado⁴. Algunas de las cuales, como demuestra el registro epigráfico de los siglos anteriores, pertenecían a familias de origen tanto militar como civil e incluso de grandes comerciantes que tenían bajo su control la explotación de los recursos agrícolas y mineros o desarrollaron importantes actividades industriales en las provincias⁵

Esta localización permite entender la rapidez con la que los ejércitos de la nobleza rebelde acudieron a defender los pasos del Pirineo donde fueron derrotados, según Olimpiodoro (*frg.* 13) y Sozómoeno (*H.E.* 9.11), después de haberse producido un primer enfrentamiento con las tropas enviadas por Constantino III para arrestarlos en la Lusitania donde mataron a un buen número de soldados. Su capacidad política, económica y social es evidente si tenemos en cuenta que todos los autores coinciden en afirmar que la defensa final de sus posesiones se llevó a cabo con unas tropas de esclavos y siervos que anteriormente habían utilizado para pelear entre sí y que según Orosio organizaron en sus predios, con esclavos propios, algunos nacidos en su casa y alimentados por ellos mismos (7.40.1: *servulos tantum suos ex propriis prediis colligentes ac vernaculis alentes sumptibus*). A esta forma de organización la he considerado como propia de “ejércitos privados”⁶. por el hecho de que

pervivencia de las estructuras y sistemas culturales propios y ha señalado que en muchos casos en la conquista no todos fueron participantes entusiastas o víctimas pasivas.

⁴ Algunos buenos ejemplos son las de Saldaña en Palencia, La Olmeda, Quintanilla de la Cueva, Almenara en Valladolid, Baños de Valdearados en Burgos o en la región de Mérida las de Torre de Palma, Casa Herrera, el Hinojal, La Cocosa, Torre de Palma etc. El saqueo tuvo que ir dirigido a conseguir alimento y riquezas, no indefectiblemente a destruir sus estructuras. Al respecto, Sanz Serrano 2009. Sobre las villas hispanas sigue siendo monográfico de referencia el de Gorges 1979. He tratado con mayor amplitud este problema en Sanz Serrano 2007 443-480.

⁵ Por ejemplo en la villa de Nossa Señora de Tourega del s. III, el propietario es *Q. Iyulius Maximus, clarissimus vir*. En Lusitania los *Roscii* relacionados con la explotación de las minas lusitanas. Algunas de estas elites podrían provenir de la elite prerromana como se ve por Torre de Palma con inscripción de *P. Anonius Silo* de la tribu Quirina. El estudio de Von Bülow 1993 7-59 demuestra que del total de villas encontradas en Hispania hasta el momento más de la mitad están en el norte.

⁶ Sanz 1986 225 ss. El concepto fue ya utilizado por Lecrivain 1890 252-260. Considero

funcionaron como un grupo más o menos grande de gente organizada y equipada para la guerra, a las órdenes de unos mandos y que, aunque no de manera institucional, luchaban en atención a un interés no solo privado sino también público con la suficiente fuerza coercitiva como para situarse como fuerza militar frente al ejército invasor. Este mismo modelo está plenamente atestiguado en la defensa de las provincias del norte de África y Oriente según los relatos de Sinesio de Cirene (*Eps.* 9.69, 78, 95, 108, 122, 133) y de Libanio de Antioquía (*Orat.* 45.5-27).

El enfrentamiento con las tropas del usurpador en Lusitania al que se refieren Sozómo y Olimpiodoro contradice la información de Zósimo (*NH.* 6.1-5), una fuente mucho más compleja, que considera a esos ejércitos lusitanos como legiones asentadas en esa provincia que fueron utilizadas por la nobleza hispana contra el usurpador antes de echar mano de los ejércitos privados. Esta información totalmente opuesta a la anterior supondría la utilización de un ejército regular hispano por parte de la nobleza provincial, dato que, por desgracia, no puede ser contrastado con las fuentes hispanas ya que la información de Orosio solo alude a la defensa de los pasos del Pirineo con los ejércitos privados, y la segunda en importancia, el obispo Hidacio, guarda un silencio sospechoso respecto al episodio de la defensa militar por parte de esta nobleza cuando se refiere a la llegada de los bárbaros en el octavo año del consulado de Honorio (*Chron.* 42).

Pero de haberse producido ese primer encuentro en Lusitania tenemos que admitir el intento por parte de la aristocracia hispana de controlar la capital de la diócesis *Emerita Augusta* lo que, de creer a Olimpiodoro, impidieron los ejércitos que obedecían a Constantino III o, en el caso de creer a Zósimo, se llevó a cabo llegando a utilizar el ejército provincial, lo que se haría de una forma ilegal ya que ninguna fuente nos señala que tuvieran un cargo civil o militar. Ambos hechos pudieron en su tiempo ser considerados un acto de tiranía o usurpación, ya fuera contra el usurpador, ya por carecer de legitimidad ante el poder imperial reconocido, y colocaba a sus protagonistas fuera de la ley⁷. En este sentido al menos se manifestaba en el Código Teodosiano la disposición del año 398 (*C. Th.* 7.14.1) por la que se prohibía la utilización para usos propios de los soldados huidos o las tropas

que en la Península existían desde mucho antes del episodio de Dídimo y Veriniano y pudieron tener un importante papel en el problema priscilianista.

⁷ Por otro lado tampoco en el registro epigráfico tenemos abundantes datos en los siglos III y IV sobre cargos militares y civiles, como afirma Stylow 2000 425-437 quien considera algunas de las grandes villas como de los vicarios, *praeses* o de los *consularis provinciae Lusitania*. Pero tenemos escasos ejemplos de vicario en el siglo IV como *Antemius* que además tiene el cargo de prefecto y también *Volventius* y *Marinianus* a finales del siglo. Los gobernadores están menos presentes y en el siglo V la información prácticamente desaparece.

acantonadas en las ciudades, los *burgarii*, aunque no se prohibía utilizar a los esclavos en los dominios⁸.

De esta forma se entiende mejor el silencio de Hidacio y el espacio destinado en su obra por Orosio dirigido a apaciguar las sospechas que habían surgido en su tiempo por esta actuación, dispuesto el autor a demostrar que los jóvenes en realidad no querían “usurpar el mando en contra del usurpador, sino defenderse a sí mismos y a su patria contra el usurpador y contra los bárbaros a favor de su auténtico emperador” (7.40.5: *non assumere adversus tyrannum quidem tyrannidem sed imperatori iusto adversus tyrannum*), para continuar afirmando que el usurpador lo prevé todo con anterioridad y se presenta con la púrpura y la diadema, lo que no hicieron Dídimo y Veriniano⁹.

Por otra parte, ha sido precisamente este dato de las fuentes no hispanas sobre los ejércitos lusitanos el que ha desatado un debate estéril en torno a la existencia o no en Hispania de un ejército regular imperial en los siglos IV-V. Estéril porque contamos con fuentes que afirman su existencia y otras que la ignoran y parecen negarla. Y entre quienes lo afirman, Zósimo supone que eran ejércitos acantonados en la Lusitania, sin especificar las razones, y Olimpodoro y Sozómoeno, que eran tropas controladas por el usurpador y enviadas a luchar contra la nobleza hispana, sin especificar qué tipo exactamente de tropas ni su composición, aunque se podría aceptar su procedencia lusitana. Pero en su identificación el error principal está en el debate que, a favor o en contra, pretende relacionarlas con las tropas citadas por la *Notitia Dignitatum*, una fuente que, como sabemos no solo es de cronología dudosa sino también de una credibilidad muy cuestionable, si no en el conjunto, sí en algunas de sus partes.

En ella se afirma la existencia en la *diocesis Hispaniarum* de tropas *comitatenses* (*ND. Occ.* 7.118-134), en concreto 11 *auxilia palatina* y cinco legiones al mando de un *comes hispaniarum* que, teniendo en cuenta el carácter de este tipo de ejércitos, pudieron ser enviadas a la Península en distintos momentos de los siglos IV y V, incluidos los años posteriores a la llegada de

⁸ Véanse algunas leyes interesantes al respecto, *C. Th.* 7.18.13-14; 1.17. Un buen trabajo el de Le Roux 1982 381 ss. donde defiende un mínimo de defensas imperiales en las ciudades hispanas.

⁹ Orosio (7.40.5-6) tiene un discurso muy favorable a estos nobles a los que debió conocer y se aparta del discurso oficialista que pretender presentarlos como defensores al servicio del Imperio pero también los defiende cuando afirma que nadie hace una usurpación sino tras madurarla por sorpresa, llevándola a cabo después en secreto y defendiendo su posición públicamente y que precisamente el éxito de la misma consiste en ser visto con la diadema y la púrpura ya tomadas, antes de que sepan quién eres. En contra de mi teoría de que muy probablemente su actuación era para levantar sospechas y que se trató de una reacción de plena autonomía, Escribano Paño 2000 509-534 y Arce 2003 135-157 con el argumento del parentesco con la familia de Honorio que para mí no es relevante.

los bárbaros y al problema que nos ocupa. Otra cosa es la cita en esta fuente de una serie de tropas de *limitanei* a las que el documento sitúa dependiendo de un *magister militum praesentalis a parte peditum*, en concreto una serie de cohortes asentadas en el norte peninsular y localizadas por los autores contemporáneos, con mayor o menor probabilidad en Rosino de Vidriales (Zamora), Herrera de Pisuerga (Palencia), Lugo, Retortillo (Santander) e Iruña, además de la *legio VII Gemina* en León¹⁰. De aceptar su existencia, tendríamos que suponer la pervivencia y perpetuación de asentamientos militares desde la última etapa de conquista del territorio hispano en una línea que sin ser fronteriza en el sentido estricto mantenía una vigilancia militar en el norte todavía en los siglos IV-V por diversas causas, ya fuera para mantener la seguridad en el traslado de los metales extraídos de las minas del norte hacia Galia, la lucha contra el bandidaje, la inseguridad frente a las poblaciones montañosas, el control del traslado de la *annona militaris*, o, en su conjunto, la demostración militar del poder del Imperio en los territorios hispanos. Nada que no pueda entrar dentro de la lógica histórica de los territorios peninsulares.

Pero las voces que se manifiestan en contra de cualquier tipo de defensa¹¹ lo hacen esgrimiendo la incuestionable y duradera secular “*pax romana*” y la negación de la existencia de un *limes* en el que consideran prima la función militar defensivo-ofensiva por encima de otras muchas funciones, sin atender al hecho de que el concepto de *limes* en el mundo romano era muy elástico y a veces se aplicó a los contrastes entre diferentes jurisdicciones, formas de vida, tipos de economía, entre el *ager* y el *saltus* o entre el núcleo y la periferia como límites internos a los que autores como P. Morel y M. Casella conceden una finalidad estratégica teniendo también en cuenta los aspectos económico y cultural¹². Es por lo tanto verosímil aplicar algunas de estos factores al

¹⁰ En concreto las cohortes, *Secundae Flaviae Pacatianae* en Paetonio (identificada con Rosino de Vidriales), *Secundae Gallicae, ad cohortem Gallicam* (posiblemente en Herrera de Pisuerga), la *Lucensis* (Lugo), la *Celtiberiae* en Brigantia según unos (Ciudadela-La Coruña) o en Iuliobriga (identificada con Retortillo en Santander) y *cohortes primae Gallicae*, en Veleia (Iruña), además de la *Legio VII Gemina* en León (*ND. Occ.* 42.25-32). Sobre el debate historiográfico, J. Arce 2005 42 y 190 y 2011.

¹¹ Acogiéndose a evidencias fácilmente refutables como la falta de epigrafía militar en esas zonas o de una arqueología militar clara, a pesar de que la mayor parte de esos lugares no han sido todavía excavados y como sabemos el declive del registro epigráfico es general a partir del siglo III. En realidad se ha cargado contra la teoría de la existencia de un *limes* frente a los pueblos del norte de Barbero-Vigil 1974. En contra siempre Arce 2005 y 2011. Sobre la posibilidad de que en estos centros existan materiales de época tardía Aja Sánchez 2002, con una amplia bibliografía sobre el estado de la cuestión en arqueología. Sobre el problema en general, Reddé 1982 157 ss. donde admite que en general es muy difícil datar antiguos campamentos militares.

¹² Morel 2004 190 afirma “Une frontière est quelque chose que l'on marque, que l'on jalonne” y que puede serlo incluso un santuario terapéutico que delimitan los territorios, o una zona

territorio donde estarían asentadas estas tropas, en el norte más extremo, a las puertas de las estribaciones montañosas ricas en metales y al pie de las ricas tierras agrícolas y ganaderas de la Meseta Norte. Así, e independientemente del significado que podamos dar a la información de la *Notitia*, hay una cierta lógica en la existencia de defensas, del tipo que fueren, en este lugar y con vistas al control del resto de los territorios hispanos en unos siglos tan convulsos como los que tratamos, repletos de tensiones externas pero también internas, de profundo descontento social y bajo la continua amenaza de usurpaciones y otros peligros. De hecho, una fuente contemporánea de la *Notitia*, el *De rebus bellicis*¹³, señala la existencia de una serie de defensas básicas en todo el Imperio en los *burgi, turres et castella* donde los soldados eran alimentados por las poblaciones de los alrededores, se supone con el impuesto de la *annona militaris*, de manera que no suponían un coste directo para el estado y no era por tanto necesario prescindir de esta organización defensiva salvo que se temiese fuera utilizada por ambiciosos personajes locales contra el estado. En consonancia con el dato que nos da esta fuente anónima está la cita más concreta para la Península de la Crónica de Hidacio de que a la entrada de los bárbaros y como consecuencia del desorden generado en Hispania, los soldados asaltaron los *horrea* de las ciudades mientras las poblaciones acudían (desde los *vici y pagi*, se entiende) a refugiarse y hacerles frente en sus *civitates et castella*, (*Chron.* 49), poniéndose bajo la protección de la nobleza territorial a la que el autor a veces se refiere con nombres concretos¹⁴.

Pero es evidente que los centros de limitáneos citados por la *Notitia* no pueden ser considerados de la misma categoría que los antiguos campamentos legionarios de época de la conquista ni de los del limes renano-danubiano; basta pensar en la pervivencia y mantenimiento de lugares defensivos en consonancia con otros muchos centros repartidos por todo el territorio peninsular, tanto *civitates* como *castella* o *castra* que aparecen en las leyes defendidos por unas tropas de *burgarii* y a los que la crónica de Hidacio suele hacer mención, algunos de origen castrense como *Emerita Augusta*, la capital de la diócesis, otros antiguas capitales de conventos como *Bracara Augusta* o *Lucus Augusti*, o centros antiguos de control de vías y territorios como *Olissipo* o *Conimbriga* (Condexa-a-Velha), *Baesuris* (Castro Marín, Faro), Bobadela (Oliveira

controlada por centros fortificados marcando territorio. Por su parte Casella 2004 211-238 se pronuncia del mismo modo. Sobre el concepto de frontera en general es importante la obra de Elton 1996.

¹³ Jouffroy 1982 55-67.

¹⁴ Isidoro en *Etymologiae*. 15.2.11 señala *Vici et castella et pagi hi sunt qui nulla dignitate civitatis ornantur*. Hay una compilación de textos hispanos sobre las *civitates et castella* y otros lugares defensivos en Revuelta Carbajo 1997. Sobre las fortificaciones tardías un buen estudio es el de Fernández Ochoa-Morillo Cerdán 1997. También Gutiérrez 1985.

do Hospital), Cale (*Portus Cale*), *Capera* (Cáparra, Oliva de Plasencia), *Fornacis* (Cerro de Hornachuelos en Ribera del Fresno, Badajoz), *Metellinum* (Medellín, Badajoz), *Mirobriga Celticorum* en Santiago de Cacém (Setúbal), *Myrtilis* (Mértola-Beja) en Alcacer do Sal, *Scallabis* (Santarem) etc. Una buena parte de estas defensas continuarían funcionando también en los principales puntos de control de la vía *Asturica ab Burdigala* del Itinerario de Antonino, que partiendo de las zonas ricas mineras de los astures y de la actual ciudad de Astorga enlazaba al norte con *Lucus* y *Brigantia* y al occidente con la vía de la Plata y con las citadas *Bracara*, *Conimbriga* y *Emerita Augusta*. Esta misma vía en su parte oriental atravesaba parte de las provincias actuales de Zamora y Palencia para enlazar por tierras burgalesas, a través de la comarca de La Bureba y del paso del Pancorbo, con el valle del Ebro y los centros fortificados de *Veleia* (Iruña) o *Pompaelo* desde donde continuaba hacia el Pirineo y los pasos hacia la Galia; en este recorrido la vía contaba con vigilancia en algunos de sus importantes castros entre los que podemos destacar los de Peña Amaya, Valencia de Don Juan (Coyanza), Monte Cildá, Monte Bernorio en Palencia y Soto de Bureba en la provincia de Burgos. Es decir, esta vía cubría en parte los territorios donde estaban asentados los campamentos limitáneos citados por la *Notitia* y es la misma por la que deambularon los ejércitos privados de Dídimo y Veriniano antes de llegar a los pasos del Pirineo y por donde después entrarían a la Meseta los bárbaros¹⁵.

Volviendo al discurso inicial, la derrota de Dídimo y Veriniano supuso la entrada en las Hispanias en el año 409 de la confederación de suevos, vándalos y alanos que llevaban más de dos años deambulando por las Galias desde que atravesaran el Rin helado a la altura de Maguncia en el año 406 aprovechando el caos generado por las guerras civiles¹⁶. Desconocemos las razones exactas por las que los *honoriaci* les permitieron entrar, pero podemos incluir este hecho en el episodio señalado por Zósimo (6.5.2) de que las rencillas del usurpador Constantino III con su general Geroncio pusieron de parte de éste a los soldados y a los bárbaros del territorio celta (los honoriacos) que reaccionaron dejando entrar al resto, tras lo cual Geroncio nombró un nuevo emperador en la figura de un hispano llamado Máximo. A partir de

¹⁵ Sobre la existencia de estos centros defensivos en los siglos posteriores Castellanos 2004 y Fernández Mier 1999. Para un tratamiento arqueológico, Parzinger-Sanz Serrano 2000. También en las ciudades hay materiales de carácter militar, aunque al estar habitadas en la actualidad es muy difícil investigar en su recinto. Son poco firmes las críticas que niegan la existencia de tropas en los lugares donde no hay monedas ni epigrafía militar pues el sí reconocido limes britano tampoco cuenta con muchos materiales de este tipo en esta época. Al respecto, Breeze 1993. Además sabemos que precisamente fue la falta de pago del ejército la causante de muchas usurpaciones y que generalmente los soldados solo recibían su paga en especies, la *annona militaris*.

¹⁶ Sobre toda la problemática, remito a Sanz Serrano 2009.

este momento la información la recibimos sobre todo de las fuentes hispanas que presentan ciertas contradicciones entre sí. Primero Orosio asegura que suevos, vándalos y entraron de una manera violenta, haciendo crueles talas de bienes y de vidas pero después se arrepintieron para terminar ayudando a todo el que quiso salir de la Península a cambio de un pago; solución que él mismo utilizó para reunirse con Agustín en el norte de África sin sospechar que después sus provincias serían atacadas por los vándalos (7.40.9-10 y 41.1-2). Además este autor afirma que los bárbaros firmaron la paz con los habitantes de las provincias, quedando todos como “*socii et amici*” porque los hispanos ya no querían ser más romanos y preferían tener libertad y pobreza con los bárbaros. Por el contrario, su contemporáneo Hidacio recoge la llegada de los bárbaros en un conocido pasaje escatológico donde se les culpa incluso de los abusos de los recolectores de impuestos (*tyrannicus exactor*) y de los soldados (*miles exhaurit*) y donde analiza las relaciones entre hispanos y romanos en clave de servidumbre (*Chron.* 48: *Hispani per civitates et castella residui a plagis barbarorum per provincias dominantium se subiciunt servituti*), además de asegurar en varias ocasiones el saqueo previo y la devastación frenética (*Chron.* 46).

Por fortuna contamos con un tercer testimonio, el del obispo Salviano de Marsella (*De gub. Dei.* 5.5.2-35), que parece dar la razón a Orosio e incluso dar un giro a los argumentos, al dejar entrever que fueron los hispanos quienes, voluntariamente y para mejorar su situación, rechazaron la antigua libertad que confería la ciudadanía romana que ahora no necesitaban ni querían y prefirieron sumarse a las fuerzas de los godos y de otros bárbaros a pesar de la diferencia de costumbres y del olor que despedían sus cuerpos, cuando no se pasaban a la bagauda o entregaban sus bienes a la nobleza terrateniente buscando su protección. Las causas para el obispo eran el descontento de las poblaciones que estaban acosadas y mermadas y la miseria y desprotección en que se encontraban los ciudadanos honrados por culpa del sistema fiscal romano que les esclavizaban y empobrecía; aunque como es lógico el obispo no ofrece ninguna crítica a la persecución religiosa de la que la Iglesia era inspiradora y colaboradora (*Chron.* 137).

Por lo tanto tras una primera etapa de agresiones que fue considerada como una “invasión” de los territorios hispanos, se intentaron estrategias de convivencia por ambas partes. La lógica de estos actos se fundamenta en que la confederación estaba formada por grupos en migración de distintos orígenes y de composición mixta que viajaban con sus mujeres e hijos por diversas causas: expulsión y desplazamiento forzado de sus territorios, problemas políticos en los lugares de origen, la miseria y la búsqueda de

otros territorios donde asentarse, su entrega como mercenarios a Roma etc.¹⁷ A ellos se habían unido provinciales descontentos, esclavos de las minas, y todo tipo de aventureros y gentes fuera de la sociedad que buscaban solución para sus problemas, tal como testimonian Orosio y Salviano¹⁸. En realidad, como ha sostenido magníficamente P. Heather¹⁹, el nombre que les daban los romanos podía responder a diversas causas, definir una característica del grupo, sus orígenes, los pueblos o lugares de los que procedían o de las familias que les dirigían, pero su fundamento era la heterogeneidad. Dirigidos por caudillos carismáticos, estaban en continuo movimiento por el rechazo que muchos de ellos desencadenaron en los provinciales y principalmente por la negativa absurda del emperador Honorio a asentarlos como *foederati* en las provincias a cambio de defender los territorios frente a otras formaciones más beligerantes, los usurpadores o los mismos provinciales. Pero la visión de una masa de gentes en movimiento, sin domicilio fijo, sin poder cultivar, viviendo de la rapiña, defendiéndose de los ataques, supone el perfil del bárbaro frente a la civilización romana que no permitía concebir su presencia sin conflicto en territorios que ya tenían dueño²⁰.

Desafortunadamente tras los testimonios de su llegada que tenemos atestiguados en varias fuentes como Orosio, Sozómeno y Zósimo, nuestra información posterior depende prácticamente de Hidacio quien es claramente adverso a su presencia en las provincias hispanas y quien no consigue transferirnos una realidad aproximada de los hechos con su forma narrativa escueta, distante y acítica que no pasa la mayoría de las veces de breves anotaciones y de justificaciones que relegan las causas a anécdotas poco sólidas como discurso histórico. Salvo contadas ocasiones, principalmente cuando se refiere, como obispo, a los asaltos de los lugares santos y los robos y sacrilegios llevados a cabo en ellos como cuando el vándalo Gunderico entró en Sevilla (*Chron.* 80 a. 428), el suevo Heremigario injurió el santuario de la mártir

¹⁷ Sanz Serrano 2004 101-123.

¹⁸ Como ha demostrado Delmaire 1989 420 ss, a las minas fueron a parar muchos ciudadanos romanos como demuestra la ley *damnatio ad Metalla*, (*CJ.* 7). Así por ejemplo los libertos que se casaban con viudas del patrono, los violadores de un impúber, los acusados de falsa amonedación, injurias, sacrilegios, magos, por aborto, encubrir a esclavos fugados, los paganos y heréticos (*C.Th.* 16.5.40 y 65) y también los esclavos huidos a los bárbaros (*CJ.* 6.1.3), pero siempre pobres, pues los militares veteranos y las clases altas no podían ser enviadas a las minas. Por otro lado los libres que trabajaban en las minas en realidad eran obligados a ellos por su condición y muchos estarían dispuestos a unirse a los bárbaros para escapar de la misma (*C.Th.* 9.19.5-7).

¹⁹ Heather 2010. Remito también para el fenómeno a Luiselli 1992 donde hay una importante compilación de las características y contrastes de las migraciones y Lee 1993.

²⁰ La problemática bien explicada en los artículos recogidos en el colectivo *Kingdoms of the Empire. The Integration of Barbarians* 1997. Es clásico el trabajo de Goffart 1980. He analizado el asunto del reparto de tierras y las teorías sobre el pago de tercias o impuestos en Sanz Serrano 2001 401.

Eulalia antes de ser castigado con la muerte en el río Anas (*Chron.* 90 a. 428) o los godos saquearon los lugares santos en Braga o Astorga.

Debido a su rechazo de la presencia de otros pueblos en la Península, el obispo concede un espacio importante en su Crónica al relato de los enfrentamientos entre los propios bárbaros después de afirmar la existencia de un primer “reparto” de las provincias entre ellos (*Chron.* 49); de manera que correspondió a los vándalos asdingos Galicia, a los suevos la parte occidental de la misma provincia situada la borde del océano, a los alanos Lusitania y la Cartaginense y a los vándalos silingos la Bética, quedando fuera la Tarraconense porque en esta provincia se habían hecho fuerte los ejércitos de Constantino III. Pero en realidad lo que el autor refleja no es el hecho de que cada grupo se apropiara y fuera dueño de una de las *sortes* del reparto, sino de la existencia de un acuerdo entre ellos, en el que los hispanos no tuvieron nada que ver, con la intención de actuar independientemente en cada territorio dirigidos por sus carismáticos caudillos, con el fin de evitar problemas entre las distintas formaciones, disensiones que se manifestaron pronto e Hidacio recoge. Pues de haber habido un tratado previo con Constantino III después de vencer a Dídimo y Veriniano como algunos autores mantienen²¹, no tendría explicación la violencia de su llegada, una vez desaparecidas las aristocracias opuestas a su presencia, y su asentamiento en la Península habría sido dirigido y regulado por las autoridades del usurpador para evitar dañar los intereses de las poblaciones, de las que por el tratado serían sus defensores, no sus agresores. Además el obispo afirma que el reparto lo hicieron ellos después de haber entrado, no que viniera ya acordado desde antes.

Todo lo contrario, fue precisamente la falta de una regulación institucional la que desencadenó la discordia, primero entre alanos y vándalos silingos que aspiraban a las tierras y las riquezas de las provincias meridionales, Bética, Cartaginense y Lusitania, las más desarrolladas que contaban con importantes aristocracias locales que no les debieron hacer la vida fácil. Fue precisamente esta realidad la que motivó a los emperadores Honorio y Valentiniano a enviar sus tropas *comitatenses* de federados godos a restablecer el orden frente a las confederaciones bárbaras. La firma del *foedus* con Honorio en el año 418 por el que tuvieron vía libre para luchar contra suevos, vándalos y alanos, había llegado tras años de enfrentamiento con el emperador, un largo deambular por Italia y la Galia -tras el saqueo de Roma por Alarico en el 410- y un primer intento por parte de su caudillo Ataúlfo de asentarse en Hispania, acogidos por los habitantes de *Barcino* donde posiblemente su esposa y hermana del emperador, Gala Placidia, contaba con importantes clientelas al provenir su familia de Hispania. Es de sobra conocido el pasaje de Jordanes

²¹ García Moreno 1986.

de que Honorio les había propuesto reivindicar como propias las provincias de Occidente que él ya consideraba perdidas y que estaban expuestas al saqueo de los vándalos (Jordanes. *Getica*. 30.152). La traición que acabó con el asesinato de Ataúlfo permitió finalmente la firma del *foedus* entre Honorio y Walia por el cual ponían sus armas al servicio del Imperio a cambio de un asentamiento en las regiones de la Galia donde poco después formarían el primer reino visigodo de Tolosa²².

Hidacio atribuye a los godos las victorias contra vándalos y alanos aunque afirma que vinieron *Romani nominis causa* (*Chron.* 63). Los puntos principales de esta lucha fueron la captura del vándalo Fredibaldo, el exterminio de los silingos en la Bética, la derrota de los alanos y la muerte de su rey Adace y la huida de los restos de estos pueblos a la *Galaecia* con el suevo Gunderico (*Chron.* 60-68). Y después refleja como fue precisamente la competitividad por el territorio del norte que habían dejado con un vacío de poder la muerte de Dídimo y sus compañeros, lo que desencadenó la lucha entre los vándalos asdingos y los suevos por lugares muchos de ellos muy ricos en producción agrícola y ganadera y con ricas minas abandonadas por el caos del momento pero todavía productivas como admite C. Domergue²³. La batalla entre las tropas del vándalo Gunderico y del suevo Hermerico en los montes Nerbaisos (en las regiones del Sil) parece haber decidido definitivamente a los vándalos y a los restos de alanos a pasar al norte de África en el año 427 no sin antes hacer correrías en la Bética, atacar la ciudad de Braga donde tenían asediados a los suevos, enfrentarse de nuevo a las tropas del *comes* Asterio y del general Castino y saquear Cartago Espartaria y Sevilla donde murió su rey Gunderico por atreverse a poner sus manos en la iglesia, es decir, robar unas riquezas que necesitaba para poder trasladarse al norte de África (*Chron.* 71-90).

La supervivencia de los suevos en las zonas más occidentales tuvo mucho que ver con la decisión de la nobleza y los habitantes de las provincias de llegar a acuerdos con los bárbaros como testimonian tanto Orosio como Salviano. Pese a lo cual hay varios relatos en la obra de Hidacio sobre los intentos de

²² He defendido que tanto Gala Placidia como Ataúlfo intentaron independizarse del Imperio en las provincias más occidentales que considero perdidas para Honorio, también la Tarraconense de donde acababa de desaparecer el usurpador Máximo. De ahí la acogida que tuvieron en Barcino. Además facilitaba estos intentos el que el resto de las provincias estaban sin control, soportando las correrías de suevos, vándalos y alanos, de manera que era la oportunidad que la pareja esperaba. Sanz Serrano 2006.

²³ Domergue 1990 mantiene una caída de la producción de oro y otros metales en las minas del norte pero admite la existencia de materiales arqueológicos en ellas todavía en los siglos IV y V y la posibilidad de que se siguiesen trabajando filones posteriormente y los residuos en ríos como el Sil y el Tambre. La arqueología ha demostrado la importancia de los recursos mineros de montes como el Teleno y precisamente algunos de los episodios de la crónica hidaciana más importantes se dieron en estas regiones. Los soldados largitionales eran los encargados de transportar el oro y escoltarlo (*C. Tb.* 12.6.12-13 y 9.42.11).

este pueblo de conseguir un tratado de paz con los emperadores con el fin de legalizar institucionalmente su situación, a lo que responde el envío en el año 437 por Aecio (*Chron.* 98) de los comites *Censorius* y *Fretimundus* para este fin, aunque solo en un caso, en concreto el pasaje 170, el obispo asegura en una época tan tardía como el año 456, que suevos y visigodos estaban unidos a Valentiniano III por un mismo tratado (*Chron.* 170: *quia uno essent pacis foedere copulati, iurati foederis promissa servarent*).

Pero estos intentos fueron complementarios a la batalla desesperada por entenderse con los hispanos. Solamente aceptando que los pactos existieron puede entenderse la política de expansión hacia el sur del pueblo suevo y sobre todo las campañas de rapiña efectuadas en otras provincias por sus caudillos con la ayuda y colaboración de los hispanos, como vemos relatado constantemente en la crónica hidaciana (*Chron.* 134-170 y 219). Sin esta participación y sin la seguridad de saber que los lugares donde habitaban estaban en paz hubiera sido muy difícil para los suevos realizar expediciones en la Bética o la Cartaginense, pactar con las bagaudas para depredar la Tarraconense y saquear las ciudades y villas del Valle del Ebro (*Chron.* 142). Tampoco se entenderían sin contar con la colaboración de las poblaciones locales las acciones militares contra las mismas de los federados godos enviados a la Península por los emperadores con el fin de “recuperar” su posición en las Hispanias (*Chron.* 173-174 y 186). Y no solo contra la bagauda hispana en el año 441 al mando de *Asturius* y en el 443 de *Merobaudes* (contra las bagaudas de *Aracelli*, *Chron.* 125 y 128, 134, 140, 157, 168-173), sino contra los suevos y sus aliados hispanos a partir del reinado de Requila cuando éste saqueaba otras provincias llevándose ricos botines en oro y plata como en la campaña contra un tal Andevoto junto al Genil (*Chron.* 114 a. 438). Además con la ayuda de hispanos entraron los suevos en Braga y en Mérida, atacaron Mértola y Sevilla y realizaron diversas incursiones en la Bética y la Cartaginense (*Chron.* 121-134) donde el conde Vito atacaba a sus poblaciones en nombre del imperio en el año 438.

Paradójicamente y aunque también los godos habían sido enviados en distintas ocasiones como legados imperiales *pro pace* -en el año 452 los condes Mansueto y Fronto y más tarde el emperador Mayoriano envió a su *magíster militiae* Nepotiano acompañado de *Sunerico*, comes del rey godo Teodorico (*Chron.* 155 y 197)-, al parecer sin grandes éxitos, el obispo Hidacio trata con gran dureza los ataques godos a las ciudades hispanas, algunas de ellas aliadas de los suevos. Basta con analizar el episodio de la llegada del rey godo Teodorico en el mes de octubre del 455 a Braga, ciudad que saqueó, aunque Hidacio asegura que sin sangre, llevándose a un buen número de cautivos, derribando las basílicas de los santos, destruyendo los altares, raptando a las vírgenes, despojando al clero de sus vestidos y otras atrocidades (*Chron.* 174 a. 456), tras lo que se sucedieron ataques con las mismas características a

Astorga, Palencia y al castro Coviacense, lugares los dos últimos contenidos en el mismo pasaje (*Chron.* 186 a. 457). Igualmente interesa señalar que el suevo Requiario, vencido por los godos, se refugió, lo que quiere decir que tenía allí sus apoyos, en el lugar llamado *Portumcale* (*Chron.* 175).

La colaboración entre hispanos y suevos estuvo regulada por pactos legales que funcionaron de una manera independiente a los intentos por ambas partes de conseguir un arreglo con los emperadores. En ellos los hispanos descontentos buscaban su protección frente a los mismos que podían atacarles y los suevos intentaban institucionalizar su estancia en unas provincias que todavía en teoría seguían formando parte del estado romano. Eran la solución más rápida y efectiva de encontrar vías de convivencia ante la demora de las alianzas con los emperadores y ante la evidencia de la autonomía, por no decir práctica independencia, de las poblaciones de las provincias. La crónica está repleta de noticias sobre los acuerdos mutuos entre galaicos y suevos que se efectuaron sin ningún tipo de intervención imperial en el intento de convivir en paz. También nos informa de los casos de ruptura de los mismos sin especificar nunca las razones derivadas de malentendidos y engaños por ambas partes respecto a las condiciones tratadas: bien la falta de protección militar y la rapiña por una de las partes, bien fallos en la entrega de alimentos y tierras por la otra, bien traiciones mutuas respecto a la búsqueda de una solución externa como fue la embajada en la que participó Hidacio ante el general romano Aecio sin la aprobación de los suevos (*Chron.* 92, 96 y 100 a. 431). Lamentablemente la información es siempre insuficiente y cuando el obispo alude a estos episodios suele zanjar el problema con frases como “Los suevos ratifican las condiciones legales de la paz con una parte del pueblo de Galicia con la que estaban en lucha” (*Chron.* 113) o, “tras enfrentamientos y falta de entendimiento, que llevaron a los suevos a depredar ciertas zonas no sin pérdida de vidas, los suevos “restauraron” la paz que habían roto con la devolución de las familias que habían retenido” (*Chron.* 91). Por lo que debemos suponer que los ataques que recibieron centros como el *Portumcale castro* en el año 459 (*Chron.* 195), o los castros de la ribera del Duero (*Chron.* 190), los enfrentamientos que llevaron a la muerte a muchos *honestis natu* (*Chron.* 196) y los ataques a *Auregemsium loca* et *Lucensis conventus* (*Chron.* 202) entran dentro de las tensiones que originaron los pactos.

Pero Hidacio sí nos informa de la centralización de los acuerdos y desacuerdos con las poblaciones de los *civitates* et *castella* que eran el centro administrativo de los territorios, como si los pactos se hubieran ido alcanzando uno a uno, paso a paso, tras complicadas negociaciones cara a cara. Según Orosio (7.43.14) fue la falta de gobernabilidad de los territorios hispanos a partir del 409, lo que obligó a ellos. La clave para entender su funcionamiento está en los términos *sociis et amiciis* utilizados

por este autor al afirmar que los hispanos preferían soportar libertad con pobreza entre los bárbaros a preocupación por tributos ante los romanos. Precisamente estos términos aparecen habitualmente en contextos indígenas en la Península Ibérica desde el siglo I en los documentos bien conocidos por los epigrafistas como las *tesserae hospitales* de las que tenemos testimonios en latín en lengua latina, pero también celtibérica y en escritura celtibérica con el término indígena *kortika* representando al latino *hospitium*. En ellas, como ha demostrado un estudio muy completo de Paloma Balbín²⁴, se recogen los acuerdos entre comunidades o entre individuos y comunidades después de la conquista romana, aunque la costumbre como he dicho fuera usual también anteriormente en el mundo indígena aunque no se recogiera por escrito. Se definen como pactos entre iguales por los que un grupo, una comunidad o un individuo encontraban acogida en otra comunidad distinta, siendo aceptados como miembros de ella a todos los efectos legales, con los mismos derechos y obligaciones, pudiendo trasladar ese derecho a sus descendientes, clientes y siervos. Esta característica la tenemos atestiguada precisamente en la epigrafía del noroeste hispano en las regiones tratadas por Hidacio, en uno de los mejores ejemplares, la *tessera* de el Caurel, en la provincia de Lugo²⁵ pero también es habitual en los pactos de los romanos para regular distintas situaciones, entre ellas las de las mujeres indígenas casadas con soldados romanos y en particular como base de los *foeda* imperiales con los bárbaros como se percibe en el Código Teodosiano²⁶.

La sanción a estos acuerdos en la mayor parte de las *tessera* hispanas corre a cargo de los magistrados locales o de los representantes gentilicios que aparecen con una clara onomástica indígena y pocas veces encontramos la intervención de un magistrado imperial, lo que demuestra que son acuerdos de tradición indígena para regular situaciones muy locales. Esta misma realidad es la que recoge Hidacio quien solo hace mención a intentos de acuerdo con los emperadores fuera de los cerrados ya entre los suevos y los galaicos, a los que, no obstante, considera *de iure* y aceptados por la plebe a la que Hidacio

²⁴ Balbín Chamorro 2006 propone su funcionamiento en época prerromana entre grupos trashumantes que tenían que acogerse a la hospitalidad en otros territorios y gozar en ellos de una relativa protección.

²⁵ Fechada en el 28 d.C. En ella, Ambato de los Susarros, del *castellum* de los Aiobaigiaegos, establece el pacto de hospitalidad con los Lougeos, habitantes del *castellum* de Toledo, para él, su mujer y sus descendientes *in fidem*. Otro ejemplo es la *tessera* de Paredes de Nava del siglo I que recoge la legalidad de los pactos y la posibilidad para el hospes de gozar de *eodem iure eadem lege* qua Intercatienses; en la de Herrera de Pisuerga, un centro militar como hemos visto, se asegura *eadem condicione esset quae civis clientelamque suma suorumque in perpetuo*.

²⁶ C. Th. 7.8-9. Sobre las mujeres de los soldados el trabajo de Gallego Franco 1995 205-215. También Ramelli 2002. En general sobre el foedus, los colectivos The Transformation of Frontier. From Late Antiquity to the Carolingians 2001.

considera determinante, la que dominaba los centros fortificados²⁷.

La plebe a veces está identificada con el nombre de un pueblo como los *auregenses*, *lucenses* y *aunoneses* (*Chron.* 202, 239 y 249) o con una ciudad como Lisboa que fue asaltada y después del pacto se entró en ella poniendo como excusa la paz (*Chron.* 188: *Ulixippona sub specie pacis intratur*), o con sus aristocracias, los *honesti natu*, que tenían tanto interés como los bárbaros por lograr una paz más o menos duradera (*Chron.* 197) y que cuando ésta se rompía eran llevados como rehenes por los bárbaros (*Chron.* 196). Algunas de estas familias nobles o de sus representantes aparecen especificadas en el relato, la mayor parte de las veces con una onomástica indígena, y en ocasiones como culpables de la falta de acuerdos como sucedió con la familia de los *Cantabri* en *Conimbriga* (*Chron.* 229-230 y 241 a. 462) quizás tras la ruptura o la falta de cumplimiento del acuerdo que les valió el cautiverio como rehenes de los suevos mientras su ciudad tuvo que sufrir el expolio; incluso a veces se observa en los cabecillas un doble juego como en el caso de Palogorio, *virus nobili Gallaeciae* (*Chron.* 220 a. 462) que intentó a la vez un acercamiento al visigodo Teodorico en nombre de su pueblo resultando de ellos el desorden y la indisciplina entre los suevos y los hispanos. otras veces se señala su cargo, como el rector de Lugo que fue asesinado por los suevos probablemente como consecuencia de un desencuentro (*Chron.* 199).

Por lo tanto las comunidades del norte echaron mano de una institución conocida desde muy antiguo que además tenía un valor legal en las leyes del imperio al coincidir también con las prácticas romanas. En ella la nobleza local se erigía como representante y garante de los mismos y, de marchar mal, era la responsable y la que sufría las consecuencias. P. Balbín ha defendido la pervivencia de estas prácticas en Hispania con un carácter local hasta época medieval y A. Christys²⁸ ha buscado en ellos todavía la explicación de la integración de los grupos que se trasladaron desde el norte de África en el año 711 a las Hispanias, que considera como un conglomerado de gentes muy variadas como antes fueron los bárbaros. Estas relaciones fueron independientes de las que, bárbaros e hispanos -cada uno por su lado- intentaron cerrar con los emperadores mientras todavía se mantuvo vivo el imperio. Es evidente que las condiciones incluían la protección militar de los bárbaros a las desprotegidas poblaciones hispanas y la entrega de tierras o su equivalente en alimentos u otros bienes por parte de los hispanos. Quizás de esas tierras que perdieron con

²⁷ *Chron.* 113: *cum parte plebis Gallaeciae cui adversabantur, pacis iura confirmat* o *Chron.* 91: *per plebem quae castella tutiora retinebat, pacem quam ruperant, familiarum quae tenebantur, redhibitione restaurant* o *Chron.* 100: *pacem cum Gallaecis quos praedabatur assidue, sub interventu episcopali datis sibi reformat obsidibus*, *Chron.* 223: *in suma dicionem regali iure revocatis pacem reformat elapsam*.

²⁸ 2003 323-348.

la muerte personajes como Dídimio y Veriniano o de las inmensas posesiones imperiales cuando ya no había emperadores o las que pertenecían a la nobleza absentista romana como Melania y Piniano que las perdieron por culpa de la presencia de los bárbaros como señala Geroncio (*VM*. 37)²⁹. Pero, como en todo reajuste, la violencia, los conflictos, las rupturas y los desencuentros tuvieron también un lugar en las relaciones entre hispanos y bárbaros sobre todo en los primeros momentos y hasta que finalmente los suevos acabaron formando una parte integrada de la población y se crearon las bases del reino hispano-suevo de la Galaecia que pervivió hasta que los godos, primero como federados y después como conquistadores buscaron el sometimiento de las provincias hispanas a su incipiente reino.

²⁹ Sanz Serrano 2004 101 y Goffart 1980. Una revisión de algunas teorías en Liebeschuetz 1997 135-151.

BIBLIOGRAFÍA

- J. R. Aja Sánchez (2002), *Historia y arqueología de la Tardoantigüedad en Cantabria: la cohors I Celtioberorum y Iuliobriga. Un ensayo histórico sobre la Notitia Dignitatum Occidentis, XLII, 30*. Badajoz, Signifer.
- J. Arce (2003), “The enigmatic fifth century in Hispania: some historical problems”, in H.W. Gowetz-J. Jarnut-W. Pohl, eds. *Regna and Gentes. The Relationship between Late Antique and Early Medieval Peoples and Kingdoms in the Transformation of the Roman World*. Leiden, Brill 135-157.
- (2005), *Bárbaros y romanos en Hispania. 400-507 AD*. Madrid, Alianza.
- (2011), *Esperando a los árabes. Los visigodos en Hispania (507-711)*. Madrid, Marcial Pons.
- P. Balbín Chamorro (2006), *Hospitalidad y patronato en la Península Ibérica durante la Antigüedad*. Junta de Castilla y León.
- A. Barbero-M. Vigil (1974), *Sobre los orígenes sociales de la Reconquista*. Barcelona, ed. Ariel.
- D. J. Breeze (1993), *The Northern Frontiers of Roman Britain*. Londres.
- M. Casella (2004), “Complessita antropológica della nozione di confine en L’Africa Romana”. in M. Khanoussi-P. Ruggeri-C. Vismara, eds. *L’Africa Romana. Ai confini dell’Impero: contatti, scambi, conflitti*. Roma 211-238
- S. Castellanos (2004), *La hagiografía visigoda. Dominio social y proyección cultural*. Logroño, Fundación San Millán de la Cogolla.
- A. Christys (2003), “The History of Ibn Abib and ethnogenesis in Al-Andalus”, in R. Corradini-M. Diesenberger-H. Reimitiz, eds. *The construction of communities in the early Middle Ages*. Leiden, Brill 323-348.
- R. Delmaire (1989), *Largesses sacrées et res privata. L’aerarium imperial et son administration du IV e. Au VI e. siècle*. Roma, Collection de l’École française de Rome, 121.
- C. Domergue (1990), *Les mines de la Péninsule Ibérique dans L’Antiquité romaine*. Roma, Collection del’École Française de Rome, 127.
- J. F. Drinkwater (1998), “The Usurpers Constantine III (407-411) and Jovinus (411-413)”, *Britannia* 29 269-298.
- H. Elton (1996), *Frontiers of the Roman Empire*. London, BT Bastford Ltd.
- V. Escribano Paño (2000), “usurpación y defensa de las Hispanias: Dídimo y Veriniano (408)”, *Gerión* 18 509-534.

- M. Fernández Mier (1999), *Génesis del territorio en la Edad Media*. Oviedo, Universidad Oviedo.
- C. Fernández Ochoa-A. Morillo Cerdán (1997), "Urban fortifications and land defence in Late Roman Spain" in B. Groenman-Van Waateringe-W. Van Beek-W. Willems-S. Wynia, eds. *Roman frontier studies 1995: Proceedings of the XVIth Int. Congress of Roman Frontier Studies*. Oxford, Oxbow.
- M. Henar Gallego Franco (1995), "Los términos epigráficos *Amicus/a* y *hospes* como indicadores de dependencia en el ámbito social de la mujer hispanorromana", *Hispania Antiqua* 19 1995 205-215.
- L. García Moreno (1986), "La invasión del 409 en España: nuevas perspectivas desde el punto de vista germano" in A. del Castillo, ed. *Ejército y sociedad. Cinco estudios sobre el mundo antiguo*. León, Universidad 67-86.
- W. Goffart (1980), *Barbarians and Romans AD 418-584. The Technique of Accommodation*. Princeton, University Press.
- J. Gorges (1979), *Les villas hispano-romaines. Inventaire et problématique archéologiques*. Paris, CNRS.
- J. A. Gutiérrez (1985), *Poblamiento antiguo y medieval de la Montaña Central Leonesa*. León, Serv. Publicaciones univ. León.
- P. Heather (2010), *Emperadores y bárbaros. El primer milenio de la historia de Europa*. Madrid, Planeta.
- H. Jouffroy (1982), "Le *De rebus bellicis*, source d'histoire militaire" in Y. Le Bohec-C. Wolfs, eds. *L'Armée romaine de Dioclétien à Valentinien Ier*. Lyon, De Boccard 55-67.
- P. Le Roux (1982), *L'armée romaine et l'organisation des provinces ibériques d'Auguste a l'invasion de 409*. Paris, De Boccard.
- C. Lecrivain (1890), 'Etudes sur le Bas Empire III: les soldats privés au Bas Empire', *MEFRAX* 252-260.
- A. D. Lee (1993), *Information and Frontiers. Roman Foreign Relations in Late Antiquity*. Cambridge, Univ. Press.
- J.H.G.W. Liebeschuetz (1997), "Cities, Taxes and Accommodation of the Barbarians: the Theories of Durliat and Goffart", in W. Pohl, ed. *Kingdoms of the Empire*. Leiden, Brill 135-151.
- B. Luiselli (1992), *Storia culturale dei rapporti tra mondo romano e mondo germanico*. Roma, Herder.
- N. D. J. Mattingly (1997), "Dialogues of power and experience in the Roman Empire", in D. J. Mattingly, ed. *Dialogues in roman Imperialism. JRA supp* 23 7-26.

- P. Morel (2004), “De la Grèce à Rome: quelques réflexions sur la frontière”, in M. Khanoussi-P. Ruggeri-C. Vismara, eds. *L’Africa Romana. Ai confini dell’Impero: contatti, scambi, conflitti*. Roma, 183-197.
- H. Parzinger-R. Sanz Serrano (2000), *Das castro von Soto de Bureba*. Rahden/Westf., DAI.
- W. Pohl-I. Wood-H. Reimitz, eds. (2001), *The Transformation of Frontier. From Late Antiquity to the Carolingians*. Leiden, Brill.
- I. Ramelli (2002), *Studi su fides*. Madrid.
- M. Reddé (1982), “L’armée et ses fortifications pendant l’Antiquité tardive: la difficile interprétation des sources archéologiques”, in Y. Le Bohec-C. Wolfs, eds. *L’Armée romaine de Dioclétien à Valentinien Ier*. Lyon, De Boccard 55-67.
- R. Revuelta Carbajo (1997), *La ordenación del territorio en Hispania durante la Antigüedad Tardía. Estudio y selección de textos*. Madrid, Castellum.
- R. Sanz Serrano (1986), “Aproximación al estudio de los ejércitos privados en Hispania durante la Antigüedad Tardía”, *Gerión* 4 225-264.
- (2004), “Extranjeras y mestizaje en el final del Imperio de Occidente”, in G. Bravo-R. González Salinero, eds. *Extranjeras en el mundo romano. Anejos Gerión VIII* 101-123.
- (2006), *Gala Placidia, (ca. 389-ca. 450)*. Madrid, Biblioteca de Mujeres, ed. Orto.
- (2007), “Aristocracias paganas en Hispania tardía (s.V-VII)” in D. Plácido Suárez-F. J. Moreno Arrastio-L. A. Ruiz Cabrero, eds. *Necedad, sabiduría y verdad: el legado de Juan Cascajero. Anejos Gerión 25* 1 443-480.
- (2009), *Historia de los godos. Una epopeya histórica de Escandinavia a Toledo*. Madrid, La Esfera de los Libros.
- A. U. Stylow (2000), “Nuevo gobernador de la bética del siglo IV”, *Gerión* 18 425-437.
- G. Von Bülow (1993), Die archäologischen Quellen zur Entwicklung der Villenwirtschaft, in J. P. Johne, ed. *Gesellschaft und Wirtschaft des Römischen Reiches im 3. Jahr*. Berlin 7-59.

SANTO AGOSTINHO E A QUEDA DE ROMA

CARLOTA MIRANDA URBANO
Universidade de Coimbra

Resumo: Em Agosto de 410 os Godos, comandados por Alarico, invadem e incendiam Roma. Com a cidade cai também o mito da *Invicta Roma Aeterna*. No Norte de África, Santo Agostinho recebe, com os refugiados, a notícia do duro golpe infligido no orgulho romano. Partindo da leitura dos sermões de Santo Agostinho em que ele se debate com o sentido deste ‘acontecimento-chave’, este estudo pretende examinar a reacção do Bispo ao clima de ansiedade que se vive entre os seus fiéis e a sua defesa das acusações lançadas contra os cristãos, considerados culpados da decadência do império.

Palavras-chave: império romano; ‘queda’ de Roma em 410; Santo Agostinho; sermões; cristianismo do Norte de África; cidade.

Abstract: In August 410 the Goths, led by Alaric, invade and burn Rome. The Fall of the City brought about the shattering of the *Invicta Roma Aeterna* myth as well. As he was receiving the refugees in North Africa, Saint Augustine was able to realize the rough blow the Goths had inflicted on the Roman pride. Drawing upon Augustine’s sermons in which he grapples with the meaning of such a key event, the goal of this study is to examine the Bishop of Hipona’s reaction to the climate of anxiety among the faithful and his defense from the accusation that Christians were to blame for the decline of the Empire.

Key words: Roman Empire; 410 ‘fall’ of Rome; Augustine’s sermons; Early Christianity in North Africa; City.

Quando de 24 a 26 de Agosto de 410 os godos conseguiram entrar em Roma e saquearam a cidade, Santo Agostinho, bispo de Hipona, encontrava-se em Cartago. Rapidamente começaram a chegar a esta e a outras cidades portuárias do norte de África os refugiados que, vindos de Itália, traziam a notícia inacreditável da humilhação de Roma, às mãos dos godos comandados por Alarico. O choque foi enorme em todo o império e, ainda que este golpe não tenha sido uma verdadeira ruína para a cidade que ainda recuperaria por algum tempo o antigo prestígio, moralmente, o saque de Roma feriu bem fundo a consciência romana e podemos mesmo dizer que significou para alguns dos seus contemporâneos um ponto de viragem na sua leitura da história.

O inimaginável acontecia. A longa história da cidade de Roma celebrada como a *Roma Aeterna* apenas sofrera por uma vez golpe semelhante, quando tomada e incendiada pelos gauleses oitocentos anos antes. É certo que o agressor de Roma em 410 não lhe é completamente estranho, e provavelmente, se a política filobárbara de Teodósio, tão expressivamente representada em

Estilício¹, não tivesse encontrado tamanha resistência em Roma, talvez Alarico não tivesse tomado a cidade pela violência.

Com efeito, os chamados povos ‘bárbaros’, entre os quais se contam os godos, há muito penetravam no império, mesmo de forma pacífica, porque convocados para repovoar campos devastados e reforçar o exército romano. Estas massas controladas de imigrantes, um pouco à semelhança daquilo a que assistimos hoje nesta Europa envelhecida, carente de sangue novo, não constituíam aparentemente qualquer ameaça. Alguns destes ‘bárbaros’ integraram-se no império e assumiram lugares de relevo no poder, como prova o percurso de Estilício que já referimos. No entanto, o panorama altera-se substancialmente a partir de 376, quando os godos, em massa, pressionados pelos hunos, chegam ao Danúbio. Com estatuto de *foederati*, os godos como que constituíam uma verdadeira nação dentro do império, pelo que, a sua presença começou a constituir um factor de inquietação, como se viria a confirmar com a sua revolta depois da morte do imperador Teodósio e com os sucessivos ataques a Roma que culminariam no célebre saque de 410.

No ano de 395, ano da morte do imperador Teodósio, somam-se factores de fragilização do império. As ameaças acumulam-se: à imigração massiva juntam-se as ameaças externas de vândalos e hunos.

Embora excluindo qualquer objectivo de divisão do império, Teodósio, preparando uma sucessão colegial a partilhar pelos seus dois filhos Arcádio (no Oriente) e Honório (no Ocidente), prepara de facto uma verdadeira separação das duas *partes imperii*. Com efeito, desde a fundação de Constantinopla já passara o tempo suficiente para que se fosse instalando a tradição de uma divisão, não só por dois imperadores mas em duas formas de administração, demarcando-se cada vez mais a cisão entre ocidente e oriente, reforçada pelas diferenças religiosas e linguística.² E embora estes factores não fossem suficientes para determinar a divisão do império, as rivalidades entre os que rodeavam os dois jovens imperadores e as circunstâncias de instabilidade face às ameaças, a que acima nos referíamos, vieram constituir o factor decisivo nessa separação definitiva.

Naquele mesmo ano de 395, Aurélio Agostinho foi consagrado bispo como auxiliar de Valério, bispo de Hipona. Nascido no ano de 354 em Tagaste,

¹ O caso de Estilício é sugestivo dos ‘anti-corpos’ gerados contra esta migração pacífica de grupos bárbaros. P. Courcelle considera-o um verdadeiro ‘bode expiatório’ do momento. Tendo sido garante de defesa contra bárbaros, vencedor sobre Alarico (402) e Radagásio (406), celebrado no fórum por serviços prestados ao império, seria depois considerado cúmplice dos godos e acusado de ‘barbarizar’ o exército, até morrer assassinado em 408. O seu desaparecimento, porém, foi mais desastroso para Roma do que a sua vida, pois Alarico não tardou a investir sobre a cidade (Courcelle 1948 31).

² Por exemplo, no domínio religioso, a clivagem entre um ocidente mais ocupado com as questões doutrinárias, disciplinares e morais e um oriente mais voltado para as questões teológicas e para as controvérsias dogmáticas.

na província da Numídia, Aurélio Agostinho fez a sua formação clássica em Madauro e Cartago. A sua carreira brilhante de orador e professor de Retórica levou-o a viver entre Roma e Milão durante cinco anos (entre 383-388) período durante o qual se converteu ao cristianismo. Tendo regressado definitivamente a África depois do baptismo, que recebeu em 387, fundou uma comunidade monástica, mas alguns anos depois foi levado a abandonar essa vida exclusivamente dedicada ao estudo e à oração. Com efeito, foi aclamado sacerdote em 391 e sagrado bispo, como acabamos de mencionar, em 395. A partir de 396 Aurélio Agostinho sucede a Valério na sede episcopal, tornando-se, assim, bispo de Hipona aos quarenta anos de idade.

Até ao ano da sua morte, que ocorreu em 430, Santo Agostinho assistiu à clivagem entre as duas *partes imperii* e à acumulação progressiva de factores de desagregação do império do ocidente. Embora no ano de 410, uma data de referência, o norte de África constituísse ainda uma região segura do império, (por isso recebeu vagas de refugiados), e *Hippo Regius* fosse uma próspera cidade romana cristã, no dia em que morreu Santo Agostinho,³ a mesma África já fora invadida há um ano pelos vândalos e a cidade de Hipona estava cercada há dois meses, não resistindo depois ao saque e à destruição. Nos últimos dias da sua vida, segundo o relato biográfico de Possídio, seu contemporâneo, Santo Agostinho assistiu ao colapso da Roma africana.

Os bárbaros incendiaram e saquearam povoações, não poupando igrejas, não escolhendo idade, sexo ou condição. Muitos ministros de Deus tinham sido mortos, outros feitos escravos, outros ainda, tinham-se refugiado nas cidades Cirta, Hipona e Cartago, que durante mais tempo permaneceram incólumes. Mas também Hipona foi sediada. Durante este cerco Santo Agostinho adoeceu subitamente e morreu. Pouco tempo depois, também Hipona caiu e foi queimada e destruída. Nos últimos tempos de vida, perante a derrocada cuja ameaça de há muito pairava no horizonte de Agostinho, conta Possídio que o bispo de Hipona chorava lágrimas ardentes e se consolava com este pensamento de Plotino: “Não será grande aquele que tem em grande conta que caíam árvores e pedras, e que morram os mortais”.⁴ Este mesmo pensamento devia acompanhá-lo desde 410, quando os muros da própria cabeça do império tinham caído.

O episcopado de Santo Agostinho desenrolou-se, assim, em tempos de profunda transformação do mundo romano e findou num verdadeiro ‘apocalipse’.

O trabalho de um bispo, ‘pastor de almas’, consistia fundamentalmente na pregação, respondendo às dúvidas e objecções quando solicitado, esclarecendo questões doutrinárias e disciplinares no âmbito das controvérsias religiosas do

³ 28 de Agosto de 430.

⁴ Plotino *Enneades* 1. 4. 7.

seu tempo, consolando e animando os fiéis da sua igreja quando perturbados e vacilantes na sua fé.

Deste trabalho resultam muitos sermões, muitos comentários de salmos e de textos do Novo Testamento, e muitíssimas cartas, algumas delas quase pequenos tratados sobre questões então candentes.

Quando em 410 chega a África a notícia do saque de Roma, contada na primeira pessoa dos refugiados, vive-se também nesta província um clima de ansiedade e inquietação a que o bispo de Hipona, necessariamente, reage. Ansiedade e inquietação tanto da parte de cristãos como de pagãos que muitas vezes também acorriam a ouvir o orador famoso. Santo Agostinho pertence à geração que atravessa os anos de declínio mais acentuado do império romano, em tempos difíceis e conturbados. A esta geração pertence e é a esta geração que se dirige nos seus sermões, nas suas cartas, comentários, enfim, na sua palavra. É, então, a leitura destes textos que nos permite considerar a sua reacção e a evolução do seu pensamento no que respeita aos acontecimentos de há mil e seiscentos anos que ficaram conhecidos como ‘a queda de Roma’.

Exactamente um mês depois do saque da cidade, em 25 de Setembro de 410, Santo Agostinho prega em Hippo Dyarrhytus (actual Bizerta) o sermão 103/A, também conhecido como *Denis 24*, partindo do comentário da parábola do homem rico e do pobre Lázaro narrado no Evangelho de S. Lucas. Embora neste sermão não seja pronunciado o nome de Roma, as suas palavras são claramente dirigidas aos cristãos em contexto de sofrimento e adversidade, dando também lugar à reflexão decorrente da perplexidade: porquê tanto sofrimento, tanta calamidade, nestes tempos que são os cristãos?

Santo Agostinho compara o mundo a um lagar onde o homem é esmagado pelo sofrimento.

“A fome, a guerra, a penúria, a carestia, a escassez de bens, a mortandade, os roubos, a avareza. São estes os sofrimentos dos pobres, as tribulações que padecem as cidades”. (Sermão 113/A, 11)

Ao homem cabe decidir se se purifica, como o azeite, ou se vai para o esgoto como baganha, isto é, o bagaço da azeitona. Se no sofrimento louvar a Deus-diz ele-é azeitona. Se blasfemar, é a baganha. O mundo é, ainda, comparado à panela de ferro onde o ouro é submetido ao fogo, na palha em chamas, de modo a ser purificado das suas impurezas. Este sermão, que termina com uma exortação à *patientia*, cujo modelo é o próprio Cristo e os mártires, é sobretudo uma reflexão que busca um sentido para o sofrimento colectivo a que o bispo e os seus fiéis assistem mas de que também participam. Perpassa todo o sermão uma percepção agonística da vida, onde há para cada homem lugar ao combate e ao heroísmo em tempos apocalípticos.

Na carta 122, datada de 410, dirigida aos cristãos de Hipona, Santo Agostinho também ainda não refere explicitamente o ataque sofrido por Roma, mas é muito claro que o seu conteúdo é motivado por estes acontecimentos de que provavelmente ainda tinha apenas notícias pouco precisas. O bispo reprova os fiéis por terem negligenciado o cumprimento do dever de ‘vestir os pobres’ e exorta-os não só a cumprir esse dever mas a fazê-lo mais que o habitual, exortando ainda à misericórdia “o coração dos cristãos que sentem avizinhar-se a ruína deste mundo em tribulação crescente”. Com estas palavras, refere-se certamente aos acontecimentos de Roma e às necessidades dos refugiados que chegam a África, carentes da maior solicitude dos cristãos africanos.⁵

Já na carta 127 de finais do ano 410, Santo Agostinho refere-se à devastação de Roma, como exemplo extremo da caducidade das realidades terrenas: “pois se até Roma, sede do famoso império, foi devastada por uma invasão bárbara”.⁶

Àquele sermão de Setembro, vão seguir-se outros que nos facultam dois tipos de informação. Por um lado, as questões que assaltam Santo Agostinho, as que os cristãos lhe dirigem e as que ele próprio certamente concebeu. Por outro, as questões e acusações levantadas pelos pagãos que vêm na decadência de Roma a vingança dos velhos deuses a quem os romanos deixaram de oferecer sacrifícios.

Antes do fim do ano 410, Santo Agostinho prega o sermão 81 em Hipona, comentando o versículo de S. Mateus: ‘Ai do mundo por causa do escândalo.’ Se os sofrimentos que o mundo atravessa são escândalo para os pagãos, não o devem ser para os cristãos, a quem os mesmos sofrimentos já tinham sido anunciados por Deus. Eles fazem parte de uma evolução natural do mundo. Se até o homem tem um fim, como não o terá Roma fundada por mão humana? No entanto, Santo Agostinho distingue neste sermão a *urbs*, nos seus muros, da *ciuitas*, nos seus cidadãos. “Roma o que é, senão os romanos?” Interroga ele. Se Roma forem realmente os Romanos, não caiu nem cairá, se estes corresponderem à sua filiação divina, pois são peregrinos na terra a caminho de uma cidade, a que pertencem, no céu.⁷

Na festa de S. Pedro e S. Paulo, em 29 de Junho de 411, quase um ano depois do ataque dos godos, Santo Agostinho prega em Cartago o sermão 296. “Como pôde arder a cidade em que repousam as relíquias destes grandes

⁵ Vale a pena alargar a leitura do passo: *Nuntiatum enim est mihi quod morem vestrum de vestiendis pauperibus fueritis obliti; (...) Non solum ergo non debetis minus facere opera misericordiae, sed etiam debetis amplius quam soletis (...) sic corda christiana quanto magis sentiunt mundi huius ruinam crebrescentibus tribulationibus propinquare, tanto magis debent bona quae in terra recondere disponebant, in thesaurum coelestem impigra celeritate transferre* (Epistola 122, 2).

⁶ *Modo cum ipsa Roma, domicilium clarissimi imperii, barbarico vastaretur incursu*, Epistola 127, 4.

⁷ *Eia, christiane, coeleste germen, peregrinis in terra, qui civitatem in coelo quaeritis*, (Sermão 81, 7).

apóstolos, como não puderam eles guardar a cidade?” São as perguntas lançadas ao bispo.

Santo Agostinho responde aos pagãos, evocando dois outros incêndios sofridos por Roma quando a cidade sacrificava aos deuses antigos, (o ataque dos gauleses e o incêndio ‘provocado’ por Nero). Para os cristãos, porém, a resposta é outra: as tribulações do mundo são sinais de Deus, são repreensões de pai para filho que, conhecendo a vontade do pai, faz coisas dignas de castigo. São, por isso, ocasião de emenda.

Durante o verão de 411 prega, também em Cartago, o sermão 105, que toma por tema um passo de S. Lucas sobre a persistência na oração. Este, numa primeira parte, é sobretudo uma reflexão sobre a prática das virtudes da *fides*, da *spes* e da *caritas*. Mas a questão da ‘queda de Roma’ ainda é candente, e Santo Agostinho ainda volta à questão. ‘Os tempos do cristianismo são calamitosos, acaba-se o mundo’- ecoam ainda as vozes contra o cristianismo. A estas invectivas Santo Agostinho contrapõe: se está à morte a cidade que nos gerou segundo a carne, a que nos gerou espiritualmente permanece e permanecerá, porque é eterna. É nela que os cristãos devem colocar o seu coração e o seu tesouro. O mundo terá um fim e Roma há-de perecer um dia.

Esta afirmação afronta claramente o mito da *Roma Aeterna*, e Santo Agostinho vê-se na necessidade de justificar Virgílio que, na boca de Júpiter, predissera a Roma um império eterno.⁸ Com habilidosa vivacidade, o sermão dá a palavra ao poeta de Augusto que, num aparte, confessa que o disse por adulação, e por isso o pôs na boca de um deus falso. Quando exprimiu o seu verdadeiro pensamento, então, reconheceu que Roma terá um fim, o que fez nas *Geórgicas* (2, 498).

“Eu próprio sei disso, mas que havia de fazer eu, que vendia os meus versos aos romanos, senão, por meio desta adulação, prometer-lhes algo que era falso? E ainda assim fui prudente, pois quando disse: *Dei-lhes um império sem fim*, pus estas palavras na boca do Júpiter deles, para que as dissesse. Eu, pessoalmente, nada disse de falso, antes entreguei a Júpiter o papel de falsidade. Ora, tal como era falso o deus, assim era mentiroso o profeta. E quereis saber como sabia estas coisas? Num outro passo, em que não ponho Júpiter (uma pedra) a falar, mas falo por mim próprio, eu disse:

*Nem os bens de Roma nem o reinos que hão-de perecer.*⁹

Vede como eu disse: *os reinos que hão-de perecer*. Repito: *os reinos que hão-de perecer*. Não me calei”. (Sermão 105, 7.10)

⁸ Júpiter sossega as preocupações de Vénus suplicante assegurando a Roma um império eterno: *His (Romanis) ego nec metas rerum nec tempora pono/ imperium sine fine dedi...* *Eneida* 1 278-9.

⁹ *Geórgicas* 2, 498: *non res Romanae perituraque regna (...)*

Seria o fim de Roma consequência do cristianismo, que afastara completamente da vida pública e privada os antigos deuses de Roma, proibindo mesmo o seu culto? A estas acusações Santo Agostinho responde: também Constantinopla, Alexandria e Cartago derrubaram os deuses pagãos e, no entanto, prosperam. E recorda ainda: O godo Radagásio¹⁰ que sacrificava aos deuses pagãos não conseguiu tomar Roma, e foi vencido pela Roma cristã. Por sua vez, Alarico, que embora ariano era cristão, logo, inimigo dos ídolos, conseguiu vencer Roma.

No final do ano de 411, Santo Agostinho prega o Sermão *De excidio Urbis Romae*: o sermão sobre a destruição da cidade de Roma. Passou já cerca de ano e meio depois da investida dos godos à cidade eterna, mas a inquietação persiste e continua a impor-se ao bispo africano que sente necessidade de responder às vozes:

‘Quantos males, trouxeram os tempos cristãos...’

‘Antes do cristianismo, como abundavam os bens, nos tempos cristãos Roma sofre e é atormentada, em tempos cristãos, foi incendiada!’

‘Quando sacrificávamos aos nossos deuses, Roma permanecia, e agora que só se sacrifica ao vosso Deus, e foram proibidos os sacrifícios aos nossos deuses, eis que Roma passa por aflições.’

‘Por que razão caiu Roma entre os sacrifícios cristãos?’

Responder a estas vozes não é apenas uma exigência de defesa face às acusações dos pagãos, é também responder às dúvidas que no seu íntimo conceberiam os cristãos mais desolados e fornecer-lhes os argumentos com que haveriam de responder àqueles que os investivavam.¹¹

O *De excidio Urbis Romae* sistematiza o conjunto de respostas e reflexões levantadas por Santo Agostinho ao longo do ano e meio em que pronunciou estes sermões que referem os acontecimentos de 410. E não só sistematiza essas respostas como assume uma posição um pouco mais firme, provavelmente fruto de uma reflexão que foi amadurecendo. Se no sermão 81 Santo Agostinho afirma: “talvez Roma não tenha caído, talvez tenha sido castigada, e não aniquilada, talvez emendada, e não destruída”¹², no *De excidio*, Santo Agostinho não levanta uma hipótese, não responde com uma pergunta. À questão que os fiéis lhe levantam fazendo um paralelo com Sodoma- “por que razão Deus não poupou Roma? Não haveria em Roma sequer dez justos?”¹³ - Santo Agostinho acorre com uma resposta, no mínimo, desconcertante: “Deus não destruiu

¹⁰ Santo Agostinho invoca o argumento das vitórias do exército romano chefiado por Estilício sobre um chefe dos godos, Radagásio, entre 405-406. Radagásio, que sacrificava aos deuses pagãos, foi vencido pelo exército dos romanos, que não sacrificavam.

¹¹ Sermão 296, 9 é um exemplo muito claro disto mesmo.

¹² Sermão 81, 9.

¹³ *De excidio* 2

Roma, Deus poupou Roma”. E de vários modos procura relativizar os efeitos do ataque, sem contudo deixar de reconhecer o sofrimento vivido na cidade, e por ele próprio, como o mostram as suas palavras:

“Ouvimos falar de coisas terríveis: ruínas, incêndios, roubos, matanças, de pessoas submetidas a toda a sorte de violência. É verdade, ouvimos muitas coisas, por todas elas nos lamentámos, muitas vezes chorámos, dificilmente poderemos ser consolados.”(*De excidio* 3)

Então, como e por que razão relativiza? A cidade de Roma não consiste nos seus muros mas nos seus cidadãos e estes foram poupados à destruição. Muitos refugiaram-se nos templos que guardavam as relíquias dos apóstolos e, a esses, o invasor, que era cristão, poupou-os. Os justos que morreram no saque, que morreram depois da tribulação, alcançaram já a eternidade, consideram-se, assim, salvos. Para os que não morreram, esta calamidade não foi condenação mas provação e foi, acima de tudo, uma oportunidade para ponderar o valor dos bens temporais e dos bens eternos.

A cidade não consiste nos seus muros, mas nos seus cidadãos,¹⁴ e esses foram poupados à destruição, esses foram postos à prova, para que no futuro pudessem salvar-se para a vida eterna.

Depois deste sermão, Santo Agostinho não tardaria muito a dedicar-se à sua obra monumental, o *De Ciuitate Dei contra Paganos libri XXII* que publicou entre 416 e 423. Segundo a informação de Possídio, o seu primeiro biógrafo, começou a redacção desta obra em 413. Como Santo Agostinho confessa nas *Retractationes*, o seu propósito inicial foi precisamente reagir às acusações dos pagãos:

“Entretanto, os godos, chefiados por Alarico, invadiram Roma e puseram-na a ferro e fogo (...) os adoradores das miríades de deuses falsos, entre nós vulgarmente conhecidos como ‘pagãos’, no intuito de descarregarem sobre a religião cristã a culpa de tamanha catástrofe, começaram a ultrajar duramente o Deus verdadeiro, com uma aspereza desacostumada. Foi por isso que eu, ‘inflamado de zelo pela casa de Deus’, tomei a decisão de escrever os livros *De ciuitate Dei*, de modo a assim debater erros e blasfémias.”¹⁵(*Retractationes* 43,1)

Parece por demais evidente que foi a reflexão que exprimiu nos sermões

¹⁴ *An putatis, fratres, ciuitatem in parietibus et non in ciuibus deputandam ? De excidio* 6.

¹⁵ *Interea Roma Gothorum irruptione agentium sub rege Alarico atque impetu magnae cladis eversa est. Cuius eversionem deorum falsorum multorumque cultores, quos usitato nomine paganos vocamus, in christianam religionem referre conantes solito acerbius et amarius Deum verum blasphemare coeperunt. Vnde ego exardescens zelo domus Dei adversus eorum blasphemias vel errores libros De civitate Dei scribere institui.*

proferidos ao longo de ano e meio, e que confirmou no *De excidio*, que conduziu Santo Agostinho à concepção do projecto do *De ciuitate Dei*. Esta obra, porém, seria muito mais que a refutação, ainda que sistemática, das acusações dos seus adversários pagãos. Ela ultrapassa largamente as circunstâncias que estão na sua origem e expõe, como têm afirmado consensualmente os especialistas desta obra, uma teologia da história, completamente inovadora e original no seu tempo, se tivermos em conta as leituras dos escritores seus contemporâneos. Além disso, é uma obra em que Santo Agostinho se interroga sobre a globalidade da existência humana, quer na sua dimensão terrena quer também na sua inequívoca filiação divina; o humano a caminho da identificação total com o divino, a que pertence.

Que lugar, então, ocupou a queda de Roma na obra de Santo Agostinho? Não podemos responder sem admitir muitas omissões no tempo de que dispusemos para responder a esta questão.

Santo Agostinho vê-se forçado a admitir que as civilizações, mesmo a de Roma, têm um fim.

“Todos os reinos da terra terão um fim. Se chegou agora o fim, Deus é que sabe. Talvez não seja ainda e, por uma certa fraqueza, por compaixão ou por miséria, desejamos que não venha já...” (Sermão 105, 8.11)

...confessa ele no sermão 105. A sensação que nos deixa é que sente uma profunda e humana tristeza por assistir à decadência do berço da sua pátria cultural, mas também verificamos que este sentimento humano não se reveste de um sentido decadentista ou pessimista. Na verdade, a sua perspectiva transcendente da vida e da realidade, não negando aqueles sentimentos, transfigura-os. Lidas com a chave de leitura da mundividência cristã, as respostas de Santo Agostinho que muitas vezes são abertas, isto é, desencadeiam novas reflexões e perguntas aos seus ouvintes, exortam os seus fiéis a uma nova ascese, apontada para uma nova *aretê*, impregnada de espírito agónico.

Santo Agostinho tem a percepção que nas circunstâncias difíceis se revelam as *virtutes* dos heróis, como na guerra se manifestaram as dos velhos heróis gregos e romanos, ou como na perseguição ao cristianismo se manifestou o heroísmo dos mártires. Os tempos conturbados do declínio de Roma, em que já não há lugar ao heroísmo do martírio de sangue, e muitas vezes nem mesmo ao heroísmo do silêncio na reclusão do mosteiro, reclamam uma nova ascese, fundada na *patientia*. É a esta ascese que Santo Agostinho convida os fiéis, que são também cidadãos de Roma.

Na reflexão agostiniana desencadeada pelos acontecimentos de 410 destacam-se duas motivações: a refutação do paganismo, que não merecera, até então, uma atenção especial da parte de Santo Agostinho e a consolação dos

seus fiéis em tempos de adversidade. Esta consolação, porém, é uma consolação activa e voltada para o futuro, como insiste no sermão 105:

“Presta atenção, volta-te para o que está adiante de ti e esquece o que está para trás. As coisas visíveis são passageiras. *Não olhemos*, continua [o apóstolo], *para as coisas visíveis mas para as invisíveis, as visíveis são passageiras, as invisíveis, porém, são eternas*.¹⁶ Volta então a tua esperança para as coisas invisíveis: espera, resiste. Não voltes para trás o olhar. (105, 5.7)

Viver *sub specie aeternitatis* é a exortação fundamental do pregador, e é nesta perspectiva que ele olha para Roma. Estas suas palavras sintetizam-no:

“O Eterno prometeu bens eternos e, se eu acreditar, de mortal tornar-me-ei eterno”.(Sermão 105, 6.8)¹⁷

Roma, enquanto urbe, até mesmo enquanto civilização, há-de perecer, como toda a realidade terrestre. No entanto, Santo Agostinho não espera nem crê que esse fim esteja para breve, como já vimos. Aliás, o seu desejo é que a cidade dos homens seja completamente assumida pela eternidade, como mostram as suas palavras no sermão 105:

“Permanece, ainda, a cidade que nos gerou segundo a carne. Graças a Deus. Oxalá ela pudesse ser gerada também segundo o espírito e connosco passar à eternidade.”(Sermão 105, 7.9)

Para Santo Agostinho, Roma não é, de todo, a *urbs aeterna*, pelo contrário, é *urbs peritura*¹⁸, mas pode ser a *ciuitas aeterna*. E isso está nas mãos dos seus cidadãos, dos ‘romanos’, pois são eles a *ciuitas*, em peregrinação, a caminho da cidade celestial.

Voltemos ao sermão 81:

“Talvez Roma não morra, se os romanos não morrerem. E na verdade não morrerão, se louvarem a Deus. Morrerão, sim, se O blasfemarem. Pois, o que é Roma, senão os Romanos?”

Tal como o homem, que Santo Agostinho concebe como ‘peregrino exilado da pátria celeste para a qual se volta com nostalgia’¹⁹ assim a cidade dos homens sente essa nostalgia da eternidade e se volta para ela. Assim, depois do

¹⁶ 2 Cor 4, 18.

¹⁷ *Aeterna promisit aeternus: si credidero, ex mortali fiam aeternus*

¹⁸ *Peritura*: que há-de perecer.

¹⁹ Citroni (2006) 1186.

saque, Roma, para Santo Agostinho, é a sua pátria humana, cultural, religiosa, mas é também, numa perspectiva transcendente, a *ciuitas peregrinans* a 'cidade peregrina', que pode tornar-se eterna, se não abdicar da eternidade.

BIBLIOGRAFIA:

- R. Arbesmann (1954), "The idea of Rome in the sermons of St. Augustine", *Augustiniana* 4 305-324.
- M. Citroni, F. E. Cosolino, M. Labate, E. Narducci (2006), *Literatura de Roma Antiga*. Tradução do original italiano *Letteratura di Roma Antica* por M. Miranda e I. Hipólito. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- J.-C. Fredouille (2004), *Saint Augustin. Sur la chute de Rome*. Trad. Int. et notes. Paris, Brepols, Institut d'Études Augustiniennes.
- (2006), "Le sermon Denis 24 d'Augustin et la chute de Rome", *Aere perennis: en hommage à Hubert Zehnacker*. Paris, 455-464.
- J. Lamotte (1961), 'Le mythe de Rome «ville éternelle» et saint Augustin', *Augustiniana*, 11 225-260.
- (1962), "Saint Augustin et la fin du monde" *Augustiniana* 12 5-26.
- M. V. O'Reilly (1955) *Sancti Aurelii Augustini De excidio Urbis Romae*. A critical text and translation with introduction and commentary. Washington, The Catholic University of America Press.
- A. Rodomonti (1992), *Il discorso 105 di S. Agostino e il mito di Roma eterna*. Génova, Quadrivium.

A PROPÓSITO DO *DE EXCIDIO* DE SANTO AGOSTINHO

FRANCISCO DE OLIVEIRA
Universidade de Coimbra

O sermão de Agostinho¹ centra-se em Agosto de 410, quando, para muitos — a começar pelos que tinham fugido de Roma para se acoitarem em África —, se afigurava ter chegado o fim do mundo. Em certa medida, estava-se de facto no fim de um mundo cuja queda, todavia, não haveria de significar o seu desaparecimento (p.55: *Roma não foi destruída, mas reprendida*), mas a sua transformação. Em tal circunstância, a África cristianizada transforma-se numa segunda Roma. Aí também o nosso Orósio há-de encontrar refúgio por 414.

Para além das perplexidades filosóficas e históricas, é neste ambiente que Santo Agostinho empunha o facho do optimismo para desdramatizar a angústica e o sofrimento sentidos pelo seu rebanho de fiéis, que não hesitavam em verberar o próprio deus e se debatiam com um fervilhar tanto de críticas dos pagãos como de divergências teológicas internas — que não escondiam —, e de quezílias perante apostasias, arrependimentos e nem sempre bem aceites regressos ao redil do bom pastor (pp.158-161). Pelo meio, vai o pregador desdobrando um eficaz proselitismo junto dos pagãos, a quem oferece a reformulação dos seus conceitos e valores numa perspectiva cristã², mostrando que entre ambos os mundos existem pontes que facilitam a passagem: a utilização escolar comum de obras fundamentais da cultura pagã, como a *Eneida* e as *Geórgicas* (pp.98-100); um quadro de referência civilizacional, como o teatro e o anfiteatro, que todos conheciam (pp.132 e 155); a teoria dos impérios e sua decadência, implícita em todo o sermão sobre a destruição da cidade de Roma (pp.37-59 e 79-80) e em passos específicos como a referência a Tróia na p.151; a analogia biológica na visão da história (p.78: “*Envelhece o homem e fica cheio de doenças, envelhece o mundo e fica cheio de sofrimentos*”; cf. p.136, Cristo como cabeça da humanidade); a concepção do factor humano como o fundamento de um Estado (p.81: “*Pois que é Roma senão os Romanos?*”); a ideia de eternidade de uma cidade (pp. 98-100); a terminologia dos valores morais (pp.85-89: *amicitia* ‘amizade’; p.100: *constantia* ‘constância’; p.152: conceito de ‘bens verdadeiros’; pp.145-146:

¹ O presente contributo resulta da apresentação pública da obra: Santo Agostinho, *O De excidio Urbis e outros sermões sobre a queda de Roma*, tradução do latim, introdução e notas de Carlota Miranda Urbano, Coimbra, CECHUC, 2010, 170 pp., ISBN: 978-989-8281-66-1; ISBN Digital: 978-989-8281-67-8.

² C. Miranda resolveu muito bem a dicotomia entre a tradução uniforme e a necessidade de variação de soluções em conceitos como *patientia* e *pressura*.

gloria ‘glória’; pp.134 ss.: *misericordia* ‘misericórdia’; pp.130-136: *patientia* ‘paciência’; p.112 ss.: o significado da riqueza por oposição à pobreza; a analogia entre deus e *paterfamilias* (pp.47, 55-57, 116, 132).

É admirável a humanidade de Agostinho ao combater intransigências e afloramentos de fanatismo, ao resolver a antítese entre cidade dos homens e cidade de Deus. Mais admirável, ainda, se antevê o profundo respeito do pregador pela alma dos fiéis, acoitados nos seus temores, nas suas perplexidades, que o bispo partilha e pacientemente tenta desfazer através de uma dialéctica argumentativa respeitadora da cultura cristã da audiência, mas também atenta a procurar a linguagem e as imagens mais adequadas à eficácia parenética. Aqui avultam as metáforas agrícolas, como a imagem do lagar (p.66, 75, 127 ss.)³ e da debulha do cereal na eira (p.57); da pastorícia e do estatuto servil (pp.143-147, cf. 142 ss.: Pedro como pastor; 154-155); do viajante ou peregrino (pp.87 ss.) e da navegação (pp.100 ss.); da doença e da medicina (pp.51 e 133-134, 141-142; cf. p.58: Cristo como médico; pp.133-134: Deus); as metáforas artesanais, como a olaria (p.105) e a metalurgia (pp.57 e 129-130). Tais metáforas seguramente tocavam uma comunidade onde avultavam trabalhadores da terra e artesãos que partilhavam a vida com um mundo animal rico (pp.142 ss. e 157: rebanhos; pp.101 ss.: escorpiões; pp. 100-101: galinhas; p.93: o ovo da esperança; pp.91-93: peixes e serpentes), e, para além do seu fundo bíblico⁴, eram facilmente apreendidas quando transferidas, como era da tradição, para o campo da simbologia, da alegoria, da retórica.

Além deste artifício, Agostinho procura, com ardor e paixão, a eficácia da mensagem através da recorrência da argumentação, num encadeamento repetitivo que se socorre, ainda, da interrogação retórica, do paralelismo, da antítese, da técnica senequiana do interlocutor implícito, do entrosamento do diálogo directo com a citação indirecta, com o uso de fontes bíblicas seguramente bem conhecidas dos fiéis. Diria que o pregador usa uma técnica do teatro, ao induzir um processo de identificação e conseqüente atenção, como se o próprio ouvinte fosse parte do discurso e partilhasse o púlpito e o palco. Para a minha sensibilidade, chegam a perpassar momentos onde o cruzamento rápido de várias vozes e um interlocutor colectivo, com o “tu” ou a invocação “cristão” a assumirem esse valor e a interrogação retórica a supor intervenções

³ Como é explicado na n.29 da p.127, a baganha é o bagaço da azeitona.

⁴ Veja-se como, na p.156, o comentário agostiniano a Sl 9-10,13 (“Eis o resultado: *O pecador irritou a Senhor e em razão da grandeza da sua ira Ele nem sequer lhe pedirá contas. Não lhe pedirá contas porque está muito irado*”) evoca Cic. *Rep.* 1.59 (“Pelo contrário, imito o conhecido Arquitas de Tarento, o qual, ao visitar uma quinta e deparar com tudo diferente do que ordenara, exclamou para o feitor: «Ai de ti, <des>graçado, eu matava-te à chicotada se não estivesse irado!»”).

da assistência, quase sugerem uma intervenção coral (cf., pr ex., pp.100-101, 104 ss., 118, 149-150, 156, 158-162).

Um leitor como eu, cuja formação católica foi talvez um pouco mais forte do que é a sua prática, não pode deixar de sentir que tem o santo pregador à sua frente, muitas vezes a falar ao seu subconsciente, e este é um fortíssimo atractivo para ler estes sermões.

O mérito desta descoberta pessoal deve-se à Doutora Carlota Miranda, que soube escolher um sermonário que, por um lado, com toda a felicidade se adapta à temática clássica e cristã e ao tema do presente volume colectivo, a transformação do mundo antigo; e, por outro, ao introduzi-lo e anotá-lo com ponderação e saber; e, ao traduzi-lo com tanta fidelidade ao estilo pessoalíssimo, confessional e intimista de Agostinho — onde o registo erudito se caldeia com o nível quotidiano, onde se conseguem imbricar classicismo e cristianismo —, Carlota Miranda deu-nos um livro cuja leitura nos interessa enquanto profissionais dos Estudos Clássicos, por aí colegas de Agostinho; um livro que também nos seduz enquanto exercício da dialéctica entre razão e fé sobre uma doutrina que responde a valores morais que respeitamos, embora aí por vezes tenhamos dificuldade em ostentar que acolhemos os valores pregados por santo Agostinho; um livro, enfim, que, para qualquer leitor, há-de encantar pela sua beleza de conteúdo e pela qualidade da tradução⁵.

⁵ O livro é enriquecido com Introdução (pp.13-33), Bibliografia (pp.163-166), Notas (pp.167-166) e *Index nominum rerumque* (pp.167-169) que, a meu ver, merece maior alargamento em próxima edição.

(Página deixada propositadamente em branco)

ÍNDICE TEMÁTICO

- Administração 59; 60 n.23; 62; 103; 104; 129; 230
- Adriano, imp. 30; 65-79; 104
- Adrianópolis 19; 76
- Agostinho (Sto) 21 n.27; 43; 51; 51 n.10; 53; 56; 57; 59 n.21; 61; 119 n.6; 131; 137; 137 n. 54; 138; 229-239; 241-243
- A Cidade de Deus* 51; 51-52 n.10; 52; 138; 242
- Alamanes 84; 90; 92; 95; 95 n. 43
- Alanos 18; 49 n.8- 85; 85 n.13; 87-93; 95 n.43; 106; 136; 209; 216; 219; 220; 220 n.22
- Alarico 12; 20; 21; 90; 104; 111; 123 n.14; 135; 136; 137; 155; 169; 210; 219; 229; 230; 230 n.1; 235; 236; 236 n.15
- Alemanha 12; 138; 151
- Alexandre Severo, imp. 67 n.11; 71; 79
- Alexandria 55; 61; 130; 139; 235
- Ambrósio de Milão 56; 57; 59 n.21; 61; 132
- Amiano Marcelino 7; 11; 18; 18 n.16 e 19; 48; 48 n.4; 92
- Anarquia 139
- Anarquia militar 17; 71
- Anticristo 21; 51; 53
- Antiguidade tardia 8; 43; 47; 92 n.35; 107; 108; 110; 123; 124; 127; 153; 154; 157; 158; 161; 162; 164; 165; 167; 180; 189; 200; 202; 211; 214 n.11; 215 n.14; 221
- Antímio, imp. 59
- Antioquia 18 n.16; 28; 36; 48; 55; 130; 212
- Antonino Pio, imp. 68; 69; 77; 78
- Antoninos 65; 67-68; 68 n.16; 153
- Apocalíptica 27; 29; 30; 30 n.8; 31; 32-35; 36; 37; 38; 38 n.38; 39; 93; 232
- Apostasia 52; 241
- Apostasis* da Birtânia e da Armórica 94-95
- Arcádio, imp. 19; 67; 106; 108; 129; 133; 135; 145; 146; 160; 161; 230
- Arianismo 48 n.6; 50; 62; 72; 133; 235
- Ascetismo 59; 59 n.21; 60
- Augusto, imp. 14; 14 n.7; 15; 16; 53; 58; 60; 68; 72; 77; 78; 79; 104; 122; 157; 179; 234
- Aureliano, imp. 51; 71 n.34; 110; 112; 130; 136; 149; 155; 160
- Avieno 131; 131 n.37
- Bagaudas 96 n.46; 107; 217; 221
- Batismo 58; 60 n.23; 231
- Bárbaros 7; 15; 18; 19; 21; 21 n.26; 50; 50 n.9; 51; 52 n.10; 56 n.14; 60; 62; 83; 84; 85; 85 n.12 e 13; 87;

- 87-n.15; 88; 89; 89 n.21; 90; 92; 92 n. 34; 93; 94; 95 n.43; 96; 96 n. 45; 105; 106; 107; 110; 112; 117; 123; 124; 125; 125 n.22; 127; 128; 129; 130; 131; 133; 134; 136; 136 n.50; 137; 155; 200; 201; 209-225; 229; 230; 230 n.1
- Barbarização 17 n.13; 127; 230 n.1; 231; 233; 233 n.6
- Bética 106; 188 n.2; 197; 219; 220; 221
- Bíblia 33; 27-41; 54; 57; 67 n.11; 242
- Biografia 48; 56 n.14; 57; 61; 62; 65-79
- Britânia 72; 83; 89; 90; 91; 92; 93-97; 136; 209; 210
- Burgários 108; 213; 215
- Burgúndios 53; 84; 90; 92; 95; 95 n.43
- Calígula, imp. 72; 76; 121
- Carlos Magno 120
- Castella* 89 n.21; 215; 215 n.14; 217; 222; 223 n.25; 224 n.27
- Castra* 215;
- Castros* 216; 222
- Catecumenato 59
- Catecúmeno 56 n.13 e 14; 57
- Catolicismo 37; 54; 62; 118; 243
- Cavaleiros/Ordem equestre 77; 77 n.47; 59
- Celibato 57
- Cidadania Cristã 43
- Cidadania romana 125; 126
- Civilitas* 72; 73; 74; 75; 76
- Civilização 7; 8; 13 n.3; 18 n.18; 29; 39; 49; 50 n.9; 51; 118; 119; 120; 121; 123; 123 n.16; 127; 139; 238
- Civitas* 76; 79 n.54; 84; 85; 89; 105; 107; 119 n.6; 160 n.8; 215; 215 n.14; 217; 222; 233 n.7; 236 n.15
- Código de Teodósio* 55; 55 n.12; 107; 111; 112; 133 n.44; 212; 223
- Comitatenses* 94; 108; 111; 134; 213; 219
Pseudocomitatenses 95 n.40
- Comitatus* 96
- Cómodo, imp. 68; 69
- Concílios 54; 56 n.13
Concílio de Arles 55
Concílio de Niceia 60 n.23
- Constâncio I, imp. 67; 97
- Constâncio II, imp. 48 n.4; 56n.14
- Constantino, imp. 19; 22; 43; 44 n.2; 45-48; 48 n.4; 57; 58; 60; 60 n.23; 62; 65; 65 n.2; 66; 67 n.11; 71; 110; 126; 133; 133 n.44; 134 n.45; 159; 163 n.12 e 13; 164; 165; 171 n.3
- Constantino III, imp. 90-97; 108; 136; 197; 209-212; 219
- Constantinopla 20-21; 22; 49 n.8; 55; 118; 126 n. 24; 127; 132; 133; 135; 146; 161 n.9; 164; 230; 235
- Conventus* 109; 188 n.2; 215; 222
- Cristãos 8; 12; 19; 21 n.27; 32; 38 n.38; 39; 43-62; 79; 104; 132; 133; 138; 229-239; 241-243
- Cristianismo 27; 30; 31; 32; 36; 37; 38; 38 n.36; 43-62; 67; 69; 79; 122; 124; 129; 133; 159; 189 n.8; 229; 231; 234; 235; 237; 243
- Cristianização 131-133; 155; 163-165; 166; 241
- Cristo 49; 52 n.10; 53; 57 n.14; 79 n.54; 133; 147; 232; 241; 242
- Cristologia 48 n.6
- Culto cristão 46; 49; 104; 163; 165
- Culto de Mitra 56 n.13
- Culto egípcio 77 n.48
- Culto pagão 44; 49; 51; 55-56; 56 n.13; 77; 77 n.48; 79; 133; 159; 235
- Decadência 11; 12; 18; 18 n.16; 20 n.25; 21; 22; 50 n.9; 55; 59; 62; 119; 120; 121; 122; 123; 128; 129; 132; 138; 139; 139 n.60; 158; 229; 233; 237; 241
- Décio, imp. 51; 128
- Destino 18; 21 n.27; 32; 36; 37; 53; 87; 125 n.22; 138
- Deus Judaico-Cristão 17; 31; 33; 40; 44;

- 45; 46; 47; 49 n.7; 51; 52; 52 n.10; 53; 56 n.13 e 14; 59 n.21; 231; 232; 234; 235; 236; 237; 238; 241; 242
- Deuses pagãos 14; 15; 16; 17; 19; 20; 21 n.28; 32; 44; 45; 159; 233; 234; 235; 235 n.10; 236
- Diocese(s) 55 n.12; 60; 61; 105; 192; 197; 212; 213; 215
- Diocleciano, imp. 19; 46; 47; 51; 61; 65; 66; 67; 67 n.11; 68; 71 n.31; 157; 192
- Domiciano, imp. 32; 51; 76; 77 n.47.
- Domus* 19; 94 n.94; 155; 161-162; 162 n.10; 163;
Domus Aurea 78
Domus das “Sette Salle” 165; 179
Domus Dei 236 n.15
Domus dos Mármoreos 202; 202 n.69
- Dux* 95
Dux Brittanorum 96
Dux Salla 95; 189
Dux tractus Armorici et Nervicani 95
- Éditos 44 n.1; 106; 159; 160; 161; 165
 Édito de Caracala 125; 130
 Édito de Galério 43; 44; 45
 Édito de Milão 43; 44 n.2; 45; 46
- Episcopado 59 n.21; 60; 61; 132; 231
 Bispos 49 n.8; 51; 54; 55 n.12; 56; 56 n.13; 57; 58; 59 n.21; 60; 60-61 n.23; 61; 62; 85; 104; 105; 106; 138; 139; 189; 212; 217; 218; 219; 221; 222; 229; 230; 231; 232; 233; 234; 235; 242
- Estado cristão 50; 53; 54; 55; 58; 59; 61; 62; 124; 129; 133; 241
- Estado Romano 11; 19 n.23; 44; 45; 46; 53; 58; 61; 62; 70; 126; 130; 133; 139; 198; 222
- Estilicão 19; 67; 87; 90; 91; 111; 130; 135; 136; 139; 148; 230; 230 n.1; 235 n.10
- Eternidade de Roma 16, 17; 18; 20
Aeternitas imperii 14; 16
- Eusébio de Cesareia 44 n.2; 48; 57; 58 n.19; 133 n.43
- Evergetismo 75; 105
- Exegese bíblica 57
- Exército(s) 17; 17 n.13; 30; 52; 55; 56 n.13 e 14; 57; 61; 75; 77; 105; 108; 111; 124; 125; 125 n.22; 128; 130; 133; 134; 136 n.50; 156; 160; 230; 230 n.1; 235 n.10
- Filosofia 54; 57; 202 n.72
- Filipe o Árabe, imp. 112; 130
- Fim do império / de Roma 9; 11; 13 n.3; 14; 14 n.5; 17; 19; 20; 27-40; 49; 50; 59; 62; 83; 104; 118; 123; 127; 137; 233; 234; 235; 237; 238
- Fim do mundo 8; 17; 52; 241
- Foedus* 106; 219; 220; 223 n.26
- Fortuna* 11; 13; 15; 16; 18; 22; 51; 71
- Fronteiras 62; 105; 124; 214 n.12; 223 n.26
- Galério, imp. 43; 44; 45
- Gália(s) 16; 20; 21; 21 n.28; 28; 53; 56 n.14; 66 n.8; 74; 83; 84; 86 n.14; 87; 87 n.15; 88; 88 n.19; 89; 89 n.21; 90; 91; 91 n.25; 92; 93; 93 n.36; 94; 94 n.37; 95; 97; 98; 104; 105; 110; 136; 138; 209; 210; 214; 216; 219; 220
- Gensérico 156; 170
- Gépidos 53; 84; 85
- Germânia 74; 83; 84-85; 86 n.14; 87; 87 n.15; 136
Germania Superior 88
- Gibbon 43; 50 n.9; 111; 121; 121 n.12; 122; 143
- Globalidade 29; 32; 110; 126; 237
- Godos 20-21; 49 n.9; 51; 51 n.10; 62; 111; 117; 122; 123 n.14; 125; 125 n.22; 129; 132; 134; 135; 136; 137; 139; 155; 157; 158; 167-168; 169; 189; 200; 203; 210; 217; 219; 220;

- 221; 222; 225; 229-230; 230 n.1;
233; 235; 235 n.10; 236; 236 n.15
- Ostrogodos 18
- Visigodos 12; 19; 90; 106; 155; 189;
198 n.55; 220; 221; 224
- Graciano, imp. 19; 77; 90; 91; 91 n.25
- Gregório Magno 59 n.21; 62
- Hagiografia 59 n.21; 60; 62; 84 n.9; 86
n.14
- Heliogábalos/ Helagabalus 67 n.11; 68
n.20; 78; 170; 179; 184
- Heresias 19; 55 n.12
- Hérulos 53; 62; 83, 84; 88; 88 n.19; 89;
90; 92; 93; 97
- Hierarquia 53;
- Hipólito de Roma 55; 56 n.13
- Hispania (s) (Hispania/Espanha) 28;
74; 83; 85; 87; 90; 97; 104; 106;
108; 110; 125 n.23; 134; 136; 138;
187; 192-193; 197; 201 n.66; 202;
209-210; 211 n.5; 213; 215; 216;
219; 221; 224
- Honoriaci* 210; 211; 216
- Honório, imp. 19; 67; 67 n.11; 94; 97;
103; 106; 108; 111; 129; 130; 130;
135; 136; 137; 148; 159; 160; 161;
161 n.9; 166 n.16; 170; 181; 210;
212; 213 n.9; 218; 219-220; 220
n.22; 230
- Hunos 18; 20-21; 49 n.8; 123; 136
- Idade do Ferro 132
- Idade de Ouro 8; 54
- Idade Média 8; 13; 22 n.29; 118 n.5;
154; 159; 161; 162; 164
- Igreja (s) 37; 43; 44; 46; 48; 50; 53; 54;
55; 55 n.12; 56 n.13; 58; 59 n.21;
60-61 n.23; 62; 132; 165; 171; 171
n.4
- Igreja católica 37; 54; 62; 118; 243
- Igreja monofisita 54
- Igreja ortodoxa 54; 133
- Império Romano *Passim*
- Império do Ocidente 7; 13; 19 n.23;
20; 22; 49; 50; 50 n.9; 57; 59; 61;
62; 67; 67 n.11; 103; 103; 112; 117;
120; 123; 124; 126; 127; 131; 133;
135; 136; 137; 138; 139; 144; 153;
156; 230; 230 n.2
- Império do Oriente 19; 21 n.26; 22;
43; 55; 61; 67; 109; 129; 130; 131;
135; 230
- Impietas* 72
- Intolerância 79
- Itália 72; 90; 126; 128; 131; 132; 134;
135; 136; 137; 159; 162; 163 n.12;
167; 210; 219; 229
- Itinerário de Antonino 216
- Jerónimo 11; 20; 21; 21 n.28; 43; 49 n.8;
53; 83; 84; 85; 85 n.11; 86; 87; 88;
88 n.19; 89; 92; 93; 138
- Judaísmo 27-30; 31 n.12; 32; 36; 37-38;
55 n.12; 131
- Juliano, imp. 48 n.4; 56 n.14; 65; 67
n.11; 92
- Lactância 43; 44 n.2; 51; 51
- Leão, imp. 59
- Leão Magno 62
- Legião 91; 108; 111; 125 n.23; 134;
212; 213; 214; 214 n.10; 215
- Libânio de Antioquia 48; 212
- Liberdade de culto 45-47; 50
- Libertos 76; 76-77 n.45 e 47; 218 n.18
- Licínio, imp. 45; 46
- Limes* 7; 12; 83; 85; 90; 95 n.43; 97; 200;
214; 214 n.11
- Limes Arabicus* 130
- Limes Belgicus* 94
- Limes britânico* 216 n.15
- Limes renano-danubiano* 136; 215
- Limitanei* 95 n.40; 134; 214
- Litus Saxonicum* 89; 94; 94 n.37; 96; 97
- Lúcio Vero, imp. 68; 77
- Lusitânia 104; 106; 107; 108; 109; 188
n.2; 192; 197; 197 n.49; 211; 211
n.5; 212; 212 n.7; 213; 219

- Magister militiae* 221
Magister militum 135; 214
 Magno Máximo, usurp. 67 n.11; 91; 94;
 95 n.40; 96; 108; 216; 220
 Majoriano, imp. 160; 166
 Marco Aurélio, imp. 68; 69; 70; 77; 106;
 125; 125 n.22
 Marcomanos 20-21; 49 n.8
 Mário Máximo 68 n.20; 71; 71 n.74;
 76; 79
 Martinho de Tours (S.) 56; 56 n.14; 59
 n.21; 61
 Maxêncio, imp. 67 n.11; 157; 161; 181
 Messianismo 36
 Milícias 56 n.14; 107; 111; 134
 Mitraísmo 56 n.13
 Monarquia 67; 104; 107; 108; 132
 Monoteísmo 48; 48 n.6; 119; 122; 133
 Montesquieu 121; 121 n.11
 Municípios 59 n.21; 104; 107; 108; 112
 Muralhas 103; 104; 105; 107; 108; 109;
 110; 111; 112; 130; 161; 161 n.9;
 166 n.16;
 Muralha de Adriano 74; 96;
 Muralha de Aureliano 110; 136-
 137; 149; 155; 160-161; 181; 183
 Nero, imp. 51; 51 n.9; 72; 78; 79; 121;
 234
 Numismática 32; 96 n.48
 Odoacro 22
 Orestes 22; 126
 Orígenes 52; 56 n.13; 57
 Ostrogodos vide 'Godos'
 Paganismo 12; 19; 23; 34 n.22; 45; 47;
 48; 48 n.6; 49; 51; 51-52 n.10; 53;
 54; 55 n.12; 60; 60 n.23; 62; 67; 69;
 79; 118; 124; 131; 132; 133; 135;
 159; 160; 166; 218 n.18; 232; 233;
 234; 235; 235 n.10; 236; 236 n.15;
 237; 241
 Pai da Pátria 72
 Pais da Europa 62
- Paterfamilias* 242
Patria potestas 58
 Patrística 54
Pax romana 13; 14 n.7; 16; 214
Pax constantiniana 43
 Península Ibérica 104; 105; 107; 111;
 187; 189; 198 n.54; 209-225
 Perseguições religiosas 44-45; 51; 237
Pietas 68; 72; 74; 78; 122
 Pirataria (Piratería, piratas) 89; 90; 93;
 96; 97
 Plebe 18; 75; 223; 224; 224 n.27
 Porta Pia 160
 Porta Pinciana 181
 Porta Salaria 111; 137; 149; 155
 Prefeitura do Pretório 68 n.19; 70 n.28;
 72; 73; 74; 135; 138; 157
 Prefeitura da cidade 20; 66; 66 n.7; 137;
 138; 157; 160; 171
Princeps 14; 15; 74; 132
 Principado 14; 64; 68; 72 n.37; 74; 77;
 77 n.49; 126
 Probo, imp. 66 n.8; 71 n.34
Pronoia 13
 Província(s) 16; 17 n.13; 32; 43; 54; 60
 n.23; 70; 73; 73 n.39; 83; 85; 86
 n.14; 87; 88; 89; 94; 95; 96; 104;
 106; 107; 109; 110; 125; 128; 130;
 134; 135; 137; 164; 188; 198; 200;
 201; 202; 209; 210; 211; 212; 212
 n.7; 216; 217; 218; 219; 220; 220
 n.22; 221; 222; 223; 225; 231; 231
 Quadros 20-21; 49 n.8; 84
 Quinto Império 37; 38; 39
 Radagásio 230 n.1; 235; 235 n.10
 Ravena 8; 103; 106; 111; 118; 136; 147;
 198 n.55
 Roma *passim*
 Cidade Eterna 21; 127; 235
Civitas Aeterna 238
Invicta Roma Aeterna 139; 151; 229
Roma Aeterna 11; 19; 229; 234

- Urbe 13; 78; 122; 130; 132; 136
Vrbs 19; 69; 153; 155; 160
Vrbs Aeterna 18; 238
- Rómulo 8; 13; 14
- Rómulo Augústulo 22; 62; 126; 156
- Salviano 83; 86; 87; 87 n.15; 139; 139 n.16; 217; 218; 220
- Saques de Roma 7; 9; 12; 19; 20; 21; 21 n.27; 51; 87; 103; 104; 106; 111; 117; 118; 126; 127; 137; 138; 155-156; 157; 169; 170; 171; 219; 229; 230; 231; 232; 236; 239
- Sármatas 20-21; 49 n.8; 53; 84
- Saxões 53; 83; 84; 88; 88 n.19; 89; 90; 91; 92; 93; 94; 94 n.37; 95; 96; 96 n.45, 46 e 47; 97
- Século de Augusto 14 n.7; 16
- Senado 18; 18 n.20; 22; 52; 62; 65; 66 n.8; 67; 68 n.16; 70; 71; 72; 72 n.37; 73; 77; 78; 79; 128; 157; 161
- Severos 67; 71; 130
- Sinésio de Cirene 59 n.21; 61; 212
- Spengler 119-120; 120 n.7
- Suetónio 66; 68; 68 n.20; 69; 71; 71 n.34; 72; 73; 74; 74 n.43; 75; 76; 76 n.45; 77 n.48; 78; 79
- Suevos 83; 84; 85; 86; 87; 88; 90; 91; 91 n.25; 92; 92 n.31; 93; 95 n.43; 104; 106; 136; 209; 216; 217; 218; 219; 220; 220 n.22; 221; 222; 223; 224; 225
- Tácito, imp. 68 n.16; 69 n.25; 71 n.34
- Teodorico 221; 224
- Teodósio, imp. 19; 47; 48; 53; 55; 55 n.12; 67; 67 n.11; 79; 94 n.39; 105; 106; 107; 108; 111; 112; 124; 129; 132; 133 n.44; 134; 135; 159; 161; 165; 197; 197 n.53; 209; 212; 223; 229; 230
- Tetrarquia 19; 44; 45; 47; 51; 67 n.11; 78; 79; 105; 106; 107; 108; 109; 110; 126; 129; 132; 133, 192
- Tibério, imp. 51; 72 n.37; 76; 78
- Trajano, imp. 67; 69; 70; 71; 72; 73; 73 n.39; 75; 125 n.22; 130; 161; 163; 170; 171; 179; 184; 185
- Universalismo 9; 15; 16; 18; 21 n.28; 30; 33; 39; 51; 61; 65; 78; 79; 139
- Utopia 30; 36; 37; 40
- Valente, imp. 19
- Valentiniano I, imp. 92
- Valentiniano II, imp.159
- Valentiniano III, imp. 106; 156; 170; 219; 221
- Vândalos 20-21; 49 n.8; 53; 62; 67; 83; 84; 85; 87; 88; 90; 91; 91 n.25; 92; 92 n.31; 93; 95 n.43; 106; 128; 130; 134; 135; 136; 137; 156; 170; 171; 209; 216; 217; 218; 219; 220; 220 n.22; 230; 231
- Villae* 78; 89 n.21; 132; 138; 187; 187-203; 211; 211 n.4 e 5; 212 n.7; 221
- Virtus* 13; 18; 68; 122; 137
- Visigodos vide 'Godos'

VOLUMES PUBLICADOS NA COLEÇÃO HUMANITAS
SUPPLEMENTUM

1. Francisco de Oliveira, Cláudia Teixeira e Paula Barata Dias: *Espaços e Paisagens. Antiguidade Clássica e Heranças Contemporâneas. Vol. 1 – Línguas e Literaturas. Grécia e Roma* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2009).
2. Francisco de Oliveira, Cláudia Teixeira e Paula Barata Dias: *Espaços e Paisagens. Antiguidade Clássica e Heranças Contemporâneas. Vol. 2 – Línguas e Literaturas. Idade Média. Renascimento. Recepção* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2009).
3. Francisco de Oliveira, Jorge de Oliveira e Manuel Patrício: *Espaços e Paisagens. Antiguidade Clássica e Heranças Contemporâneas. Vol. 3 – História, Arqueologia e Arte* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2010).
4. Maria Helena da Rocha Pereira, José Ribeiro Ferreira e Francisco de Oliveira (Coords.): *Horácio e a sua perenidade* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2009).
5. José Luís Lopes Brandão: *Máscaras dos Césares. Teatro e moralidade nas Vidas suetonianas* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2009).
6. José Ribeiro Ferreira, Delfim Leão, Manuel Tröster and Paula Barata Dias (eds): *Symposion and Philanthropia in Plutarch* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2009).
7. Gabriele Cornelli (Org.): *Representações da Cidade Antiga. Categorias históricas e discursos filosóficos* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH/Grupo Archai, 2010).
8. Maria Cristina de Sousa Pimentel e Nuno Simões Rodrigues (Coords.): *Sociedade, poder e cultura no tempo de Ovídio* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH/CEC/CH, 2010).
9. Françoise Frazier et Delfim F. Leão (eds.): *Tychè et pronoia. La marche du monde selon Plutarque* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, École Doctorale 395, ArScAn-THEMAM, 2010).
10. Juan Carlos Iglesias-Zoido, *El legado de Tucídides en la cultura occidental* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, ARENGA, 2011).
11. Gabriele Cornelli, *O pitagorismo como categoria historiográfica* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2011).
12. Frederico Lourenço, *The Lyric Metres of Euripidean Drama* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2011).

13. José Augusto Ramos, Maria Cristina de Sousa Pimentel, Maria do Céu Fialho, Nuno Simões Rodrigues (coords.), *Paulo de Tarso: Grego e Romano, Judeu e Cristão* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
14. Carmen Soares & Paula Barata Dias (coords.), *Contributos para a história da alimentação na antiguidade* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
15. Carlos A. Martins de Jesus, Claudio Castro Filho & José Ribeiro Ferreira (coords.), *Hípólito e Fedra - nos caminhos de um mito* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
16. José Ribeiro Ferreira, Delfim F. Leão, & Carlos A. Martins de Jesus (eds.): *Nomos, Kosmos & Dike in Plutarch* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
17. José Augusto Ramos & Nuno Simões Rodrigues (coords.), *Mnemosyne kai Sophia* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
18. Ana Maria Guedes Ferreira, *O homem de Estado ateniense em Plutarco: o caso dos Alcmeónidas* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
19. Aurora López, Andrés Pociña & Maria de Fátima Silva, *De ayer a hoy: influencias clásicas en la literatura* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
20. Cristina Pimentel, José Luís Brandão & Paolo Fedeli (coords.), *O poeta e a cidade no mundo romano* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
21. Francisco de Oliveira, José Luís Brandão, Vasco Gil Mantas & Rosa Sanz Serrano (coords.), *A queda de Roma e o alvorecer da Europa* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).

(Página deixada propositadamente em branco)

OBRA PUBLICADA
COM A COORDENAÇÃO
CIENTÍFICA



• U



C •

